

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GABRIELLA ROCHA DE FREITAS

COLONIALIDADE, DESENVOLVIMENTO E RESISTÊNCIA SUBALTERNA: A
INSTALAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE GRANDE ESCALA EM
SÃO JOSÉ DO NORTE

PORTO ALEGRE
2019

GABRIELLA ROCHA DE FREITAS

COLONIALIDADE, DESENVOLVIMENTO E RESISTÊNCIA SUBALTERNA: A
INSTALAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE GRANDE ESCALA EM
SÃO JOSÉ DO NORTE

Tese de Doutorado em Sociologia, apresentada
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme F. W. Radomsky

PORTO ALEGRE
2019

CIP - Catalogação na Publicação

de Freitas, Gabriella Rocha
Colonialidade, desenvolvimento e resistência
subalterna: a instalação de projetos de infraestrutura
de grande escala em São José do Norte / Gabriella
Rocha de Freitas. -- 2019.
240 f.
Orientador: Guilherme F. W. Radomsky.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Modernidade/Colonialidade. 2. Desenvolvimento.
3. Projetos de infraestrutura de grande escala. 4.
Resistência subalterna. I. Radomsky, Guilherme F. W.,
orient. II. Título.

Gabriella Rocha de Freitas

COLONIALIDADE, DESENVOLVIMENTO E RESISTÊNCIA SUBALTERNA: A
INSTALAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE GRANDE ESCALA EM
SÃO JOSÉ DO NORTE

Tese de Doutorado em Sociologia, apresentada
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Aprovada com *louvor* em Porto Alegre, 11 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Guilherme F. W. Radomsky
Departamento de Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Marilis Lemos de Almeida
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Adriana Paola Paredes Penafiel
Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC)
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Luciana Maria de Aragão Ballestrin
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

AGRADECIMENTOS

Essa tese não teria sido possível sem o auxílio de pessoas e instituições presentes durante o percurso do doutorado. Portanto, gostaria de deixar registrado meus sinceros agradecimentos a todos que tornaram esse momento possível.

Início agradecendo ao meu orientador Prof. Guilherme Radomsky. Foi um enorme prazer conviver com um profissional tão dedicado e sempre disposto a auxiliar seus orientados. Obrigada pela paciência e dedicação.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao seu corpo docente extremamente competente. Estendo meu agradecimento à Regiane Accorsi pela competência e disposição de resolver todos trâmites administrativos. Quanto ao corpo docente, agradeço à Prof.^a. Marilis Lemos de Almeida, por aceitar ser minha orientadora formalmente durante o período em que o Prof. Guilherme ainda não estava habilitado para isto. Também agradeço ao Prof. José Carlos dos Anjos pelas suas contribuições durante a qualificação do projeto de tese.

Gostaria de agradecer às amigas que fiz durante a minha trajetória acadêmica e que foram responsáveis por propiciar momentos de desabafo e de descontração. Muito obrigada por ter convidado com todos vocês, em especial ao Matheus Mazzilli, Valesca Ames, Camila de Vasconcelos, Bruna Molina, Janaína Bacin e Juliana Deprá.

Quanto a minha pesquisa de campo de São José do Norte, agradeço à hospitalidade e ao carinho com que fui recebida pelos nortenses. Pelo receio de esquecer alguém, já que a lista é longa, não citarei nomes. Sou imensamente grata por ter convidado com um povo tão maravilhoso e batalhador e que nos dá esperança de dias melhores.

Gostaria de agradecer à minha mãe Márcia e aos meus avós Lya e Hugo. O suporte e o incentivo recebidos foram fundamentais nos períodos de dificuldade enfrentados na vida acadêmica. Sem vocês, nada disso seria possível. Agradeço também a minha tia Morgana e a minha prima Tatiane pelo carinho com o qual sempre pude contar.

Agradeço ao Gustavo, meu companheiro de trajetória acadêmica e de vida, pelo apoio incondicional e pela paciência. Agradeço também a minha gata, Frida, pelo companheirismo durante as inúmeras horas passadas em frente ao computador.

Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasil que se faz um país de Lecis, Jamelões
São verde e rosa as multidões

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

(História pra Ninar Gente Grande¹ – Samba-enredo Estação Primeira de Mangueira, 2019)

¹ Autoria de Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino.

RESUMO

O presente trabalho insere-se no debate crítico sobre o desenvolvimento, tomando-se como referência as contribuições do Grupo Modernidade/Colonialidade e do pós-desenvolvimento. Busca-se compreender de que forma o discurso da modernidade/colonialidade influencia as concepções de desenvolvimento de agricultores familiares e pescadores artesanais de São José do Norte. Foram realizadas 43 entrevistas semiestruturadas com mediadores sociais, juntamente com observação participante e pesquisa secundária. Pertencente à Metade Sul do Rio Grande do Sul, região historicamente conhecida como a parte atrasada e subdesenvolvida do estado, a economia nortense baseia-se na pesca artesanal, na agricultura familiar e, mais recentemente, no reflorestamento de pinus. A existência de carências nas áreas de educação, saúde e saneamento básico favorece o discurso de que o município é atrasado e carente de um desenvolvimento baseado nas noções de progresso e crescimento econômico. Isso fez com que os moradores se tornassem receptivos à instalação de projetos de infraestrutura de grande escala. Inserido no contexto de expansão do Polo Naval do Rio Grande, São José do Norte recebeu a instalação do Estaleiro do Brasil (EBR). Se, num primeiro momento, a vinda do estaleiro foi acompanhada de um grande entusiasmo, logo após o início do funcionamento do empreendimento esse entusiasmo cedeu lugar à frustração, uma vez que as promessas de desenvolvimento não se concretizaram. Apesar do conhecimento dos impactos negativos causados por grandes empreendimentos, o desejo pelo desenvolvimento manteve-se existente. Atualmente, encontra-se em licenciamento ambiental o Projeto Retiro, da Rio Grande Mineração e o Complexo Eólico Ventos do Atlântico – empreendimento que apresenta um conflito locacional com a mineração. Apesar do forte desejo pelo desenvolvimento e pela vinda de empreendimentos externos que possam fomentá-lo, os atores do meio rural têm se mobilizado contrariamente ao projeto minerário. A possibilidade de instalação de um empreendimento de mineração demonstra que não estão dispostos a tudo em nome do desenvolvimento. Na rejeição ao Projeto Retiro ocorre o tensionamento com pressupostos da modernidade, tais como a busca incessante pelo crescimento econômico e a exploração de recursos naturais finitos. Dessa forma, trazemos à tona experiências outras que são invisibilizadas pela modernidade.

Palavras-chave: Modernidade/Colonialidade. Desenvolvimento. Projetos de Infraestrutura de Grande Escala. Resistência Subalterna.

RESUMEN

El presente trabajo se enmarca en el debate crítico sobre el desarrollo, tomando como referencia las contribuciones del Grupo Modernidad/Colonialidad y del posdesarrollo. Se busca comprender de qué forma el discurso de la modernidad/colonialidad influye en los conceptos de desarrollo de agricultores familiares y pescadores artesanales de São José do Norte. Fueron realizados 43 entrevistas semiestructuradas con mediadores sociales, junto a la observación participante e investigación secundaria. Perteneciente a la Mitad Sur de Rio Grande do Sul, región históricamente conocida como la parte atrasada y subdesarrollada del estado, la economía nortense se basa en la pesca artesanal, en la agricultura familiar y, más recientemente, en la reforestación de pinos. La existencia de carencias en las áreas de educación, salud y saneamiento básico favorece el discurso de que el municipio es atrasado y carente de un desarrollo basado en las nociones del progreso y crecimiento económico. Eso hizo que los habitantes se volvieran receptivos a las instalaciones de proyectos de infraestructura a gran escala. Ubicado en el contexto de expansión del Polo Naval del Rio Grande, São José do Norte recibió la instalación del Astillero de Brasil (EBR por las siglas en portugués). Si, en un primer momento, la llegada del astillero fue acompañada de un gran entusiasmo, después del inicio del funcionamiento del emprendimiento, ese entusiasmo cedió lugar a la frustración, una vez que las promesas de desarrollo no se concretizaron. A pesar del conocimiento de los impactos negativos causados por grandes emprendimientos, el deseo por el desarrollo se mantuvo existente. Actualmente, se encuentra en licenciamiento ambiental el Proyecto Retiro, de la Rio Grande Mineração, y el Complejo Eólico Vientos del Atlántico – emprendimiento que presenta un conflicto locacional con la minería. A pesar del fuerte deseo por el desarrollo y por la llegada de emprendimientos externos que puedan fomentarlo, los actores del medio rural se han movilizado contrariamente al proyecto minero. La posibilidad de instalación de un emprendimiento de minería demuestra que no están dispuestos a todo en nombre del desarrollo. En el rechazo al Proyecto Retiro ocurre el tensionamiento con presupuestos de la modernidad, tales como la búsqueda incesante por el crecimiento económico y la exploración de recursos naturales finitos. De esta forma, traemos a tono, otras experiencias que son invisibilizadas por la modernidad.

Palabras-clave: Modernidad/Colonialidad. Desarrollo. Proyectos de Infraestructura a Gran Escala. Resistencia Subalterna.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de São José do Norte.....	22
Figura 2 – As três macrorregiões do Rio Grande do Sul.....	77
Figura 3 – Passado glorioso <i>versus</i> Presente de abandono.....	84
Figura 4 – Localização e divisões de São José do Norte.....	86
Figura 5 – Feira do Grupo de Agroecologia Econorte	94
Figura 6 – Embarcações na localidade de Capivaras	97
Figura 7 – Desembarque na hidrovial de São José do Norte.....	99
Figura 8 – Mobilização pela BR-101	100
Figura 9 – São José do Norte e o desenvolvimento.....	104
Figura 10 – Logo da Prefeitura Municipal de São José do Norte.....	105
Figura 11 – Apresentação da EBR na Audiência Pública	106
Figura 12 – Solar dos Imperadores.....	108
Figura 13 – <i>Pinus</i> na estrada	112
Figura 14 – Desenvolvimento sustentável <i>versus</i> Progresso rapinador	114
Quadro 1 – Principais políticas públicas de incentivo à construção naval.....	122
Figura 15 – Plataforma P-74.....	130
Gráfico 1 – Escolaridade da população de 25 anos ou mais no Rio Grande do Sul e em São José do Norte (%)	131
Gráfico 2 – Admitidos e desligados pelo Estaleiros do Brasil	134
Figura 16 – Complexo Minerário Atlântico Sul.....	157
Figura 17 – Localidade do Retiro	158
Gráfico 3 – Vínculos daqueles que se manifestaram durante as Audiências Públicas (%)....	169
Figura 18 – Complexo Eólico Ventos do Atlântico	176
Figura 19 – Sobreposição entre os projetos de energia eólica e de mineração	179
Figura 20 – Questionamento realizado por representante da Flopal	181
Figura 21 – Pressão política a favor do Projeto Retiro.....	192
Figura 22 – Divulgação da Audiência Pública	195
Gráfico 4 – Vínculos daqueles que se manifestaram durante a Audiência Pública (%)	196
Figura 23 – Protesto contra a mineração em São José do Norte	201

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população no Rio Grande do Sul e em São José do Norte	83
Tabela 2 – Agricultura em São José do Norte (2015)	87

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência do Estado de Santa Catarina
AFRMM	Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEA	Centro de Estudos Ambientais
CEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CMED	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMP	Conselho Municipal de Produção
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOAFAN	Cooperativa dos Agricultores Familiares de São José do Norte
COOPANORTE	Cooperativa dos Pescadores Artesanais do Norte
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EBN	Projeto Empresas Brasileiras de Navegação
EBR	Estaleiros do Brasil Ltda.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPCOR	Estudos Projetos Consultoria Representações Ltda.
ERG1	Estaleiro Rio Grande 1
ERG2	Estaleiro Rio Grande 2
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMM	Fundo da Marinha Mercante

FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEPAN	Grupo de Preservação Ambiental Nortense
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IPAC	Instituto de Preservação Ambiental e Cultural
ISS	Imposto Sobre Serviços
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MT	Ministério do Trabalho
NUDESE	Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico
OCMAL	Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADAC	Procedimento para Apuração de Dano Coletivo
PAIGC	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PECN	Plano de Emergência de Construção Naval
PGEs	Projetos de Infraestrutura de Grande Escala
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PP	Partido Progressista
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROGRASA	Produtos Gaúchos S/A
PROMEF	Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro

PROMINP	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROREFAM	Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSM	Planta Nacional de Produção Mineral
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
RECONVERSUL	Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul
RGM	Rio Grande Mineração S.A.
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SUPRG	Superintendência do Porto do Rio Grande
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PONTOS DE PARTIDA.....	17
1.2	COMO ANALISAR OS DADOS	23
2	MODERNIDADE, COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO	31
2.1	O GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE E A CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO.....	31
2.1.1	O novo padrão mundial do poder: a colonialidade do poder	40
2.1.2	Diferença colonial e resistência subalterna	44
2.2	DA INVENÇÃO À DESCONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	46
2.2.1	O pós-desenvolvimento e a modernidade/colonialidade.....	55
2.2.2	Polêmicas teóricas e contribuições ao pós-desenvolvimento.....	58
2.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
3	METADE SUL E A PERSPECTIVA DA COLONIALIDADE	66
3.1	INVENÇÃO DA METADE SUL	71
3.2	SÃO JOSÉ DO NORTE: DA CAPITAL NACIONAL DA CEBOLA AO ISOLAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO	80
3.2.1	Atraso e desenvolvimento segundo os nortenses	102
3.2.2	O desenvolvimento entre expectativas e frustrações.....	108
3.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
4	A RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA METADE SUL	118
4.1	EXPECTATIVAS <i>VERSUS</i> REALIDADE E A INSEGURANÇA NO FUTURO: A INSTALAÇÃO DO ESTALEIROS DO BRASIL.....	123
4.2	“HOJE EU TENHO CERTEZA QUE ME TIROU 10 OU 12 ANOS DE VIDA A SAÍDA DALI”: A INVISIBILIZAÇÃO DO PROCESSO DE REMOÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS DA COMUNIDADE VILA NOVA	138
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
5	SÃO JOSÉ DO NORTE E A MINERAÇÃO: A RIQUEZA QUE GERA DESTRUÇÃO	152
5.1	NEOEXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO: O PROJETO RETIRO	156
5.2	ABRINDO A CAIXA-PRETA DA MÁQUINA ANTIPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	165

5.3	MINERAÇÃO <i>VERSUS</i> ENERGIA EÓLICA?	175
5.4	A RESISTÊNCIA	185
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
6	CONCLUSÕES	204
	REFERÊNCIAS	209
	ANEXO A – Reunião dos moradores da Comunidade Vila Nova (Ata nº 01).....	224
	ANEXO B – Reunião dos moradores da Comunidade Vila Nova (Ata nº 02).....	227
	ANEXO C – Documento elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais	229
	ANEXO D – Documento elaborado pela Colônia de Pescadores Z-2.....	231
	ANEXO E – Documento elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por moradores do meio rural.....	233
	ANEXO F – Documento elaborado pelo Grupo de Agroecologia Econorte	236
	ANEXO G – Documento elaborado pela Associação Raízes da Terra.....	237

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca compreender de que forma o discurso da modernidade/colonialidade influencia as concepções de agricultores familiares e de pescadores artesanais acerca do desenvolvimento de São José do Norte. A tese subdivide-se em dois temas: (1) os discursos sobre o atraso, a necessidade de progresso no município nortense e os seus efeitos na realidade; e (2) os discursos e as práticas que tensionam a crença e a confiança no desenvolvimento ao se deparar com projetos de infraestrutura de grande escala.

Partiremos da contextualização da Metade Sul e de como esta foi construída como a parte atrasada e carente de desenvolvimento visando compreender de que forma isso é reproduzido pela população nortense. São José do Norte apresenta um histórico de intervenções de desenvolvimento que contribuiu para fomentar o imaginário da população de que o município é atrasado. Uma das mais recentes intervenções foi a instalação do Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR), representando a expansão do Polo Naval de Rio Grande, em um contexto de grandes investimentos realizados pelo governo brasileiro. Esse empreendimento foi concebido como a solução para os problemas nortenses. Além da geração de empregos e de impostos, o município readquiriria a atenção política já obtida nos primórdios da ocupação portuguesa do território. Conforme o então vice-prefeito, referindo-se ao projeto de construção naval: “São José do Norte não é mais um problema de São José do Norte. Ele é um problema regional, ele é um problema estadual, ele é um problema nacional. Então se nós hoje representamos um município estratégico para o país, o país tem que nos olhar como tal”.

Apesar de conceberem os projetos de infraestrutura de grande escala como uma saída ao atraso do município, não é qualquer projeto que é aceito pela população nortense. Além do estaleiro, atualmente ocorrem tentativas de instalação de um empreendimento minerário e de um parque eólico – as quais serão examinadas nesta tese. A instalação da Rio Grande Mineração S.A. (RGM) é rejeitada pela maioria dos nortenses, uma vez que São José do Norte apresenta como base econômica atividades primárias, com o predomínio da pesca artesanal e da agricultura familiar e, mais recentemente, da silvicultura. Isso faz com que a atividade minerária seja vista como um risco para a manutenção das atividades rurais. É nesse contexto que ocorrem tensionamentos com a visão moderna, que sacrifica determinadas compreensões da natureza, a reduzindo a um conjunto de bens ou serviços a serem explorados por grandes empresas.

1.1 PONTOS DE PARTIDA

Minha aproximação com São José do Norte remete à elaboração da dissertação de mestrado, defendida em 2014 e intitulada “A imersão social das ações econômicas: oportunidades, interesses e expectativas de trabalhadores qualificados do Polo Naval de Rio Grande”. Esse estudo foi motivado pela participação, entre 2010 e 2012, no projeto “Aglomerações Industriais, Tecnologia e Trabalho: efeitos sociais do Polo Naval de Rio Grande”, coordenado pelo professor Sandro Garcia Ruduit – meu orientador na ocasião.

Durante as entrevistas realizadas, recorrentemente os trabalhadores qualificados ressaltavam a instalação de um empreendimento no município nortense. O Estaleiros do Brasil representava a manutenção da geração de oportunidades de empregos, assim que ocorresse a finalização das construções encomendadas, em Rio Grande.² Até então, nunca tinha ouvido falar no município que necessita de uma travessia de lancha para ser acessado. Esse aspecto também foi mencionado por alguns entrevistados. Para estes, a travessia de lancha – que configura uma grande dificuldade aos nortenses que dependem exclusivamente desse meio de transporte para ter acesso a um município com melhor infraestrutura – representava um passeio agradável.

Os relatos colhidos para a elaboração da dissertação me causaram inquietação quanto aos impactos que um empreendimento de tal magnitude causaria em um município carente de infraestrutura. Se a instalação do Polo Naval de Rio Grande provocou a elevação no preço dos imóveis e no custo de vida, a piora no trânsito e nos serviços públicos (FREITAS, 2014), tudo indicava que em São José do Norte os impactos seriam ainda maiores. Em 2014, ingressei no curso de doutorado em Sociologia da UFRGS com o interesse de estudar a instalação do estaleiro EBR no município nortense.

Para a elaboração do projeto de pesquisa, agora sob a orientação do professor Guilherme Radomsky, foram realizadas duas visitas ao município nortense em caráter exploratório. Em 2014, entrevistei o então vice-prefeito, que se apresentou como a pessoa da prefeitura responsável por lidar com os empreendedores. Isso demonstrou haver uma mobilização da gestão local no sentido de atrair projetos de desenvolvimento. Embora a construção do estaleiro, iniciada em 2013, fosse o assunto mais comentado na cidade e na grande mídia, já havia a previsão da vinda de outros empreendimentos, como a mineração e projetos de energia eólica.

² A indústria naval é caracterizada pela insegurança no emprego. Mesmo entre os trabalhadores qualificados, só há garantia de manutenção do emprego durante o período de construção de plataformas e embarcações.

Na visita seguinte, em 2015, a entrevista com o então Secretário Municipal da Agricultura e Pesca foi de grande importância para uma melhor compreensão da realidade rural de São José do Norte. O político me cedeu materiais sobre o setor primário nortense, além de uma lista contendo o contato dos presidentes das 16 associações rurais existentes no município. Por meio da indicação do representante público, foram realizadas entrevistas com duas lideranças dos agricultores. A boa recepção dos entrevistados, que me receberam em suas propriedades, deu indícios de que a realização do trabalho de campo não encontraria grandes resistências.

Talvez por falha da pesquisadora ou pela descrença dos entrevistados acerca da realização dos empreendimentos frente ao histórico de iniciativas não concretizadas, não foi dada devida atenção aos demais projetos, que apenas seriam mencionados no projeto de pesquisa. Ao isolamento geográfico do município nortense soma-se a insuficiência de informações sobre os acontecimentos ocorridos na localidade, motivo pelo qual a pesquisa em materiais secundários, sobretudo em reportagens disponíveis na internet, realizada previamente à realização do campo, mostrou-se insuficiente. A pesquisa de campo demonstrou a existência de questões acerca do desenvolvimento tão ou até mesmo mais importantes para os atores locais do que a instalação de um estaleiro – tais como a terceira tentativa de instalação de um projeto minerário e o seu conflito locacional com um empreendimento de energia eólica. Estas acabariam ocupando o lugar de protagonistas nesta tese, ao lado da instalação do Estaleiros do Brasil.

O estudo insere-se no debate sobre o desenvolvimento, tomando-se como referência as contribuições do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) e do pós-desenvolvimento. Com o objetivo de radicalizar o argumento pós-colonial, a partir do final dos anos 1990, intelectuais latino-americanos formaram o Grupo Modernidade/Colonialidade. Para esses autores (Quijano, Dussel, Mignolo, etc.), a base do desenvolvimento reside nos fundamentos da modernidade. Considerada como o padrão de civilização a ser adotado pelo resto do mundo, a modernidade apresentava-se como um conjunto de instituições que faziam com que os países centrais tivessem a obrigação moral de “auxiliar” os povos “primitivos e atrasados”, para isso justificando inclusive o uso da violência sempre que necessário – como o ocorrido frequentemente durante o período colonial (DUSSEL, 2005).

A despeito do término formal do colonialismo, as sociedades que passaram a ocupar posições periféricas no sistema-mundo moderno/colonial continuaram sendo tratadas desde sua funcionalidade em relação ao centro (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). Para isso, se

fez necessária a manutenção de um discurso que apresentasse o “outro” como necessitado de ajuda – neste caso, de desenvolvimento (ESCOBAR, 2005a). Apesar de o subdesenvolvimento ser compreendido como uma fase incompleta do desenvolvimento e não mais como uma oposição bárbaro/civilizado, levar o progresso a locais atrasados permaneceu como justificativa para o exercício da violência contra determinadas populações (RIST, 2008).

Quijano criou o conceito de colonialidade do poder para demonstrar como as relações de colonialidade nas esferas econômica e política se mantiveram até os dias atuais (BALLESTRIN, 2013). Por meio do estabelecimento desta matriz de poder, a distinção entre identidades superiores e inferiores passou a ser concebida como própria pelos grupos subalternos, resultando em estruturas de poder baseadas em relações coloniais (QUIJANO, 2014). A colonialidade decorre da associação de interesses sociais entre os grupos dominantes de países desigualmente colocados em uma articulação de poder, mais do que uma imposição desde o exterior. Nesse sentido, ao adotar o discurso de fomento ao progresso em regiões consideradas atrasadas, os projetos de desenvolvimento continuaram sendo reproduzidos internamente aos países do Terceiro Mundo (QUIJANO, 2005).

O discurso em favor do desenvolvimento, apesar das suas controvérsias, apresenta grande capacidade de renovação e de continuidade. As falhas no alcance dos seus objetivos acabam sendo utilizadas como uma prova da necessidade de se reforçar e estender as intervenções, o que faz com que sua autoridade permaneça inalterada. O desenvolvimento não está em discussão, mas sim qual o tipo de desenvolvimento desejável (FLEURY, 2013). Isso faz com que os caminhos plurais e heterogêneos tomados pelo desenvolvimento – como o desenvolvimento sustentável, territorial, participativo, etc. – contribuíssem para que cada nova ideia equivalesse a uma concepção original (RADOMSKY, 2011a).

Apesar da hegemonia exercida pelo desenvolvimento, a partir dos anos 1980, alguns autores (Ferguson, Escobar, Rist) passaram a produzir estudos críticos do desenvolvimento. Embora com diferenças de orientações teóricas, possuem em comum o fato de demonstrar que o desenvolvimento é um discurso historicamente construído e que sob a justificativa de melhorar a vida de populações pobres, tem causado intervenções com impactos negativos para as populações locais. Denominou-se essa perspectiva de pós-desenvolvimento.

Os autores do pós-desenvolvimento concebem o desenvolvimento como “[...] um discurso atravessado por categorias culturais e vinculado à expansão econômica capitalista” (RIBEIRO, 2008, p. 109). Estes estudos, portanto, deslegitimam uma certa sociologia do

desenvolvimento, demonstrando que esta permanece insistindo na representação de um “outro” inferior e carente de civilização mesmo com o término do período colonial (COSTA, 2006).

O município de São José do Norte insere-se no que se convencionou como Metade Sul do Rio Grande Sul. Conforme a perspectiva da modernidade, a região responsável pela prosperidade econômica do estado em grande parte do século XIX – com a produção do charque em Pelotas –, perde importância no século seguinte dando início ao estabelecimento de uma dicotomia norte *versus* sul. A Metade Norte tornou-se a parte desenvolvida, apresentando uma industrialização nascente e policulturas dinamizadas em pequenas propriedades e a Metade Sul, a parte atrasada, marcada pela monocultura e por grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários.

O povoamento da Metade Sul está ligado à ocupação do Rio Grande do Sul. Rio Grande foi uma das primeiras cidades colonizadas devido a sua posição estratégica de defesa do território português, além da existência de um porto, o que a conferiu uma função econômica. Igualmente importante, a colonização portuguesa em Pelotas deu origem a grandes estâncias de gado na região. As indústrias saleiras do charque, juntamente com a existência de um porto marítimo em Rio Grande, por onde a produção de charque era distribuída, garantiram o destaque econômico da Metade Sul durante o século XIX.

A produção de charque começa a entrar em crise no final do século XIX devido a uma mudança na orientação econômica ocorrida durante a República Velha. O governo passou a fomentar a nascente indústria e a policultura através do incentivo à imigração europeia nas regiões norte e nordeste do Estado, provocando um rompimento entre as matrizes produtivas do Rio Grande do Sul. A incapacidade de promover a diversificação do parque industrial em um contexto de relativa expansão do mercado interno passou a ser apontada como a principal causa da decadência econômica da Metade Sul (MOLIN; FIGUEIREDO; TOGEIRO, 2014).

A Metade Sul do Rio Grande do Sul, desde os anos 2000, apresenta um crescimento econômico a partir da retomada da indústria de construção naval no Brasil. Impulsionados pelo aumento nas encomendas da Petrobras, em decorrência de novas descobertas de petróleo, juntamente com a decisão do poder público de descentralizar a construção naval, são instalados polos navais pelo território brasileiro. Rio Grande foi um dos locais escolhidos para sediar essa indústria.

O município de São José do Norte, devido a sua proximidade geográfica e a existência de condições naturais favoráveis, recebeu a instalação do Estaleiros do Brasil que integrou o

Polo Naval de Rio Grande. A isso se somaria a eminência da instalação de outros dois grandes empreendimentos: o Projeto Retiro, da Rio Grande Mineração (RGM) e o Complexo Eólico Ventos do Atlântico, da Energia Eólica S.A., ambos com licenças prévias emitidas em 2017 e 2018, respectivamente. Os três empreendimentos podem ser concebidos como projetos de infraestrutura de grande escala (PGEs). Conforme Ribeiro (2008), PGEs são “expressões extremas” do campo do desenvolvimento, devido à magnitude de seus impactos no território, possibilitando que áreas relativamente isoladas possam se conectar a mercados mais amplos.

Os PGEs têm características estruturais que lhes permitem ser tratados como “expressões extremas” do campo do desenvolvimento: o tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas que frequentemente criam; e a complexidade das redes que eles engendram. (RIBEIRO, 2008, p. 111).

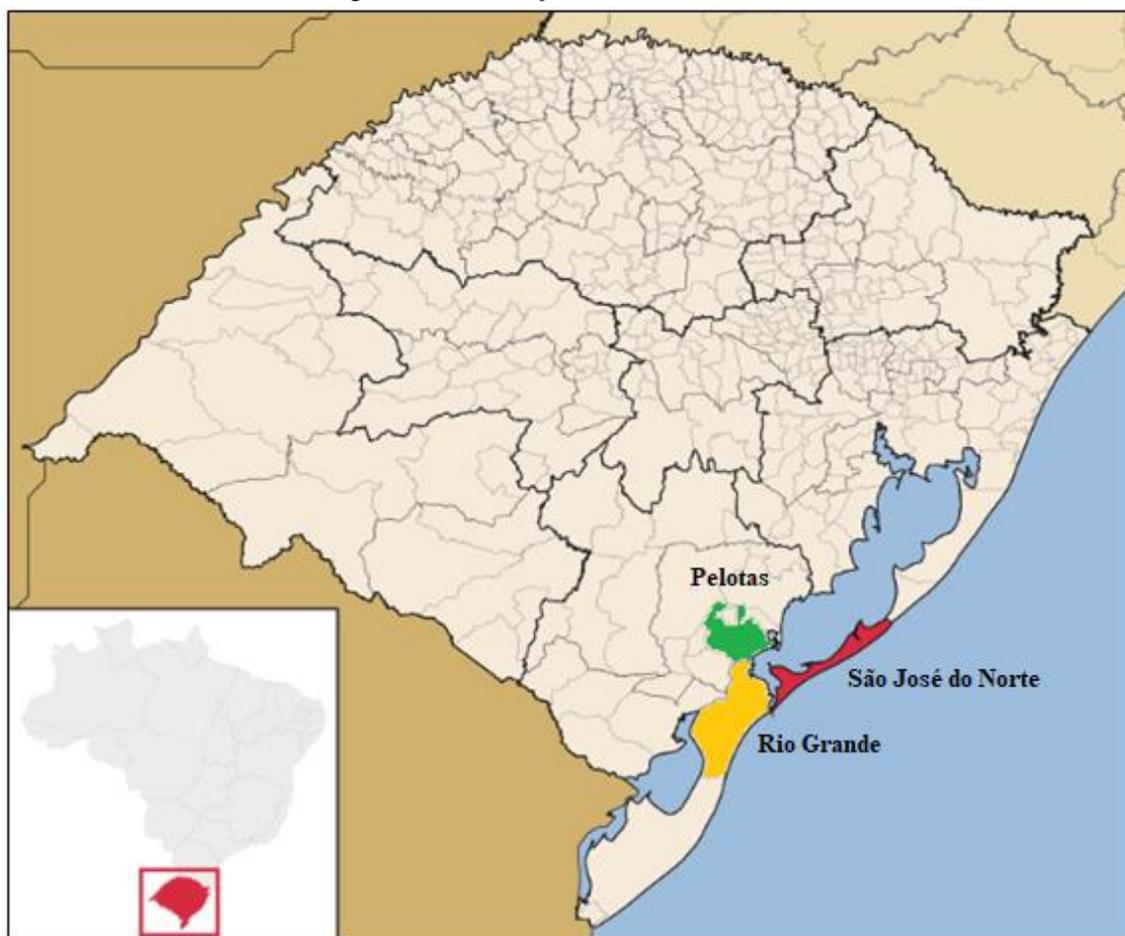
São José do Norte é um município pertencente à Metade Sul que possui uma população de 26.298 habitantes (FEE, 2017) e a peculiaridade de ser quase isolado geograficamente (Figura 1). O único acesso terrestre ocorre através da BR-101 pela cidade Tavares. O acesso por Rio Grande ocorre por meio do canal Miguel da Cunha, na Lagoa dos Patos, por onde são realizadas travessias de balsa para os automóveis e de lancha para os pedestres.

A economia nortense baseia-se na agricultura familiar, na pesca artesanal e no reflorestamento de *Pinus*. A monocultura da cebola, apesar da diminuição nos últimos anos, representa a principal produção do município. Em 2017, a cebolicultura ocupou 1.600 hectares e gerou R\$ 21.333³ (IBGE, 2017). Na pecuária, o rebanho bovino é o mais importante, dispondo de 53.764 cabeças em 2010. A pesca artesanal é responsável pela ocupação humana ao longo da orla lagunar do município. Em 2010, havia 2.612 pescadores artesanais dedicados a pesca da tainha, corvina, camarão-rosa, bagre, linguado e siri (HAR, 2014).

O município de São José do Norte dispõe de uma infraestrutura precária. Em 2010, 44,7% do abastecimento da água era realizado por poços artesanais e apenas 26,6% dos domicílios estavam ligados à rede geral de coleta e afastamento de esgoto (HAR, 2014). Essas carências somam-se à dependência, principalmente de Rio Grande, em termos de comércio, serviços (saúde e educação superior) e empregos (STORTTI, 2013).

³ O baixo valor referente à produção da cebola deve-se ao fato de alguns agricultores declararem rendimentos inferiores aos reais para acessarem programas sociais do governo federal.

Figura 1 – Localização de São José do Norte



Fonte: Elaborado pela autora.

Foi amplamente divulgado pelos empreendedores, e adotado pela maior parte das gestões municipais, o discurso de que os projetos a serem instalados em São José do Norte fomentariam o progresso do município⁴. A criação de empregos, o aumento na arrecadação de impostos e a “consequente” melhora dos serviços públicos eram os principais aspectos ressaltados. Nesse sentido, nos interessa compreender de que forma esse discurso típico da modernidade reproduzido e modificado pela população local, uma vez que tais promessas configuram demandas históricas dos nortenses.

Posto que as intervenções de desenvolvimento constituem um processo contínuo e negociado, não apenas a execução de um plano previamente especificado e com resultados esperados (LEWIS; MOSSE, 2006), sobretudo a mobilização contrária ao Projeto Retiro, levanta questionamentos quanto às consequências dessas iniciativas. A relação entre os projetos de desenvolvimento e a prática não ocorre como uma tradução instrumental, mas através de processos que são muitas vezes incontroláveis e com resultados incertos. Isso abre

⁴ Nos discursos dos mediadores entrevistados, a utilização do termo “progresso” aparece como sinônimo de desenvolvimento.

espaço para os atores intermediários que operam nas interfaces de diferentes visões de mundo e sistemas de negociação, relações e representações (LEWIS; MOSSE, 2006). As intervenções de desenvolvimento são resultantes de disputas e negociações entre atores pertencentes a diversas realidades (atores locais, representantes públicos e da empresa responsável pela implementação) que estabelecem relações que, embora permeadas por desigualdades de poder e de autoridade, sempre abrem possibilidade para o exercício da agência.

A partir desses apontamentos, o objetivo principal do presente estudo busca compreender de que forma o discurso da modernidade/colonialidade influencia as concepções de desenvolvimento de agricultores familiares e de pescadores artesanais de São José do Norte. Como objetivos específicos procurou-se:

- a) apreender de que modo são construídos os discursos sobre o atraso, a necessidade de progresso e quais são os seus efeitos na realidade nortense;
- b) compreender como a atração de projetos de infraestrutura de grande escala tornou-se o principal meio para o ingresso na “era do progresso”;
- c) identificar as expectativas causadas pelas promessas do desenvolvimento e como estas se modificam com o passar do tempo;
- d) analisar os discursos e as práticas que tensionam a crença no desenvolvimento ao se deparar com as intervenções de desenvolvimento.

1.2 COMO ANALISAR OS DADOS

Com o objetivo de apresentar o percurso metodológico adotado neste estudo, iniciaremos relatando como ocorreu a inserção e a realização da pesquisa de campo. Em abril de 2016, cheguei em São José do Norte para uma estadia com duração de dois meses. Os primeiros dias foram dedicados, conforme destacado por Brandão (2007, p. 14), ao “primeiro nível do sentir, sentir como é que o lugar é, como é que as pessoas são, como é que eu me deixo envolver”. Posteriormente, foi iniciada uma pesquisa documental na Biblioteca Pública Municipal Delfina da Cunha. Na pesquisa secundária pude ter contato com diversas reportagens e materiais antigos elaborados pela prefeitura que serão apresentados no decorrer deste estudo.

Por se situar na área urbana e possuir uma periodicidade, escolhi a feira de produtos orgânicos, organizada pelo Grupo de Agroecologia ECONORTE, como canal de ingresso

para o meio rural. Ao me apresentar como pesquisadora, no entanto, fui surpreendida por um integrante do grupo, que me questionou sobre quem teria me mandado para dizer que “o projeto é bom para a cidade”. Conforme o registrado no diário de campo

Ao me apresentar como estudante, um agricultor me questionou sobre quem teria me mandado para dizer que o projeto é bom para a cidade. Na hora entendi que não se referia ao estaleiro, que já estava em construção há quase um ano. Ele disse que aparecem muitos alunos aqui fazendo seus trabalhos. Tentei explicar que estava interessada nos impactos causados pelo estaleiro que apresentou como justificativa para sua instalação o desenvolvimento de São José do Norte. Ele me disse que não acha que esses projetos vão trazer o progresso. (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

O agricultor estava se referindo ao projeto de mineração e, apesar do choque inicial, uma vez realizados os esclarecimentos sobre a pesquisa, passei a ser bem aceita e a frequentar a feira todas as semanas, inclusive as reuniões do Grupo, que ocorrem uma vez por mês. Alguns produtores de orgânicos acabariam se tornando meus amigos e os principais informantes durante minha estadia no município.

No ano anterior, havia ocorrido uma mudança na prefeitura de São José do Norte, em decorrência da acusação de utilização de caixa 2. A chapa eleita, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi substituída pela chapa do Partido dos Trabalhadores (PT) – segunda colocada no pleito de 2012. Essa mudança fez com que eu optasse por entrevistar novamente alguns representantes públicos considerados importantes para a compreensão da realidade nortense visando observar possíveis mudanças na postura dos gestores municipais. Ao entrevistar o novo Secretário da Agricultura e Pesca, por exemplo, tive acesso a uma lista atualizada com os contatos dos presidentes das associações rurais. Ademais, citar a indicação de um representante público legitimava a solicitação da entrevista e tranquilizava o entrevistado de abrir as portas de sua casa para uma estranha. Em determinado momento, fui parada na rua por um político, que relatou ter recebido o telefonema de um agricultor, ao qual eu havia solicitado uma entrevista, para se certificar de que eu seria uma pessoa de confiança.

Diferentemente do que a maioria dos estudos sobre pesquisa de campo costuma apontar, o fato de ser mulher e ter ido para São José do Norte sem conhecer ninguém foi visto como um ato de coragem, motivo pelo qual fui não só aceita, mas acolhida principalmente pelas lideranças femininas – estas se tornariam amigas com as quais mantive contato mesmo após a finalização da pesquisa. Apesar de o setor primário em São José do Norte ser bastante machista, conforme relatado por mulheres nortenses, os homens também foram extremamente receptivos.

Além de abrirem as portas de suas casas para concederem entrevistas, durante as visitas, geralmente com a duração de um turno, devido às dificuldades de locomoção, eu era

recebida com saborosas refeições. Muitos se disponibilizaram inclusive a me apresentar aspectos da realidade nortense que julgavam importantes. Foi assim que pude, por exemplo, conhecer as localidades da Várzea, Passinho e Capivaras⁵ e presenciar as Bandeiras de Rosário na localidade do Estreito, acontecimento religioso recentemente retomado no município.

O evento consiste em quatro cavaleiros montados a cavalo, em que dois carregam bandeiras da Nossa Senhora do Rosário, um toca um tambor e o outro leva uma bolsa em que recolhe o dinheiro doado pelos moradores para a grande festa comunitária a ser ocorrida no dia 13 de maio. Os donos das casas pegam as bandeiras e entram com ela em todos os cômodos pedindo bênçãos. Esse acontecimento, chamado de Bandeiras do Rosário, refere-se à comunidade negra, embora sejam recebidos por todos os moradores. Em outra data, ocorrem as Bandeiras do Divino Espírito Santo, referente à comunidade branca da localidade. (DIÁRIO DE CAMPO, 2016)

Juntamente com o trabalho de campo foram adotadas diferentes técnicas de investigação etnográfica, tais como observação participante, diário de campo, informantes e entrevistas. O trabalho de campo é compreendido como um espaço de vivência no qual o envolvimento pessoal do pesquisador com o contexto de pesquisa e com as pessoas torna-se um dado importante a ser incorporado pelo estudo (BRANDÃO, 2007).

A adoção de técnicas etnográficas possibilita a realização da descrição de aspectos da vida social incorporando a perspectiva das pessoas, ou seja, os significados associados pelos próprios atores e não apenas aquilo que o pesquisador compreende (RESTREPO, 2011, 2015). A etnografia possibilita ao pesquisador inserção nas tramas da vida cotidiana ao lado dos atores – ainda que não se confunda com eles – no transcorrer dos acontecimentos. Isso proporciona a compreensão das regularidades e variações dos discursos e das práticas existentes, assim como a distribuição do poder e da autoridade entre os atores envolvidos (ROCHA; ECKERT, 2008).

A pesquisa etnográfica, constituindo-se no exercício de olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao pesquisador ou à pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado, através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta. (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 9).

Apesar de configurar um conhecimento situado, uma vez que se refere a relações entre práticas e significados para determinadas pessoas acerca de algo particular, a utilização de técnicas etnográficas não impede que possamos generalizar algumas coisas. A manutenção do desejo pelo desenvolvimento pela população de São José do Norte, por exemplo, pode nos

⁵ Localidades caracterizadas pela grande presença de pescadores artesanais e pelo difícil acesso por meio do transporte coletivo.

apresentar aspectos que contribuam para a compreensão da hegemonia do desenvolvimento na atualidade, a despeito do constante fracasso dos projetos de desenvolvimento. Conforme Restrepo (2015, p. 164), “a etnografia é uma perspectiva que, embora sempre dependente dos pequenos fatos que estão nas atividades e significados de pessoas concretas, não supõe negar falar de ‘grandes questões’”.

Foi com o objetivo de realizar a observação participante que optei pela permanência em São José do Norte durante dois meses. Essa técnica possibilita que o pesquisador, ao participar da vida cotidiana das pessoas, compreenda determinados aspectos da realidade analisada (BRANDÃO, 2007). Ao colocar o pesquisador em contato direto com o fenômeno analisado, observando as pessoas em sua própria realidade, a observação participante permite captar fenômenos que não são possíveis de serem obtidos através da realização de entrevistas (NETO, 2002).

A ideia subjacente, muito simples, mas com um grande alcance, é que através da sua presença o pesquisador pode observar e registrar, desde uma posição privilegiada, como as coisas são feitas, quem as executa, quando e onde. Testemunhar o que as pessoas fazem permite ao pesquisador entender em primeira mão as dimensões fundamentais daquilo que lhe interessa da vida social. Isso permite acessar a um tipo de entendimento e dados que outras técnicas de pesquisa são incapazes de alcançar. (RESTREPO, 2011, p. 12-13)⁶

Além do dia a dia nortense, busquei participar das mais variadas atividades realizadas, como o Fórum da Lagoa dos Patos, as reuniões do Grupo de Agroecologia ECONORTE e do Conselho Municipal de Produção, entre outros eventos, não somente ligados ao setor primário.⁷

A utilização de informantes durante a pesquisa foi um processo natural decorrente do estabelecimento de relações de proximidade e de amizade. Conforme a definição de Restrepo (2011), o informante é a pessoa com que o pesquisador estabelece uma prolongada relação e que constitui uma fonte de conhecimento da realidade analisada. Devido à manutenção de contatos com alguns informantes após a finalização da pesquisa de campo, estes foram de grande importância no decorrer da escrita da tese, sempre que algum questionamento sobre a

⁶ Todas as traduções de extratos em língua estrangeira são de autoria própria.

⁷ Entre esses eventos destacam-se o Fórum da Cultura Negra, atividade integrante do “Abril pra Cultura”, organizado pela Secretaria da Educação e Cultura, e a sensibilização para a implantação do Programa de Boas Práticas Agropecuárias em Bovinos de Corte à Produção Rural, oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

realidade nortense surgia. Cheguei a enviar a um informante um artigo, elaborado para a participação em um evento, o qual me foi respondido com diversas sugestões.⁸

Entre 2014 e 2017, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 43 mediadores sociais.⁹ Apesar de configurarem grupos distintos e com diferentes capacidades de trânsito e influência, todos os entrevistados foram concebidos como mediadores. As entrevistas realizadas em 2014 e 2015 pertenciam à pesquisa exploratória. Em 2017 foram realizadas as últimas entrevistas, numa ida à campo que buscou preencher as lacunas surgidas a partir da análise dos dados coletados. Alguns mediadores foram entrevistados mais de uma vez, seja pela insuficiência de informações pertinentes ao estudo, seja por configurarem atores-chaves e, portanto, disporem de informações atualizadas sobre os processos analisados.

Os atores do meio rural entrevistados foram selecionados a partir da posição de liderança ocupada entre os seus pares. Em São José do Norte existem 16 associações, duas cooperativas¹⁰ – dos Agricultores Familiares (COOAFAN) e dos Pescadores Artesanais (COOPANORTE) – além da Colônia de Pescadores e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os representantes dessas organizações são responsáveis por estabelecer um diálogo com os representantes públicos para o atendimento às demandas dos seus associados, portanto atuam como mediadores entre diferentes domínios sociais.

Velho (2000, p. 82) define mediadores como “indivíduos cuja existência se caracteriza por uma forte mobilidade entre domínios sociais, com experiências variadas e contraditórias, propiciando a efetivação de metamorfoses, mudanças radicais de papéis [...]”. A circulação entre diferentes universos possibilita que alguns atores desenvolvam o potencial, com maior ou menor sucesso, de estabelecer a comunicação entre diversos grupos e categorias sociais (VELHO, 2000, 2001). Aos políticos, por exemplo, é exigida a constante atuação como mediadores, mas, conforme destaca Velho (2001), esse papel também se faz presente no campo de atuação de lideranças de bairros, locais, comunitárias, etc.

Velho (2000) destaca que a importância do mediador consiste em atuar nas situações de negociação entre diferentes esferas de poder, portanto implica no cruzamento de fronteiras significativas. Ao interagir com universos sociais marcados por visões de mundo distintas, o

⁸ FREITAS, Gabriella R. de. “Não adianta vir o progresso para 10 e destruir para mil”: a Rio Grande Mineração em São José do Norte. In: SEMINÁRIO DISCENTE PPGS - UFRGS, 5., 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

⁹ Dentre as entrevistas realizadas, 17 foram com lideranças dos agricultores, 10 com lideranças da pesca, 10 com representantes públicos, 2 com integrantes do movimento ambientalista e 4 entrevistas com lideranças pertencentes a outros campos.

¹⁰ São José do Norte possui três distritos que são subdivididos em localidades (regiões rurais). O Primeiro Distrito possui sede na cidade de São José do Norte, que é a única parte urbana. As associações geralmente se referem a uma localidade, embora possam abranger mais de uma.

mediador é a pessoa responsável por interpretar as informações e estabelecer pontes entre os atores envolvidos. Conforme o autor, uma característica presente no mediador é o seu potencial de metamorfose, o qual destaca que a sua atuação vai além de uma troca de papéis. Ao estabelecer a negociação entre realidades distintas por meio do seu trânsito entre diferentes universos, o mediador está constantemente criando novas realidades.

Caberia ainda ressaltar que, ao estabelecer a comunicação entre diferentes grupos e categorias sociais, o mediador demonstra os conflitos e as tensões existentes nas relações entre diferentes visões de mundo, o que nos remete a sua importância como agente de transformação (VELHO, 2000, 2001). Para Velho (2001, p. 27), “a sua atuação tem o potencial de alterar fronteiras, com o seu ir e vir, transitando com informações e valores”.

Em São José do Norte, o acesso a uma lista com o contato dos presidentes das associações existentes facilitou a realização de entrevistas com os mediadores entre o meio rural e outros universos. No entanto, devemos destacar que nem todos os presidentes indicados pela lista representam as reais lideranças de algumas localidades. Nesses casos, foram entrevistados aqueles apontados pelos informantes como as lideranças efetivas nas comunidades.

A reunião do Conselho Municipal de Produção (CMP) foi o principal local onde pude observar a atuação dos mediadores do meio rural.¹¹ O CMP reúne uma vez por mês, na Câmara de Vereadores, todas as associações e demais organizações dos agricultores familiares e pescadores artesanais. Nesta reunião são contemplados inúmeros assuntos relacionados ao setor primário, desde a aprovação de projetos até a concessão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).¹² Inúmeros momentos são marcados pela tensão estabelecida entre atores do meio rural e os representantes da prefeitura. Conforme o registro no diário de campo:

Durante a leitura da ata da reunião anterior, Mário ficou bravo porque afirmaram algo que ele não havia dito sobre a mudança na forma de votação no Conselho. Anteriormente, cada associação tinha direito a voto, no entanto, com a aprovação de uma mudança, cada Distrito, que é composto por várias associações, passou a eleger um representante, o único com direito a voto. Isso reduziu o poder decisório dos representantes do meio rural. Foi relatado que quando o Executivo quer aprovar alguma coisa, é só ele mandar todos os seus secretários com direito a voto (6) que sempre são maioria, uma vez que agora as associações possuem apenas três votos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2016)

¹¹ Por ser um município com uma população pequena, onde todos os moradores se conhecem, também é normal as lideranças procurarem diretamente os políticos para cobrarem as demandas da sua localidade.

¹² As solicitações de novas DAPS são aprovadas no CMP. O presidente da associação da qual pertence o solicitante deve confirmar que este é um agricultor familiar, um dos requisitos necessários para receber a Declaração. Com o acesso à DAPS, o produtor pode acessar às políticas públicas do governo federal direcionadas aos agricultores familiares.

Já mencionada anteriormente, também foi realizada uma pesquisa documental acerca da realidade de São José do Norte e dos projetos relacionados ao município. Iniciada anteriormente à pesquisa de campo, a pesquisa documental de maior relevância foi realizada através do acesso a reportagens e materiais existentes na Biblioteca Pública Municipal. Também foi utilizado o material referente à instalação do estaleiro EBR disponível na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. No que concerne ao projeto de mineração, todo o processo foi acessado através do site do IBAMA.¹³ Por meio do site do órgão ambiental, foi possível também a consulta ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto Retiro e às transcrições das audiências públicas. Deve-se ainda ressaltar a utilização de materiais audiovisuais, como as gravações do “Fórum de Comunidades Tradicionais” – registro cedido por um informante – e da audiência pública “Os Impactos dos Projetos de Mineração em São José do Norte”,¹⁴ ocorrida em agosto de 2017.

Optei por proteger a identidade dos entrevistados, suprimindo seus nomes ou substituindo-os. Foram inúmeros os relatos de temor em relação a possíveis represálias por parte da empresa de mineração, referindo-se mais especificamente à organização de um movimento de resistência ao empreendimento. Adotamos essa postura também nos trechos de entrevistas de representantes públicos e naqueles retirados de documentos públicos, com o propósito de não colocar em perigo ou causar algum inconveniente aos envolvidos. Apenas foram identificados atores que representavam instituições ou grupos que não se encontram inseridos na realidade nortense – a exceção foi o posicionamento da atual prefeitura acerca do projeto minerário, durante a audiência pública ocorrida em 2017.

A proteção aos entrevistados por si só já justificaria a adoção do anonimato, no entanto, Fonseca (2008) também aponta motivos de cunho metodológico para isso. Para a autora, a ausência de identificação ou o uso de pseudônimos é uma forma de lembrar que o texto etnográfico é “forjado” pelo pesquisador. Nas suas palavras (2008, p. 49), “o uso de pseudônimos em nossos textos é uma maneira de lembrar a nossos leitores e a nós mesmos que não temos a pretensão de restituir a ‘realidade bruta’”. Portanto, o anonimato seria uma forma do pesquisador assumir sua autoria, o que fica exemplificado pelo fato de nem sempre o entrevistado se identificar com a fala a ele conferida.

O presente estudo estrutura-se em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. No capítulo a seguir, apresentamos os fundamentos teóricos e conceituais que

¹³ Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Mineracao/Projeto%20Retiro/Processo%20Digitalizado/>. Acesso em: 7 abr. 2016.

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oIe0MmCBw10&t=3s>. Acesso em: 12 dez. 2017.

orientam o trabalho. Partimos da apresentação dos principais pressupostos do Grupo Modernidade/Colonialidade e do pós-desenvolvimento para argumentar que sob o discurso do desenvolvimento se perpetua uma lógica colonial que faz com que projetos de desenvolvimento permaneçam sendo reproduzidos, apesar dos seus sucessivos fracassos e dos impactos negativos para as populações pobres.

No Capítulo 3, partimos da contextualização histórica da construção da Metade Sul de modo a possibilitar a compreensão da sua manutenção até os dias atuais e de que forma isso apresenta reflexos na visão dos nortenses acerca do atraso da localidade. Na seção seguinte, adentramos na realidade de São José do Norte e na importância desempenhada pelo município na defesa dos territórios em posse portuguesa, em contraste com a situação atual de praticamente abandono pelo Estado brasileiro. A seguir, apresentamos o que representa o desenvolvimento para os atores do meio rural e para os representantes públicos locais. Finalizamos o capítulo com a apresentação da relação histórica do município com projetos de desenvolvimento, entre os quais a maioria não chegou a se concretizar.

O Capítulo 4 destina-se à análise da instalação e dos efeitos do Estaleiros do Brasil em São José do Norte. Para isso, iniciamos com uma breve contextualização da retomada do setor de construção naval no Brasil. É nesse contexto que surge o Polo Naval de Rio Grande, localizado na Metade Sul do Rio Grande do Sul, e que se tornou o centro econômico da região. Devido a sua proximidade, São José do Norte recebeu a instalação de um estaleiro que integra o Polo Naval de Rio Grande. Dedicamos atenção especial ao processo de remoção dos moradores da comunidade Vila Nova, localizada nas proximidades da construção do estaleiro e justificada pelo discurso de fomento ao progresso do município.

Por fim, o último capítulo tem como objetivo apresentar as controvérsias suscitadas pela possibilidade de instalação de um empreendimento minerário no município nortense. Uma vez que esta configura a terceira tentativa de exploração de minério em São José do Norte, iniciamos o capítulo apresentando este histórico. Argumentamos que a realização das audiências públicas referentes ao empreendimento realizadas pelo IBAMA, somada ao andamento do processo de licenciamento ambiental, desempenhou papel fundamental para a posterior organização de uma resistência à mineração. Ainda devemos considerar o efeito causado pela divulgação de que o projeto de mineração apresentaria um conflito locacional com o Complexo Eólico Ventos do Atlântico.

2 MODERNIDADE, COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO

Esse capítulo é dedicado a apresentar os fundamentos teóricos e conceituais que orientam esse estudo. O capítulo está organizado em torno de duas temáticas: o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) e a crítica ao desenvolvimento que se tornou conhecida como pós-desenvolvimento. Na primeira parte, iniciamos traçando a genealogia do Grupo M/C e os seus principais pressupostos. Na seção seguinte, será debatido a colonialidade do poder, perspectiva desenvolvida pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano. Finalmente, será brevemente discutida a necessidade/capacidade das populações subalternizadas de provocarem um rompimento com a manutenção da colonialidade para que seus saberes e experiências deixem de ser oprimidos e invisibilizados.

Na segunda parte do capítulo, dedicada ao pós-desenvolvimento, primeiramente apresentamos um panorama geral da perspectiva, sua formação e diferenças em relação às críticas ao desenvolvimento até então elaboradas. Na seção seguinte, discutimos a vinculação de alguns autores do pós-desenvolvimento ao Grupo Modernidade/Colonialidade por meio da crítica à modernidade. Por fim, são debatidas as críticas direcionadas ao pós-desenvolvimento e como estas podem contribuir com as lacunas existentes na perspectiva em discussão.

2.1 O GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE E A CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO

Podemos identificar as origens do Grupo Modernidade/Colonialidade no conjunto de contribuições teóricas que adquiram evidência acadêmica nas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra, a partir dos anos 1980, e que se denominou pós-colonialismo (BALLESTRIN, 2013). Os estudos pós-coloniais são constituídos por uma diversidade de contribuições, mas que apresentam como característica comum o esforço por demonstrar que, mesmo com o fim do colonialismo,¹⁵ as sociedades periféricas permaneceram sendo tratadas a partir da sua funcionalidade em relação aos países centrais. O “pós” não indica um sentido cronológico que remete ao tempo histórico em que ocorreram os processos de descolonização,

¹⁵ Apesar do término oficial do colonialismo, as Nações Unidas reconhecem a existência de dezessete territórios não autônomos atuais: Saara Ocidental, Anguilla, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas (Ilhas Falkland), Montserrat, Santa Helena, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Gibraltar, Samoa Americana, Polinésia Francesa, Guam, Nova Caledônia, Ilhas Picárnia e Toquelau. Dez destes territórios são administrados pelo Reino Unido e três pelos Estados Unidos (UNITED NATIONS, 2017).

mas sim a perpetuação das situações de opressão estabelecidas entre os países centrais e os periféricos.

Embora Costa (2006) associe o pós-colonialismo com o desenvolvimento dos estudos pós-estruturalistas e pós-modernos, Ballestrin (2013) ressalta que os primeiros pensadores pós-coloniais podiam ser encontrados anteriormente à sua institucionalização no meio acadêmico. Esse pós-colonialismo se desenvolveu ainda durante o período colonial, no qual os sujeitos subalternizados identificaram e denunciaram o estabelecimento de uma relação antagônica entre colonizador e colonizado. Por apresentarem forte ligação com os movimentos de independência, sobretudo na África e na Ásia, esses escritos pós-coloniais precursores podem ser denominados como “pós-colonialismo anticolonial” (BALLESTRIN, 2017).

Os principais autores do “pós-colonialismo anticolonial” foram Franz Fanon, Aimé Césaire e Amílcar Cabral.¹⁶ Franz Fanon (1925-1961) foi um psiquiatra e ensaísta nascido na Martinica que militou pela independência da Argélia. Suas obras *Pele negra, máscaras brancas* (1952) e *Os condenados da terra* (1961) continuam exercendo relevante influência no meio acadêmico. Aimé Césaire (1913-2008), também nascido na Martinica, foi um poeta, ensaísta e um dos ideólogos do conceito de negritude. Sua principal obra foi *Discurso sobre o colonialismo*, lançada em 1955. Amílcar Cabral (1924-1973) foi um agrônomo e poeta nascido na Guiné-Bissau. Fundador do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau (PAIGC), Cabral aderiu à luta armada e morreu assassinado.

Outro autor de grande destaque nos estudos pós-coloniais e que viria a somar-se aos precursores do pós-colonialismo é Edward Said.¹⁷ Tal como a perspectiva iniciada por Fanon, Said buscou apresentar a perspectiva do colonizado e, assim, desconstruir o discurso colonial forjado pela modernidade. Influenciado por Foucault, na obra *Orientalismo* ([1978] 2007), o autor demonstrou como a história moderna – possibilitada por uma identidade criada através de uma trama de regularidades discursivas que se torna verdade –, ao definir o Oriente a partir de uma distinção binária com o Ocidente, também construiu a si próprio como Ocidente. Enquanto o Ocidente é descrito como civilizado e desenvolvido, o Oriente é pensado como o seu oposto homogêneo, sendo denominado selvagem, atrasado e subdesenvolvido, ou

¹⁶ Ambos os autores eram negros e militantes de causas do povo negro.

¹⁷ Nascido na Palestina, Said (1935-2003) foi crítico literário, intelectual e militante da causa palestina. O que distingue Said dos autores do “pós-colonialismo anticolonial” foi o seu ingresso no mundo acadêmico. O autor visava a consolidação do orientalismo como uma disciplina acadêmica em universidades europeias e norte-americanas.

seja, como tudo o que o Ocidente não é (SAID, 2007). A partir disso, o pós-colonialismo buscou

[...] reinserir, reinscrever o colonizado na modernidade, não como o outro do Ocidente, sinônimo do atraso, do tradicional, da falta, mas como parte constitutiva essencial daquilo que foi construído, discursivamente, como moderno. Isso implica desconstruir a história hegemônica da modernidade, evidenciando as relações materiais e simbólicas entre o “Ocidente” e o “resto” do mundo, de sorte a mostrar que tais termos correspondem a construções mentais sem correspondência empírica imediata. (COSTA, 2006, p. 121).

No final da década de 1970, no sul da Ásia, se formou o Grupo de Estudos Subalternos. O reconhecimento viria na década seguinte, através dos autores indianos Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakravorty Spivak. A partir do conceito de subalternidade desenvolvido por Antonio Gramsci,¹⁸ o objetivo desses intelectuais era fazer com que o subalterno se tornasse sujeito da sua própria história (CHAKRABARTY, 2010).

A obra lançada por Spivak, *Pode o subalterno falar?* ([1985] 2010), causou grande impacto nos estudos pós-coloniais. Subalterno é aquele que é impossibilitado de falar. A autora destaca que o intelectual não pode falar pelo subalterno visto que a sua fala se encontra imbricada no discurso hegemônico (SPIVAK, 2010). Ao chamar atenção para a questão do lugar de onde se fala, Spivak esclarece que a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços nos quais o subalterno possa falar e ser ouvido – espaços esses rejeitados pelo discurso moderno que produz conhecimentos e saberes com pretensões universais.

Na década de 1980, o debate pós-colonial se difundiu para o campo da crítica literária e dos estudos culturais. Os autores com maiores destaques foram o indiano Homi Bhabha, o jamaicano Stuart Hall e o inglês Paul Gilroy.¹⁹ O conceito de hibridização desenvolvido por Bhabha apontou para um aspecto até então não abordado pelos estudos pós-coloniais. Segundo o autor, na relação colonial ocorre a hibridização de cadeias de significações, fazendo com que o colonizado não apenas imite o colonizador, mas também esvazie a simbologia da dominação. Isso faz com que o discurso híbrido não seja nem o discurso do colonizador, nem o discurso do colonizado, mas uma elaboração nova, abrindo inclusive espaço para a subversão do discurso hegemônico (BHABHA, 1998).

¹⁸ Na obra de Gramsci, o conceito de subalternidade remete às classes subalternas que se encontram excluídas do acesso ao poder.

¹⁹ Caberia destacar a importância exercida pela circulação dos autores do pós-colonialismo por diferentes países, sobretudo, do Sul em direção ao Norte. Estar no Primeiro Mundo torna evidente o sentimento terceiro-mundista, impactando nos indivíduos e no modo como estes se inserem no meio acadêmico.

Em meados da década de 1990, ocorreria o ingresso da América Latina no debate pós-colonial. A fundação do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos²⁰ ocorreu a partir de encontros de intelectuais latino-americanos e americanistas localizados nos Estados Unidos.²¹ O grupo de intelectuais recém-formado estabeleceu forte vínculo com os estudos subalternos sul-asiáticos, o que fez com que, desde a sua fundação, se tornasse alvo de duras críticas. O grupo latino-americano mostrou-se incapaz de romper com a episteme ainda centrada no Norte, marcada pela forte influência de Foucault e de Gramsci, além de tomar como referência experiências coloniais bastante distintas daquelas ocorridas na América Latina (BALLESTRIN, 2013). Mignolo destacou-se como a voz mais crítica ao novo grupo formado.

Walter Mignolo aproveita também alguns elementos das teorias pós-coloniais para realizar uma crítica dos legados coloniais na América Latina. Mas, ao contrário de Ileana Rodríguez e de outros membros do Grupo de Estudos Subalternos, Mignolo pensa que as teses de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e de outros teóricos indianos não deveriam ser assumidas e transferidas para uma análise do caso latino-americano. [...] Mignolo afirma que as teorias pós-coloniais têm seu lócus de enunciação nas heranças coloniais do império britânico e que é necessário, portanto, buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu lócus na América Latina. (CASTRO-GÓMEZ; MENDIETA, 1998, p. 17).

Concomitantemente à desagregação dos estudos subalternos latino-americanos, no final da década de 1990, teve início uma série de encontros que dariam origem ao Grupo Modernidade/Colonialidade. O ponto de partida foi o encontro realizado em 1998, na Universidade Central da Venezuela, apoiado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Reuniram-se pela primeira vez o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o semiótico argentino Walter Mignolo, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander e o antropólogo venezuelano Fernando Coronil (BALLESTRIN, 2013; RESTREPO; ROJAS, 2010).

Ainda em 1998, no Congresso Mundial de Sociologia realizado em Montreal, no Canadá, Edgardo Lander organizou o simpósio “Alternativas al eurocentrismo y colonialismo en el pensamiento social latinoamericano contemporáneo”. Como parte dos trabalhos desenvolvidos, em 2000, foi lançada a mais importante publicação do Grupo, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (RESTREPO; ROJAS, 2010). Os encontros persistiram durante os anos 2000, resultando em

²⁰ O Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos foi originalmente formado por Ileana Rodríguez, John Beverley, Robert Carr, José Rabasa e Javier Sanjinés (BALLESTRIN, 2013).

²¹ A reimpressão do artigo “Colonialidad y modernidad-racionalidad”, de Aníbal Quijano, em 1992, foi o marco inicial para organização do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, mostrando desde já uma proximidade com o Grupo Modernidade/Colonialidade, que se formaria posteriormente.

outras publicações: “Pensar (en) los intersticios. Teoría y práctica de la crítica poscolonial” (1999); “La reestructuración de las ciencias sociales en América Latina” (2000); “The Modern/Colonial/Capitalism World-System in the Twentieth Century” (2002) (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

Segundo Escobar (2005a), o Grupo M/C apresenta uma variedade de influências, sobretudo aquelas consideradas marginais e subalternas na academia. No que se refere à produção latino-americana, destacam-se os debates na Filosofia e nas Ciências Sociais sobre nações, como a filosofia da libertação e de uma ciência social autônoma (a partir das contribuições de Enrique Dussel, Rodolfo Kush, Orlando Fals Borba, Pablo González Casanova e Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates sobre modernidade e pós-modernidade dos anos 1980; o debate sobre hibridização na antropologia e os estudos culturais nos anos 1990; e o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Fora da América Latina, buscou-se inspiração nas teorias críticas da modernidade elaboradas por europeus e norte-americanos, na filosofia africana, no grupo sul asiático de estudos subalternos e na teoria feminista chicana.

Embora a maior parte dos integrantes do grupo seja latino-americana, não se pode dizer que o coletivo pertença geograficamente ao continente americano. A América Latina deve ser compreendida mais como um espaço epistêmico do que como uma região (ESCOBAR, 2005a). Ademais, embora tenha suas raízes nas experiências latino-americanas, estes intelectuais se mantiveram em constante diálogo com o restante do mundo. Também integram o grupo os norte-americanos Immanuel Wallerstein e Catherine Walsh, além do português Boaventura de Sousa Santos.²²

O Grupo Modernidade/Colonialidade pode ser compreendido como o herdeiro dos estudos pós-coloniais (sobretudo do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos), entretanto, há diferenças importantes entre ambas as perspectivas. Conforme Restrepo e Rojas (2010): a) enquanto os estudos pós-coloniais apresentam uma genealogia mais vinculada ao pós-estruturalismo francês (Foucault, Derrida, Lacan e Gramsci),²³ o Grupo M/C busca inspiração principalmente em produções marginalizadas e latino-americanas; b) as experiências históricas e os lócus de enunciação também são diferentes. Para o Grupo M/C, as

²² Immanuel Wallerstein criou a teoria do sistema-mundo moderno. Catherine Walsh é coordenadora do doutorado em Estudos Culturais Latino-Americanos da Universidade Andina Símon Bolívar, no Equador, e Boaventura de Sousa Santos é professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Portugal.

²³ Restrepo e Rojas (2010) ressaltam que, embora haja integrantes do grupo que destaquem a vinculação do pós-estruturalismo ao eurocentrismo (como Grosfoguel), há outros que são mais influenciados por esse paradigma do que reconhecem.

experiências coloniais remontam à América Latina e ao Caribe, sendo assim, se referem à emergência do sistema-mundo a partir da invasão do continente americano no século XVI. Já os estudos pós-coloniais relacionam-se com as experiências ocorridas na Ásia e na África, portanto, dizem respeito ao período de aprofundamento da modernidade a partir da substituição das potências Portugal e Espanha pela Inglaterra no século XVIII – o que se denominou segunda modernidade; e c) os estudos pós-coloniais operam no espaço de problematização provocado pelo colonialismo, enquanto para o Grupo M/C esse espaço é constituído pela colonialidade.

O conceito de colonialidade foi desenvolvido para se diferenciar do colonialismo. O último refere-se ao período histórico que teve início no século XVI com a expansão marítimo-comercial europeia, marcando a transição do feudalismo para o capitalismo. Já a colonialidade descreve uma matriz de poder – como veremos a seguir, chamada por Quijano de colonialidade do poder – que estrutura o mundo moderno e se reproduz até os dias atuais. O colonialismo foi uma expressão histórica constitutiva da colonialidade, todavia, a colonialidade suplantou a necessidade da existência do colonialismo para se manter.

A colonialidade refere-se à formação da modernidade. Segundo Mignolo (2007a), a modernidade é o nome do processo histórico no qual a Europa iniciou o seu caminho até conquistar a hegemonia e a colonialidade é o seu lado obscuro. A modernidade deve ser concebida como uma construção europeia da história a favor dos interesses europeus. A adoção da “/” no nome do grupo serve para indicar a relação de constituição entre a modernidade e a colonialidade – uma não existe sem a outra – ou seja, o “progresso” da modernidade não é possível sem que ocorra junto com ele a violência e a desumanização provocada pela colonialidade (MIGNOLO, 2007a; RESTREPO; ROJAS, 2010). A colonialidade busca demonstrar que a lógica oculta por trás do discurso da salvação e do desenvolvimento/progresso impõe o controle, a dominação e a exploração.

Dussel (2005) destaca a existência de dois conceitos de modernidade. O primeiro vincula-se à ideia de uma modernidade emancipatória, sendo concebida como uma “saída” da imaturidade por um esforço da razão. O segundo baseia-se numa visão de modernidade em um sentido mundial que teve início com o estabelecimento do sistema-mundo moderno. Esse sistema iniciou com a expansão portuguesa durante o século XV e com a invasão da América, possibilitando que todo o planeta se tornasse o lugar de uma só História Mundial.

Segundo Escobar (2005a), a primeira definição de modernidade (a hegemônica) historicamente teve sua origem temporal e espacial no século XVII, no norte da Europa,

vinculada aos processos da Reforma, do Iluminismo e da Revolução Francesa. Tal concepção apresenta uma visão eurocêntrica do processo, uma vez que indica como pontos de partida da modernidade fenômenos intraeuropeus e seu posterior desenvolvimento necessita unicamente da Europa para a compreensão do processo (DUSSEL, 2005). Sociologicamente, a modernidade é marcada pela existência de determinadas instituições, tal como o Estado-nação, além de traços básicos de individualidade e de reflexividade. Culturalmente, ocorre a apropriação de certas competências culturais, como o conhecimento especializado associado ao capital e aos aparatos administrativos do Estado. Por fim, filosoficamente, a modernidade marca o surgimento da noção de “Homem” separada do natural e do divino, como produtor de todo o conhecimento e do ordenamento do mundo (ESCOBAR, 2005a).

Para Dussel (2005), a modernidade criou um mito no qual apresenta o seu núcleo racional como a “saída” da humanidade de um estado de imaturidade regional. O mito da modernidade justifica uma *práxis* irracional da violência, uma vez que a civilização moderna europeia, se autodescrevendo como superior, possui como exigência moral a obrigação de desenvolver os “primitivos” e os “bárbaros”. Visto que o único caminho a ser seguido deve ser aquele traçado pela Europa – um desenvolvimento unilinear chamado pelo autor de “falácia desenvolvimentista” –, caso os “primitivos” resistam a esse processo civilizador é justificável o exercício da violência (tal como o ocorrido durante o período colonial). O exercício da violência é concebido como uma necessidade, um sacrifício, em nome do caráter “civilizatório” da modernidade. Dessa forma, a modernidade nega a alteridade, fazendo com que todas as culturas e sociedades do mundo sejam reduzidas a uma manifestação histórico-cultural da Europa.

Em contrapartida ao estabelecimento da modernidade/colonialidade, o Grupo M/C criou a noção da decolonialidade. Como veremos a seguir, a decolonialidade implica em partir da desumanização existente na diferença colonial para considerar que a resistência e a luta dos povos subalternizados pela sua existência resultam na construção de modos de viver e saber distintos daqueles vigentes na modernidade (WALSH, 2007).

O segundo conceito de modernidade – adotado pelo Grupo M/C – remete à emergência do sistema-mundo moderno/colonial e à formação do capitalismo como um sistema-econômico. A teoria do sistema-mundo foi desenvolvida, na década de 1970, pelo

sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein,²⁴ entretanto, sofreu modificações por parte de integrantes do grupo, passando a ser chamada de sistema-mundo moderno/colonial.²⁵

A colonização da América foi o ato constitutivo do sistema-mundo moderno/colonial – a economia mundial capitalista não teria existido sem a invasão do continente americano (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). A América Latina foi o laboratório da experiência colonial. O continente americano não somente deu origem à primeira periferia do sistema-mundo, mas também possibilitou a acumulação de capital (BALLESTRIN, 2017; CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007). No século XVI, como produto desta expansão colonizadora, ocorreu pela primeira vez a interação entre os mercados da Europa, Ásia, África e América estabelecendo um vínculo econômico em escala planetária (RESTREPO; ROJAS, 2010).

Foram três as características essenciais para o estabelecimento da economia-mundo capitalista: (1) a expansão do volume geográfico do mundo; (2) a criação de métodos de controle do trabalho para zonas de economia-mundo; e (3) a implementação de aparatos de Estado relativamente fortes que, posteriormente, se transformariam em Estados de centro da economia capitalista (MIGNOLO, 2003). A exploração da América foi essencial para as duas primeiras condições. Antes de ser articulado o *ego cogito* cartesiano (penso, logo existo) da segunda modernidade, se produziu o *ego conquiro* (conquisto, logo existo). O *ego cogito* só foi possível porque encontrou sua origem no *ego conquiro* (DUSSEL, 2005).

Americanidade foi o conceito desenvolvido por Quijano e Wallerstein (1992) para explicar como, após ser subjugada pela Europa, a América se tornou o modelo a ser aplicado no resto do mundo. A partir da exploração do continente americano, quatro características passaram a integrar o sistema-mundo moderno/colonial: a colonialidade, a etnicidade, o racismo e o conceito de novidade.

A divisão do mundo entre índios, negros, mestiços, brancos, etc., não existia anteriormente ao estabelecimento do sistema-mundo. A etnicidade foi o primeiro mecanismo adotado para demarcar as desigualdades e as relações hierárquicas entre os diferentes grupos que formam a sociedade. O seu objetivo era criar um sistema de diferenças culturais que

²⁴ Inicialmente, Wallerstein recebeu críticas de membros do Grupo M/C por se manter vinculado aos seguintes pressupostos eurocêntricos: a) seu olhar partia do centro do sistema-mundo para a periferia e para a semiperiferia; b) o moderno de sua teoria se referia ao sistema-mundo constituído apenas no século XVIII, com o Iluminismo e a Revolução Francesa, desconsiderando que a Europa se colocou como centro do mundo a partir da descoberta da América (DUSSEL, 2005; RESTREPO; ROJAS, 2010).

²⁵ O artigo de Quijano e Wallerstein lançado em 1992, “La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial” forneceu categorias fundamentais para o deslocamento, realizado por Mignolo, do sistema-mundo moderno para o sistema-mundo moderno/colonial.

legitimasse as desigualdades sociais existentes. Como consequência dessa opressão, a etnicidade também se transformou em uma identidade comum utilizada para mobilizar os grupos discriminados em suas revoltas e lutas por independência no final do século XVII e no início do XVIII (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Embora estivesse implícito na noção de etnicidade, o racismo teorizado e explícito surgiria apenas no século XIX. O racismo foi a maneira de manter a nova hierarquia econômica cuja etnicidade se mostrou incapaz. Embora a etnia se referisse a características culturais e a raça a características fenotípicas, no século XIX a segunda passou a abranger a primeira (MIGNOLO, 2007a). O racismo remete a um padrão de classificação social que apela para a existência de uma distinção biológica entre europeus e não europeus. Segundo Quijano e Wallerstein (1992, p. 585-586), “aqueles estratos étnicos que apresentam um desempenho inferior, fazem isso porque são racialmente inferiores. A evidência parece ser estatística: a partir daí, ‘científica’”.

O racismo não está relacionado a qualquer colonialismo, mas ao colonialismo ocorrido na América e à formação do sistema-mundo. Em outros contextos coloniais a discriminação baseava-se na diferença cultural e não em distinções biológicas. Nesse sentido, o tráfico de escravos em grande escala ocorrido após a invasão do continente americano foi responsável por modificar o imaginário até então vigente (MIGNOLO, 2007a).

A última característica do sistema-mundo derivada da experiência americana é a idolatria pelo novo. A fé na ciência tornou-se um pilar da modernidade, fazendo com que tudo que se apresentasse como novidade fosse amplamente desejado (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). Esse pensamento deprecia tradições e conhecimentos locais, tornando-os atrasados e ultrapassados. Segundo Mignolo (2007a), o conceito de novidade foi, provavelmente, a mais eficaz contribuição da americanidade ao desenvolvimento do sistema-mundo moderno/colonial. Conforme destacam Quijano e Wallerstein (1992, p. 586), “a americanidade foi a construção de um gigantesco escudo ideológico para o moderno sistema mundial. Estabeleceu uma série de instituições e maneiras de ver o mundo que sustentavam o sistema, e inventou tudo isso a partir do crisol americano”.

Consideramos São José do Norte uma localidade em que a modernidade/colonialidade se manifesta fortemente, seja através da reprodução da dicotomia existente no Rio Grande do Sul entre o Norte moderno *versus* o Sul “atrasado”, seja no desejo pelo desenvolvimento a despeito do conhecimento de seus impactos negativos. Nesse sentido, a colonialidade do

poder é fundamental para compreendermos de que forma os atores reproduzem o discurso que resulta na reprodução da sua própria inferiorização.

2.1.1 O novo padrão mundial do poder: a colonialidade do poder

A colonialidade do poder, originalmente desenvolvida por Aníbal Quijano, no início da década de 1990, remete ao padrão de poder instituído pela modernidade/colonialidade. Configurando um dos pilares sobre o qual se assentam as contribuições do Grupo Modernidade/Colonialidade, mas também uma das principais teorias desenvolvidas em solo latino-americano, faz-se necessário um aprofundamento acerca dessa perspectiva (SEGATO, 2013).

O padrão mundial de poder emergido da colonialidade do poder é caracterizado pela imposição de uma classificação racial da população mundial, que opera nas dimensões materiais e subjetivas da existência cotidiana dos indivíduos (QUIJANO, 2014). Embora forjada durante o período colonial, a “estrutura colonial do poder” não desapareceu com o término do colonialismo. Na América Latina, a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais (QUIJANO, 2005). Ballestrin (2013) destaca que a colonialidade do poder possui dois objetivos: a) denunciar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo com o fim do colonialismo; b) apresentar uma capacidade explicativa que atualize os processos que teriam sido apagados, invisibilizados ou assimilados pela modernidade.

O artigo de Quijano publicado em 1992, “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad”, foi onde pela primeira vez apareceu a ideia de colonialidade de poder, embora ainda não houvesse sido cunhado o termo (RESTREPO; ROJAS, 2010). No texto, o autor desenvolve o conceito de colonialidade cultural para ressaltar que a relação entre a cultura europeia e as demais permaneceu como uma relação de dominação colonial. A colonialidade cultural se manifesta em dois âmbitos: a) na repressão dos padrões de expressões, de conhecimento e de significação dos dominados; b) na imposição dos dominadores de seus padrões de expressão, suas crenças e imagens sobre o natural (QUIJANO, 1992; RESTREPO; ROJAS, 2010).

Quijano (1992) ressalta que a consolidação da dominação colonial deu origem ao complexo cultural conhecido como racionalidade/modernidade europeia, o qual se estabeleceu como um paradigma universal de conhecimento e de relação entre a Europa e o

resto do mundo. Como características desse paradigma destacam-se a ideia do sujeito cartesiano como um indivíduo isolado que nega a intersubjetividade e a totalidade social como produto do conhecimento; a suposição de um objeto de conhecimento com uma identidade diferente do sujeito e estabelecida à margem das relações que o constitui; e a exterioridade absoluta das relações entre sujeito e objeto – derivado destas noções, posteriormente seria desenvolvido o conceito de colonialidade do saber, como veremos a seguir.

O termo “colonialidade do poder” apareceu pela primeira vez no artigo lançado por Quijano, em 1998, intitulado “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina”. A principal diferença em relação ao texto de 1992 refere-se à importância dedicada à questão da raça. Conforme o autor, a raça foi a primeira classificação social universal da população mundial e a primeira característica da colonialidade do poder, ou seja, a base sobre a qual se estabeleceu o padrão de dominação entre colonizadores e colonizados (RESTREPO; ROJAS, 2010). A racialização do conceito de colonialidade do poder aponta para a adoção de discursos de ordem biológica para justificar a existência de desigualdades entre populações. Tal característica resulta na criação de identidades negativas para as populações colonizadas e legitima as relações de dominação e o caráter eurocêntrico do poder mundial.

Ao elemento fundador do novo sistema de dominação social, a ideia de raça, vincularam-se as noções de trabalho e gênero – três linhas principais de classificação que levaram a formação do capitalismo (QUIJANO, 2005). O impacto da criação da raça na força do trabalho fez com que, já em meados do século XVI, a divisão do trabalho expressasse a classificação racial da população – o trabalho não pago ou não assalariado era associado às raças dominadas porque estas eram consideradas inferiores (SEGATO, 2013). No tocante ao comportamento sexual, a classificação racial garantiu o acesso dos homens brancos às mulheres negras e indígenas a revelia das suas vontades (QUIJANO, 2014).

Assim, no modelo de ordem social, patriarcal, vertical e autoritária, do qual os conquistadores ibéricos eram portadores, todo homem era, por definição, superior a toda mulher. Mas a partir da imposição e legitimação da ideia de raça, toda mulher de raça superior tornou-se imediatamente superior, por definição, a todo homem de raça inferior. Desse modo, a colonialidade das relações entre sexos se reconfigurou em dependência da colonialidade das relações entre raças. (QUIJANO, 2005, p. 18).

Para Quijano (2014), o poder consiste em um espaço de redes de relações sociais de exploração, dominação e/ou conflito articuladas em torno das questões de raça, trabalho e gênero. O poder refere-se à articulação estrutural de elementos históricos heterogêneos

marcados por relações de descontinuidade, incoerência e conflitualidade entre si – elementos estes invisibilizados pela modernidade (RESTREPO; ROJAS, 2010).

A noção de poder proposta por Quijano vai de encontro à noção de totalidade decorrente do eurocentrismo. Para a perspectiva eurocêntrica, a totalidade tem primazia absoluta e determinante sobre todas e cada uma das partes. Isso faz com que as variantes existentes nas partes se tornem secundárias e sem efeito sobre o todo, sendo reduzidas a particularidades da lógica geral a que pertencem. Quijano (2014) não nega a existência de uma totalidade, entretanto, destaca que esta concepção leva a uma homogeneização da experiência, resultando em uma distorção da realidade. O autor busca integrar as múltiplas hierarquias de poder do capitalismo como parte de um processo histórico-estrutural heterogêneo (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007).

Uma totalidade histórico-social é um campo de relações estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversos âmbitos de existência social, cada um deles estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo e conflitantes. [...] Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade, inclusive, eventualmente, uma singularidade. Todos se movem dentro da tendência geral do todo, mas têm ou podem ter uma autonomia relativa que pode ser, ou chegar a ser conflitiva com a do conjunto. (QUIJANO, 2014, p. 298-299).

A partir de debates entre os membros do Grupo M/C acerca das implicações da colonialidade do poder em diferentes áreas da sociedade, esta se expandiu dando origem à colonialidade do saber e do ser. Ao se referir à esfera do conhecimento no novo padrão de poder mundial, a colonialidade do saber busca evidenciar o controle hegemônico da Europa sob todas as demais formas de cultura, de conhecimento e de produção de conhecimento (QUIJANO, 2005).

A colonialidade do saber se refere a duas dimensões da colonialidade do poder: (1) a eliminação de outras formas de conhecimento existentes em substituição a uma única e verdadeira forma de conhecer fornecida pela racionalidade científica e (2) a constituição das ciências humanas no século XVIII, que contribuíram (e contribuem) decisivamente para a reprodução da colonialidade (CASTRO-GÓMEZ, 2005). A ciência (moderna), ao ser compreendida como ponto de chegada da história da humanidade, negou a racionalidade e invisibilizou uma multiplicidade de conhecimentos outros que não correspondem à produção de conhecimento ocidental (WALSH, 2005).

Conforme Mignolo (2004, p. 670), a revolução científica “foi concebida como um triunfo da modernidade na perspectiva da modernidade, uma autocelebração que ocorreu em paralelo com a crença emergente na supremacia da ‘raça branca’”. Quando o colonialismo

resultou na destruição da estrutura social, as populações locais ficaram despojadas de seus saberes e seus meios de expressão, sendo desprezadas e reduzidas à condição de pessoas iletradas (QUIJANO, 2014). Portanto, a colonialidade do saber questiona a geopolítica dominante do conhecimento e o estabelecimento do conhecimento científico como universal e como a única forma válida de produção de “verdades” (WALSH, 2005).

Para Castro-Gómez (2005), disciplinas como a Sociologia e a Antropologia fornecem categorias de análise que servem como instrumento para a consolidação da modernidade e de um conhecimento que se apresenta como superior aos demais. Ao ser categorizada pela disciplinarização do conhecimento e pela hierarquização da estrutura universitária, a constituição das ciências humanas deu origem a um modelo epistêmico moderno/colonial denominado “*hybris del punto cero*”.

A “*hybris del punto cero*” representa a postura adotada por cientistas e filósofos que entendem que podem adquirir um ponto de vista neutro e absoluto sobre a realidade a que se referem, concedendo à linguagem científica ares de pura e universal. A principal consequência do “*punto cero*” consiste na invisibilização de lugares particulares que são transformados em lugares universais. Os saberes passam a ser regidos por uma escala de prestígio, concomitantemente a uma hierarquia decorrente do observador sobre o seu objeto que resulta na disciplinarização do saber (SEGATO, 2013). Embora com pretensões científicas, a “*hybris del punto cero*” remete à formação da primeira modernidade e à conquista da América, momento em que a coexistência de diversos conhecimentos exigiu a hierarquização dos seres e dos saberes (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Conforme Castro-Gómez (2005, p. 42), as ciências humanas

[...] se apropriam do modelo da física para criar seu objeto desde um ponto de observação imparcial e asséptico, que tenho denominado *hybris del punto cero*. [...] uma vez instaladas no ponto zero, as ciências do homem constroem um discurso sobre a história e a natureza humana em que os povos colonizados pela Europa aparecem no nível mais baixo da escala do desenvolvimento, enquanto que a economia de mercado, a nova ciência e as instituições políticas modernas são apresentadas, respectivamente, como o objetivo final da evolução social, cognitiva e moral da humanidade.

A colonialidade do saber demonstra que para criticarmos o poder colonial é necessário um questionamento acerca do modo como a produção de conhecimento legitimou os saberes europeus e os tornou com pretensões de validade universal (CASTRO-GÓMEZ, 2005). A emergência do diálogo entre diferentes saberes só é possível ao se tornar evidente o lugar desde o qual estes foram produzidos. Ademais, devemos considerar o observador não como alguém neutro, mas como parte integrante da sua observação. Portanto, destruir a

colonialidade do saber significa decolonizar as instituições produtoras de conhecimento, ou seja, tornar visíveis os valores e os interesses que as movem.

Completando a tripla dimensão da colonialidade, desenvolveu-se a noção de colonialidade do ser. Mignolo foi o primeiro intelectual a elaborar o conceito, embora ultimamente tenha despertado maior atenção do filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres²⁶ (MALDONADO-TORRES, 2007). A colonialidade do ser refere-se à dimensão ontológica da colonialidade do poder. Seu objetivo é demonstrar como a experiência vivida pela colonialidade inferioriza e desumaniza, total ou parcialmente, determinadas populações. A colonialidade do ser busca captar o modo como o sistema-mundo moderno/colonial se apresenta aos sujeitos na linguagem e na experiência vivida.

Invisibilização e desumanização de determinados povos são expressões primárias da colonialidade do ser. O seu ponto extremo pode resultar inclusive na ideia de ausência de racionalidade e de “ser” (MALDONADO-TORRES, 2007).

Tomado conjuntamente com a classificação racial da colonialidade do poder e a perspectiva eurocêntrica do conhecimento presente na colonialidade do saber, a colonialidade do ser serve como força maior pelo simples fato de que historicamente tem negado a certos grupos, especificamente os povos afrodescendentes e, em menor medida, também os povos indígenas, o status e a consideração como gente, uma negação que apresenta problemas reais em termos de liberdade e libertação. (WALSH, 2005, p. 22-23).

A importância da colonialidade (do poder, saber e ser) reside na atualização das estruturas surgidas no colonialismo, demonstrando a sua capacidade de ser tomada como própria pelas populações subjugadas. Entretanto, deve-se ressaltar que os atores sociais não são simples reprodutores de noções incutidas pelo estabelecimento de relações desiguais entre colonizador e colonizado, eles também resistem e constroem pensamentos e práticas alternativas à modernidade.

2.1.2 Diferença colonial e resistência subalterna

O giro decolonial (ou opção decolonial) é o principal objetivo do Grupo Colonialidade/Modernidade. Desenvolvido por Nelson Maldonado-Torres, o termo giro decolonial aponta para um movimento de resistência teórica e prática à matriz colonial do poder (BALLESTRIN, 2013; MIGNOLO, 2007b). A decolonialidade surge como a contrapartida ao estabelecimento da modernidade/colonialidade – ou seja, ela não se deixa

²⁶ Diferentemente da colonialidade do poder e do saber, a colonialidade do ser não despertou grande entusiasmo entre os integrantes do Grupo M/C (RESTREPO; ROJAS, 2010).

levar pela lógica da colonialidade que subjuga e desumaniza determinados sujeitos, nem crê nas promessas irreais da retórica da modernidade (MIGNOLO, 2007b, 2008).

A opção pelo termo decolonização em detrimento do termo descolonização²⁷ marca a distinção entre o projeto do Grupo M/C e uma preocupação com a relação histórica e seus legados. A descolonização remete ao processo histórico marcado pela independência de países no período da Guerra Fria, fazendo referência a uma emancipação ocorrida no interior da modernidade. A decolonização não rejeita a modernidade, mas busca abrir espaço para a construção de alternativas à modernidade (pensamentos “outros”) que rejeitem a existência de pensamentos universais. Ao fazer uma oposição ao pensamento único, o que está em jogo para o pensamento decolonial é a articulação de genealogias desperdiçadas que possibilitem outras concepções de mundo (ESCOBAR, 2005a).

A noção de decolonialidade está presente na proposta de superação da modernidade elaborada por Dussel. O projeto da transmodernidade busca pensar a modernidade desde o seu lado “oculto” (a colonialidade), partindo da perspectiva do outro excluído. Consiste na correalização do projeto da modernidade em conjunto com a sua alteridade negada num processo de mútua fecundidade criativa (DUSSEL, 2005). Segundo o autor, o projeto da transmodernidade “é a correalização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: centro/periferia, mulher/homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, etc.; não por pura negação, mas por *incorporação* partindo da alteridade” (DUSSEL, 2005, p. 29, grifo do autor).

Refletir acerca de processos decoloniais significa tomar como partida a diferença colonial. Mignolo (2007a) realiza uma distinção entre a perspectiva da modernidade e a perspectiva da colonialidade. A primeira, de origem europeia, é caracterizada por uma evolução linear e universalista dos conceitos. Já a perspectiva da colonialidade emerge da diferença colonial, do sentimento de inferioridade ao qual são submetidos aqueles que não se encaixam na narrativa construída pela modernidade. Pensar a partir da diferença colonial significa trazer à tona experiências forjadas pela colonialidade do poder na formação do mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2003; WALSH, 2005).

Segundo Mignolo (2003), no século XVI, a hierarquização da inteligência e da civilidade realizada pelos missionários espanhóis baseada no critério de dominação da escrita alfabética, representou o primeiro momento do estabelecimento da diferença colonial. Essa diferença requer que olhemos para as perspectivas epistemológicas e subjetividades

²⁷ Embora a distinção seja aceita entre a maior parte dos integrantes do Grupo M/C, alguns autores fazem uso do termo descolonização.

subalternizadas e excluídas, interessando-se por outras condições sociais e produções de conhecimento que visam um projeto distinto de poder da modernidade (WALSH, 2005). A diferença colonial deu origem a um local privilegiado que, partindo da colonialidade, tornou-se crítico da modernidade (MIGNOLO, 2003; WALSH, 2005).

Decorrente dos sujeitos localizados na diferença colonial emerge o pensamento fronteiriço ou liminar. Configurando uma reação à desumanização e à exclusão exercida pela modernidade, o pensamento fronteiriço é o método pelo qual a opção decolonial se realiza. Significa perceber que os colonizados, a partir de uma enunciação localizada às margens da modernidade, são capazes de promover fissuras no interior da colonialidade (MIGNOLO, 2003).

O pensamento fronteiriço realiza uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento tanto a partir das margens internas do sistema-mundo moderno/colonial (conflitos imperiais), quanto das margens externas (subalternização dos colonizados) (MIGNOLO, 2003). Conforme Walsh (2007, p. 59), refletir sobre o pensamento (crítico) fronteiriço significa reconhecer a capacidade dos sujeitos subalternos de ingressar nos “espaços social, político e epistêmico anteriormente negados e reconceitualizar esses espaços através de formas que respondam à persistente recolonização do poder, mirando para a criação de uma civilização alternativa”.

Ao apontar para a possibilidade de superação de modernidade, o giro decolonial torna visíveis os projetos políticos e intelectuais elaborados às margens da modernidade e com potencial para a construção de mundos e modos de pensar distintos dos hegemônicos. Como veremos nas próximas seções, a noção de pós-desenvolvimento ao denunciar os efeitos reais das intervenções do desenvolvimento também busca abrir espaço para os diferentes discursos que não sejam tão mediados pela ideia de desenvolvimento eurocêntrica.

2.2 DA INVENÇÃO À DESCONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Nos últimos 50 anos, podemos distinguir nas Ciências Sociais três momentos relacionados à teorização sobre o desenvolvimento: a teoria da modernização entre os anos 1950 e 1960; a teoria da dependência entre 1960 e 1970; e as críticas ao desenvolvimento a partir da segunda metade da década de 1980. Os estudos críticos do desenvolvimento, onde podemos situar o pós-desenvolvimento, surgiram como uma tentativa de superação das perspectivas anteriores. Os três momentos podem ser classificados de acordo com os

paradigmas dos quais emergiram: teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas (ESCOBAR, 2005b).

O término da polarização do mundo entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria provocou importantes rearranjos do sistema mundial, abrindo caminho para a consolidação de novas ideologias e utopias. Foi nesse contexto que o discurso acerca da necessidade do desenvolvimento em determinadas regiões do mundo tornou-se hegemônico.

Aponta-se como “inauguração do desenvolvimento” o discurso de posse do presidente norte-americano Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949. Esse discurso contemplou três ideias: 1) a manutenção do apoio à recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU); 2) o suporte à reconstrução da Europa por meio do Plano Marshall; e 3) a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o enfrentamento da ameaça soviética. Posteriormente, foi inserido o quarto ponto: a assistência técnica já concedida a partes da América Latina seria estendida para outros países subdesenvolvidos do mundo. Pela primeira vez o adjetivo subdesenvolvido – como sinônimo de áreas economicamente atrasadas – foi utilizado em um texto de grande circulação (RIST, 2008).

Mais da metade da população mundial vive em condições próximas da miséria. Sua dieta é inadequada, é vítima de doenças. Sua vida econômica é primitiva e está estagnada. Sua pobreza constitui um obstáculo e uma ameaça tanto para eles como para as áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a capacidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas... Creio que deveríamos disponibilizar aos amantes da paz os benefícios do nosso acervo de conhecimento técnico para ajudá-los a alcançar suas aspirações de uma vida melhor... O que temos em mente é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de trato justo e democrático... Produzir mais é a chave para a paz e para a prosperidade. E a chave para produzir é uma aplicação maior e mais vigorosa do conhecimento técnico e científicos moderno. (TRUMAN, 1964 apud ESCOBAR, 2007, p. 19-20).

A partir do discurso do presidente norte-americano, adquiriu visibilidade acadêmica a teoria da modernização. Tomando como ponto de partida a existência de uma dicotomia entre sociedades tradicionais (subdesenvolvidas) e sociedades modernas (desenvolvidas), a teoria da modernização tinha como objetivo identificar, nos países desenvolvidos, os fatores sociais e institucionais que foram cruciais nos seus processos de desenvolvimento e transformá-los em leis gerais para que pudessem ser reproduzidos nos países subdesenvolvidos. A passagem do tradicional ao moderno seria indicada por incrementos nas rendas monetárias e no Produto Interno Bruto (PIB), na diminuição da população considerada marginal ao sistema de produção e de consumo do mercado capitalista e em ganhos contínuos de produtividade (RADOMSKY, 2014). Apesar de citar o “trato justo e democrático” em seu discurso, a ênfase no crescimento econômico não era uma interpretação errônea da proposta do presidente norte-

americano, mas a expressão de sua essência – produzir mais era a chave para a paz e prosperidade (ESCOBAR, 2007; ESTEVA, 2000).

Como críticas à teoria da modernização destacam-se: a) tratar a falta de desenvolvimento como uma situação original ou residual da tradição, desconsiderando as relações desiguais de poder entre países. O Grupo M/C, por exemplo, demonstra como a exploração da América foi decisiva para a constituição de um sistema-mundo moderno/colonial que colocou a Europa no centro e relegou às demais sociedades à sua periferia; b) justificar um paternalismo em relação aos países subdesenvolvidos, fazendo com que os países do Primeiro Mundo fossem moralmente obrigados a intervir em países pobres para lhes guiar pelo caminho do desenvolvimento (VIOLA, 2000); c) rejeitar as particularidades das diferentes sociedades defendendo que, para alcançar o desenvolvimento, deveriam passar pelas mesmas etapas já superadas pelos países desenvolvidos; e d) concepção de desenvolvimento reduzida ao crescimento econômico, levando a um empobrecimento do debate.

Embora o desenvolvimento indicasse a conquista da modernização e do progresso econômico, na prática, manteve-se uma lacuna entre diferentes partes do mundo, o que justificou a manutenção das intervenções. A teoria da modernização sofreu suas primeiras críticas a partir da elaboração da teoria da dependência, de influência marxista, que passou a conceber o subdesenvolvimento como uma criação do desenvolvimento. Os teóricos dependentistas contribuíram para enraizar o subdesenvolvimento no imaginário latino-americano mais do que o discurso do presidente norte-americano (ESTEVA, 2000).

Após a industrialização da América Latina e a complexidade adquirida pelo processo de desenvolvimento, os autores da teoria da dependência passaram a enfatizar a necessidade da integração de fatores políticos, econômicos e sociais em um esforço de não permanecer demasiadamente focados nas estruturas produtivas e nos processos tecnológicos, como até então vinha ocorrendo. Cardoso e Faletto (2000) destacaram que a disputa entre diferentes grupos e classes sociais com interesses distintos configurava um dos condicionantes do subdesenvolvimento latino-americano. Segundo os autores, somente as relações de dominação entre os países no mercado internacional não explicavam o subdesenvolvimento, fazendo-se necessário também a compreensão dos fatores políticos e sociais internos que interfeririam nessas relações.

O que se denominou pós-desenvolvimento surgiu em oposição às duas correntes anteriores, ao mostrar que o problema não está na eficácia da modernização, tampouco

naquilo que o desenvolvimento não faz. Segundo os autores dessa perspectiva (Escobar, Ferguson, Sachs, Rist, Esteva, Viola), o que o desenvolvimento faz é “instrumentalizar, mercantilizar, intervir na vida das pessoas, planejar, modificar e colonizar os modos de vida tradicionais, criar programas ‘de cima para baixo’, quantificar resultados e construir realidades por meio de diagnósticos e relatórios” (RADOMSKY, 2014, p. 170). A violência é uma consequência direta do próprio processo do desenvolvimento.

O desenvolvimento foi – e continua a ser, em grande parte – uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e as culturas como conceitos abstratos, como estatísticas que podem ser movimentadas para cima e para baixo em gráficos de “progresso”. (ESCOBAR, 2007, p. 85-86).

O termo pós-desenvolvimento remete à afirmação realizada por Wolfgang Sachs no livro *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power* ([1992] 2010). Segundo o sociólogo alemão, “os últimos quarenta anos podem ser chamados de era do desenvolvimento. Esse tempo está chegando ao fim. É hora de escrever seu obituário” (SACHS, 2010, p. xv). Ao se especular o que viria após esse período, começou a se falar em uma era pós-desenvolvimento. Em 1997, o livro organizado por Majid Rahnema e Victoria Bawtree, *The Post-Development Reader*, lançou um projeto para dar conteúdo à noção de pós-desenvolvimento (ESCOBAR, 2005b).

Para que possamos compreender a formação de uma crítica que não busca a reformulação de desenvolvimento, precisamos remontar ao contexto de constituição da antropologia aplicada e da sua institucionalização como disciplina acadêmica. Embora o surgimento da Antropologia apresentasse um caráter colonial direcionado ao auxílio nas transformações empreendidas pelas administrações coloniais desde os anos 1930, sua institucionalização iniciou apenas na década de 1960, quando o contexto sociopolítico possibilitou a emergência de um mercado profissional favorável ao ingresso desses profissionais (RADOMSKY, 2011a, 2011b; VIOLA, 2000).

O desprestígio das intervenções *top-down* implementadas durante as décadas de 1950 e 1960, levou à necessidade da presença de profissionais capazes de relacionar cultura e desenvolvimento, abrindo um importante espaço para a inserção dos antropólogos. Esses especialistas se colocavam como os atores centrais para o sucesso dessas iniciativas.

Concomitantemente ao auge da antropologia aplicada ao desenvolvimento e da sua institucionalização acadêmica, tem início no interior da disciplina uma polarização de perspectivas que passou a tratar a questão do desenvolvimento de distintas maneiras. A primeira perspectiva, denominada *Development Anthropology* (“Antropologia para o

desenvolvimento”), estava vinculada à institucionalização da disciplina e se referia ao trabalho desempenhado por antropólogos em instituições de desenvolvimento. Engajados em projetos de combate a pobreza, o objetivo desses profissionais consistia na transformação da prática do desenvolvimento “desde dentro” (ESCOBAR, 1997; VIOLA, 2000).

Apresentando uma perspectiva crítica acerca do desenvolvimento, a *Anthropology of Development* (“Antropologia do desenvolvimento”) passou a se distanciar do *establishment* do desenvolvimento. Tal visão resultou na discussão em torno dos limites da participação de antropólogos em projetos e instituições de desenvolvimento. Influenciada pelo pós-estruturalismo, essa perspectiva buscou ressaltar o papel da linguagem e do discurso na constituição da realidade social e do desenvolvimento (ESCOBAR, 1997).

Dois estudos marcaram a crítica no interior da Antropologia, “The anti-politics machine: ‘development’, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho” (1990) e “Encountering Development: the making and unmaking of the Third World” (1995),²⁸ dos antropólogos James Ferguson e Arturo Escobar,²⁹ respectivamente. Diferentemente das perspectivas anteriores, que visavam a reformulação do desenvolvimento por meio da realização de um balanço reflexivo, esses autores buscaram a desconstrução da narrativa do desenvolvimento³⁰ ao “questionar precisamente os modos como a África, a Ásia e a América Latina chegaram a ser definidas como ‘subdesenvolvidas’ e, por conseguinte, necessitadas de desenvolvimento” (ESCOBAR, 2005b, p. 18).

A crítica ao desenvolvimento de cunho pós-estruturalista, somada ao crescente descontentamento com os fracassos das intervenções de desenvolvimento em partes do Terceiro Mundo, levaram a possibilidade de se “imaginar uma era pós-desenvolvimento”. O termo “pós” não faz alusão ao fim do desenvolvimento, mas à possibilidade de se criar discursos e representações que não sejam tão mediados pela construção do desenvolvimento (ESCOBAR, 2005b). O pós-desenvolvimento busca tornar visíveis as adaptações, subversões e resistências que as populações locais realizam ao se deparar com as intervenções de desenvolvimento.

A partir de um grande projeto de desenvolvimento rural no Lesoto, Ferguson (1990) analisou o funcionamento do aparato do desenvolvimento a partir dos seus efeitos. O autor destacou a necessidade de se identificar e explicitar os interesses por trás dos projetos de

²⁸ A edição do livro lançada em espanhol se chama *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo* ([1996] 2007).

²⁹ Ambos os livros foram resultados das teses dos autores defendidas em 1985 e 1987, respectivamente.

³⁰ As primeiras análises discursivas do desenvolvimento iniciaram no final dos anos 1980, mas foram poucos os trabalhos que a utilizaram para uma desconstrução do desenvolvimento (ESCOBAR, 2007).

desenvolvimento. O Projeto Thaba-Tseka, financiado pelo Banco Mundial e pela Agência Canadense de Desenvolvimento, declarou como propósito a redução da pobreza no Lesoto, o aumento da produção econômica e a diminuição da dependência da África do Sul. O que se verificou, no entanto, foi o interesse do Canadá em promover o desenvolvimento rural para auxiliar empresas nacionais a encontrar mercado para a exportação de máquinas agrícolas. Do mesmo modo, Escobar (2007) verificou que por trás da maior parte dos programas nutricionais vinculados à ajuda internacional estava a necessidade dos Estados Unidos de escoar seus excedentes agrícolas às nações do Terceiro Mundo.

O Lesoto foi alvo de inúmeras intervenções de desenvolvimento – entre 1975 e 1984 recebeu assistência de 26 países, além de agências internacionais e Organizações Não Governamentais (ONGs) – demonstrando o histórico de fracassos do desenvolvimento em realizar suas promessas (FERGUSON; LOHMANN, 1994). Apesar disso, o aparato do desenvolvimento está sempre pronto para a implementação de um novo projeto, fazendo com que o fracasso pareça uma consequência natural. Segundo Ferguson (1990), há motivos para acreditarmos que essa situação não seja uma particularidade do país africano. A indústria do desenvolvimento é um fenômeno global e iniciativas particulares podem ser exemplos específicos de um modelo mais geral de desenvolvimento.

O autor destaca que para alcançar seus objetivos, as agências de desenvolvimento optam por padronizar seus pacotes de desenvolvimento, resultando na homogeneização de populações altamente heterogêneas. Projetos de desenvolvimento são formados pelo compartilhamento de conhecimentos independentemente do seu contexto. Isso permite que os projetos de desenvolvimento compatibilizem os objetivos com as suas ferramentas. A identificação do problema é diretamente ligada com a disponibilidade da solução. No caso do Lesoto, um relatório realizado em 1975, pelo Banco Mundial, o descreveu como uma sociedade camponesa de subsistência tradicional, entretanto, o país adentrou no século XX como produtor de trigo, milho, lã, cavalos, gados, etc., para o mercado sul-africano. O discurso do desenvolvimento no Lesoto é parte do discurso padronizado associado ao desenvolvimento em uma ampla gama de contextos.

O aparato do desenvolvimento raramente interfere nos problemas de desigualdade, uma vez que isso dificultaria o estabelecimento das alianças necessárias para colocar seu projeto em ação. No Lesoto, questões referentes ao desemprego estrutural, baixos salários, subordinação política à África do Sul, existência de elites burocráticas parasitas, etc., não estavam presentes nos projetos de desenvolvimento (FERGUSON; LOHMANN, 1994). Tal

como no país africano, em São José do Norte, a principal justificativa para a instalação de um estaleiro foi a geração de empregos – a partir da constatação da carência de postos de trabalho na localidade – desconsiderando que a maior parte da mão de obra local possui características incompatíveis com esta atividade.

Ferguson (1990) ressalta que o mais importante nos projetos de desenvolvimento não é tanto o que eles falham em fazer, mas justamente o que eles executam. Os projetos de desenvolvimento produzem resultados não intencionais, os quais acabam adquirindo uma lógica de funcionamento que lhes é própria (FERGUSON, 1990; FERGUSON; LOHMANN, 1994). Para o autor, as intervenções do desenvolvimento causam dois efeitos não intencionais que funcionam como eficazes instrumentos de dominação: a expansão do poder burocrático do Estado e a despolitização do próprio desenvolvimento.

Segundo o autor, no Lesoto, as políticas de desenvolvimento serviram para justificar o aumento do poder do Estado, fortalecendo o seu domínio político, econômico e cultural sobre a população local (FERGUSON, 1990; FERGUSON; LOHMANN, 1994). O Estado é concebido como um instrumento imparcial e necessário para a resolução dos problemas referentes à pobreza. Como o desenvolvimento é visto como algo decorrente da ação governamental, a sua falta é consequência da negligência do Estado.

O segundo efeito do desenvolvimento consiste na transformação da sua natureza essencialmente política em um objeto de conhecimento. O desenvolvimento funciona como uma máquina antipolítica que despolitiza alguns temas que deveria enfrentar e inventa problemas com os quais sua expertise sabe lidar. Isso faz com que as intervenções de desenvolvimento produzam um mundo reificado de práticas discursivas dissociada das lutas reais e das aspirações dos sujeitos envolvidos no processo (FERGUSON, 1990). Conforme ressalta Viola (2000), a despolitização do desenvolvimento faz com que a pobreza, por exemplo, perca seu caráter político – inseparável de uma correlação de forças locais e globais – para se tornar um problema técnico de alocação de recursos ou de carências nutritivas e sanitárias.

A despolitização do desenvolvimento faz com que o conhecimento especializado seja legitimado frente aos conhecimentos locais e sirva como justificativa para a exclusão de determinados saberes e preocupações de indivíduos que deveriam se beneficiar das intervenções do desenvolvimento. Em São José do Norte, a disputa de discursos em torno da instalação de uma mineradora faz com que a mobilização de argumentos técnicos em defesa do empreendimento resulte na deslegitimação dos argumentos contrários, uma vez que advêm

majoritariamente de agricultores familiares e pescadores artesanais – maiores impactados pelo empreendimento – que, na sua maioria, apresentam baixa escolaridade. As formas de conhecimento local são sacrificadas em nome de uma racionalidade econômica que seria a garantidora do bem-estar das populações necessitadas (RADOMSKY, 2011a).

Escobar (2007) parte do reconhecimento da importância das dinâmicas do discurso e do poder na criação da realidade social para abordar o desenvolvimento como um fenômeno culturalmente construído. O autor demonstra como um conjunto de técnicas racionais – de planejamento e de conhecimento especializado – organizou a produção de formas de conhecimento e tipos de poder, relacionando-os para a construção de um problema específico: o combate à fome.

Ao analisar as estratégias adotadas pela Planificação e Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição na Colômbia entre 1975 e 1990, o autor destacou que, embora a maior parte das intervenções do desenvolvimento fracasse em cumprir suas promessas, não significa que o desenvolvimento não tenha efeito nenhum, ele produz coisas, ideários e disciplinas, o que o denominou de efeito de instrumento (RADOMSKY, 2011a).

Apesar dos primeiros estudos terem sido influenciados pelo pós-estruturalismo, o pós-desenvolvimento passou a agregar autores de diversas correntes teóricas, fazendo com que novas questões fossem colocadas, complexificando ainda mais o debate sobre o desenvolvimento. Conforme veremos a seguir, Escobar passou a inserir a dimensão modernidade/colonialidade em suas análises sobre o desenvolvimento. Além de apresentar afinidades com o Grupo Modernidade/Colonialidade (e com os estudos pós-coloniais), o pós-desenvolvimento também contou com as contribuições de Gilbert Rist e Gustavo Esteva, mais vinculados às ciências econômicas e aos *development studies*, além de Vandana Shiva e Majid Rahnema (RADOMSKY, 2011a).

No livro *The history of development: from western origins to global faith*, publicado em 1997 [2008], Gilbert Rist suaviza a influência excessivamente pós-estruturalista e realiza uma crítica histórica do desenvolvimento ao demonstrar sua origem e seus sucessivos fracassos (RADOMSKY, 2011a). Seu objetivo consiste em destacar que, apesar de ser uma noção que garanta adesões praticamente unânimes, o desenvolvimento é o resultado de uma história e de uma cultura particular, a ocidental (RIST, 2008). O autor vai de encontro às intervenções do desenvolvimento que sugerem apenas facilitar aquilo que “nasce no âmago das próprias pessoas (querer se desenvolver)” (RADOMSKY, 2011b, p. 2).

Como se tem imposto na linguagem comum – relacionado a ideias de bem-estar, justiça social e crescimento econômico – o desenvolvimento funciona como uma palavra-fetiche que abrange praticamente qualquer atividade humana. O desenvolvimento é uma palavra-fetiche porque tem atuado como um poderoso filtro da nossa percepção do mundo (VIOLA, 2000). Cada um escolhe a definição de desenvolvimento que melhor responde aos seus interesses, fazendo com que o desenvolvimento represente uma palavra que expressa as mais diversas aspirações humanas.

Influenciado por Durkheim, Rist (2008) destaca que o desenvolvimento deve se basear nas características externas comuns ao conjunto dos fenômenos que correspondem às experiências do desenvolvimento. Para o autor, do ponto de vista sociológico, o desenvolvimento deve ser definido a partir de práticas observáveis que fizeram com que um conjunto de países fosse denominado desenvolvido e outro subdesenvolvido.

[...] nós devemos definir o “desenvolvimento” de tal forma que um marciano não só poderia entender o que está sendo falado, mas também identificar os locais onde o “desenvolvimento” existe ou não existe. Entende-se assim porque falar em “potencial de realização pessoal”, “expansão do alcance da escolha individual” não nos ajuda a alcançar uma definição – pois se referem a experiências individuais (ligadas a contextos específicos) que nunca podem ser apreendidas por meio de “características externas”. [...] O principal defeito da maioria das pseudo-definições do “desenvolvimento” é que elas se baseiam na forma como uma pessoa (ou conjunto de pessoas) retrata as condições ideais da existência social. (RIST, 2008, p. 10).

O desenvolvimento precisa ser compreendido historicamente para que se destaque o que está na origem desse processo. O desenvolvimento é fruto de uma experiência histórica singular que não é nem natural, nem inevitável, mas o produto de processos históricos identificáveis (RIST, 2008). Dizer que o desenvolvimento é uma invenção não significa afirmar que ele seja um mito, mas afirmar sua característica histórica (ESCOBAR, 1997). Conceber o desenvolvimento como invenção também permite que esse discurso possa ser desconstruído ou reinventado de diversas maneiras. Dessa forma, finalmente podemos conceber o desenvolvimento

[...] enquanto **relação** inscrita em um dado jogo de forças que revela a História. A natureza dessa relação é caracterizada por uma *valorização geral das pessoas e recursos naturais através dos mecanismos do mercado*. Ou, em outras palavras, por uma transformação sistemática da natureza e das relações sociais em bens e serviços para o mercado. Visto desse ângulo, o desenvolvimento aparece como o empreendimento de destituição e expropriação em proveito de minorias dominantes mais vasto e mais abrangente que já existiu. (PERROT, 2008, p. 221, grifo do autor).

Para Rist (2008), o desenvolvimento configura um elemento da religião da modernidade. Isso explicaria a discrepância existente entre a definição de desenvolvimento

elaborada por um crente e por um sociólogo, mas também o porquê das críticas a esse fenômeno não serem suficientes para ameaçar sua hegemonia. Segundo Castro-Gómez e Restrepo (2008, p. 15), “o capitalismo gera a ilusão de que a realização do paraíso terrestre é possível; que a indústria e a tecnologia farão possíveis a redenção do homem na terra, que a antes a religião prometia no céu”.

‘Desenvolvimento’, portanto, parece ser uma crença e uma série de práticas que formam um todo único, apesar das contradições entre eles. A crença não é menos real do que as práticas, porque elas estão indissolavelmente ligadas entre si. Juntas, elas refletem a lógica de uma sociedade em plena globalização que – para realizar o programa a que se propôs (cujas consequências não são igualmente alentadoras para todos) – deve tirar sua legitimidade de uma série de verdades indiscutíveis que tem o caráter de mito. (RIST, 2008, p. 24).

Ao ser concebido como uma crença social, o desenvolvimento transforma-se em uma certeza coletiva, fazendo com que seja impróprio questionar sua validade. Ainda que os fracassos do desenvolvimento abalem a fé no discurso do desenvolvimento, os fracassos são concebidos como erros de percurso, fazendo com que a construção do desenvolvimento como mito fundador do Ocidente se perpetue (PERROT, 2008). O que é questionável são os modos pelos quais se pode aprimorar o desenvolvimento. Isso fez com que se acumulasse uma variação de conotações (participativo, sustentável, territorial) que contribuíram para dissolver a significação precisa do termo (RIST, 2008).

Embora o pós-desenvolvimento não seja um paradigma unitário, o que aproxima os diferentes pensamentos é a crítica ao modelo de desenvolvimento planejado adotado desde meados do século XX que, sob a justificativa de melhorar a vida de populações pobres, tem causado relevantes impactos negativos no Terceiro Mundo (RADOMSKY, 2011a). Partindo dos efeitos de suas práticas, esses autores demonstram que o desenvolvimento obtém sucesso na transformação dos recursos naturais e nas relações sociais em bens de mercado, todavia, fracassa em cumprir suas intenções e promessas.

2.2.1 O pós-desenvolvimento e a modernidade/colonialidade

A influência do Grupo Modernidade/Colonialidade no debate do desenvolvimento se vincula a uma crítica da modernidade. Tendo sido iniciada por Escobar, esses intelectuais (Quijano, Gudynas, Quintero) passaram a conceber o desenvolvimento como o resultado de séculos de colonialidade, nos quais suas premissas “nasceram de um passado longínquo de diferença com violência cujo horizonte jamais suspendeu a subalternidade da relação” (RADOMSKY, 2011a, p. 157). No universo marcado pela modernidade/colonialidade, o

desenvolvimento tem sido uma noção prática que serve como motor para a reprodução dos principais ideais coloniais e imperiais instituídos com o padrão civilizatório (QUINTERO, 2014).

Em 1939, o governo britânico transformou a Lei de Desenvolvimento das Colônias em Lei de Desenvolvimento e Bem-Estar das Colônias. O objetivo dessa mudança era dar uma conotação positiva à colonização, destacando a necessidade de garantir às populações locais níveis mínimos de nutrição, saúde e educação (ESTEVA, 2000). Isso já refletia a profunda alteração política e econômica em curso que encontraria no discurso do presidente dos Estados Unidos a sua síntese.

Ao utilizar o termo subdesenvolvido pela primeira vez em um discurso de grande circulação, o presidente Harry Truman marcou uma mudança fundamental na concepção de desenvolvimento. Passou-se do entendimento do desenvolvimento como um fenômeno de polarização Norte/Sul, de acordo com a oposição entre colonizador/colonizado para a dicotomia desenvolvido/subdesenvolvido. Essa mudança substituiu o domínio da Europa sobre as colônias pelo imperialismo norte-americano. Sem questionar a existência de uma hierarquia ao longo da qual as sociedades pudessem ser colocadas, os norte-americanos impuseram um novo padrão em que eles se encontravam no topo. Agora, os países subdesenvolvidos poderiam se tornar desenvolvidos desde que seguissem os preceitos norte-americanos, uma vez que o subdesenvolvimento não é o oposto de desenvolvimento, mas apenas sua forma incompleta (RIST, 2008).

Segundo Quintero (2014, p. 15), o desenvolvimento deve ser concebido como uma ideia/força no sentido de “motivadoras e impulsionadoras de mudanças maiores na sociedade”. Isso fez com que a definição de desenvolvido e subdesenvolvido fosse aceita por aqueles que lideraram os Estados recém-independentes porque configurava uma forma de afirmar sua pretensão de se beneficiar da “ajuda” que os tornaria desenvolvidos. Para os colonizados era a forma de afirmar a igualdade jurídica que até então lhes era recusada. Entretanto, ao tornarem-se independentes, perderam sua identidade e sua autonomia econômica e se viram forçados a adentrar pelo “caminho do desenvolvimento” traçado para eles pelos outros. Conforme Quintero (2013, p. 74), “se o desenvolvimento tem conseguido 'desenvolver' algo ao longo da sua história, tem sido a desigualdade e a assimetria a nível global, através do crescimento e da expansão do capitalismo e da colonialidade”.

O debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento no pós-guerra foi uma expressão da reconfiguração do poder capitalista mundial responsável pela construção de uma

noção de desenvolvimento totalmente nova e desvinculada da sua origem: a modernidade/colonialidade (QUIJANO, 2000). O desenvolvimento não desfez as classificações baseadas na raça, gênero e classe resultantes da colonialidade do poder, mas as articulou a categoria de “subdesenvolvido”, levando à manutenção da inferiorização de grande parcela da população mundial (QUINTERO, 2013).

O desenvolvimento funciona como um instrumento de classificação social e como uma fonte motivadora de forças sociais de diversos tipos. Através da identificação dos “níveis de desenvolvimento” atingidos por diferentes territórios, o desenvolvimento produziu uma classificação da população mundial (QUINTERO, 2013, 2014). O mundo passou a ser dividido em três grandes agrupamentos: o Primeiro Mundo – composto pelos países que participam ativamente da dinâmica do capitalismo – seria desenvolvido, tecnologicamente avançado e livre para o exercício do pensamento científico; o Segundo Mundo – formado pelos países socialistas no contexto da Guerra Fria – também seria desenvolvido e tecnologicamente avançado, todavia, a influência ideológica impediria o florescimento de um pensamento científico; e o Terceiro Mundo – composto pelos países excluídos das categorias anteriores – seria subdesenvolvido, atrasado tecnologicamente e com uma mentalidade “primitiva” que obstruiria o pensamento científico (ESCOBAR, 2007; MIGNOLO, 2003; QUINTERO, 2014).

O desenvolvimento formou um dos principais pilares da definição global de uma história puramente ocidental e passou a atuar como uma máquina homogeneizadora que unificou conglomerados populacionais sob o rótulo de desenvolvidos e subdesenvolvidos (QUINTERO, 2014). Ao transformar os elementos da alteridade – como o saber, relações de parentesco, etc. – em motivos para intervenções, o desenvolvimento privou determinadas culturas da oportunidade de definir as formas de sua vida social (ESTEVA, 2000; PERROT, 2008). O desenvolvimento implica simultaneamente no reconhecimento e na negação da diferença. Essa característica não reflete apenas o fracasso do desenvolvimento em cumprir suas promessas, mas constitui também a principal justificativa para a manutenção das intervenções.

A partir da resistência à homogeneização das populações do Terceiro Mundo, alguns autores do pós-desenvolvimento (Escobar, Gudynas) buscaram abrir espaço para diferentes discursos que não fossem tão mediados pela ideia de desenvolvimento eurocêntrico ao elaborarem uma distinção entre desenvolvimentos alternativos e alternativas ao desenvolvimento. Os desenvolvimentos alternativos representam uma crítica às visões mais

ortodoxas do desenvolvimento em determinado momento – como o desenvolvimento participativo, sustentável, local, etc. – entretanto, apresentam uma capacidade de mudança limitada, visto que reproduzem os elementos principais do desenvolvimento hegemônico, motivo pelo qual seus resultados sempre foram muito próximos dos tradicionais.

Diferentemente dos desenvolvimentos alternativos, as alternativas ao desenvolvimento provocam fissuras nas ideias centrais da modernidade, tais como a linearidade da história e a fé no progresso, implicando na transcendência da ideia do desenvolvimento (GUDYNAS, 2014). O pós-desenvolvimento busca tornar visível o silêncio imposto aos movimentos sociais que expressam resistência ao desenvolvimento e exploram novas vias de transformação, abrindo espaço para outros pensamentos e possibilidades de imaginar novas formas de organizar a vida social, econômica e cultural (ESCOBAR, 2007; RADOMSKY, 2011a).

O pós-desenvolvimento não faz alusão ao fim do desenvolvimento, a um período histórico que teria chegado ao nosso alcance. Diferentemente do que previu Sachs (2010), as intervenções do desenvolvimento continuam ocorrendo com força expressiva. Essa perspectiva aponta para a necessidade de tornarmos visíveis outras formas de conhecimento produzidas por aqueles que são os “objetos” do desenvolvimento, transformando-os em agentes de seu próprio destino (ESCOBAR, 2005b). O pós-desenvolvimento refere-se à constituição de um futuro alternativo ao capitalismo contemporâneo (GUDYNAS, 2014).

Ainda que as duas principais hipóteses defendidas pelo pós-desenvolvimento – (a) de que o desenvolvimento reflete um pensamento eurocêntrico e (b) que possui implicações autoritárias – tenham sofrido pouca contestação até dos críticos mais contundentes, conforme veremos a seguir, a perspectiva ainda apresenta inúmeras lacunas a serem preenchidas.

2.2.2 Polêmicas teóricas e contribuições ao pós-desenvolvimento

A proposta de desconstrução do desenvolvimento mobilizou um conjunto de intelectuais (Storey, Brigg, Ziai) que, embora não necessariamente críticos da perspectiva como um todo, passaram a apontar lacunas existentes no pós-desenvolvimento. Deve-se ressaltar que a diversidade de estudos existentes no interior do pós-desenvolvimento muitas vezes faz com que as críticas sejam dirigidas a autores específicos. Essa seção não tem a intenção de esgotar o assunto, portanto ficaremos restritos às críticas que acreditamos que contribuam com o estudo em questão.

Algumas críticas direcionaram-se a problemas decorrentes da vinculação do pós-desenvolvimento ao pós-estruturalismo. Escobar (2005b) destaca que a perspectiva crítica do desenvolvimento é acusada de, ao enfatizar o discurso, retirar o foco da pobreza e do capitalismo, os quais seriam os verdadeiros problemas do desenvolvimento. O autor, no entanto, ressalta que esse argumento se baseia na suposição (marxista e liberal) de que o discurso não é material. Para o pós-estruturalismo não pode haver uma análise materialista que não seja ao mesmo tempo uma análise discursiva (ESCOBAR, 2007).

[...] contrapor-se à ideia/força de desenvolvimento não é, de modo nenhum, abraçar as extraordinárias desigualdades sociais é, pelo contrário, rechaçar tais assimetrias e comprometer-se profundamente em encontrar uma alternativa autêntica e diferente ao fracasso do desenvolvimento que está ao menos há sete décadas aumentando as diferenças, enquanto propõe diminuí-las. (QUINTERO, 2014, p. 16).

Influenciados pelo pós-estruturalismo, sobretudo por Foucault, os primeiros estudos do pós-desenvolvimento conceberam o desenvolvimento como uma narrativa de prática de poder se concentrando naquilo que o discurso do desenvolvimento executa (RADOMSKY, 2011a, 2011b). Com o foco de análise no modo como os discursos moldam a realidade e as práticas sociais, o pós-estruturalismo auxiliou na interpretação de que a dicotomia entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos são construções discursivas que criam verdades socialmente aceitas, tornando-se realidades inquestionáveis (RADOMSKY, 2014).

A constituição do desenvolvimento como uma formação discursiva dá origem a um aparato eficiente que relaciona sistematicamente as formas de conhecimento com as técnicas de poder. Dessa forma, analisar as intervenções do desenvolvimento implica em compreender como o discurso do desenvolvimento se difunde através de um campo de práticas contribuindo para a produção de determinadas relações sociais, divisões do trabalho e formas culturais (ESCOBAR, 2007). Para Escobar (2007), o desenvolvimento não é somente uma “ideologia” que tem pouca relação com o “mundo real”, mas constitui um discurso historicamente construído que resultou do período posterior à Segunda Guerra Mundial e que moldou a concepção da realidade dos países que passaram a ser denominados subdesenvolvidos. O desenvolvimento é um discurso particular que não reflete a realidade, mas que a constrói por meio da produção do discurso dos países ricos sobre os países pobres e da criação de determinadas instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, etc.

[...] o famoso discurso de Harry Truman em 1949, em que pela primeira vez a noção de subdesenvolvimento foi utilizada num discurso público e com tom político, transformou dois terços da população mundial em subdesenvolvida num ato de fala. Ao criar o problema do subdesenvolvimento, cria-se todo o dispositivo do

desenvolvimento que se tornou poderoso ao também construir as instituições de promoção do desenvolvimento (Banco Mundial, BID), os especialistas do campo, os saberes especializados, os agentes parceiros (governos, universidades, ONGs), as populações alvo. (RADOMSKY, 2014, p. 172).

Ainda no âmbito da vinculação entre pós-desenvolvimento e pós-estruturalismo, Brigg (2002) afirma que a utilização indiscriminada da metáfora da colonização pelos autores do pós-desenvolvimento ignora a distinção estabelecida por Foucault entre poder soberano e biopoder. Segundo o autor, o poder vigente durante o período colonial seria o soberano, caracterizado pela utilização de trabalho forçado, a extração de impostos e lucros abusivos, além de uma série de outras explorações associadas à superioridade imposta pelos europeus. A utilização da força era fundamental para a repressão e para a manutenção das relações desiguais de poder entre o colonizador e o colonizado. O biopoder, diferentemente, remete ao período entreguerras, quando a descolonização da África e da Ásia possibilitou o surgimento de um novo poder que não dependia mais do uso da força, mas da mobilização de indivíduos através da adoção de procedimentos e mecanismos – entre eles a vontade do desenvolvimento – direcionados à otimização da vida por meio de um gerenciamento calculado.

Para os autores do pós-desenvolvimento, o desenvolvimento seria uma consequência da colonização na qual ocorreria uma atualização do sistema do poder, mas sob a mesma essência de dominação (RADOMSKY, 2011b). Ao conceberem o desenvolvimento como uma continuidade da colonização, esses intelectuais não perceberam que não há uma força histórica singular ou intencional que dirige o poder no desenvolvimento, mas sim um poder que age de modo difuso e sem centro de irradiação, direcionado a incutir a vontade do desenvolvimento ao invés de se impor por meio do exercício da violência (BRIGG, 2002; RADOMSKY, 2011b). Embora as observações de Brigg sejam pertinentes, sua limitação consiste em ignorar o fato de que se o poder soberano está vinculado à constituição da modernidade, este apresenta relações diretas com os sistemas que continuam se sustentando como universais e que orientam as premissas do desenvolvimento (RADOMSKY, 2011b, 2013).

O pós-desenvolvimento também é acusado de homogeneizar projetos e políticas de desenvolvimento que, na prática, são muito mais diversificados do que se pressupõe (RADOMSKY, 2011a). Embora a arqueologia foucaultiana afirme que os discursos são fragmentados e descontínuos, grande parte dos textos do pós-desenvolvimento destacaram a existência de um discurso do desenvolvimento monolítico e coeso (RADOMSKY, 2011a; ZIAI, 2007a).

Escobar (2005b, 2012) reconhece a validade da crítica, entretanto destaca que ao pós-desenvolvimento interessa analisar o discurso do desenvolvimento como um todo e não como ele ocorre em localidades específicas. O desenvolvimento como um discurso monolítico não configuraria um problema, uma vez que, ao se tornar mundial, passou a ser presidido por um conjunto de supostos comuns a todas as vertentes, apesar das suas diferenças pontuais (QUIJANO, 2000). Para Gudynas (2014), o desenvolvimento configura um conjunto de ideias que, frente a diferentes contextos sociais, se hibridiza e se adapta às circunstâncias específicas, ao mesmo tempo em que persiste em sua essência.

O desenvolvimento não é uma caixa vazia que poderíamos encher ao gosto das identidades culturais, mas sim um *conjunto de práticas fundadas em uma visão de mundo específica e particular* ligada a uma história das nações industrializadas, e nos seguintes princípios: o indivíduo atomizado como unidade de referência “social”; a domesticação e a exploração dos recursos naturais sem se preocupar com sua renovação; o lucro; o mercado mundial; a racionalidade econômica; o pensamento cartesiano, uma concepção linear e objetiva do tempo; e uma mitificação da ciência e da técnica. (PERROT, 2008, p. 222, grifo do autor).

Nesse sentido, ainda que o discurso do desenvolvimento tenha sofrido mudanças no transcorrer dos anos – seja pela adição de prefixos ou denominações como sustentável, participativo, etc. – manteve um núcleo de elementos e relações intactas, no qual diversas práticas formam um todo único, apesar da existência de contradições (ESCOBAR, 1997; RIST, 2008).

O pós-desenvolvimento fornece uma abordagem interessante no nível macro, mas seu discurso monolítico sobre o desenvolvimento suscita preocupações quanto à prática e à agência dos atores. Os sujeitos permanecem passivos e, embora a resistência ao desenvolvimento seja percebida (o que constitui o ponto de partida do pós-desenvolvimento), ela não consegue ser explicada teoricamente (ZIAI, 2007a). A vida social é menos determinada do que a análise do discurso monolítico nos leva a crer (NUSTAD, 2001). Projetos e políticas de desenvolvimento, na prática, são bastante sujeitos a interferências e mudanças decorrentes de demandas locais (RADOMSKY, 2011a).

Outra crítica direcionada ao pós-desenvolvimento consiste no fato de propor a desconstrução do desenvolvimento, mas não oferecer soluções para os problemas que ele se propõe a resolver, como a pobreza. Deve-se ter claro que o objetivo do pós-desenvolvimento não é gerar uma “teoria melhor” do desenvolvimento, isso é função de quem está inserido no paradigma do desenvolvimento (GUDYNAS, 2014). Ao destacar que o desenvolvimento está na raiz dos problemas, os autores do pós-desenvolvimento defendem que ele não deve ser substituído por outro projeto com validade universal (RADOMSKY, 2011a). A contribuição

do pós-desenvolvimento consiste na sua capacidade de crítica e de desconstrução do discurso do desenvolvimento. Conforme destaca Gudynas (2014), o pós-desenvolvimento é uma ferramenta crítica às expectativas e realizações do desenvolvimento e não deve ser confundido com a promessa de mudança.

O pós-desenvolvimento não necessariamente pressupõe a construção de alternativas, mas abre a possibilidade para isso. Ao funcionar como uma ferramenta crítica do desenvolvimento, ele prepara o terreno para a construção de novos mundos e para que alternativas ao desenvolvimento emerjam – como a noção de *Buen Vivir* (GUDYNAS, 2014). Mais do que buscar modelos ou estratégias alternativas universais, o que se quer investigar são as práticas alternativas que existem em lugares concretos, sobretudo no marco da ação coletiva e da mobilização política (ESCOBAR, 2007).

Embora não contemple a construção de alternativas ao desenvolvimento, a confiança excessiva depositada em tradições locais e movimentos sociais fez com que o pós-desenvolvimento fosse acusado de romantizar os tempos pré-modernos. Alguns autores da perspectiva conceberam as tradições locais e os movimentos sociais como se fossem sempre dotados de relações democráticas e antiautoritárias, ignorando o fato de que o local também é configurado por relações desiguais de poder (ESCOBAR, 2005b; RADOMSKY, 2011a; STOREY, 2000). Storey (2000) ressalta que, embora em muitas tradições culturais existam práticas humilhantes e violentas, especialmente direcionadas às mulheres e crianças, não significa que possamos descartar todas as culturas locais e esquecer os impactos sofridos pela modernidade. A inconsistência do pós-desenvolvimento consiste em criticar as intervenções de desenvolvimento pela sua falta de sensibilidade à agência e à diversidade existente no Terceiro Mundo, mas acabar caracterizando os sujeitos ou como passivos ou como resistindo ativamente às tentativas de dominação cultural, o que resulta na negação da agência ou em uma concepção generalista que leva à romantização de movimentos sociais e de tradições locais (ZIAI, 2007b).

A romantização da resistência de movimentos sociais e de tradições locais invisibiliza as lutas de populações para garantir o acesso ao desenvolvimento em vez de rejeitá-lo (RADOMSKY, 2011a). Ainda que o desenvolvimento possa ser impossível para todos, não significa que esta não seja uma opção desejada por muitas pessoas no Terceiro Mundo. Conforme Storey (2000), ignorar esse desejo é romantizar as aspirações de muitas pessoas comuns, precisamente o tipo de imperialismo cultural que os teóricos do pós-desenvolvimento afirmam rejeitar. Embora Escobar (2012) reconheça a necessidade de o desejo pelo

desenvolvimento ser abordado nos estudos críticos do desenvolvimento, não se detém a esse aspecto. Para o autor, o desejo deve ser compreendido no contexto histórico de cada localidade e na sua relação com as promessas e realizações do desenvolvimento.

Ao destacar que o pós-desenvolvimento não problematiza o desejo de populações locais pelo desenvolvimento, De Vries (2007, 2013) buscou compreender por que, apesar das inúmeras experiências fracassadas do desenvolvimento, ainda há populações que permanecem o desejando. Para o autor, “o objetivo do desenvolvimento não é a sua realização, mas a sustentação da capacidade de desejar um tipo diferente de sociedade, que ainda não está definida” (DE VRIES, 2007, p. 27). O desenvolvimento configura uma máquina de desejos a partir do momento em que se tornou capaz de gerar as crenças e os sonhos de que necessita para se perpetuar, mas sem que isso implicasse necessariamente no cumprimento de suas promessas.

A permanência do desejo pelo desenvolvimento não significa que os atores são passivos ou inconscientes das consequências negativas das intervenções. Se, por um lado, a máquina desejante do desenvolvimento permite a manutenção da hegemonia do desenvolvimento, por outro lado, o não comprometimento de seus desejos significa a recusa em aceitar a traição das promessas do desenvolvimento. Essa é uma forma de exigir o que o aparato de desenvolvimento promete, mas não cumpre, ainda que isso signifique insistir na realização do impossível (DE VRIES, 2007).

Caberia ressaltar ainda, o diálogo que Escobar estabeleceu com intelectuais que, embora imersos na perspectiva do desenvolvimento, se debruçaram em questões pouco exploradas pelo pós-desenvolvimento – como a hibridização do desenvolvimento em contextos específicos e a agência dos atores (RADOMSKY, 2011b, 2014). A partir de enfoques etnográficos, esses autores (Long, Ploeg, Lewis, Mosse) permitem visualizar a totalidade das redes de desenvolvimento e, assim, analisar o modo como ocorre a apropriação dos projetos pelas populações locais. Ao fornecerem uma explicação de como o desenvolvimento opera em um processo multiescala, tais estudos buscam clarear as condições para que as intervenções de desenvolvimento apresentem resultados mais exitosos, inclusive mais eficazes para a apropriação local (ESCOBAR, 2012).

Partindo da concepção de ator social como aquele dotado de agência humana, a perspectiva orientada ao ator desenvolvida por Norman Long (2007, p. 48) concebe os indivíduos como capazes “de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, ainda que sobre as formas mais extremas de coerção”. A agência (ou poder) baseia-se

na capacidade de sustentação de determinados projetos, objetivos e visões de mundo através da mobilização de uma rede de atores que se envolvem nos projetos e práticas de outros indivíduos. Dessa forma, o autor propõe uma compreensão de desenvolvimento em termos das ações dos participantes (população local, implementadores do projeto, representantes públicos), e não a partir de discursos oficiais ou normativos (LONG; PLOEG, 2011).

[...] os modelos intervencionistas de desenvolvimento [...] se convertem em armas estratégicas nas mãos de quem está promovendo-os. No entanto, a batalha nunca acaba, posto que todos os atores exercem algum tipo de “poder”, contrapeso ou espaço de manobra, inclusive quem está em posições muito subordinadas. [...] E desta maneira eles se comprometem ativamente (embora nem sempre no terreno da consciência discursiva) na construção de seus mundos sociais e experiências de vida, apesar das circunstâncias que eles encontram não dependerem deles. (LONG, 2007, p. 50).

As intervenções de desenvolvimento são resultantes de disputas e negociações entre atores que possuem interpretações distintas sobre os mesmos acontecimentos (atores locais, representantes públicos e das empresas responsáveis pelo empreendimento) e que estabelecem relações que, embora permeadas por desigualdades de poder e autoridade, sempre abrem possibilidade para o exercício da agência. Portanto, os atores sociais mobilizam-se para a obtenção de benefícios mediante novos canais institucionais estabelecidos. No transcorrer desses projetos, aprendem a reinventar o projeto para propósitos que podem estar em grande desacordo com as intenções e métodos propostos pela intervenção (MOSSE, 2001). O desenvolvimento é definido por um processo de duas vias: não é simplesmente o projeto oficial que fornece uma interpretação dos ambientes, as populações alvo também interpretam o projeto. Isso permite explorar as diversas racionalidades presentes no desenvolvimento, uma vez que a análise não se restringe às interpretações autorizadas, lançando luz sobre as práticas que são fundamentais para a compreensão de como os eventos ocorrem em configurações específicas (LEWIS; MOSSE, 2006).

Mosse (2005) propõe a compreensão do desenvolvimento como processo em alternativa aos modelos tradicionais de intervenção planejada que não dão espaço aos resultados não intencionais. Conceber a intervenção de desenvolvimento como processo significa (a) que o projeto possui um desenho flexível, com mudanças que são resultado do próprio aprendizado da experiência da implementação; e (b) que a existência de elementos dinâmicos e imprevisíveis, que não são passíveis de controle, são fundamentais para a determinação do sucesso ou fracasso do projeto. Essa proposta procura acompanhar as dinâmicas dos processos de desenvolvimento, as diferentes relações estabelecidas, os conflitos e o modo como são resolvidos.

Diferentemente dos autores do pós-desenvolvimento, os estudos apresentados não buscam o abandono da noção de desenvolvimento, mas demonstrar como os atores envolvidos em intervenções de desenvolvimento se enfrentam em uma série de batalhas por recursos, significados, controle e legitimidade institucional (LONG, 2007; MOSSE, 2005). Nesse sentido, contribuem ao recolocar os atores (subdimensionados no pós-desenvolvimento) na análise das intervenções de desenvolvimento. Esses autores destacam a importância de se analisar como os atores sociais manejam e interpretam novos elementos se empenhando na criação de espaços para a realização de “projetos próprios”, mesmo que para isso tenham que disputar com outros projetos. Acreditamos que, apesar das desigualdades de poder existentes nas intervenções de desenvolvimento, sempre haverá, por menor que seja, uma margem de manobra para os atores engajados.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como orientação teórica a articulação entre as contribuições do Grupo Modernidade/Colonialidade e do pós-desenvolvimento, sobretudo o seu esforço de desconstrução do desenvolvimento ao demonstrar seus sucessivos impactos negativos para as comunidades locais. Concebemos o discurso do desenvolvimento como uma roupagem do discurso colonial que durante séculos classificou a população do mundo entre bárbaros e civilizados e justificou a dizimação de inúmeras populações em nome do progresso.

Caberia ainda ressaltar que a nova estrutura mundial de poder estabelecida a partir da colonialidade – do poder, do saber e do ser – tornou-se fundamental para a explicação de como os projetos de desenvolvimento continuam replicando-se mesmo apresentando resultados aquém do esperado. A idolatria pelo novo, decorrente da experiência do colonialismo na América Latina, tornou a fé na ciência um pilar da modernidade fazendo com que a novidade e o moderno fossem amplamente desejados em detrimento do tradicional. Ao desconstruírem o desenvolvimento, o Grupo M/C e o pós-desenvolvimento também abrem espaço para que novos projetos menos orientados pela noção moderna de desenvolvimento possam emergir.

3 METADE SUL E A PERSPECTIVA DA COLONIALIDADE

Mignolo (2007a) realiza uma distinção entre as perspectivas da modernidade e da colonialidade necessária para a compreensão do modo como as narrativas históricas são elaboradas. A perspectiva da modernidade consiste nos relatos do ponto de vista europeu, como o de que o continente americano passou a existir somente como uma consequência da expansão colonial europeia, desconsiderando que o genocídio de escravos e indígenas foi parte indispensável do projeto moderno.

Segundo o autor, ao partir da ideia de uma história em que os cristãos ocidentais consideravam como a única possível, a Europa outorgou a si mesmo o direito de classificar e de subjugar aqueles que não pertenciam ao mesmo lócus de enunciação. Foi traçada uma linha divisória em que uma minoria dedicada a missões civilizatórias – o que justificava o uso da violência – transformou a maioria em objeto dessas iniciativas, deixando-a à margem da história. A colonialidade do ser contribuiu com a criação da noção de que certos povos não fazem parte da história, uma vez que não são considerados seres humanos. Conforme Mignolo (2007a, p. 17), “é verdade que os autores reconhecem que existem um mundo e alguns povos fora da Europa, mas é verdade também que eles veem esses povos e os continentes em que vivem como ‘objetos’, não como sujeitos e, em certa medida, os deixam de fora da história”.

A pequena quantidade de relatos escritos sobre indígenas, sendo majoritariamente realizados por viajantes, missionários e governantes da época, forneceu visões etnocêntricas dessas populações. A história narrada a partir dos efeitos dos europeus resultou no silenciamento dos povos ameríndios, impedindo-os de desempenharem o papel de protagonistas de sua própria história e levando a construções estigmatizadas e inferiorizadas.³¹ Durante sua viagem pelo Rio Grande do Sul, entre 1820 e 1821, o naturalista francês Saint-Hilaire (2002, p. 52), ao descrever um episódio em que as tropas de Artigas,³² composta por indígenas e escravos, haviam invadido a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e roubado mais de oitenta mil reses, nos fornece uma noção acerca desses relatos.

³¹ A escravidão indígena, do ponto de vista legal, teve pouca duração no Brasil – na prática, manteve-se durante todo o período colonial. Em 1537, por meio de uma bula papal, os índios foram considerados “homens verdadeiros”, estabelecendo que todas as terras “descobertas” por nações cristãs deveriam manter a liberdade dessas populações. Havia, todavia, duas situações que configuravam exceções à regra: a) índios obtidos nas “guerras justas”, movidas contra grupos que praticavam hostilidades contra os europeus; e b) nos “resgates”, que tinham como objetivo a conversão desses grupos aos costumes europeus (MOREIRA, 2013). Fora dessas situações, ou seja, sem resistirem à invasão das suas terras e despojados de suas crenças e culturas, os indígenas poderiam desfrutar da “liberdade”. Segundo Moreira (2013, p. 141), “[...] era preciso ‘civilizar’ os índios, superar sua índole inconstante, sujeitando-os ao poder e aos costumes do mundo civilizado europeu e cristão”.

³² José Artigas foi um político e militar uruguaio que liderou a luta pela independência das colônias espanholas.

As tropas de Artigas ainda que bem armadas e em superioridade numérica, se renderam em Taquarembó [...]. Os portugueses só perderam um homem e, desde então, o inimigo não mais reapareceu nas fronteiras. Entretanto, essa extraordinária vitória ficou desvalorizada quando se soube o tipo de inimigo que os portugueses enfrentaram. Quase todos míseros índios que, [...] apesar de excelentes para uma luta corpo a corpo, não possuem valentia nem disciplina e, mesmo bem armados, fogem quando se pressentem inferiorizados numericamente. [...] conseguiram sobrepujá-los por sua bravura natural e por essa imensa superioridade que os brancos têm sobre os índios.

De maneira distinta, a perspectiva da colonialidade (visão não europeia) consiste em considerar a memória do trato e da exploração dos escravos e dos indígenas, suas consequências psicológicas, históricas, etc. (MIGNOLO, 2007a). Busca-se retomar as experiências e os relatos silenciados por aqueles que ficaram de fora da categoria de seres humanos, de atores históricos e de entes racionais. Isso faz com que seja necessário nos referirmos ao projeto da modernidade, uma vez que este mostra as ausências produzidas pelo discurso hegemônico.

Havia praticamente consenso na historiografia rio-grandense que o Rio Grande do Sul era resultante da ação do homem livre (europeus e indígenas), descartando-se a contribuição do trabalho escravo.³³ A partir dos anos 1930, autores começaram a criticar a suposta origem etnicamente “branca” do estado, entretanto, a história da escravidão na região permaneceu praticamente inexistente (MAESTRI FILHO, 1979). Segundo Maestri (2006), tal ausência deve-se a ênfase na história política das classes dominantes e, principalmente, a uma leitura ideológica do passado gaúcho. O mito da sociedade democrática rio-grandense entraria em contradição com a existência de escravismo. “Nossa historiografia tradicional não podia referir-se ao escravo sem se referir ao ‘senhor-de-escravos’ e este, simplesmente, não ‘existia’ no quadro idílico delineado por ela” (MAESTRI, 2006, p. 13).

A partir dos paradigmas da modernidade e da colonialidade, Mignolo realiza uma diferenciação entre as concepções de “descobrimento” e “invenção” da América. A noção de “descobrimento”, inserida na perspectiva da modernidade, refere-se à América como um continente descoberto por navegantes europeus. Em contraposição, a “invenção” representa o

³³ A historiografia gaúcha costuma destacar que as estâncias realizavam a criação extensiva de gado com pouca utilização de mão de obra escrava, justificando a insuficiente atenção destinada aos escravos negros até o século XIX, quando os africanos passaram a ser introduzidos em maior escala nas charqueadas sulinas. A despeito da criação de gado ser uma atividade pouco rentável e sem a necessidade de grande quantidade de trabalhadores, a noção que a mão de obra nas estâncias era majoritariamente livre passou a ser refutada por inúmeros historiadores (MAESTRI FILHO, 1984; OSÓRIO, 1999). A presença da mão de obra escrava esteve presente desde a chegada dos colonizadores no território sul-rio-grandense e nas mais diversas tarefas produtivas. Os habitantes que se dirigiam à região levavam consigo os escravos, os quais passaram a trabalhar nas construções, em trabalhos domésticos, na extração do couro, na lida com os animais, etc. (MAESTRI, 2006).

ponto de vista crítico daqueles que têm sido invisibilizados e de quem se espera que sigam os passos determinados pela Europa.

Segundo o autor, a América nunca foi um continente a ser descoberto, mas uma invenção forjada durante a consolidação e expansão das ideias advindas da Europa³⁴. Os relatos do descobrimento não pertencem aos diferentes grupos indígenas que já habitavam o território há mais de oito mil anos, mas aos europeus (KÜHN, 2002). Mignolo ressalta que a América é uma invenção europeia limitada à visão que estes tinham do mundo e da sua própria história.

Não se trata de dizer qual das duas perspectivas é verdadeira, mas de apontar para a existência de um diferencial de poder no campo do saber. Nesse trabalho, nós adotaremos a perspectiva da colonialidade buscando problematizar a visão que mantém encoberta a versão silenciada dos acontecimentos (MIGNOLO, 2007a).

Mignolo destaca que a historiografia, ao tratar a história da Europa e das colônias como se fossem entidades independentes, contribuiu com a noção de que o continente europeu está sempre na frente e a colônia atrás, tentando alcançá-la. Desconsidera-se que acontecimentos ocorridos em diferentes localidades do planeta estão relacionados por uma estrutura imposta pelo diferencial de poder vigente. Isso não se refere somente à esfera econômica, mas também às concepções de vida, de conhecimento e de trabalho como demonstra a colonialidade do poder (do saber e do ser).

Quando a “história” é analisada como a simultaneidade de acontecimentos nas metrópoles e nas colônias, e não como o relato nacional das metrópoles ou da história colonial das colônias (tal como são contadas pelos historiadores das metrópoles) separadamente, se veem os elos histórico-estruturais heterogêneos (que são temporalmente espaciais) entre as duas faces de cada evento e, por conseguinte, entre as duas faces da modernidade/colonialidade. De fato, a independência das colônias foi uma consequência das mudanças estruturais da economia e da política ocorridas na Europa. (MIGNOLO, 2007a, p. 78).

Internamente ao continente americano, a invenção da América Latina foi o que levou à reprodução da lógica da colonialidade em detrimento das populações indígenas e de origem africana. Segundo Mignolo, foi no continente americano onde primeiro se estabeleceram as estruturas de colonialismo interno no mundo moderno.

O autor destaca que em meados do século XVII surgiu um novo grupo social, composto pela elite de *crioulos* brancos ou mestiços com descendência espanhola e portuguesa. Embora também estivessem localizados fora da história, os *crioulos* não haviam sido oprimidos como os índios e a população negra. A América Latina foi o nome escolhido,

³⁴ Esse debate suscita controversas entre diversos acadêmicos.

na segunda metade do século XIX, para marcar o ingresso dessa elite na modernidade a partir da sua identificação com a história europeia.

A invenção da América Latina adveio da noção de “latinidade” desenvolvida por intelectuais e funcionários franceses e constituía uma identidade transnacional que unia as antigas colônias espanholas e portuguesas que se consideravam herdeiras do Império Romano – caracterizado pelo *ethos* latino presente no latim e nas línguas francesa, italiana, espanhola e portuguesa. A “latinidade” foi forjada num contexto em que a França tentava ampliar seus domínios na América, tanto em relação aos países europeus (Itália, Espanha e Portugal), quanto à expansão dos Estados Unidos em direção ao sul (MIGNOLO, 2007a).

A “latinidade” foi adotada pelos *crioulos* depois da independência como forma de criar uma identidade pós-colonial. Isso resultou na constituição de uma nova unidade continental, levando a ascensão da população de origem europeia e à manutenção da invisibilização dos povos indígenas e de origem africana presentes no continente. Apesar do esforço da elite *crioula* em fazer parte da Europa, a América Latina ocupou um lugar subalterno na nova ordem mundial. Conforme o autor, até a atualidade a imagem do continente é de um território extenso, com abundância de recursos naturais, destinos exóticos e fonte de mão de obra barata.

A invenção da América esteve fortemente ligada à noção de Ocidente. Hall (1992) destaca que a noção de Ocidente vai além da noção da geografia, mas faz referência a um tipo de sociedade com determinadas características – industrializadas, urbanizadas, capitalistas e modernas, atributos estes que emergiram da Europa ocidental. Portanto, qualquer sociedade que apresente essas “qualidades” pode pertencer ao Ocidente.

Segundo Hall, o conceito de Ocidente opera de quatro maneiras: a) caracterizando e classificando as sociedades em diferentes categorias (Ocidente e Resto); b) representando uma imagem ou uma série de imagens – Ocidente como urbano, desenvolvido e o Resto como rural e subdesenvolvido; c) fornecendo um padrão ou um modelo de comparação que auxilia na explicação da diferença; e d) proporcionando critérios de classificação ao redor dos quais se aglutinam sentimentos positivos e negativos – Ocidente como desejável e o Resto como indesejável.

Tal como a modernidade/colonialidade, o Ocidente e o Resto se tornaram duas caras da mesma moeda. O Ocidente foi forjado não somente pelos seus processos internos, mas também através do modo como passou a ser representado na relação com os outros. O Ocidente apresenta-se como um todo homogêneo (desconsiderando suas diferenças internas)

que se contrapõe ao Resto. Portanto, o Resto é fundamental na criação da identidade Ocidental. Nesse trabalho, compreenderemos o Ocidente como a Metade Norte do Rio Grande do Sul – moderna e apresentada como modelo de desenvolvimento – em detrimento da Metade Sul que, outrora responsável pela pungência do estado, consolidou-se no imaginário gaúcho como a parte atrasada e subdesenvolvida.

A ocupação branca do estado esteve ligada à existência de enormes reservas de gado no que se tornou conhecido como Vacaria do Mar.³⁵ A concessão de sesmarias foi a gênese da formação do latifúndio no Rio Grande do Sul, dando origem a uma elite *crioula* constituída por estancieiros (NESKE, 2014; OSÓRIO, 2013). Estavam postas as condições ideais para a criação de gado na região.

Com o esgotamento da extração de ouro em Minas Gerais, a procura pelo gado diminuiu, levando ao surgimento de um novo produto responsável por garantir a pujança econômica do Rio Grande do Sul: o charque. Destinado às camadas mais pobres da população e aos escravos, o charque proporcionou uma riqueza responsável por introduzir em larga escala a mão de obra escrava no estado. Localizadas principalmente em Pelotas, as charqueadas contavam com a existência de um porto em Rio Grande para realizar a distribuição da produção para o centro do país.

Ao período de prosperidade econômica, sucedeu-se um forte declínio econômico e que resultaria na construção da noção de Metade Sul do estado. Conforme Cargnin (2014, p. 66):

A Região, que já foi uma das mais pujantes do Estado, vivenciou décadas de declínio, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Essa trajetória gerou as condições para que, ao longo dos anos, fosse construído um discurso em favor do estabelecimento de políticas individualizadas para o desenvolvimento e a reconversão produtiva dessa Região.

Na próxima seção, a partir da análise de estudos sobre desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, nos deteremos na invenção da Metade Sul como a parte atrasada e carente de intervenções de desenvolvimento. A seguir, abordaremos a questão de como o município de São José do Norte, inserido nesse contexto, passou de detentor do título de “capital nacional da cebola” a um grande isolamento socioeconômico. Na seção seguinte, apresentaremos o que os nortenses entendem por desenvolvimento e, por fim, será abordada a relação histórica do município nortense com projetos de infraestrutura de grande escala.

³⁵ Em 1626, padres espanhóis, fugindo de paulistas que estavam em busca de mão de obra indígena para escravização – em decorrência da escassez provocada pela ocupação do nordeste brasileiro e das zonas fornecedoras de escravos no continente africano pelos holandeses –, ingressaram no território do Rio Grande do Sul e fundaram a Frente Missionária de Tapes. Ao serem atacados novamente por paulistas, os missionários abandonaram a região deixando para trás os gados que haviam trazido, que passaram a reproduzir-se livremente (PESAVENTO, 1980).

3.1 INVENÇÃO DA METADE SUL

A literatura aponta como origem do “atraso” da Metade Sul do Rio Grande do Sul o início da crise da pecuária, em meados do século XIX. A partir de 1850, a Lei Euzébio de Queiroz extinguiu o tráfico negreiro, provocando uma “crise de braços” no Brasil. Frente à impossibilidade de obtenção de novos escravos vindos da África, a expansão da economia cafeeira fez com que toda a mão de obra escrava existente no país fosse direcionada para a zona do café, provocando a carência de escravos nas charqueadas sulinas. Para haver aumento na produtividade das charqueadas se fazia necessária a elevação na quantidade de escravos, que, com a escassez, se tornavam cada vez mais caros (PESAVENTO, 1980).

A crise das charqueadas sulinas iniciou quando a carência de mão de obra escrava somou-se à reestruturação dos concorrentes platinos, após o término da Grande Guerra.³⁶ A utilização de mão de obra livre e especializada e o apoio governamental, por meio de uma legislação protecionista, fizeram com que os pecuaristas platinos ofertassem um produto mais barato do que o brasileiro. O sistema escravista impossibilitava a especialização da mão de obra e a divisão do trabalho, contribuindo para que a capitalização da economia sulina fosse baixa. A única maneira de fazer frente à concorrência platina seria por meio da interferência do poder central. Embora o governo brasileiro tivesse interesse em baratear o charque, produto do qual ele era o principal comprador, a autonomia e a determinação política sulina subordinavam-se aos “interesses nacionais” determinados pela produção cafeeira (PESAVENTO, 1980).

No contexto de transição da mão de escrava para a mão de obra livre tem início a vinda de imigrantes europeus para o Brasil.³⁷ O principal centro receptor desses imigrantes foi São Paulo e a produção cafeeira. O Rio Grande do Sul recebeu imigrantes europeus oriundos da Alemanha, a partir de 1824, e imigrantes italianos, a partir de 1875 (PESAVENTO, 1980).

A imigração de europeus para o Rio Grande do Sul possuía como objetivos a povoação de áreas vazias, a tentativa de diminuir o poder dos estancieiros e o fomento à diversificação da estrutura produtiva do Estado, fomentando a produção de alimentos direcionada ao mercado interno. Ainda que tenha conseguido diminuir a dependência do Rio

³⁶ A Guerra Grande (1839-1851) marcou o embate entre o Brasil e as forças Platinas (Uruguai e Argentina). O Brasil saiu vencedor do conflito, levando à decadência as charqueadas uruguaias.

³⁷ A expansão do capitalismo nos países europeus gerou grande quantidade de excedente populacional decorrente da expulsão dos camponeses do campo e da desarticulação do trabalho artesanal, resultando na elevação das tensões sociais. Dessa forma, inicia-se o processo de envio de imigrantes europeus aos países colonizados.

Grande do Sul em relação aos estancieiros, a vinda desses contingentes populacionais demarcou a perda de importância econômica do sul do estado em contraposição ao norte e nordeste, principais regiões ocupadas pelos imigrantes.

Desde a sua chegada, utilizando-se de mão de obra familiar, os colonos alemães dedicaram-se à agricultura, inicialmente apenas para a sua subsistência. Com o passar do tempo, começaram a prosperar principalmente as colônias mais favorecidas territorialmente para o escoamento da produção excedente. O maior beneficiário da produção dos imigrantes, todavia, não era o pequeno produtor, mas os comerciantes alemães que lucravam com o transporte das mercadorias, possibilitando a existência de um capital de giro para investir. Essa acumulação de capital foi o que permitiu o surgimento da indústria (PESAVENTO, 1980).

Após a instauração da República, a divisão do Rio Grande do Sul entre o Partido Republicano e o Partido Federalista fez com que a elite sulina, que até então exercia o domínio político, entrasse em choque com os interesses do governo do estado. Para os republicanos, partido no poder, a economia exclusivamente ligada à pecuária seria incapaz de alavancar o desenvolvimento do Estado, portanto, defendiam um projeto voltado para a diversificação da produção primária rio-grandense – em contraposição aos federalistas, que defendiam os interesses dos estancieiros sulistas. Ambos os partidos discordavam principalmente em relação a duas questões: a política de atração de imigrantes e a construção de ferrovias (ROCHA, 2000). O acirramento das divergências políticas resultou na ruptura definitiva com o governo estadual, deflagrando a Revolução Federalista, na qual a oligarquia sulista defendeu a adoção de uma estratégia para o estado que mantivesse a especialização nas atividades pecuárias.

Ainda que o Partido Republicano não atendesse às demandas dos estancieiros sulinos sob a justificativa de fomentar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul como um todo, a manutenção da política de atração de imigrantes europeus contou o apoio do governo na distribuição de sementes para o plantio, assim como na abertura de estradas para servir como canal de escoamento da produção para o restante do país. Estava claro que o projeto castilhistas, de base liberal, não incluía a oligarquia do sul do estado (PESAVENTO, 1980).

A imigração de alemães e italianos no Rio Grande do Sul foi capaz de amenizar a “estagnação” na qual se encontrava a pecuária sulina, fazendo com que no início do século XX o estado passasse a ser conhecido como “celeiro do país” (PESAVENTO, 1980). Embora a literatura confira ênfase aos fatores econômicos para a justificativa do atraso da Metade Sul,

deve-se destacar que à crise econômica somou-se a pacificação das fronteiras do sul do Brasil, resultando na perda de importância política da região. Tais aspectos contribuíram para que o projeto vinculado ao latifúndio não atendesse mais às necessidades da sociedade gaúcha.

A indústria do charque, que já estava em crise devido ao aumento da concorrência com a produção platina, ficou ainda mais enfraquecida ao perder espaço para a emergente indústria da Serra Gaúcha, baseada na policultura. Ademais, a emergência do setor ferroviário no estado fez com que o porto do Rio Grande perdesse importância, possibilitando que Porto Alegre se tornasse o novo polo dinamizador do Rio Grande do Sul. Em 1861, o charque e o couro foram responsáveis por 74,9% das exportações do estado, tendo reduzido sua participação para 42,2% em 1984 (ROCHA, 2000).

Frente à emergência econômica de outras regiões, a Metade Sul passou a sofrer um processo de refluxo com o deslocamento populacional. Em 1890, a Região Sul concentrava 52,07% da população do Rio Grande do Sul, sofrendo uma redução para 25,19% em 1991 (BANDEIRA, 1994). As migrações internas e o assentamento dos colonos europeus, principalmente no norte e no nordeste do estado, impactaram diretamente na redução da população. Além disso, a urbanização precoce fortemente ligada à pecuária caracterizou-se pela baixa participação da população na economia local, o que também causou a perda populacional para outras regiões. Até o final da década de 1940, as migrações internas concentraram-se principalmente na expansão da fronteira agrícola no norte. Após esse período, o fluxo direcionou-se para o nordeste fomentado pelo crescimento industrial do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Segundo Bandeira (1994), a diminuição populacional foi provocada pela incapacidade das estruturas econômicas em reter a população local, demonstrando a falta de dinamismo sulista.

Apesar da contínua perda de importância econômica e política, somente no final da década de 1970 a discussão acerca da existência de desigualdades regionais ingressaria no debate público. Conforme Verschoore Filho (2000), o estudo realizado pela empresa de consultoria privada Planisul foi fundamental para isso. Em um trabalho desenvolvido para uso interno da empresa foi demonstrado, a partir da evolução da renda *per capita* e do PIB por município, que a parte sul do Rio Grande do Sul se desenvolvia mais lentamente que a parte norte. Em entrevista concedida à Verschoore Filho (2000, p. 138-139), Cláudio Accurso,³⁸ um dos sócios da Planisul, explicou como se deu a realização do estudo e a sua posterior divulgação.

³⁸ Cláudio Accurso é economista e foi secretário de estado da Coordenação e Planejamento durante o governo de Pedro Simon (1987-1990).

Uma das coisas que nós fizemos foi estimar a renda e o Produto por município do Rio Grande do Sul, a partir da nossa experiência como consultores e profissionais e com metodologias mais ou menos conhecidas e adequadas às informações que se tinha. [...] Até porque, nos projetos que a gente fazia, sempre tinha uma introdução que era a economia da região, onde era a estrada, onde ela iria passar, que repercussões eles teriam na economia. Então, para a gente saber que impacto haveria, nós tínhamos que saber que economia era. Então a gente tinha esses estudos justamente para abreviar nosso trabalho como consultor e também para atender às consultas que nós tínhamos, assim: como está a região tal? Então, a gente tinha isso armado direitinho, atualizado. Nós tínhamos feito o primeiro trabalho e usávamos internamente este trabalho. Nunca se deu divulgação porque a gente sabia inclusive que havia uma certa dificuldade de compreensão de que umas áreas estavam tão avançadas, outras tão atrasadas; umas tão dinâmicas e outras tão estacionadas. Nós não estávamos interessados em entrar nesta briga, nesta discussão. Aquilo era um trabalho interno, que nós usávamos nos nossos estudos e nos nossos projetos. Mas um dia, um rapaz da imprensa me procurou, e eu consultei os colegas, e achamos que podia ser divulgado: quer divulgar, divulga. Ele divulgou.

Segundo Accurso, foi após a reportagem divulgada com base no estudo realizado pela Planisul que se passou a falar em Metade Sul. Apesar de o economista ter ressaltado que a parte sul do estado não configurava uma área estagnada, apenas apresentava um desenvolvimento mais lento, estabeleceu-se a dicotomia entre norte e sul. Da mesma forma como o Ocidente e o Resto, a Metade Sul passou a figurar como a parte subdesenvolvida e atrasada porque se diferenciava da Metade Norte, considerada como o modelo de desenvolvimento por excelência e, portanto, o padrão a ser alcançado. Estavam apresentadas as condições para que a Metade Sul passasse a justificar uma atenção especial do poder público.

Então, ele (o rapaz da imprensa) identificou que, a partir de um certo eixo para baixo, a região crescia menos do que aquele eixo para cima. Ele fez uma reportagem bonita, inclusive com o mapa do Rio Grande do Sul, com este eixo no mapa e desde aí a coisa passou então a caracterizar a Metade Sul e a Metade Norte. Na verdade, não fui eu que cunhei esta coisa. Se passou a falar em Metade Sul desde este momento. Na verdade, era a caracterização de uma área do Rio Grande do Sul que tinha vocação dinâmica menor. Não era uma área estancada, e nem era uma área, digamos, de renda *per capita* muito mais baixa. É necessário destacar que era uma área que se desenvolvia em um ritmo menor que a outra. Não era uma área estancada, como não deve ser hoje. (VERSCHOORE FILHO, 2000, p. 39).

As informações fornecidas pela Planisul fomentaram interesses políticos e acadêmicos nas questões tocantes à Metade Sul, sobretudo no que concerne às causas da sua “estagnação” econômica. No final da década de 1980, a Metade Sul passou a figurar como “alvo” de políticas públicas e de intervenções de desenvolvimento. Segundo Cargnin (2014), isso se deveu à conjunção de um discurso político defensor da criação de uma nova unidade na Federação e da elaboração acadêmica acerca da existência de desigualdades regionais no Rio Grande do Sul.

O ex-prefeito de Pelotas, Irajá Andara Rodrigues, liderou um movimento a favor da transformação do extremo sul do Brasil em uma nova unidade da Federação. Como deputado constituinte, em 1989, Irajá apresentou um projeto de decreto legislativo para a realização de um plebiscito acerca da emancipação política do sul do estado. A proposta contou com a adesão da elite e dos políticos locais. Embora a criação do “Estado do Pampa” ou do “Piratini”, conforme o sugerido pelos seus criadores, não tenha obtido sucesso, provocou uma reação dos governantes da região. Dessa forma, o desenvolvimento de políticas direcionadas para a Metade Sul surgiu como uma forma “acalmar os ânimos” ao demonstrar a preocupação do estado com a região (CARGNIN, 2014).

Somou-se a esse contexto a publicação de estudos que reforçaram a existência da dualidade norte *versus* sul a partir de critérios econômicos. O estudo mais importante foi publicado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), em 1994, “Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causa e perspectivas”.³⁹ Partindo do processo histórico de crescimento econômico e demográfico do Estado, o estudo tornou-se referência para a análise das diferenças regionais no sul do Brasil (CARGNIN, 2014). A partir de então, foram elaboradas inúmeras iniciativas políticas visando à retomada do crescimento econômico da Metade Sul. Durante o governo de Antônio Britto foram criados o Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul do Rio Grande do Sul, em 1995, e os Estudos do Programa RS 2010, em 1998. Em 1999, foram criados os Seminários Regionais, durante o governo de Olívio Dutra.

Segundo Cargnin (2014), a consolidação da Metade Sul na agenda política foi favorecida pela presença de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda e, posteriormente, na Presidência da República. A realização da sua tese sobre a sociedade escravista no sul do estado contribuiu para que o governo federal classificasse a região como uma área prioritária de desenvolvimento no Brasil. Foi a partir dessa classificação que o governo estadual, em 1995, contratou uma empresa de consultoria para a realização do Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul do Rio Grande do Sul. O objetivo desse plano era a elaboração de projetos para o desenvolvimento da região, habilitando-os para receber recursos federais.

A adoção oficial do recorte espacial da Metade Sul pelo governo do Rio Grande do Sul como área prioritária para intervenções ocorreu em 1994, através do Decreto nº 35.707, no qual foi instituído o Projeto Articulado de Desenvolvimento para as regiões da Campanha,

³⁹ Essa obra é de autoria de José Antonio Fialho Alonso, Pedro Silveira Bandeira e Maria Benetti.

Central, Fronteira-Oeste, Centro-Sul e Sul do estado. Os 76 municípios determinados pelo decreto constituíram a primeira delimitação territorial da Metade Sul. Em 1996, foram incluídos novos municípios ao projeto visando à compatibilização com o recém lançado Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul (RECONVERSUL). Em 1996, a criação da Comissão Especial para o Desenvolvimento da Metade Sul legitimou politicamente a Metade Sul e, em 1998, a criação do Plano de Ações para a Metade Sul, instituiu oficialmente a denominação Metade Sul. A prioridade da Metade Sul no tocante às políticas públicas foi interrompida com a criação do Gabinete de Combate às Desigualdades, durante o governo de Germano Rigotto, estabelecido entre 2003 e 2006. A ampliação da questão das desigualdades regionais para todo o estado enfraqueceu as demandas da Metade Sul, que até então se apresentava como a única desigualdade regional existente no Rio Grande do Sul (CARGNIN, 2014).

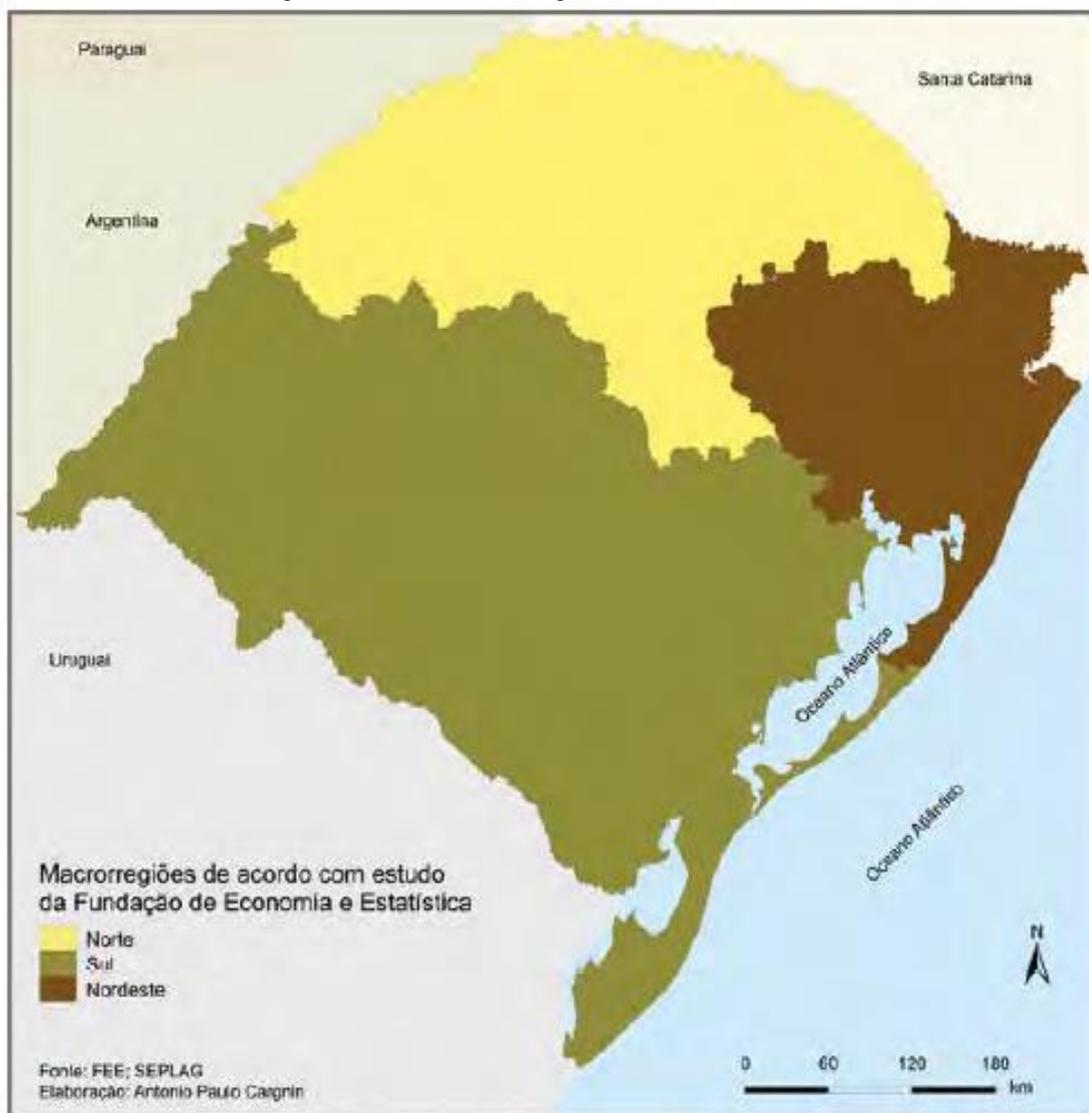
Para Benetti (1994, p. 98), uma das autoras do estudo realizado pela FEE, “O contexto em que se propôs e se executou a pesquisa foi de politização da questão regional entre as lideranças políticas da Região Sul do Estado e da intensa discussão do tema na imprensa estadual”. Entretanto, o trabalho demonstrou que para além da consolidação no imaginário gaúcho de uma divisão do estado em duas partes – sendo uma delas o que se convencionou chamar de Metade Sul –, com base nos seus processos históricos e de crescimento econômico, o Rio Grande do Sul deveria ser dividido em três partes (Figura 2). A redução do Estado a duas metades, uma moderna e desenvolvida e a outra atrasada e subdesenvolvida, serviu ao discurso político da época e a sua mobilização para as reivindicações políticas do sul do estado (CARGNIN, 2014). Deve-se ressaltar ainda que a criação da Metade Sul como a parte pobre do Rio Grande do Sul oculta a existência de grandes desigualdades no interior das demais macrorregiões.⁴⁰

O norte do estado apresenta uma estrutura fundiária composta por pequenas e médias propriedades. Caracteriza-se por uma forte participação nas atividades agropecuárias e agroindustriais e dispõe de uma produção diversificada. O nordeste abarca o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e o seu entorno. Apresenta um parque industrial diversificado e concentra mais da metade da população e da economia do Rio Grande do Sul. No sul, há a

⁴⁰ Elaborado anualmente pela FEE, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) – responsável por avaliar os municípios do Rio Grande do Sul em relação à educação, renda e saúde – demonstrou que, em 2015, entre os dez municípios com os piores desempenhos, cinco localizam-se no norte (Passa Sete, Vale do Sol, Redentora, Jaquirana e Alvorada), três no sul (Amaral Ferrador, Capão do Leão e Dom Feliciano) e dois no nordeste (Cerro Grande do Sul e Viamão) (FEE, 2018).

predominância da agropecuária e de uma estrutura baseada em grandes e médias propriedades (CARGNIN, 2014).

Figura 2 – As três macrorregiões do Rio Grande do Sul



Fonte: Cargnin (2014).

Bandeira (1994) toma como ponto de partida a explicação de que a crise da pecuária teria sido a principal causa para o declínio da Metade Sul, com o objetivo de demonstrar que essa afirmação não dá conta de toda a complexidade envolvida. Segundo o autor, duas questões são fundamentais para a compreensão da crise sulista: a) o porquê de a região ter se mantido tanto tempo dependente da pecuária, apesar da prolongada crise no setor e, portanto, a sua incapacidade de diversificar a produção; e b) as causas que levaram ao “abortamento” da industrialização na região que, na virada para o século XX, possuía os maiores estabelecimentos manufatureiros do Rio Grande do Sul. O argumento do autor é o de que a

crise da pecuária não pode ser tomada como a única causa para o declínio econômico do sul, uma vez que não explica o motivo pelo qual a região mostrou-se incapaz de renovar sua estrutura produtiva.

Uma das hipóteses para a explicação do declínio da Metade Sul reside na especialização da atividade pecuária e na formação de uma racionalidade conservadora. Segundo Rocha (2000), a pouca difusão das atividades do setor agrícola somada à predominância dos grandes latifúndios foram responsáveis por fazer com que a oligarquia sulista fosse retratada na história como “atrasada”, apegada à tradição e pouco receptiva ao uso de novas tecnologias. A posse de grandes extensões de terra juntamente com uma quantidade razoável de gado possibilitava aos estancieiros rendimentos que lhes garantiam a manutenção de um padrão de vida satisfatório, ainda que a estância fosse administrada de forma ineficiente e sem a adoção de melhoramentos tecnológicos. Tal fator fazia com que os estancieiros optassem pela segurança de um rendimento mais baixo, desde que isso fosse garantia de menor nível de risco. Dessa forma, ao se evitar endividamentos, impossibilitava-se a adoção em grande escala de melhoramentos no setor pecuário.

O arroz, apenas tardiamente produzido na região como alternativa a pecuária, foi adotado inicialmente por produtores advindos de outros segmentos da economia ou de diferentes partes do Rio Grande do Sul, demonstrando a resistência ao “novo” (BANDEIRA, 1994). A orizicultura iniciou sua expansão na região sul na década de 1970, transformando pastagens nativas em áreas para a lavoura. Ainda que apresentasse uma capacidade de desarticular as “formas arcaicas” adotadas pela pecuária, a modernização da região barrou na detenção da maior parte das terras pela oligarquia pecuária e na sua resistência a mudanças (BENETTI, 1994).

O que a perspectiva que destaca a existência de uma racionalidade conservadora na Metade Sul subdimensiona é a inadequação de parte significativa das terras para lavoura⁴¹ e da precariedade dos transportes existentes para o escoamento da produção. O charque não necessitava de uma estrutura eficiente de transporte, sendo distribuído ao restante do país pelo porto localizado em Rio Grande. Esses motivos fizeram com que, por muitas décadas, o cultivo da lavoura ficasse restrito à subsistência das famílias. Segundo Bandeira (1994, p. 22), “em várias áreas da Região Sul, a pecuária foi, portanto, por longo tempo, muito mais uma imposição das circunstâncias do que uma opção”.

⁴¹ Segundo Benetti (1994), 56% dos solos improdutivos do Rio Grande do Sul situam-se na região sul do estado.

Outro fator explicativo importante para o declínio econômico da Metade Sul refere-se à industrialização frustrada na região. Durante o final do século XIX e o início do século XX Pelotas e Rio Grande, juntamente com Porto Alegre, figuravam como os principais polos industriais do Rio Grande do Sul. Verifica-se, no entanto, que em Porto Alegre o setor secundário apresentava maior diversidade – as atividades de maior ocupação da mão de obra (fiação e tecelagem) eram responsáveis por apenas 13,26% dos empregos gerados – enquanto que em Pelotas o charque gerava 42,27% dos empregos e em Rio Grande, a fiação e tecelagem eram responsáveis por 60,61% dos postos de trabalho (BANDEIRA, 1994). Ademais, na região sul, a concentração da renda em decorrência do padrão de distribuição da terra gerou uma população urbana com baixo poder aquisitivo, o que não favorecia o surgimento de uma industrialização voltada para o mercado interno. Portanto, a industrialização na região caracterizada pelo beneficiamento de produtos primários e voltados para o centro do país acabou levando ao desaparecimento da maior parte das empresas frente ao aumento da concorrência com os demais estados.

A persistência no “atraso” da Metade Sul, a despeito das políticas públicas, fez com que a região passasse por três ciclos de desenvolvimento econômico, os quais foram responsáveis por garantir breves períodos de pujança econômica à região. Conforme Domingues, Carvalho e Carvalho (2013), o primeiro ciclo, refere-se à criação do Superporto do Rio Grande, iniciado no final da década de 1960. Esse projeto representou a segunda fase de ampliação do Porto do Rio Grande em direção à embocadura da Lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico. Inserido na política de Corredores de Exportação, o Superporto elevou a escala e a velocidade dos fluxos, o que contribuiu para a instalação de indústrias de fertilizantes e óleos vegetais no município de Rio Grande. Essa iniciativa garantiu um próspero desenvolvimento na região até o início da década de 1990, quando novamente o sul passa a figurar como uma área de “estagnação econômica” como consequência da adoção de políticas de cunho neoliberais.

A Lei de Modernização dos Portos,⁴² implementada em 1993, juntamente com a substituição do modelo de produção taylorista-fordista pelo modelo toyotista – com intensivo uso de tecnologias – causou o fechamento de indústrias na cidade, levando à redução nos postos de trabalho (DOMINGUES; CARVALHO; CARVALHO, 2013; MOLIN; FIGUEIREDO; TOGEIRO, 2014). Apesar dos impactos negativos causados pelas políticas neoliberais, na mesma década, ocorreria o segundo ciclo de desenvolvimento da Metade Sul.

⁴² A Lei de Modernização dos Portos visava a realizar as mudanças necessárias para que os portos brasileiros atingissem os parâmetros internacionais.

A privatização transnacionalizada do complexo portuário-industrial e a expansão e diversificação dos serviços logísticos portuários resultariam na recuperação e expansão da indústria de fertilizantes, concomitantemente ao início dos investimentos para a construção naval na região – terceiro ciclo de desenvolvimento. Estas experiências nos dão uma dimensão da força do desenvolvimento que, a despeito do seu histórico de fracassos na região, continuou sendo desejado e perseguido.

Como podemos notar, a maior parte da literatura sobre desigualdades regionais no Rio Grande do Sul baseia-se, sobretudo, em fatores econômicos para diagnosticar o atraso da Metade Sul, demonstrando que a definição de desenvolvimento permanece vinculada à esfera econômica. Não temos a pretensão de afirmar que a Metade Sul não apresenta problemas socioeconômicos, mas sim de demonstrar que a existência de taxas de crescimento econômico distintas daquelas apresentadas pela Metade Norte foi apropriada, em um contexto específico, por interesses políticos, com o objetivo de retomar a atenção recebida desde os primórdios pelo poder público. Argumentos econômicos – amplamente aceitos, embora não suficientes para dar conta da complexidade da realidade – foram mobilizados para forjar o discurso de atraso da região e, assim, tentar retomar sua importância política. A seguir veremos como esse discurso se constituiu no município de São José do Norte.

3.2 SÃO JOSÉ DO NORTE: DA CAPITAL NACIONAL DA CEBOLA AO ISOLAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO

O território pertencente ao atual estado do Rio Grande do Sul foi “descoberto” ainda no início do século XVI, com expedições litorâneas para a exploração de pau-brasil. Entretanto, frente à inexistência de um produto com grande importância econômica e à dificuldade de acesso pelo mar, a região não apresentou ocupação branca durante mais de um século depois da chegada portuguesa no continente, integrando-se tardiamente ao Brasil colonial (PESAVENTO, 1980). O sul do Brasil só seria efetivamente ocupado frente à importância estratégica adquirida no contexto de disputas entre as Coroas portuguesa e espanhola e à descoberta de grandes rebanhos de gado na região.

O início da ocupação branca no Rio Grande do Sul remete à descoberta pelos portugueses de grandes quantidades de gado na Vacaria do Mar e à emergência de um mercado interno no Brasil com a extração de ouro em Minas Gerais. Frente à ameaça real de devastação do rebanho e à importância de se manter Sacramento, constantemente ameaçada

pelos espanhóis, a Coroa portuguesa decidiu tomar posse do território entre Laguna e o rio da Prata. Em 1725, ocorreu a descida da Frota de João de Magalhães, conhecida como a “Frota dos 31 lagunistas”. Magalhães se instalou onde hoje se localiza o município de São José do Norte e permaneceu na região até 1732, quando teve início a distribuição de sesmarias no litoral norte (COSTAMILAN; TORRES, 2007).

A ocupação de São José do Norte causa divergências na historiografia quanto aos limites da Frota de João de Magalhães como primeiro povoamento português no Rio Grande do Sul (COSTAMILAN; TORRES, 2007). Para historiadores tradicionais (FERREIRA FILHO, 1974; KÜHN, 2002; PESAVENTO, 1980), a Frota de João de Magalhães teve uma passagem rápida e não deixou marcas duradouras. Entretanto, há autores (GUILHERMINO, 1980; PORTO, 1954) que associam a esse período a criação de 27 estâncias voltadas para a criação de gado na região e ao surgimento da imagem do estanceiro no estado. O povoamento oficial da barra do Rio Grande costuma ser datado em 1737, com o desembarque da expedição do brigadeiro José da Silva Paes⁴³ e a fundação do presídio Jesus-Maria-José na parte sul do canal, onde localiza-se o município de Rio Grande.

O brigadeiro José da Silva Paes, para garantir a posse da região, iniciou a distribuição de sesmarias e a organização de estâncias reais de criação. De iniciativa estatal, as estâncias – localizadas no lado norte da barra – direcionavam-se às criações de gado (para alimentação) e de cavalos para o fornecimento das tropas lusitanas. A Fazenda Real, estabelecida em Bujuru, atualmente sede do Terceiro Distrito de São José do Norte, foi a primeira estância real fundada. As más administrações e a decisão do general Gomes Freire de aumentar o abate indiscriminado do rebanho em um momento de valorização do couro no comércio da colônia com a metrópole, no entanto, acarretaram na decadência das estâncias (TORRES, 2000).

O município nortense mostrou-se fundamental na manutenção das fronteiras portuguesas no Brasil, sobretudo nas resistências à invasão espanhola durante o século XVIII e à Revolução Farroupilha no século seguinte. A dominação da Vila do Rio Grande e de parte da Barranca do Norte pelos espanhóis⁴⁴ fez com que um contingente populacional se

⁴³ Um ano antes do início da ocupação oficial do Rio Grande do Sul, Cristóvão Pereira de Abreu havia desembarcado na região para garantir os preparativos para a chegada da expedição de Silva Paes (TORRES, 2000).

⁴⁴ A invasão do Rio Grande do Sul pelos espanhóis remete a acontecimentos ocorridos na Europa. A manutenção de Portugal como aliado da Inglaterra – os portugueses dependiam dos navios ingleses para a realização do comércio de suas colônias – não foi aceita pela Espanha, Nápoles e França, que estavam unidas contra o domínio marítimo inglês, resultando na invasão da colônia lusitana no continente americano. Isso levou à dominação da Vila do Rio Grande pelos espanhóis.

estabelecesse na aldeia do Estreito.⁴⁵ Em 1767, os espanhóis foram expulsos da Barranca do Norte, permitindo o controle dos portugueses de uma das margens do canal. No dia 6 de junho do ano seguinte, mesma data do aniversário de D. José I, rei de Portugal, foi retomada a Vila do Rio Grande. A Barranca do Norte passou a se chamar São José da Guarda do Norte em homenagem a retomada do território e ao aniversário do rei português (COSTAMILAN; TORRES, 2007).

Em 1822 ocorreu a independência do Brasil e o rompimento político-administrativo com Portugal, entretanto, a manutenção da monarquia e do centralismo “persistiram sustentados na defesa dos laços com a civilização europeia enquanto referencial civilizatório” (COSTAMILAN; TORRES, 2007, p. 81). Tal postura levou à eclosão de inúmeras revoltas durante o período regencial. No contexto de insatisfações em relação ao centralismo do Império é que ocorreu a Revolução Farroupilha.

A Revolução Farroupilha insere-se na conjuntura marcada pela perda de importância econômica e política do Rio Grande do Sul. Ao cessarem os conflitos entre portugueses e espanhóis e não havendo mais a necessidade de uma ocupação e proteção dos territórios, anteriormente ameaçados, a justificativa para a atenção voltada à região perdeu sua razão de existência.

O Rio Grande do Sul caracterizava-se como uma economia subsidiária fornecedora de charque para o centro do país produtor de café. Como consequência desse centralismo, os presidentes das províncias, que eram nomeados, seguiam os interesses da aristocracia cafeeira, fazendo com que as reivindicações dos estanceiros sulinos não fossem atendidas. A partir da percepção de que o sul era explorado economicamente pelo centro, em 1835, eclodiu a Revolução Farroupilha, que se estenderia por 10 anos.

As principais reivindicações dos farroupilhas referiam-se à oneração do charque sulino, com elevadas taxas de importação sobre o sal e sobre a légua da terra, além da obrigação de cederem soldados, cavalos e alimentos ao governo central sem receberem indenizações. Soma-se a isto o fato das charqueadas do Prata pagarem baixo imposto nas

⁴⁵ Na aldeia do Estreito, fundada em 1753, e distante 35 km da atual sede do município de São José do Norte, ocorreu uma das primeiras experiências de aldeamento indígena promovida pelas autoridades luso-brasileiras sob os princípios pombalinos (COSTAMILAN; TORRES, 2007). O primeiro ministro português fundou vilas em antigos aldeamentos e missões jesuíticas nos quais foram concedidos aos indígenas direitos políticos equiparáveis aos dos portugueses. Nesses locais o uso do português passou a ser obrigatório, tornando-se proibida a utilização de línguas nativas, além do incentivo aos casamentos entre índios e brancos como forma de homogeneizar e inserir os indígenas na sociedade ocidental (MOREIRA, 2013). Apesar da falta de detalhes sobre o seu funcionamento, sabe-se que a presença indígena se manteve até pelo menos a invasão de Rio Grande pelos espanhóis, quando a aldeia passou a ser habitada por luso-brasileiros fugidos dos castelhanos. A persistência da ocupação espanhola deu origem à Freguesia do Estreito, em 1765, demarcando a nova fronteira portuguesa ao norte.

alfândegas brasileiras, forçando uma diminuição no preço do produto gaúcho. O que começou com demandas pontuais adquiriu grandes proporções, passando inclusive a reivindicar a independência política do Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1980).

Com o interesse estratégico de controlar o porto do Rio Grande e de garantir uma saída para o mar, Bento Gonçalves, o líder dos farroupilhas, marchou em direção ao sul do estado. Os revoltosos passaram a controlar a região, com exceção das cercanias da atual sede do município nortense. O combate de São José do Norte, quando presente na historiografia, costuma ser narrado com ênfase nos feitos heroicos dos seus líderes – tanto dos farroupilhas, quanto dos legalistas. Devido à resistência e à lealdade ao Império, pelo Decreto nº 80, de 18 de julho de 1841, a guarnição de São José do Norte recebeu o título de Mui Heroica Guarnição da Vila. O título seria entregue pessoalmente pelo Imperador D. Pedro II, em 1845 (COSTAMILAN; TORRES, 2007).

Uma vez consolidadas as fronteiras do sul do Brasil, São José do Norte perde sua importância estratégica, adentrando em um período de abandono e declínio econômico perante as autoridades – e que perduram até os dias atuais (COSTAMILAN; TORRES, 2007). Conforme Torres (2000), a dedicação à manutenção da monarquia não se refletiu no apoio em termos de recursos financeiros. O resultado foi a falta de infraestrutura e a carência de políticas para a obtenção de maiores recursos e de incentivo à agricultura e manufaturas na Metade Sul do Rio Grande do Sul como um todo. O baixo crescimento econômico foi acompanhado pela constante diminuição do percentual populacional do município nortense em relação ao Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – Evolução da população no Rio Grande do Sul e em São José do Norte

Censos	População do Rio Grande do Sul	População de São José do Norte	Percentual sobre a população do Rio Grande do Sul
1780	17.923	1.845	10,29
1803	36.721	2.900	7,9
1846	147.846	3.598	2,4
1858	285.444	5.369	1,8
1872	365.520	5.817	1,6
1890	897.455	8.528	0,95

Fonte: Torres (2000).

A participação de São José do Norte na história do estado costuma ser exaltada como pertencendo a um passado heroico – vinculado à defesa do território em posse portuguesa – em detrimento de um presente de abandono pelas elites políticas. Em 1992, o jornal Zero

Hora publicou uma reportagem sobre o “pedaço abandonado e pobre do Estado” (Figura 3). O termo “abandonado” refere-se ao declínio econômico do município nortense, mas, sobretudo, a sua perda de importância política no Rio Grande do Sul. Ao questionar o motivo pelo qual São José do Norte teria “parado no tempo”, a reportagem reproduz o discurso do atraso e do desejo pelo desenvolvimento, destacando que “a Península foi vítima de uma grande ironia: abriu o primeiro caminho do Estado, a ‘Rota dos Lagunenses’, mas não possui um palmo de asfalto nos 202 quilômetros entre Mostardas e São José do Norte” (MARIANO, 1992, p. 31). Conforme destacado por Quijano e Wallerstein (1992), a busca pelo novo configura uma das mais importantes características da modernidade.

Figura 3 – Passado glorioso *versus* Presente de abandono

Os portugueses fizeram um grande esforço para colonizar a Península do Rio Grande do Sul — uma restinga com 250 quilômetros de largura, espremida entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico — há 255 anos. Hoje essa inóspita área está esquecida e abandonada. Os 28 mil moradores dos municípios de São José do Norte, Tavares e Mostardas ainda têm no cavalo seu mais eficiente meio de transporte nos areais do verão ou nos charcos do inverno. A história dos pioneiros que estabeleceram na Península o primeiro berço da colonização portuguesa no país, as razões do isolamento atual e as dificuldades dos habitantes desse pedaço abandonado e pobre do Estado são o tema da primeira reportagem de uma série de três que Zero Hora começa a publicar nesta edição.

O RIO GRANDE ESQUECIDO (1)

Berço do império português no Estado vive no abandono

Fonte: Mariano (1992).

A retirada da alfândega de São José do Norte, em 1852, é apontada pela historiografia como outro fator decisivo para o declínio econômico do município. Dispondo de uma posição geográfica que garantia um ancoradouro com as melhores condições do estado, o porto

nortense, construído em 1834, foi lançado à posição de “porta de entrada” do Rio Grande do Sul (ALVES, 2000). O município nortense dependia economicamente da localização da alfândega em seu território.

O centro do comércio do sul do Estado, todavia, estava consolidado em Rio Grande, local onde os ricos negociantes da região residiam. Isso fez com que, em meados do século XX, ocorresse a mudança da alfândega para o município vizinho (COSTAMILAN; TORRES, 2007). A alfândega localizada em São José do Norte foi reduzida à mesa de rendas e, posteriormente, à simples coletoria, causando o êxodo da navegação e o prejuízo ao comércio lícito, além de estimular o contrabando na região (ALVES, 2000). O impacto econômico foi sentido no município nortense contribuindo para que o isolamento político e econômico viesse a se somar ao geográfico, confirmando a previsão realizada por Saint-Hilaire (2002, p. 89):

Em frente ao Rio Grande, não há profundidade bastante para outras embarcações além de pequenos iates; os maiores ancoram diante da Aldeia do Norte que pode ser considerada como porto de São Pedro. Seria, pois, muito provável que esta cidade, não possuindo verdadeiramente um porto, situada em terreno estéril, no meio de pântanos e areia, ameaçada constantemente de ser aterrada pelas areias, seria provável, repito, que esta cidade fosse em breve abandonada, se não tivessem colocado a alfândega e não fossem obrigados a transportar para aí todas as mercadorias que chegam ao Norte.

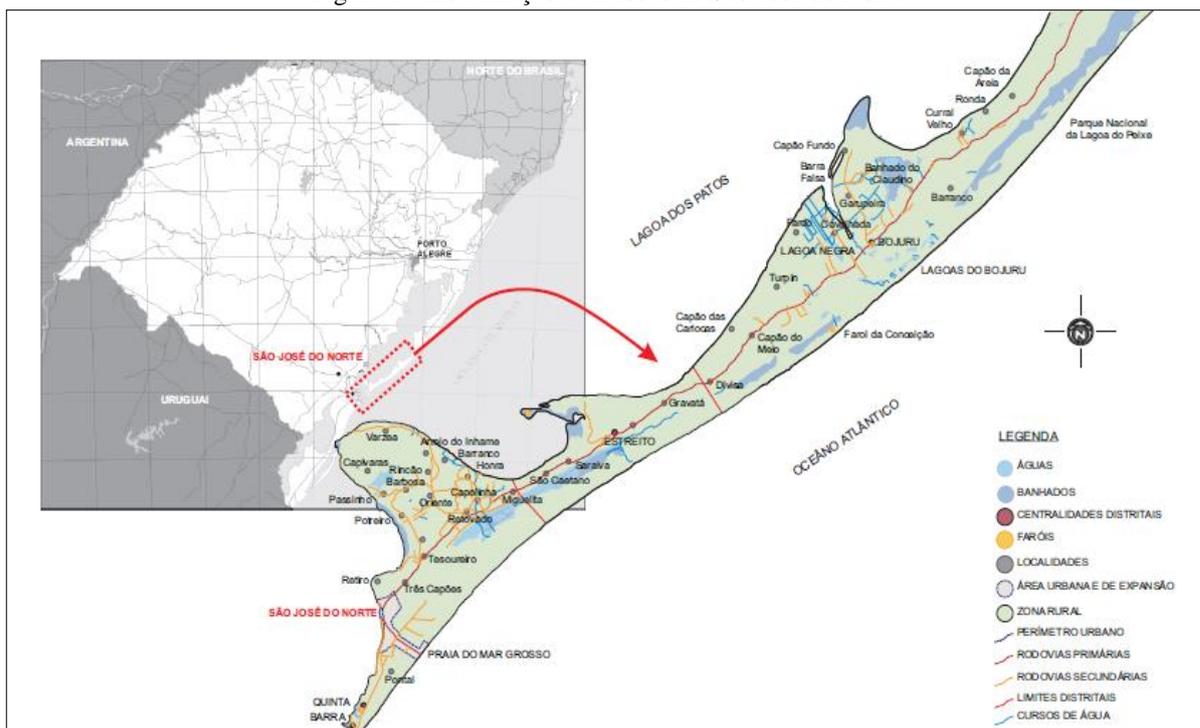
Historicamente, São José do Norte também sofreu com as dificuldades impostas pelo meio natural, como as intempéries climáticas e a constante ameaça das areias. Conforme Bunse (1981), na imensa planície, as únicas elevações relevantes eram as dunas ao longo do litoral. A maior parte dessa areia não possuía vegetação e, portanto, se deslocava com a ação dos ventos, o que tornava parte do município improdutivo para a lavoura e para a pecuária, além de ter provocado o soterramento de povoações.

Conforme Saint-Hilaire (2002, p. 84), “a aldeia do Estreito era outrora mais para leste, mas como as casas foram enterradas pelos turbilhões de areia que o vento atira sem cessar das margens do mar, foram transferidas para o lugar onde se encontram atualmente e onde, sem dúvida, terá em breve a mesma sorte”. A previsão realizada pelo naturalista francês se cumpriu em 1881 quando novamente a freguesia do Estreito⁴⁶ se mudou devido à ameaça das areias, instalando-se nas cabeceiras do arroio Bujuru (BUNSE, 1981). O deslocamento das dunas, a falta de estrutura urbana e o isolamento geográfico persistiram durante o Império e, com exceção do deslocamento das dunas, minimizados com a plantação de *Pinus* a partir do final da década de 1970, esses problemas persistiram, em certa medida, até os dias atuais.

⁴⁶ Em torno de 1890, a freguesia do Estreito ressurgiria próximo da sua localização original (BUNSE, 1981).

Localizada em uma extensa faixa de terra entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, o município nortense⁴⁷ atualmente organiza-se administrativamente em três distritos – Primeiro, Segundo e Terceiro Distritos – que se subdividem em localidades. O Primeiro Distrito possui sede na cidade de São José do Norte, o Segundo, na Vila do Estreito e o Terceiro Distrito, na Vila do Bujuru.

Figura 4 – Localização e divisões de São José do Norte



Fonte: Storti (2013).

A ocupação branca de São José do Norte remete à fundação das estâncias reais, fazendo com que a zona dos campos fosse povoada por grandes rebanhos de gado e de ovelha – mais recentemente inseriu-se a rizicultura na região. A predominância do latifúndio ao norte da península impediu o surgimento de povoados e da agricultura tal como se desenvolveu na parte sul do município, local onde se instalaram os imigrantes açorianos ou “casais de número” (BUNSE, 1981).

Segundo Fontoura (1994), é possível identificarmos três sistemas de produção no território nortense. O Primeiro Distrito concentra a maior parte da produção de cebolas do município e caracteriza-se pelo predomínio da pequena propriedade e do trabalho familiar. O Segundo e o Terceiro Distritos apresentam as maiores propriedades – que aumentam na medida em que se avança em direção ao norte de São José do Norte – e caracterizam-se pelo

⁴⁷ Mostardas e Tavares faziam parte de São José do Norte, tendo se emancipado em 1963 e 1982, respectivamente.

predomínio da pecuária extensiva (sobretudo no Segundo Distrito) e pela rizicultura (no Terceiro Distrito). A pecuária apresentou uma retração em termos comerciais em consequência do aumento da população rural e da concorrência com produtores mais próximos ao mercado central e de acesso mais fácil. Atualmente, a pecuária se faz presente na maioria das propriedades agrícolas, entretanto, geralmente configura uma poupança a ser utilizada quando as finanças da propriedade assim exigem.

A rizicultura, desenvolvida a partir dos anos 1960, passou a sofrer períodos de secas entre 1985 e 1987, provocando o abandono da atividade pela maioria dos produtores (ALVES, 2000; SANTOS, 2007a). Atualmente, os principais produtores de arroz na região são fazendeiros que dispõem de grandes extensões de terra. Por ser uma cultura cara e dependente da utilização de maquinário, é pequena a presença de agricultores familiares. Isso fez com que apesar do forte declínio, a cebolicultura se mantivesse como a principal atividade econômica do município (conforme pode ser verificado na Tabela 2) – juntamente com a pesca e, mais recentemente, com o reflorestamento de *Pinus*. Destaca-se ainda a produção de feijão e de milho voltada para o autoconsumo.

Tabela 2 – Agricultura em São José do Norte (2015)

Cultura	Número de Produtores	Área (Ha)	Produção Anual (t)	Principais destinos
Cebola	1100	1.500	26.732.616	Venda através de atravessadores
Arroz	50	2.000	13.600	Venda direta (usina de beneficiamento)
Feijão (preto)	120	10	28	Consumo nas propriedades e venda do excedente
Milho	250	150	180	Consumo nas propriedades

Fonte: Emater (2016).

Concomitantemente ao surgimento do charque produzido principalmente em Pelotas, houve a expansão do cultivo do trigo no sul do estado ligado à entrada de casais açorianos. O objetivo da vinda desses imigrantes era povoar a região das Missões, as quais passaram a pertencer a Portugal, conforme o estabelecido pelo Tratado de Madri. Sem receberem as terras prometidas – o que viria a ocorrer somente 20 anos após o seu ingresso – os açorianos se espalharam irregularmente pelo Rio Grande do Sul. Núcleos açorianos foram encontrados em Mostardas, Estreito, São José do Norte, Santo Amaro, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira e Conceição do Arroio (PESAVENTO, 1980).

O cultivo do trigo passou a desempenhar importante peso nas exportações gaúchas a partir de 1780, possibilitando a aquisição de escravos negros para a ampliação das lavouras. Em 1787, o trigo representou a maior produção do Rio Grande do Sul, entretanto, uma série

de dificuldades levou a decadência desse produto, chegando quase ao desaparecimento no estado (COSTAMILAN; TORRES, 2007).

A precariedade técnica e a exploração extensiva da terra juntamente com a ocorrência de ferrugem nos trigais e a existência de um mercado altamente competitivo – o trigo produzido pelos colonos competia com a produção vinda dos Estados Unidos, da Prússia e da França, os quais eram beneficiados pelas baixas taxas de importação – configuravam obstáculos aos produtores gaúchos. Deve-se destacar também a atuação da Coroa portuguesa que, em momentos de conflitos com os espanhóis, recrutava açorianos, retirando mão de obra da lavoura, juntamente com a aquisição do produto para alimentar as tropas sem realizar ressarcimento. Somava-se a esses fatores a proibição da venda do trigo brasileiro para Portugal, uma vez que a lógica colonial proibia a colônia de concorrer com a metrópole (PESAVENTO, 1980).

Os problemas enfrentados fizeram com que durante o século XIX o cultivo do trigo fosse substituído pelo milho e pela cebola como atividades econômicas significativas. No entanto, a exigência de menor quantidade de mão de obra – uma carência da região – somada a um retorno financeiro satisfatório, foram responsáveis por tornar a cebola o alicerce da economia nortense, sobrepujando-se à triticultura (SANTOS, 2007a).

Segundo Santos (2007a), a produção de cebolas em São José do Norte confunde-se com a colonização da região. O autor destaca que entre os registros dos mantimentos trazidos por Silva Paes constavam recipientes com sementes de cebolinho. Ademais, os imigrantes açorianos eram extremamente dedicados à agricultura, o que transformaria ainda no século XVII a península da Lagoa dos Patos “de engorda de gado, em área de produção agrícola para o contexto da época” (SANTOS, 2007a, p. 56). A especialização da produção de cebolas fez com que, em 1924, São José do Norte fosse responsável por 47% da produção do Rio Grande do Sul, levando ao recebimento do título de “capital nacional da cebola” (BUNSE, 1981).

Em 1927, São José do Norte ganhou um concurso, na Espanha, por colher as cebolas mais gostosas do mundo. Recebeu o título de ‘capital nacional da cebola’. Até a década de 70, o plantador que vendia uma carga de 12 mil quilos de cebola em São Paulo voltava com um caminhão ou trator zero quilômetro. (CEBOLA, 1992, p. 41).

O município nortense foi o maior produtor nacional de cebola até 1977, quando acabou sendo ultrapassado pelo estado de São Paulo e, em 1987, por Santa Catarina,⁴⁸

⁴⁸ Segundo Fontoura (1994), até meados de 1985, a cebola produzida no Rio Grande do Sul tinha um calendário de comercialização que a diferenciava dos demais estados produtores. No entanto, as melhorias na produção de cebola desenvolvidas pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC)

provocando uma queda nos preços (SANTOS, 2007a; FONTOURA, 1994). A cebolicultura nortense também seria impactada pela formação do Mercosul, que possibilitou que o ingresso da cebola argentina atingisse 25% do mercado brasileiro entre 1995 e 1998 (SANTOS, 2007a). A partir do final da década de 1980, em São José do Norte inicia um processo de redução da área de plantação destinada à cebola juntamente com o aumento do êxodo rural⁴⁹ (SANTOS, 2007a). Conforme um extensionista da Emater no município, esse cenário se mantém até os dias atuais.

A cebola continua né, mas nos últimos anos a gente tem reparado que tem diminuído o tamanho da área. Todo ano diminui um pouco a área, ficou em cerca de 1800 hectares na última safra. E também o pessoal do campo tá envelhecendo, a gente fez uma pesquisa aí, com 600 agricultores na safra 2014, a idade média deles era de 55 anos. Ficou muito aposentado que não quer mais plantar cebola, planta só horta pra consumo e também é descapitalizado né. Ao invés de plantar dois hectares, vai plantar um e meio.

Nas pequenas propriedades, geralmente a cebola é o único produto comercializado, tornando a manutenção da horta indispensável para a sobrevivência dos agricultores. Apesar de pequena, a horta cultiva os mais variados produtos – e soma-se ao pomar – sendo fundamental nos períodos em que o preço da cebola se apresenta muito baixo ou em que ocorrem perdas na safra.

O comércio da cebola ocorre principalmente por meio de atravessadores/intermediários responsáveis por estabelecer a ligação entre o produtor e o comércio nacional. Esse comércio é realizado majoritariamente por comerciantes nortenses, uma vez que o mercado catarinense afastou parte dos compradores de outras localidades (SANTOS, 2007a). Dada à relação de dependência estabelecida, os agricultores submetem-se ao preço estabelecido pelos atravessadores, que revendem o produto por valores bastante superiores. A venda para intermediário configura um risco para os agricultores, uma vez que geralmente o pagamento ocorre somente após a venda do produto, fazendo com que sejam recorrentes os relatos de calotes por parte dos comerciantes que não residem do município. Uma das maiores críticas recebidas pela Cooperativa dos Agricultores Familiares de São José do Norte (COOAFAN) consiste justamente em não conseguir vender toda a produção dos cooperativados diretamente ao mercado e continuar dependendo dos atravessadores. Conforme um integrante da cooperativa:

possibilitou que este Estado ultrapassasse a produção gaúcha ao abastecer o mercado durante o mesmo período (FONTOURA, 1994).

⁴⁹ Segundo o Censo Demográfico, em 1980, 65,6% da população nortense vivia no campo e 34,4% na zona urbana. Em 2010, ocorre praticamente uma inversão, 68,2% passa a viver na área urbana e apenas 31,8% na parte rural do município (IBGE, 2018a, 2018b).

Os atravessadores no Norte são um cartel, eles são uma meia dúzia que combinam entre eles quando aumentar o preço da cebola, quando baixar sempre que convém pra eles. Já foram feitas várias tentativas, mas chega na hora e o que que acontece? Os atravessadores abaixam o preço da cebola e começam a dizer pro agricultor “Ah, o pessoal da agricultura, o pessoal da Emater, da Cooperativa é que tão fazendo esse movimento e baixou a cebola”. Aí jogam os agricultores contra as entidades, e os agricultores se apavoram, os produtores ficam na mão dos atravessadores.

A produção da monocultura da cebola costuma ser concebida pelo poder público local como um dos principais fatores responsáveis pelo “atraso” da região. Um agricultor, no entanto, questiona essa associação ao desmistificar a noção de que após a colheita da cebola – que ocorre apenas uma vez por ano – o agricultor “ficaria parado” e não exerceria outras atividades. O agricultor apontou para a existência de uma resistência à matriz colonial do poder, que impõe uma única e “verdadeira” forma de conhecer fornecida pela racionalidade científica, que invisibiliza todas as demais formas de conhecimento e de práticas.

O agricultor não fica só na cebola, ele planta cebola na época da cebola e aí na época do camarão ele vai pescar o camarão, ele vai pra outra coisa, ele ganha de diarista, ele não fica parado. Então são outras leituras que têm que ser feitas e conhecer como é que funciona esse mecanismo, por que ele fica na cebola, por que ele planta cebola. Ele arrenda a terra do cara, planta uma cebola ali, sete meses, oito meses e nesse tempo ele tá trabalhando em outra coisa, ele não fica parado. Ele vai trabalhar de diarista, vai trabalhar nos depósitos desse pessoal que planta cebola. Então a renda dele é o ano todo. A mulher, quando não tem muito filho, trabalha fazendo faxina ou trabalha por dia, que a maioria das mulheres trabalha por dia na roça. Então tem muita coisa aí que acontece. O agricultor faz outros serviços, o que não deixa de ser diversificação, ter outras rendas. Tem muita coisa aí que o pessoal não sabe, mas é o que acontece.

Entre todos os agricultores entrevistados, nenhum vivia exclusivamente da renda da cebola. Nos casos em que a propriedade não é caracterizada pela pluriatividade, há integrantes da família que recebem aposentadoria ou outro benefício social. Portanto, embora a principal atividade econômica das propriedades rurais seja a produção de cebola, é a mescla com outras atividades que garante a sobrevivência dessas famílias no campo.

Os principais fatores apontados pela literatura para a manutenção da monocultura da cebola em São José do Norte são (1) o imobilismo dos setores produtivos e (2) o apego à cebolicultura. A estes acrescentamos um terceiro fator: a insegurança que um novo cultivo implica. Alves (2000) ressalta a existência de certo imobilismo dos setores produtivos, semelhante ao que alguns autores argumentam existir na elite agropecuária da Metade Sul.

Os agricultores familiares relatam dificuldade de abandonar a produção da cebola, apesar da queda nos rendimentos. A questão do apego exerce um papel importante, uma vez que tudo o que a família adquiriu durante a vida adveio deste cultivo. O retorno financeiro proporcionado pela cebolicultura em épocas anteriores permanece no ideário dos agricultores

mais velhos, que ainda esperam que a atividade possa recuperar o preço atingido no passado. A isto soma-se o conhecimento adquirido ao longo dos anos de prática, uma vez que a atividade tem sido mantida na família por gerações. Conforme relatou um entrevistado, “eu conheço cebola e a 100, 200 metros eu sei se tá faltando nitrogênio, se é uma doença. Se eu partir pra outra cultura, eu não vou ter esse conhecimento”.

A insegurança causada pelos novos cultivos também exerce grande importância para a manutenção da cebolicultura no município. Embora a cebola dê retornos financeiros inferiores ao de décadas passadas, a sua venda ainda é garantida, ou seja, sabe-se que existe um mercado para o produto. Além disso, os anos de baixo preço ou perda da safra são seguidos de anos com ganhos positivos, a exemplo do ocorrido em 2016.⁵⁰ Optar pela diversificação da produção – quando muitas vezes sequer se detém o conhecimento necessário para isso – configura um grande risco a ser enfrentado pelos agricultores familiares.

Com a cebola eles sabem que plantam e vendem, aí se eles plantam outra coisa de repente já não tem mercado, então o pessoal fica com o pé atrás. Eu não sei, tem que ter um exemplo pra ver se vende mesmo. [...] A cebola eles plantam porque sabem que vende. A gente não sabe plantar outra coisa e não sabe se vai vender e é por isso que o pessoal fica com o pé atrás. A cebola, bem ou mal, um ano a gente perde, um ano a gente ganha e vai indo. Plantar o que e vender pra quem? Tem que ir devagarinho pra ver se dá certo.

Apesar do reconhecimento da necessidade da diversificação da produção pelo poder público já no final do século XIX, há resistência dos agricultores em aderirem a essa mudança (SANTOS, 2007a). Os produtores ressaltam que os incentivos permanecem muito mais no discurso do que na prática, conforme relata um mediador do meio rural:

Quando falam que a monocultura da cebola é um problema, realmente, é um problema, mas é um problema porque o município não deu condições pra que isso fosse mudado. E a gente briga um monte pra isso e isso não acontece, não avança. Então dizer que é um problema? É, mas o que tu faz pra melhorar isso? Só joga a culpa no agricultor? Não, dá no mínimo uma infraestrutura decente pra isso acontecer. [...] tu precisa ter uma estrutura que tu possa comercializar esse produto que não seja cebola, tu precisa ter um ponto de recolhimento no município, tu precisa ter o município com pessoas com maior poder de consumir, porque tu não tá próximo de Porto Alegre, não tá próximo de Rio Grande, não tá próximo de Pelotas, tu não tem um grande centro urbano pra consumir. Outra coisa é a questão do mini processamento desse produto, pra ele ter uma durabilidade maior, por exemplo, tu fazer uma conserva de alguma coisa. Mas pra fazer isso tu tem que ter uma mini agroindústria e até hoje isso não foi feito. Foram feitos vários projetos e isso não aconteceu. Então dizer que o produtor não quer diversificar é fácil, mas as condições que ele tem... O município precisa entender que isso é prioridade, mas eles não entendem que isso é prioridade e aí é complicado você conseguir fazer isso avançar.

⁵⁰ Nesse ano houve perdas na produção de cebola em Santa Catarina e em algumas localidades de São José do Norte próximas à Lagoa dos Patos, em decorrência da elevação no nível da água. Isso causou a elevação no preço do produto.

A decisão pela diversificação da produção implica em um risco, já que um dos grandes problemas enfrentados pelos agricultores familiares é a falta de mercado para a comercialização de seus produtos. São recorrentes os relatos de agricultores que sofreram prejuízos financeiros ao diversificarem a produção e não conseguirem comercializar seus produtos. Além de o município apresentar um mercado de consumo pequeno, o comércio local adquire mercadorias de Rio Grande, que produz em maiores quantidades. Por outro lado, vender em Rio Grande acarreta no aumento de gastos, uma vez que se faz necessária a realização da travessia de lancha ou balsa,⁵¹ fazendo com que o isolamento geográfico configure outro aspecto do “atraso” do município. A economia baseada em atividades agropecuárias faz com que as tentativas de diversificação da produção e de incremento econômico esbarrem na dificuldade de acesso à região.

Apesar da falta de incentivo relatada pelos atores do meio rural, o primeiro empreendimento externo recebido por São José do Norte esteve vinculado ao setor primário. A Produtos Gaúchos S/A (Prograsa), empresa de economia mista criada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul na década de 1960, foi uma agroindústria voltada ao beneficiamento dos produtos advindos do meio rural – visando ao aproveitamento do seu excedente, como a produção de conservas – e à comercialização da cebola no momento em que o município nortense ainda figurava como o maior produtor nacional do produto.

O empreendimento, que hoje seria fundamental para alavancar o setor primário no município, faliu principalmente devido à má gestão e à carência de acompanhamento técnico. A isto somou-se o boicote promovido pelos atravessadores, embora apenas 5% do volume total da cebola nortense fosse beneficiado pela empresa. Houve o completo abandono da agroindústria, fazendo com que sua maquinaria se tornasse obsoleta e em mau estado de conservação (FONTOURA, 1994). O relato de um agricultor familiar nos dá uma dimensão da iniciativa:

[...] na época, o Estado tinha bastante dinheiro e os caras pegam esse recurso do Estado, e é um monte de dinheiro, precisam de um lugar pra botar isso e no Estado o município que mais produzia cebola naquela época era São José do Norte. Vem pra São José do Norte. Aí constroem todo aquele patrimônio que tem ali e tu não tem quem toque isso, porque o produtor em si não sabe o que que tá pegando. É o Estado que joga e tu bota alguns administradores ali dentro, uma delas é senadora em Brasília, que é a Ana Amélia Lemos, era dona aquilo ali praticamente e outro cara é o que mais compra cebola hoje no Norte [...] eles ingressam no mercado de cebola e o cara passa a ser um dos maiores compradores de cebola de São José do Norte. Ele conhece o mercado, ele entra no mercado através do governo do Estado e se aproveita da situação e se torna um dos maiores compradores de cebola da São José

⁵¹ Em março de 2017 o preço da travessia de lancha passou de R\$ 2,00 para R\$ 3,20. O transporte de produtos primários apresenta um custo adicional que depende da quantidade a ser transportada.

do Norte. A decadência total da Prograsa talvez tenha influência política, mas o mais grave é que é a mesma coisa que tu pegar alguma coisa e dar pra alguém uma coisa muito grande e ele não sabe tocar. Foi isso que aconteceu ali. Como é que a população ia tocar um negócio daquele tamanho ali? [...] Foi muito dinheiro, até hoje a gente chega lá dentro da Prograsa, naqueles galpões e o que tem de vidro e de embalagens, de coisa ali, meu Deus do céu...

Embora vistas como insuficientes, atualmente existem algumas iniciativas do governo federal que podem ser compreendidas como incentivos à diversificação da produção. Destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA destina-se à aquisição de produtos da agricultura familiar para serem distribuídos a entidades sociais e o PNAE às escolas públicas.⁵² Há também organizações da sociedade civil mobilizadas nesse sentido, com destaque para a atuação do Grupo de Agroecologia Econorte,⁵³ que realiza semanalmente uma feira de produtos orgânicos no centro do município. A Coofan também incentiva a diversificação da produção, disponibilizando um espaço no seu escritório para que os cooperativados possam vender seus produtos diretamente ao consumidor. Caberia ainda ressaltar a mobilização da Associação de Moradores e Plantadores Novo Amanhecer do Gravatá (em parceria com a Coofan) para a criação de uma agroindústria familiar em uma escola desativada na localidade.

⁵² Há certa resistência dos agricultores em aderirem aos programas por medo de prejudicarem sua produção voltada para o autoconsumo e/ou de não conseguirem arcar com o compromisso devido às intempéries climáticas.

⁵³ O Grupo de Agroecologia Econorte resultou do Projeto Agricultura Ecológica Urbana e Periurbana desenvolvido pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (Nudese) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que foi iniciado em 2008. A feira (prevista no projeto) teve início em 2010 e atualmente conta com a participação de cinco famílias de agricultores familiares que possuem a certificação de produtores orgânicos.

Figura 5 – Feira do Grupo de Agroecologia Econorte



Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

A existência de condições propícias – a região é banhada pelo Oceano Atlântico, pelo Canal do Rio Grande e pela Lagoa dos Patos, além das lagoas internas – levou ao surgimento da pesca que, juntamente com a agricultura passou a formar a base econômica do município. A pesca artesanal foi a atividade econômica responsável pela ocupação humana ao longo da orla lagunar do município.

Segundo Moura (2009), a prática pesqueira era exercida anteriormente à chegada dos portugueses, sobretudo, pelos índios Guaranis – considerados exímios pescadores. Os indígenas, no entanto, começaram a se afastar devido a maior presença de bandeirantes na região e, posteriormente, à concessão de sesmarias nas áreas de fronteira próximas a rios e lagoas navegáveis com o objetivo de assegurar a posse portuguesa.

A partir da ocupação branca do território, a pesca passou a ser exercida por açorianos e seus descendentes em regime familiar. Nesse momento, havia uma complementação entre a agricultura e a pesca fazendo com que a última estivesse principalmente voltada para o

autoconsumo.⁵⁴ Somente no final do século XIX, com a chegada de imigrantes portugueses oriundos de Povoá de Varzim, a pesca adquiriria majoritariamente um caráter comercial.

Portadores de uma experiência pesqueira de séculos de desenvolvimento, os poveiros dispõem de técnicas consideradas de “maior capacidade” de captura de pescado que as dos descendentes de açorianos que, até aquele momento, poucos se dedicavam exclusivamente à pesca. (MOURA, 2009, p. 33).

Os imigrantes portugueses com capital suficiente desenvolveram as salgas, o que possibilitou a comercialização do pescado para localidades mais distantes, e posteriormente introduziram as conservas de pescado. Estavam dadas as condições para a formação do pescador artesanal⁵⁵ na região (PASQUOTTO, 2005). As salgas foram o marco inicial do desenvolvimento da indústria pesqueira no Rio Grande do Sul, na qual a base assentava-se no trabalho familiar (PASQUOTTO, 2005; SILVA, 2016). A partir de 1940, ocorreria ainda a chegada de pescadores de Santa Catarina. Sofrendo com a especulação imobiliária decorrente do turismo, principalmente em Florianópolis, os pescadores catarinenses logo foram empregados pelos pescadores portugueses carentes de mão de obra (SILVA, 2016).

A predominância da pesca artesanal abastecendo as indústrias de salga e de conserva do pescado durou até 1961, quando foram incorporadas novas formas de processamento, como o peixe resfriado e congelado nas grandes indústrias de pesca (PASQUOTTO, 2005). A pesca artesanal manteve-se como a principal fornecedora de pescado, no entanto, a sua imprevisibilidade configurava um obstáculo ao desenvolvimento das grandes indústrias. Isso fez com que a produção da pesca industrial atingisse patamares semelhantes aos da produção artesanal (MOURA, 2009). Para agravar ainda mais a situação dos pequenos pescadores, ao ser proibida a pesca em águas argentinas e uruguaias,⁵⁶ a pesca industrial passou a disputar o espaço físico com os artesanais na Barra do Rio Grande (PASQUOTTO, 2005).

Em 1967, o Decreto nº 221 foi uma tentativa de transformar a pesca em uma indústria de base no Brasil. Foram adotados incentivos fiscais, principalmente às grandes empresas do setor (MOURA, 2009). Pasquotto (2005) destaca que, entre 1967 e 1977, a pesca artesanal havia recebido apenas 12% do total dos investimentos destinados à indústria pesqueira. Essa política resultou em um crescente aumento da produção de pescado, assim como na mão de

⁵⁴ Moura (2009) ressalta a ocorrência de intercâmbios entre portugueses e indígenas no tocante a atividade pesqueira, a despeito da tensão entre ambos.

⁵⁵ Atualmente, o pescador artesanal é aquele que pesca em botes e canoas motorizadas no perímetro da Lagoa dos Patos. O trabalho é familiar e as mulheres exercem grande importância nas tarefas anteriores e posteriores à pesca. Em São José do Norte também existe o pescador industrial (em menor quantidade), que exerce a pesca embarcada, passando dias em alto mar.

⁵⁶ Em 1966, a Argentina decretou sua soberania em uma faixa de 200 milhas náuticas, impedindo a pesca estrangeira nessa área. O Uruguai, a partir de 1969, passou a permitir a pesca estrangeira em suas águas somente mediante o pagamento de licenças e taxas (MOURA, 2009).

obra empregada nas grandes indústrias do ramo, levando a um enfraquecimento ainda maior da pesca artesanal (MOURA, 2009). Para Moura (2009, p. 40), o objetivo dessa política era

[...] atribuir à pequena pesca a função de um bolsão de força de trabalho barata para a frota empresarial-capitalista, já que há a crença, na década de 1960, de que os pescadores artesanais e pequenos armadores “não sabem trabalhar com técnicas modernas” além de serem “ignorantes, atrasados e pouco produtivos”.

A produção pesqueira no Rio Grande do Sul atingiu o pico em 1973, passando a apresentar um decréscimo (com oscilações), desde então devido ao esgotamento dos estoques naturais, o que levou inúmeras empresas à falência. Segundo Bravo (2008), a superexploração da pesca incentivada pelo estado quase levou a Lagoa dos Patos à destruição. Para o autor, o desenvolvimento técnico que representou o progresso foi, em grande parte, responsável pela decadência da pesca na região.

A introdução de técnicas de pesca e industrialização do pescado na região, então, representaram o germe de seu próprio fim e a aniquilação do pescador artesanal, muito embora a trancos e barrancos, alguns consigam sobreviver completamente fora de qualquer circuito econômico de pesca industrial e sirva para no máximo obter alguns trocados ao vendê-lo nas esquinas. (BRAVO, 2008, p. 145).

O declínio da pesca na Lagoa dos Patos exigiu a criação de políticas direcionadas à sobrevivência dos pescadores artesanais. Em 1991, como uma extensão do seguro-desemprego, foi o criado o seguro-defeso (CAMPOS; CHAVES, 2014). Direcionado especificamente ao pescador artesanal, o seguro-defeso garante uma remuneração financeira ao pescador durante o período em que este se encontra proibido de exercer a pesca para que os peixes e crustáceos possam se reproduzir. Atualmente, os pescadores recebem o valor de um salário-mínimo durante o período de defeso e ficam impossibilitados de exercer outra atividade remuneratória. Em São José do Norte, esse período inicia no dia 01 de junho e se estende até o dia 31 de outubro.

Figura 6 – Embarcações na localidade de Capivaras



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Assim como na agricultura, o comércio de pescado também é realizado por atravessadores. Segundo Pasquotto (2005), frente à carência de recursos e à imprevisibilidade da renda, é frequente que o intermediário disponibilize os insumos necessários ao exercício da atividade – inclusive dinheiro para a aquisição da embarcação e equipamentos – fazendo com que o pescador fique comprometido a entregar a produção ao preço determinado por este. Em posse do intermediário, o peixe passa por uma cadeia de suprimento de valor agregado, aumentando consideravelmente os preços finais pagos pelos consumidores. Storti (2013) destaca que os consumidores pagam até 263% a mais do que o valor recebido pelos pescadores.

Os pescadores artesanais nortenses necessitam de condições ambientais específicas para que ocorram boas safras na Lagoa dos Patos. Só há pescaria na água doce quando esta adquire salinidade por meio do contato com a água do oceano. Segundo as entrevistas realizadas com os pescadores, a construção de barragens nas propriedades para inundar a plantação, por exemplo, contribui para a cheia da Lagoa e, conseqüentemente, dificulta a entrada de água salgada. Existe uma discussão acerca do impacto da ampliação dos molhes na

pesca artesanal da região. No entendimento dos pescadores, a última ampliação dos molhes, ocorrida em 2010, visando ao aprofundamento do calado para o Porto e para o Polo Naval de Rio Grande, foi responsável por diminuir a força com que a água do oceano ingressa na Lagoa dos Patos, levando a uma drástica redução dos peixes na Lagoa. Novamente, em nome do progresso – incentivo à indústria naval –, grandes impactos ambientais e sociais foram gerados aos pescadores artesanais da região. A despeito disso, a crise pesqueira enfrentada nos últimos anos é destacada como outro aspecto responsável pelo “atraso” do município.

Por mais que se encontre por trás das próprias causas do atraso, como a crise da pesca, o discurso do desenvolvimento não é questionado, muito pelo contrário, permanece sendo almejado. O desenvolvimento sempre encontra culpados pelo atraso, como a agricultura e/ou a pesca, fazendo com que se mantenha como uma meta a ser alcançada. Ao ser concebido como uma ideia/força representante de mudanças (positivas) na sociedade, questionar o desenvolvimento implica em colocar-se contra as promessas de uma vida melhor (QUINTERO, 2014).

São José do Norte possui a peculiaridade de ser quase isolada geograficamente, dispondo de apenas um acesso terrestre através da BR-101 pelo município de Tavares, o que também é apontado pelos moradores como um dos fatores responsáveis pelo “atraso” da localidade. A construção da BR-101 resultou da mobilização dos atores políticos e empresariais da Metade Sul do estado. Até então, o acesso terrestre ocorria por meio da Estrada do Inferno, a qual o próprio nome nos dá a dimensão das suas condições de trafegabilidade.

O acesso mais comum, devido à proximidade de Rio Grande, município que dispõe de maior infraestrutura, ocorre através do canal Miguel da Cunha, na Lagoa dos Patos, por onde atualmente são realizadas travessias de balsa para os automóveis e de lancha para os pedestres. O sistema de travessia de pedestres por meio de lanchas iniciou em 1926 – até então, a travessia era realizada por botes de pescadores que cruzavam o canal trazendo familiares e outras pessoas (SILVA, 2015).

Figura 7 – Desembarque na hidrovieira de São José do Norte



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A demanda pelo término da BR-101 iniciou na década de 1980. Em agosto de 1997, o Jornal Agora (Figura 8) lançou um caderno especial demonstrando a mobilização política e empresarial da região pela construção da estrada. A obra apresentou-se fortemente associada ao desenvolvimento dos municípios diretamente afetados por esse investimento (São José do Norte, Tavares e Mostardas). A seguir alguns trechos retirados do jornal.

Figura 8 – Mobilização pela BR-101



Não se pode mais admitir que, na entrada de um novo século, ainda existam estradas em iguais condições às da época em que aqui aportou Silva Paes para implantar o Presídio Jesus, Maria e José, em nome da coroa portuguesa.

Denis Lawson mostra, em sua pesquisa feita em 96, a potencialidade daquela nesga de terra espremida entre o mar de dentro de o Oceano Atlântico (ver matéria a respeito inserida neste caderno) e que pode, com o asfaltamento da rodovia, proporcionar um desenvolvimento que passa pela produção de grãos e se estende até o lazer, com retorno fabuloso garantido, aos cofres dos municípios e cofres do governo estadual.

Inadmissível que exista, em pleno fim de século, um município que fique totalmente ilhado pelo barro, simplesmente porque há má vontade política impressionante, contra a construção da BR 101.

O governo do Estado vive reclamando a falta de dinheiro, mas esquece que investir no término da "Estrada do Inferno" representa olhar o futuro com visão de estadista.

Fonte: BR-101 (1997).

Na mesma edição, o jornal relata a euforia vivida pelas autoridades de São José do Norte, uma vez que o então ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, confirmou a realização da obra. Segundo o ministro: "A BR/RST 101, por certo, tornar-se-á realidade, portanto é a nossa saída rumo ao progresso deste município" (BR-101, 1997, p. 3). O trecho final da estrada, entre Mostardas e São José do Norte, seria concluído somente em 2009.

Soma-se ao isolamento geográfico o fato de São José do Norte dispor de uma infraestrutura precária.⁵⁷ O município sofre com a inexistência de tratamento de esgoto, a coleta do lixo (que não é seletiva) é precária e a maior parte do abastecimento da água ocorre através da captação via poços artesianos. Parte considerável do centro urbano não dispõe de pavimentação e há carência de regularização fundiária e de disponibilidade de áreas públicas para a construção de novas residências, o que provoca uma ocupação desordenada do território. Ademais, há ausência de serviços básicos em localidades do interior, como postos de saúde, agências bancárias, mercados, farmácias, telefonia e internet.

⁵⁷ A chegada da energia elétrica no meio urbano, em 1995, trouxe consigo a esperança de fomentar o progresso na localidade – no meio rural, a luz elétrica só chegaria em 2001 –, no entanto, não resolveu as carências do município.

São José do Norte depende de Rio Grande em termos de comércio, serviços e empregos. A mão de obra local divide-se majoritariamente entre o setor primário (agricultura, pesca e reflorestamento de *Pinus*), o comércio e o serviço público, fazendo com que grande parte da população busque uma alternativa de emprego em Rio Grande. O acesso à saúde também configura grande dificuldade para os nortenses. São José do Norte possui somente um hospital restrito a atendimentos de baixa complexidade, fazendo com que a população seja obrigada a recorrer ao hospital do município vizinho.

Frente à importância do acesso à Rio Grande e do fim do isolamento geográfico de São José do Norte, a construção de uma travessia a seco no Canal do Rio Grande tem sido a demanda atual das lideranças locais. Duas alternativas encontram-se em fase de elaboração de estudos de viabilidade: a construção de um túnel submerso ou de uma ponte estaiada (STORTTI, 2013).

A ligação viária entre as duas cidades condicionaria São José do Norte a posição de ser uma nova porta de entrada do Rio Grande do Sul. Assim, proporcionando mais uma alternativa rodoviária, além da BR-392, como rota de cargas para o norte do país utilizando-se da BR-101. Isto reduziria o tráfego nos grandes centros urbanos (Grande Porto Alegre) e encurtaria a viagem em mais de 100 km, como também traria reflexos na expansão portuária da cidade de São José do Norte. (STORTTI, 2013, p. 213).

Conforme o trecho acima, as principais justificativas para a ligação a seco com o município vizinho, apesar das necessidades da população nortense, residem no interesse do setor empresarial, indo ao encontro do expressado pela agricultora:

[...] os grandes empresários, se eles fizerem a ligação a seco, não é pra nós, é pra eles né, assim como a BR-101. Eles não construíram a BR pra esse povinho pobre daqui de São José do Norte, eles construíram a BR porque eles queriam vir colocar outros empreendimentos. Jamais eles vão fazer pra nós, pra 25 mil habitantes pobres, que por eles, se morressem até era melhor, menos gente pra incomodar.

A perda de importância política e econômica de São José do Norte, após ter sido fundamental à manutenção das fronteiras portuguesas, associada ao seu isolamento geográfico e à falta de infraestrutura, foi fundamental para a construção da imagem do município como atrasado e carente de desenvolvimento que predomina até hoje. A seguir nos deteremos nas concepções dos atores locais acerca do atraso e da necessidade de desenvolvimento no município nortense.

3.2.1 Atraso e desenvolvimento segundo os nortenses

Conforme apresentado na seção anterior, para os agricultores familiares e pescadores artesanais, o discurso de que São José do Norte é atrasado ancora-se em três aspectos: (a) na monocultura da cebola e no declínio da pesca artesanal; (b) no isolamento geográfico; e (c) na carência de empregos. A perspectiva da colonialidade do poder é de suma importância para a compreensão da reprodução desse discurso. Quijano ressalta que o acesso restrito a determinadas esferas de poder foi fundamental para a consolidação da cultura europeia como um instrumento de exercício e disputa pelo poder (RESTREPO; ROJAS, 2010). Isso fez com que o sistema social baseado na distribuição de identidades sociais superiores e inferiores passasse a ser concebido como próprio pelos grupos dominados, fazendo-os reproduzir estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais (QUIJANO, 2014).

Embora não contestem a visão que vincula as crises enfrentadas pelo setor primário ao atraso do município, os agricultores e pescadores ressaltam que esse discurso acaba sendo utilizado como justificativa para a insuficiência de investimentos no meio rural. Ainda que a prefeitura não faça uma associação direta entre atraso e pesca/agricultura, o esforço por atrair empreendimentos sem relação com a vocação do município tem se apresentado como um caminho mais fácil “rumo ao progresso” do que encarar a necessidade de diversificação da produção na agricultura e a busca de soluções para a pesca na região. A construção de um entreposto de pescado no município, por exemplo, poderia agregar valor à produção, diminuindo os prejuízos dos pescadores,⁵⁸ assim como a busca por uma comercialização que não dependa exclusivamente dos atravessadores. A fala de um político vai ao encontro do argumento apresentados pelos agricultores:

O nosso município tá muito atrasado no setor primário, muito mesmo. Nós temos uma precariedade enorme, eu não digo só em produzir, a questão de produzir também, nós deveríamos hoje já ter um avanço muito maior em tecnologia, porque muda o clima e todo o segmento muda. [...] Hoje, aqui no nosso município, não tem projeto de irrigação, conseqüentemente ele não tem um PROAGRO que dá uma cobertura maior em caso de perda. Nós aqui, o atravessador é uma das grandes forcas do nosso agricultor. Infelizmente nós dependemos deles pra poder escoar o nosso produto, o agricultor não tem condições porque o poder público não oferece isso.

⁵⁸ Na minha última visita ao município, em 2017, havia entrado em funcionamento a Cooperativa dos Pescadores Artesanais do Norte (Coopanorte). A construção da sede da cooperativa teve início com o recebimento de verbas durante o governo de Olívio Dutra (1999-2002), porém, não havia sido finalizada. O empreendimento possui todo o maquinário necessário para beneficiar os peixes e crustáceos, além de condições adequadas para o armazenamento dos produtos.

Além da falta de investimentos no setor primário, o estabelecimento de uma ligação a seco com Rio Grande é considerado fundamental para a superação do “atraso” – e para a recuperação da agricultura e da pesca. Embora ressaltem a necessidade de facilitação de acesso a um município que disponha de melhores serviços de saúde e educação, os atores do meio rural reconhecem que “com o progresso sempre vêm os contras”, conforme a fala de um agricultor. O principal “contra” reside no aumento da violência provocado pelo crescimento na circulação de pessoas – fator este já causado pela instalação do estaleiro EBR, mas insuficiente para fazer com que o desenvolvimento fosse questionado. Os agricultores e pescadores veem na ligação a seco a oportunidade de acessarem o mercado rio-grandino, ainda que isso exija mudanças e investimentos na diversificação da produção.

A carência de empregos no município nortense é utilizada para justificar tanto a necessidade de uma ligação a seco com Rio Grande – facilitação do acesso ao município vizinho, que dispõe de um mercado de trabalho maior – quanto a chegada de empreendimentos externos. Embora a agricultura familiar apresente grande potencial para a geração de empregos, a plantação da cebola, que ocorre somente uma vez ao ano, somada à diminuição da área cultivada provocada pela saída do campo e pelo envelhecimento da população rural, faz com que sejam geradas principalmente ocupações temporárias.

Na visão da prefeitura de São José do Norte, o desenvolvimento ou o progresso (termo utilizado pelos entrevistados) apresenta-se fortemente vinculado a empreendimentos externos. Visando esse objetivo, nota-se um esforço de diferentes gestões em exaltar os potenciais naturais do município como forma de atração de grandes empresas que possam vir a explorá-los, tais como a existência de um porto com excelente calado, de minerais e de ventos com potencial para a produção de energia, conforme verifica-se no *folder* elaborado pela prefeitura (Figura 9). Esse discurso resulta na construção da “cidade como mercadoria” ou em uma “cidade empresa”, conforme o conceito apresentado por Santos, Araújo, Machado (2013) e Santos *et al.* (2016).

Figura 9 – São José do Norte e o desenvolvimento



Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS
Gabinete do Prefeito - Assessoria de Comunicação e Imprensa

*Em breve
a pequena cidade
será conhecida
nacionalmente.*

São José do Norte

O Município se transformará em grande propulsor da economia do Estado.

A CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

Cidade de expansão do Polo Naval Gaúcho, geradora de Energia Eólica e área de Exploração Mineral,

Integrar a comunidade nortense no processo de transformação do Município. É com esta finalidade que apresentamos nossas potencialidades naturais e o trabalho da Administração Municipal na estruturação de São José do Norte, a fim de viabilizar o desenvolvimento organizado, com a consolidação de investimentos que prometem modificar rapidamente o panorama local.

Com a situação econômica estabilizada, a Prefeitura alcançou mais um objetivo: projetar o Município para novos horizontes. Ao conhecer nossa privilegiada localização geográfica e a abundância de riquezas naturais, empresários de diversas regiões do mundo manifestaram interesse em investir aqui.

Fonte: São José do Norte (2012).

Em entrevista realizada em 2014, o então vice-prefeito destacou que a atração de novas cadeias produtivas – representadas pela indústria naval, pela mineração, pela energia eólica e pelo turismo – não tem como objetivo a substituição das cadeias produtivas históricas do município, como a agricultura, a pesca e, mais recentemente, o reflorestamento de *Pinus*. A utilização do termo “desenvolvimento sustentável/integrado” pelo representante público consistiria no rearranjo e na convivência harmoniosa entre as diferentes cadeias produtivas presentes em São José do Norte.

A gente tem muito cuidado, a gente não gostaria também que as novas cadeias produtivas representadas pela indústria naval, representadas pela mineração, representadas pela energia eólica, representadas pelo turismo, que viessem destruir as cadeias produtivas históricas do Norte. Nós queremos, pelo contrário, que agreguem valor às cadeias produtivas. Que a agricultura possa ser beneficiada com a vinda dessas novas cadeias produtivas. Que a pesca seja recuperada. Que o nosso polo madeireiro, que é tão importante, que ele seja estimulado. Por isso que eu falei em desenvolvimento sustentável/integrado. [...] Então esse rearranjo entre as cadeias produtivas vai acabar tendo que acontecer, mas certamente isso vai representar melhoria da qualidade de vida pra população que é, em última análise, o que a gente deseja, é ver a pessoas mais felizes, mais bem remuneradas, trabalhando em condições melhores.

Figura 10 – Logo da Prefeitura Municipal de São José do Norte

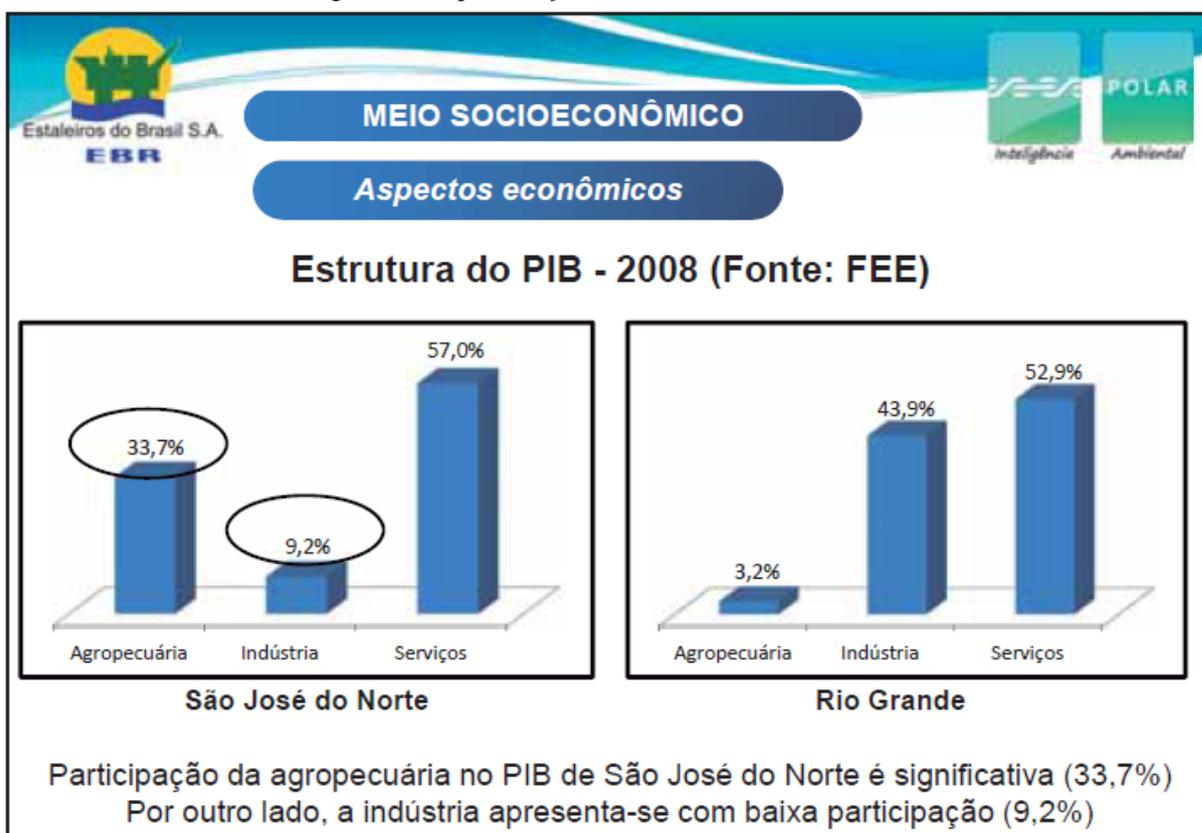


€

Fonte: São José do Norte (2014).

Apesar da fala do vice-prefeito, para os agricultores e pescadores, a prefeitura possui uma visão de desenvolvimento direcionada ao meio urbano e em detrimento do rural. Ao afirmar que o retorno econômico gerado pelo setor primário não é revertido em melhorias para o campo, mas em investimento em calçamento na cidade, uma liderança da agricultura tece uma crítica à postura da gestão municipal e ao discurso do “desenvolvimento sustentável/integrado”. Nesse sentido, durante a audiência pública referente à instalação do Estaleiros do Brasil, realizada em São José do Norte em setembro de 2011, os representantes do empreendimento ressaltaram a grande presença da agropecuária na composição do PIB municipal, comparando-a ao município de Rio Grande, no qual a indústria apresenta uma importância bastante superior (Figura 11). Isso demonstra uma visão de desenvolvimento vinculada à industrialização e à atração de grandes empreendimentos, e em prejuízo ao setor primário.

Figura 11 – Apresentação da EBR na Audiência Pública



Fonte: Polar Ambiental (2017).

Em maio de 2012, a Fepam emitiu um documento em resposta aos apontamentos realizados pela Procuradoria da República no município de Rio Grande quanto à emissão da Licença Prévia à empresa EBR. Ao ser questionada em relação à afirmação, presente no EIA/RIMA do projeto, de que a mudança da matriz produtiva causada em São José do Norte seria um “impacto positivo permanente”, o órgão ambiental argumentou que

Não se pode desconsiderar que a diversificação da matriz produtiva é fator positivo em qualquer economia. **É notório que o município se encontra em estado de estagnação econômica e social e muito deste quadro se deve ao fato da economia municipal se basear em atividades do setor primário – especialmente a produção de cebolas e a pesca –, atividades com baixo valor agregado e rendimento.** A diversificação da matriz produtiva, com a introdução de atividades industriais em determinada zona da cidade, trará consigo empregos, renda, movimentação econômica para a região, modernização e desenvolvimento. (Fepam, 2012a, p. 3, grifo nosso).

No tocante ao processo de licenciamento ambiental referente à extração mineral em São José do Norte, em fevereiro de 2016, a Procuradoria da República encaminhou ao Ibama 137 recomendações acerca do Projeto Retiro (MPF, 2016a). O documento cita a ausência de adequada identificação e de consulta prévia e informada às comunidades tradicionais do município impactadas pelo empreendimento – cebolicultores e pescadores – em cumprimento

à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Em resposta, o órgão licenciador afirmou que não há previsão de impactos sobre a atividade pesqueira, o que descartaria essa necessidade. No que se refere à cebolicultura, o órgão ambiental afirmou que não teriam sido registrados elementos nem manifestações que configurassem a tradicionalidade deste cultivo (MPF, 2016b). A afirmação do Ibama desconsiderou os inúmeros documentos elaborados por órgãos representativos dos agricultores, como o sindicato, associações e grupos expressando suas preocupações, assim como a rejeição ao empreendimento minerário, conforme veremos no Capítulo 5. Ademais, aponta, no mínimo, para a falta de conhecimento da realidade nortense, uma vez que a atividade se faz presente desde o início da ocupação do território pelos portugueses. Novamente as atividades primárias foram subdimensionadas ou desconsideradas.

Embora destaquem a necessidade de maiores investimentos no setor primário, os atores do meio rural são favoráveis a vinda dos grandes empreendimentos – a exceção refere-se ao projeto minerário, conforme veremos adiante. Os agricultores e pescadores veem nessas iniciativas a oportunidade de emprego para seus filhos desejosos de sair do campo. Soma-se a isto a esperança de que com o aumento da arrecadação dos impostos, a prefeitura possa realizar melhorias em saúde, educação e saneamento básico.

O potencial turístico de São José do Norte é destacado tanto por representantes públicos quanto pelos atores do meio rural como uma possibilidade de fomento ao desenvolvimento. Por ter sido o palco de acontecimentos históricos importantes para a história do Brasil, como a resistência à ocupação espanhola e a expulsão dos farroupilhas, o município dispõe de um amplo patrimônio histórico-cultural. A isto somam-se as riquezas naturais existentes, como a praia do Mar Grosso, um balneário tranquilo e com água cristalina. Apesar desses aspectos, poucas melhorias foram realizadas para incentivar o turismo no município. A maioria dos prédios históricos encontra-se em péssimas condições, o que, somado à dificuldade de acesso ao município, impõe obstáculos à atração de turistas (Figura 12).

Figura 12 – Solar dos Imperadores⁵⁹

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A reivindicação de maior atenção e investimentos no setor primário não faz com que os atores do meio rural – as exceções serão apresentadas no decorrer do trabalho – questionem a noção hegemônica de desenvolvimento ancorada no fomento à industrialização e na atração de empreendimentos externos. As críticas dos agricultores e pescadores fazem com que sejam acusados de se colocarem contra o desenvolvimento de São José do Norte, apesar de afirmarem constantemente que não são contra o progresso. A seguir adentraremos na relação histórica de São José do Norte com projetos de desenvolvimento.

3.2.2 O desenvolvimento entre expectativas e frustrações

São José do Norte apresenta um histórico de empreendimentos externos, entre os quais a maioria não chegou a se concretizar. A Rio Grande Mineração (RGM), atualmente em processo de licenciamento ambiental, representa a terceira tentativa de instalação de um projeto minerário no município – no final dos anos 1970, ocorreu a primeira investida, com o Grupo Rio Tinto, tendo sido sucedida, no final da década de 1990, pela empresa Parapanema.

⁵⁹ Local onde hospedaram-se D. Pedro I e D. Pedro II.

No final de 2008, iniciou o processo de licenciamento ambiental para a construção de um terminal portuário pela empresa Aracruz Celulose (atual Celulose Riograndense). Dispondo de 28 mil m², o empreendimento seria fundamental para o escoamento de produção gerada pela ampliação da planta da região metropolitana (STORTTI, 2013). A empresa chegou a adquirir terrenos próximos ao local onde hoje se encontra o estaleiro EBR, no entanto, a queda no preço da celulose provocou a desistência do investimento.

Encontram-se em tramitação em órgãos ambientais três projetos para a instalação de parques de energia eólica em diferentes localidades do município. O projeto mais antigo pertence à empresa EPCOR Energia (Estudos Projetos Consultoria Representações Ltda.) e prevê a instalação de mais de 40 aerogeradores em torno de 20 propriedades localizadas próximas à praia do Mar Grosso. Com investimento estimado em mais de R\$ 300 milhões, o parque deverá apresentar uma potência instalada de mais de 80 MW (STORTTI, 2013). Em 2012, a empresa instalou uma torre anemométrica no local, com o objetivo de analisar o potencial eólico de São José do Norte (STORTTI, 2013). Há também os projetos das empresas Vilco Engenharia e Consultoria Ltda. e da Ventos do Atlântico Energia Eólica S.A. Localizado no Bujuru, o Complexo Eólico Ventos do Atlântico, da empresa de mesmo nome, recebeu a Licença Prévia do empreendimento em abril de 2018. Com o investimento previsto de R\$ 4 bilhões, este será o maior empreendimento eólico da América Latina.

A não realização de alguns empreendimentos e a demora para concretização de outros fizeram com que as expectativas cedessem lugar à frustração, uma vez que estas iniciativas representavam o desenvolvimento tão desejado. A população nortense só acreditou na instalação de um estaleiro na localidade quando sua construção iniciou, o que ocorreria em 2013. Isso foi modificado com o início das obras, o qual gerou grande entusiasmo e expectativas na população. Os empreendedores locais realizaram investimento em seus negócios, visando tirar proveito das promessas realizadas pelo empreendimento naval, como o aumento da renda dos moradores a partir da geração de empregos para a população local, assim como a chegada de trabalhadores de outras regiões do país.

O primeiro projeto de desenvolvimento que se concretizou no município nortense foi a silvicultura com o reflorestamento de *Pinus elliottii*, a partir da segunda metade da década de 1970. A Flopal Reflorestadora Palmares Ltda.⁶⁰ foi uma das empresas pioneiras nessa atividade em São José do Norte. Conforme um dos dirigentes da empresa, o empreendimento

⁶⁰ Devido à importância econômica desempenhada por essa atividade em São José do Norte, fez-se necessária a realização de uma entrevista com os dirigentes da empresa. A isto somou-se o fato da Flopal ser sócia da empresa Ventos do Atlântico, conforme veremos no Capítulo 5.

teve como ponto de partida a criação de políticas públicas de incentivo ao reflorestamento, no final da década de 1960, associada ao conhecimento da região – eram originários de Palmares e entorno – da existência de áreas com baixas soluções econômicas para a agricultura e constantemente ameaçadas pelo avanço das dunas. Após a realização de estudos, os empresários constataram que as pináceas seriam as plantas mais adequadas para a contenção das dunas, além de apresentarem uma produção madeireira e resineira afirmadas no mercado internacional.

A retração da agricultura familiar e da pesca artesanal, a partir dos anos 1970, causou a desvalorização das propriedades rurais, passando a apresentar as condições ideais para a expansão das atividades florestais, na qual o *Pinus* foi o principal representante. Isto viria a acentuar-se nos anos 2000, com o desejo político de tornar o Rio Grande do Sul um importante polo madeireiro (GIANUCA, 2009).

A Âmbar Florestal é a empresa coligada da Flopal responsável pela extração da resina⁶¹ dos maciços florestais. Atualmente, a Reflorestadora Palmares detém em torno de 10 mil hectares de florestas no município. Na visão dos empreendedores, a atividade florestal foi responsável por apresentar uma boa solução econômica para uma área que historicamente sofria com o deslocamento das dunas, além de gerar empregos para a população local.

Segundo Gianuca (2009), o *Pinus* apresenta grande capacidade de adaptação, ocupando ambientes com condições adversas e restritivas, como solos com alta acidez e baixa fertilidade, o que o torna o maior invasor exótico do gênero. Entre os impactos ambientais causados apresentados pelo autor destacam-se: a) a contenção e desestabilização de dunas que possuem como função ambiental a proteção de áreas adjacentes contra os efeitos de marés altas, ventos e invasão de areia inconsolidada; b) a contaminação biológica devido a sua elevada capacidade de dispersão. Ao se tornar dominante no novo habitat, o *Pinus* altera a fisionomia e a função dos ecossistemas naturais, levando à redução de espécies nativas. Isso faz com que o controle da sua disseminação exija um processo constante de retirada manual das mudas em crescimento; c) a alteração do fluxo hídrico, uma vez que funcionam como uma barreira que impede o escoamento natural das águas de lagoas e banhados; d) os impactos ao solo, na medida em que a possibilidade do uso de inseticidas, fertilizantes e outros insumos causarem a contaminação das camadas superficiais do solo e de serem

⁶¹ A extração da resina do *Pinus* no Brasil teve início na década de 1980. Essa resina dá origem ao breu e à terebintina, que são utilizados pela indústria química na produção de solventes, tintas, óleos essenciais, fármacos, perfumes, materiais adesivos e à prova d'água. Também são utilizados pela indústria química fina de sabores para a fabricação de aditivos alimentares, etc. A extração da resina é uma atividade essencialmente manual e exige relevante quantidade de trabalhadores (GIANUCA, 2009).

carregados pela água da chuva para lagoas e banhados; e e) o descarte ou armazenamento de resíduos para a extração e o condicionamento da resina em locais inapropriados.

Para os atores do meio rural, o reflorestamento de *Pinus* suscita uma reação ambivalente. Ao mesmo tempo em que reconhecem a maioria dos impactos ambientais citados acima, o empreendimento também é concebido como uma iniciativa benéfica devido à geração de empregos⁶² para a população local. O emprego na silvicultura nos momentos em que a agricultura ou a pesca entram em crise passou a configurar uma estratégia para que as famílias possam retornar à atividade anterior assim que as perspectivas de melhora aparecem.

São recorrentes os casos em que os agricultores – por disporem de maiores extensões de terra em comparação com os pescadores – agregam o cultivo de *Pinus* a sua propriedade, principalmente visando a extração da resina, o que geralmente ocorre em detrimento da agricultura. Segundo o dirigente da Flopal, “a maior área florestal está em pequenas propriedades. E isso foi feito porque os proprietários plantaram, eles tiveram interesse em plantar, eles viram o modelo de produção. Então é uma região que tá se tornando uma região florestal importante”.

O reflorestamento não foi uma solução para os problemas do município – exceto para a contenção de dunas –, mas acabou amenizando as crises enfrentadas pela agricultura e pesca devido ao emprego da mão de obra com baixa escolaridade. Isso torna a sua crítica dificultosa pelos atores do meio rural, a despeito do reconhecimento dos impactos ambientais causados. No entanto, foram esses impactos que deram origem a um movimento ambientalista em São José do Norte.

A luta ambiental em São José do Norte apresenta a peculiaridade de não apresentar uma existência contínua, mas de se organizar sempre que uma problemática ambiental importante aparece. Foi assim que, entre 2003 e 2004, formou-se o Grupo de Preservação Ambiental Nortense (Gepan) direcionado ao combate do tráfego de caminhões com cargas de toras de *Pinus* na beira da praia. Contando com poucos integrantes, o movimento ambientalista nortense consiste principalmente na realização de panfletagens e na divulgação de materiais no site “Futuro no Ralo – São José do Norte/RS no Ralo”.⁶³

⁶² Em 2016, havia 475 trabalhadores envolvidos na produção florestal de florestas plantadas e no desdobramento de madeira em São José do Norte (RAIS, 2018).

⁶³ Conforme a descrição do site, “este é um espaço de divulgação e discussão de informações sobre os processos de degradação ambiental em São José do Norte (RS)”. Disponível em: futuraoralo.blogspot.com. Acesso em: 27 maio 2017.

Figura 13 – *Pinus* na estrada

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Na visão dos integrantes do movimento, as intervenções de desenvolvimento estão relacionadas e possuem como objetivo a desestruturação do município para a entrada de novos empreendimentos. Nesse sentido, o reflorestamento somou-se à carência de investimentos no setor primário na tentativa de causar o enfraquecimento do meio rural e a sua desocupação. A disseminação da semente do *Pinus* através do vento agrava o processo de invasão e de esvaziamento do meio rural, tornando praticamente inviável o retorno à agricultura. Esse foi um dos pontos iniciais para a emergência da questão ambiental que se tornaria ainda mais latente com o projeto de mineração. Essa visão se faz presente na fala de um agricultor vinculado ao movimento.

Eu acho assim que os empreendimentos, eles vêm para desestruturar o município pra entrar um outro empreendimento. Quanto mais frágil o município fica, mais pobre o município fica, mais falido o município fica, mais fácil é de entrar um outro empreendimento maior. É o que eu penso. Eu penso que todos os grandes empreendimentos estão correlacionados. [...] Eu acho, na minha opinião, é pra desestruturar o município, pra fragilizar o município cada vez mais pra poder entrar cada vez mais empreendimentos, pra eles tomar conta mesmo. Na minha opinião é assim, primeiro eles mandaram a empresa de *Pinus* pra desestruturar o meio rural, depois eles mandam o EBR pra desestruturar a base do município, o governo, depois que tá muito fragilizado é mais fácil de entrar um empreendimento maior.

A visão do movimento ambientalista de que “Primeiro degrada, depois usa-se a desculpa de um empreendimento pra dizer ‘Ah, tá degradado mesmo!’”, vai ao encontro de um argumento utilizado pelo empreendimento minerário. No Relatório de Impactos Ambientais do Projeto Retiro há um trecho afirmando que a mineração causará poucos efeitos negativos sobre o meio ambiente visto que a área a ser explorada já sofreria as consequências de atividades “modificadoras do ambiente”, tais como a agricultura, a pecuária e o reflorestamento.

A implantação do Projeto Retiro trará poucos efeitos sinérgicos ou cumulativos negativos sobre o ambiente natural, uma vez que sua área de intervenção, em sua maior parte, já integra as áreas utilizadas a um bom tempo para atividades antrópicas altamente modificadoras do ambiente, seja para plantio de cebola e/ou arroz, plantio de pinus, pecuária de pequeno porte ou mesmo criação de animais domésticos. (HAR, 2014, p. 61).

Em setembro de 2016, o site Futuro no Ralo publicou uma “Síntese Esquemática da Economia Nortense”, na qual denomina “progresso rapinador” a instalação de grandes empreendimentos externos, o incentivo ao uso de agrotóxicos e à produção de *commodities* agrícolas. Para os ambientalistas nortenses, o município apresenta uma vocação para o desenvolvimento sustentável ancorado na agricultura familiar e na pesca artesanal. Dessa forma, indivíduos que possuem relações com o movimento ambientalista – entre eles alguns atores do meio rural – apresentam uma visão que questiona o pressuposto da modernidade de que o caminho até o desenvolvimento é aquele ditado pelos países do Primeiro Mundo, caracterizados por uma forte industrialização que, no caso, resultaria da atração de grandes empreendimentos.

Figura 14 – Desenvolvimento sustentável *versus* Progresso rapinador

Fonte: Futuro no Ralo (2016).

Ainda que a maior parte da população de São José do Norte reproduza o discurso de que o município é atrasado, uma agricultora pertencente ao movimento ambientalista questionou essa visão, destacando a limitação dos indicadores que desconsideram aspectos fundamentais para a compreensão da realidade nortense.

Então, atrasado, atrasado, sim, porque quando vai fazer uma estatística, IBGE, alguma coisa assim, as pessoas são analfabetas, as pessoas ganham muito mal, ganham pouco porque se sustentam do que o agricultor, do que o pescador produz e isso não aparece em dinheiro, não aparece em números então “Bá, como é que esse povo vive? Esse povo deve passar fome porque não ganha quase nada, porque ganha muito pouco, não dá pra sobreviver com muito pouco”, porque não aparece assim, nesses dados estatísticos, “Ah, ele produz o feijão pra ele comer o ano todo”. Aparece que tu não come, que tu passa fome, que tu não vive, que tu não sobrevive com aquilo ali. Então isso aí, de uma certa forma é a realidade, de outra forma não é a realidade porque esconde muito também a realidade de um povo.

Além da produção para o autoconsumo não figurar como um ganho financeiro, agricultores e pescadores frequentemente emitem notas inferiores ao produzido,⁶⁴ visando o

⁶⁴ Isso impõe dificuldades aos atores do meio rural, que se veem impossibilitados de acessar programas governamentais e de realizar financiamentos em decorrência de terem declarado baixos rendimentos. Em 2016, acompanhei a discussão sobre a proibição do bagre durante o Fórum da Lagoa dos Patos. Um dos dados utilizados para justificar a ameaça de extinção do peixe foi a praticamente inexistência de notas emitidas acerca

recebimento do Bolsa-Família e/ou Seguro-Defeso, fator que também contribui para o subdimensionamento da produtividade do setor primário local.

Ao realizar uma análise crítica de indicadores, índices, *rankings* e metas padronizadas de desenvolvimento, o pós-desenvolvimento ressalta que tais ferramentas favorecem práticas de controle, desempenho e autorresponsabilização, o que Strathern (2000) denominou “culturas de auditoria”. Os números e as estatísticas substituem a discussão política sobre o desenvolvimento sobrepondo os saberes locais ao saber dos especialistas, reafirmando a estrutura hierárquica existente no sistema internacional. A “cultura de auditoria” impossibilita a produção de um conhecimento qualitativo que leve a compreensão dos detalhes de determinadas realidades sociais (RADOMSKY, 2011b).

Como podemos constatar, todas as intervenções de desenvolvimento são vinculadas a exploração de recursos naturais existentes em São José do Norte. Pesquisadores do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) utilizam o conceito de “zonas de sacrifício” para caracterizar o processo de atração de empreendimentos com elevado potencial poluidor ocorrido no município de Rio Grande (SANTOS; ARAÚJO; MACHADO, 2013). Conforme Acelrad (2004, p. 12-13):

Certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. [...] Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios [...]. Nestes locais, observa-se a conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para o local investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos tendem a prevalecer em áreas de concentração de moradores de menor renda e menos capazes de se fazerem ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de decisão.

O conceito de “zonas de sacrifício” pode ser adotado para a análise da realidade nortense, assim que pelo menos parte dos empreendimentos previstos tornem-se realidade – como o andamento dos processos ambientais indica que ocorrerá. Como justificativa para tais sacrifícios o discurso do progresso é mobilizado por empreendedores e representantes públicos, conforme verificaremos que ocorreu em relação à instalação do Estaleiros do Brasil na localidade.

da captura da espécie. Os pescadores simplesmente não emitiam nota referente à pesca do bagre porque o foco se encontrava na pesca da corvina, do camarão e da tainha, que apresentam retornos financeiros mais elevados. No entanto, quando se voltaram para a pesca do bagre, em decorrência da baixa presença das outras espécies, esta foi proibida com a justificativa de estar ameaçada de extinção.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva da colonialidade nos permite compreender que o estabelecimento da dicotomia norte *versus* sul foi um rótulo forjado a partir da descoberta de taxas de crescimento econômico distintas daquelas apresentadas pela Metade Norte – considerada a parte moderna e desenvolvida do Rio Grande do Sul. Esse diagnóstico foi apropriado pela elite local desejosa de readquirir a importância política apresentada no auge da pecuária no estado. Isso fez com que a região se tornasse alvo de inúmeras políticas públicas direcionadas ao seu desenvolvimento. Apesar de ter passado por três ciclos de crescimento econômico, sem que o “atraso” fosse superado, a busca pelo desenvolvimento manteve-se constante, demonstrando que o fracasso das intervenções de desenvolvimento não configura uma exceção.

Integrando a Metade Sul, os habitantes de São José do Norte reproduzem o discurso de que são atrasados e subdesenvolvidos. Ao passado “heroico” de grande importância política para o Rio Grande do Sul, contrapõe-se o presente de “abandono”, com a existência de grandes deficiências nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, telefonia e internet. Estes fatores favoreceram o sentimento da população local de que o município nortense é atrasado e carente de um desenvolvimento baseado nas nações de processo e crescimento econômico. No município nortense o “atraso” ancora-se em três aspectos: a) na monocultura da cebola e no declínio da pesca artesanal; b) no isolamento geográfico; e c) na falta de empregos.

Conforme apontado pelo pós-desenvolvimento, apesar de todas as intervenções fracassadas na Metade Sul, o desenvolvimento nunca é culpado pelo “atraso” – ainda que tenha exercido papel fundamental para a crise da qual a pesca artesanal na Lagoa do Patos sofre até os dias atuais, por exemplo. O discurso do desenvolvimento sempre encontra novos culpados para justificar o seu fracasso e a necessidade constante de novas intervenções. A análise de reportagens de jornais demonstrou que o desenvolvimento já foi concebido, com a chegada da luz elétrica e com a finalização da BR-101, no entanto, nenhum dos acontecimentos foi suficiente para que ocorresse a superação do subdesenvolvimento. O discurso do desenvolvimento apenas substitui esses fatores outros e, assim, mantém a necessidade de novas intervenções.

Empreendimentos externos, ainda que apresentando pouca relação com a realidade nortense, que possui uma economia baseada na agricultura familiar e na pesca artesanal, têm representando o desenvolvimento para os atores do meio rural. Apresentando uma abundância

de recursos naturais, estes passaram a configurar os principais fatores atrativos para que o município pudesse adentar na “era do progresso”. Frente a isto, São José do Norte possui um histórico de intervenções de desenvolvimento não ocorridos e em processo de licenciamento ambiental – a exemplo dos empreendimentos de energia eólica e de mineração. Os investimentos não concretizados causaram grande frustração na população, que vê nessas iniciativas uma “tábua de salvação” para o município.

Apresentado como uma solução para o problema histórico causado pelo deslocamento das dunas e para as crises enfrentadas pela agricultura e pela pesca, o reflorestamento de *Pinus* foi o primeiro empreendimento externo instalado no município. Apesar dos impactos ambientais causados, a plantação de *Pinus* é considerada uma iniciativa benéfica devido à criação de empregos. Quando a safra da cebola ou a pesca estão em crise, os trabalhadores ocupam empregos temporários no reflorestamento de *Pinus*, configurando uma estratégia para se manter no campo.

Os impactos ambientais causados pelo reflorestamento foram fundamentais para a organização de um movimento ambientalista em São José do Norte. A partir dessa organização pôde-se verificar a realização de críticas ao progresso, denominado “rapinador”, e a alguns fundamentos da modernidade a partir da defesa da tradicionalidade da agricultura familiar e da pesca artesanal. Para estes, é possível a convivência harmoniosa entre homens e mulheres e a natureza por meio da adoção de práticas sustentáveis.

4 A RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA METADE SUL

A instalação do Estaleiros do Brasil em São José do Norte, integrando o Polo Naval de Rio Grande, insere-se no contexto de retomada da indústria de construção brasileira ocorrida a partir dos anos 2000. Para que possamos compreender como se deu esse processo, iniciaremos apresentando um breve histórico da indústria naval brasileira.

O setor de construção naval brasileira só adquiriu relevância nacionalmente a partir da eleição do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e da criação do Plano de Metas. Embora com ênfase no setor rodoviário, esse Plano foi fundamental ao desenvolvimento da indústria naval no país. O incentivo ao setor naval ancorou-se no apoio governamental direcionado ao atendimento das demandas internas. As restrições à importação de embarcações criaram uma reserva de mercado para os navios nacionais responsável pelo aquecimento do setor no Brasil (JESUS; GITAHY, 2009).

A principal política de incentivo à construção naval esteve vinculada as demandas da Marinha Mercante, a qual possuía prioridade no transporte de cargas de importação, de empresas estatais e de cargas financiadas com recursos públicos (LACERDA, 2003). Nesse contexto, em 1958, foi criado o Fundo da Marinha Mercante⁶⁵ (FMM). Os principais objetivos do fundo eram: a) fornecer recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional; b) assegurar a continuidade das encomendas à indústria de construção naval nacional; e c) estimular a exportação de embarcações (JESUS; GITAHY, 2009).

A política de incentivo à construção naval brasileira foi mantida pelos sucessores de Juscelino na presidência da república. Na década de 1960 seriam criados os Planos de Construção Naval da Superintendência Nacional da Marinha Mercante e de Emergência de Construção Naval (PECN). Esses incentivos governamentais fizeram com que, durante a década de 1970, o Brasil detivesse o segundo maior parque naval do mundo, ficando atrás somente do Japão. Nesse período, o setor de construção naval chegou a empregar mais 40 mil trabalhadores (JESUS; GITAHY, 2009).

Apesar do vertiginoso crescimento, já na década de 1980 a indústria naval brasileira começaria a dar os primeiros sinais de esgotamento – o que se aprofundaria na década

⁶⁵ O Fundo da Marinha Mercante tem suas atividades financiadas principalmente pelo Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) – tributo que incide sobre o frete de mercadorias desembarcadas em portos brasileiros.

seguinte. O declínio da demanda interna e a falta de competitividade no mercado internacional fizeram com que o setor naval nacional entrasse em decadência. O Brasil produzia a custos mais elevados do que os outros países, sobretudo, os asiáticos, devido a exigência de um elevado grau de nacionalização. Ademais, ao encarecer as importações, o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) impossibilitava que a indústria nacional tivesse acesso a produtos de melhores qualidades e com preços inferiores fabricados fora do país (LACERDA, 2003).

O processo de enfraquecimento da indústria naval brasileira intensificar-se-ia com a abertura do mercado brasileiro ocorrida na década de 1990, quase levando ao desaparecimento do setor (LACERDA, 2003). Os elevados custos fizeram com que as encomendas nos estaleiros brasileiros fossem transferidas para fora do país.

A reestruturação do setor naval nacional teve como marco a Lei do Petróleo, aprovada em 1997. Esta lei abriu o mercado brasileiro de exploração e refino de petróleo, acelerando a exploração *offshore*⁶⁶ e, conseqüentemente, o aumento da demanda por plataformas, navios de apoio marítimo e petroleiros para o transporte do petróleo e derivados (JESUS; GITAHY, 2009). No primeiro momento, a abertura do mercado petrolífero causou a diminuição das encomendas nos estaleiros brasileiros devido à baixa competitividade do setor, no entanto, a implementação de políticas visando à diminuição dos gargalos existentes apresentou resultados positivos, uma vez que o país já apresentava uma trajetória consolidada na extração de petróleo *offshore*. Visando capacitar os fornecedores brasileiros para competirem no mercado internacional, a partir de 1999, os leilões realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) passaram a exigir que uma parcela do processo da extração do petróleo e da construção de embarcações fosse nacional (CONEXÃO MARÍTIMA, 2013).

Somando-se aos efeitos da Lei do Petróleo, em 2006, ocorreu a descoberta de petróleo localizado a mais de 5 mil metros de profundidade, atravessando a camada de sal na Bacia de Campos, em São Paulo. Análises preliminares apontaram para a existência de reservas entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo, o que alterou o cenário da construção naval brasileira (SANT'ANNA, 2010). Ainda seriam encontrados outros campos do petróleo na região que passou a ser denominada província do pré-sal, com extensão do norte de Santa Catarina ao sul do Espírito Santo (CONEXÃO MARÍTIMA, 2013). Frente ao novo contexto, o governo federal constatou a necessidade de ampliar, modernizar e construir novos estaleiros, fazendo

⁶⁶ A exploração *offshore* refere-se à extração de petróleo em águas profundas (entre 300 e 1.500 metros) e ultraprofundas (acima de 1.500 metros) (JESUS; GITAHY, 2009).

com que a política de incentivo à construção naval se transformasse em política de Estado (COSTA; PIRES; LIMA, 2008).

Apesar do contexto propício para a retomada da construção naval brasileira, isso só foi possível devido a uma mudança na orientação do Estado brasileiro, marcada principalmente pelo retorno de um Estado forte. A instabilidade econômica, provocada pela política de “substituição de importações”, aprofundada pelas crises do petróleo, fez com que a América Latina, durante as décadas de 1980 e 1990, se tornasse receptiva à ideologia neoliberal. Nesse período, a prioridade dos governos foi a busca pela estabilidade econômica, deixando o debate sobre estratégias de desenvolvimento no segundo plano. A manutenção e ampliação de políticas neoliberais, como privatizações e a redução do Estado na economia, levaram ao aumento da desigualdade de renda, do desemprego e da pobreza, gerando insatisfação na população. Somando-se a isto, o baixo crescimento da economia provocou descontentamento entre os setores do empresariado. Estava construído o clima de oposição à ortodoxia convencional.

A partir do final da década de 1990, a eleição de presidentes de partidos de centro-esquerda na América Latina criou o ambiente propício para a criação de uma nova estratégia nacional de desenvolvimento. Longe de representar um consenso, o que se denominou novo desenvolvimentismo não é uma retomada do nacional-desenvolvimentismo, tal como ocorreu entre as décadas de 1930 e 1970 no Brasil. Em comum entre os dois modelos destaca-se o retorno do Estado como condutor do processo de desenvolvimento. Entretanto, agora, este deixa de ser essencialmente protecionista frente à existência de um setor industrial já consolidado. Há o reconhecimento da necessidade de integração ao mercado externo, fazendo com que a função do Estado seja a criação de um ambiente propício para que as empresas sejam competitivas e, portanto, apresentem potencial exportador. A exportação de manufaturados e de produtos primários de alto valor agregado constituiu a principal estratégia adotada pelo novo desenvolvimentismo. Conforme destaca Bresser-Pereira (2006), a política de “substituição de importações” teve êxito em estabelecer as bases industriais dos países da América Latina, todavia, seu erro foi não ter realizado uma transição para o modelo exportador.

No novo desenvolvimentismo, o Estado deixa de investir diretamente na produção para assumir o papel de regulador e de incentivador somente dos setores considerados estratégicos ao desenvolvimento do país – como o setor de construção naval. Diferentemente do desenvolvimentismo, ele deixa de ser visto como oposto ao mercado. Uma vez que os

mercados são insuficientes para a coordenação econômica, eles necessitam da intervenção estatal de modo a auxiliar no seu funcionamento como, por exemplo, por meio da provisão das condições para a acumulação de capital, como infraestrutura de transporte, comunicações, energia, políticas sociais de educação, saúde, redução da pobreza e das desigualdades sociais (BRESSER-PEREIRA, 2006). Essa nova visão acerca do desenvolvimento demonstra a capacidade de reconstrução do discurso do desenvolvimento. Os fracassos são concebidos como erros de percurso, fazendo com que novas estratégias de desenvolvimento continuem surgindo com a promessa de corrigir os erros cometidos no passado – como o ocorrido com o novo desenvolvimento.

Tal como o iniciado por Juscelino Kubitschek, a retomada da construção naval brasileira ocorreu por meio da criação de uma demanda interna para a cadeia produtiva vinculada ao setor. Juntamente com isto foram implementadas políticas de qualificação profissional com vistas à produção de tecnologias e inovações para que o Brasil pudesse adquirir competitividade no mercado internacional e evitasse o atraso tecnológico provocado pela “substituição de importações” como anteriormente ocorrido (Quadro 1).

Na decisão do governo federal de retomar o desenvolvimento da construção naval brasileira esteve presente um esforço de descentralização desta indústria, com vistas a promover o desenvolvimento em diferentes regiões do Brasil. Para isto, foram construídos novos polos navais, além da modernização daqueles já existentes. Os novos estaleiros receberam incentivos dos governos federal, estaduais e municipais. Esses empreendimentos já surgiram com encomendas, as quais garantiam sua operação e viabilidade a médio prazo (FREITAS, 2014).

É neste contexto que surge o Polo Naval de Rio Grande, localizado na Metade Sul do Rio Grande do Sul, e que se tornou o centro econômico da região. A escolha pelo município de Rio Grande deveu-se à existência de um porto com características favoráveis ao empreendimento: boas dimensões físicas para receber empresas do setor; excelente profundidade (é o único porto brasileiro com 16 metros de profundidade); e posição estratégica em relação ao Mercosul (DOMINGUES; CARVALHO; CARVALHO, 2013).

Quadro 1 – Principais políticas públicas de incentivo à construção naval

Criação de Demanda Interna	
Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro ⁶⁷ (PROMEF)	<ul style="list-style-type: none"> • PROMEF I – licitação de 26 navios com índice de nacionalização de 64% • PROMEF II – licitação de 23 navios com índice de nacionalização de 70%
Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo (PROREFAM)	<ul style="list-style-type: none"> • Licitação de 146 embarcações entre 2008 e 2014
Projeto Empresas Brasileiras de Navegação (EBN)	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira fase – afretamento de 19 navios com entrega entre 2012 e 2014 • Segunda fase – afretamento de 20 navios com entrega até 2017
Qualificação Profissional	
Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Qualificação Profissional
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de ensino técnico para estudantes de ensino médio • Cursos de qualificação profissional para jovens e adultos • Cursos de capacitação para beneficiários do programa Brasil sem Miséria

Fonte: Freitas (2014).

A instalação de um polo naval representa o terceiro ciclo de desenvolvimento econômico ocorrido na Metade Sul. Isso fez com que a economia local se mantivesse dependente dos processos e tomadas de decisões distantes do seu território – fator este fundamental para a compreensão do momento atual extremamente frágil da indústria naval no estado (DOMINGUES; CARVALHO; CARVALHO, 2013). A dependência de encomendas da Petrobras fez com a descoberta do envolvimento de empresas de construção naval em um sistema de corrupção desvendado pela Operação Lava Jato, somado ao *impeachment* da presidenta Dilma, resultasse na alteração na política de Estado de incentivo à construção naval. Com a justificativa de apresentarem custos inferiores em comparação com os estaleiros brasileiros, a estatal brasileira tem transferido a encomenda de novas plataformas para a China, levando à falência os empreendimentos brasileiros (D’AVILA; BRIDI, 2017).

Conforme demonstrado pela invenção da Metade Sul, a incorporação do rótulo de subdesenvolvido foi uma forma encontrada pela elite local de garantir o acesso a iniciativas

⁶⁷ A Transpetro é uma empresa subsidiária da Petrobras que possui a função de transportar e armazenar petróleo, gás e seus derivados.

que prometiam beneficiá-los, inclusive para que pudessem readquirir a importância política de épocas anteriores. Contudo, perderam sua autonomia econômica ao serem forçados a adotar medidas traçadas para eles pelos outros, com a justificativa de estarem ingressando no “caminho do desenvolvimento”.

Atualmente, o Polo Naval de Rio Grande, que teve a sua construção iniciada em 2006, é composto por quatro estaleiros: o Estaleiro Honório Bicalho,⁶⁸ da QGI, controlado pela empresa Queiroz Galvão com a participação da IESA; os Estaleiros Rio Grande 1 e 2 (ERG1 e ERG2), pertencentes à empresa ECOVIX e controlado pela ENGEVIX; e o Estaleiros do Brasil (EBR), localizado no município vizinho de São José do Norte e controlado pela empresa japonesa Toyo e pela brasileira Setal Óleo e Gás.

Devido a sua localização na área do Porto Organizado do Rio Grande, São José do Norte recebeu a instalação de um estaleiro que integra o Polo Naval de Rio Grande. A escolha pelo município nortense deve-se às suas características naturais privilegiadas, sobretudo a sua capacidade de atender a navegação de longo curso que exige elevadas profundidades. O Estaleiros do Brasil é uma unidade de construção de plataformas, sondas, módulos de processos, navios de apoio e outros equipamentos marítimos para a produção de óleo e gás. Estimou-se um investimento de US\$ 420 milhões para a instalação do empreendimento e a geração de 6.000 empregos diretos e 18.000 indiretos nos picos de atividade (POLAR AMBIENTAL, 2011).

O início das obras da EBR ocorreu em março de 2013, com a encomenda de 19 módulos e a integração da plataforma P-74. A seguir serão apresentados os meandros da instalação desse empreendimento, assim como as expectativas e as frustrações causadas na população local a partir do declínio do Polo Naval de Rio Grande. Na seção seguinte será apresentado o processo de remoção das famílias residentes na área de instalação do estaleiro sob a justificativa de fomentar o progresso no município nortense.

4.1 EXPECTATIVAS *VERSUS* REALIDADE E A INSEGURANÇA NO FUTURO: A INSTALAÇÃO DO ESTALEIROS DO BRASIL

A intenção da instalação de um estaleiro em São José do Norte foi anunciada oficialmente no final de 2010, durante o governo de Yeda Crusius. Conforme o então vice-prefeito nortense, a escolha pela localidade deveu-se ao fato de Rio Grande não possuir mais

⁶⁸ Anteriormente pertencente à empresa QUIP.

capacidade de expansão e de São José do Norte apresentar uma costa ampla e livre nas margens da barra de Rio Grande, que liga a Lagoa dos Patos ao mar, além da existência de um canal com calado natural – condições naturais favoráveis ao recebimento deste tipo de empreendimento.

Apesar da grande mobilização dos políticos e de empresários da região para o recebimento do estaleiro, a Procuradoria da República no município de Rio Grande instalou, em fevereiro de 2011, um procedimento administrativo para o “Acompanhamento da instalação do empreendimento de interesse da empresa Estaleiros do Brasil (EBR) em São José do Norte”. A Procuradora da República, Anelise Becker, expressou preocupação com a ocupação intensiva da área portuária e com a falta de infraestrutura do município nortense para fazer frente aos impactos causados pelo empreendimento naval (KLEIN; COMUNELLO, 2011). A Procuradoria da República ainda entraria com uma Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Antecipada, destacando a existência de irregularidades na concessão da área portuária à EBR (MPF, 2013).

As tentativas da Procuradoria de barrar a instalação do estaleiro não foram bem-sucedidas e, no final de 2011, foi concedida pela Fepam a Licença Prévia e, em meados do ano seguinte, a Licença de Instalação à EBR. A construção do empreendimento iniciou em março de 2013. Em setembro ocorreu a visita do então governador Tarso Genro ao canteiro de obras para a cravação simbólica das primeiras estacas do estaleiro. A fala do político demonstrou a reprodução da Metade Sul como a parte subdesenvolvida do Rio Grande do Sul e a concepção de que o recebimento do empreendimento naval levaria a superação dessa situação. Agora, os problemas a serem enfrentados pelo município nortense seriam decorrentes do progresso e não mais da estagnação (EBR, 2013).

“Ao enterrarmos simbolicamente as primeiras estacas desta obra magnífica, estamos enterrando definitivamente o conceito de que a Metade Sul é a metade deserdada do Estado”, ressaltou o governador Tarso Genro. Em sua avaliação, agora São José do Norte terá que enfrentar outros problemas, não mais decorrentes da estagnação, e sim do progresso, inclusão social e emprego. (EBR, 2013).

O histórico de desistência de investimentos no município nortense fez com que, no primeiro momento, a população local apresentasse total descrédito em relação à vinda do empreendimento de construção naval. Tal sentimento, no entanto, foi substituído pelo entusiasmo, assim que iniciou a construção do estaleiro.

A expectativa gerada na população nortense em relação à chegada do empreendimento fez com que o processo de remoção de 45 famílias – em torno de 120 pessoas – residentes na área de instalação do estaleiro fosse invisibilizado. A maior parte dos entrevistados destacou

que os moradores foram bem remunerados, desconsiderando que nesse período o município sofria com a elevação do valor dos imóveis provocada pela chegada do empreendimento. Ademais, parte desse contingente era formada por pescadores artesanais que moravam na beira da Lagoa dos Patos, fazendo com que a mudança de seu local de residência impactasse diretamente no seu modo de vida e de subsistência, conforme veremos a seguir. O relato de uma agricultura nos dá uma boa dimensão do impacto causado aos moradores da localidade:

Claro, recompensaram, pagaram, deram indenização, tudo bem, só que, por exemplo, um pescador, ele foi daqui a pouco pra um lugar que ficava muito longe do trabalho dele. Tem umas famílias aqui perto, bem aqui numa das esquinas da estrada, que eles eram de lá. Ah, eles construíram uma porção de coisas ali, parece que eles tão bem, mas vai saber o psicológico dessas pessoas, como é que tão, não sabe né. Eu sei de histórias, eu sei de pessoas que morreram de tristeza, claro, poderia ter alguma doença, mas gravou, eu sei de pessoas que não usavam antidepressivo e que tão até hoje usando antidepressivo forte porque não aguentaram. Então tem de tudo né, tem pessoas assim “Ah, mas o dinheiro que eu ganhei compensou, eu já não gostava muito mesmo de lá”. Então tem de tudo, mas a maioria das pessoas, eles não queriam sair né.

Outro impacto causado pela instalação do estaleiro foi sentido por moradores dos bairros Veneza e Cidade Baixa que tiveram suas residências e rotinas prejudicadas pelo fluxo intenso de caminhões que transportavam materiais para a construção do empreendimento naval. A comprovação da existência de rachaduras e de risco de colapso das edificações fez com que prefeitura decretasse situação de emergência no município. O decreto serviu para acelerar a construção de uma via de acesso alternativa ao empreendimento, mas não indenizou os moradores que requereram por via judicial um reparo financeiro pelos danos causados (COSTA, 2017).

A Secretaria Municipal da Fazenda encaminhou um documento à Coordenação da Defesa Civil ressaltando as perdas econômicas que seriam provocadas caso a prefeitura optasse pela paralização do tráfego de caminhões, a despeito dos impactos causados na estrutura das residências próximas – “eventuais externalidades negativas”. Não seria uma pequena quantidade de moradores que impediria o desenvolvimento de São José do Norte.

É consenso afirmar que optar por uma interdição do trecho de acesso ao canteiro de obras de instalação do estaleiro EBR – ou de qualquer outra operação que possua uma relação estreita com os prazos assumidos pela EBR Estaleiros –, na tentativa de corrigir **eventuais externalidades negativas geradas pelo empreendimento**, acarretaria em retroceder em quase todos esses avanços econômicos, o que significa, em suma do citado anteriormente, em uma perda mensal de mais de 1.300 postos de trabalho com uma folha salarial que passa tranquilamente dos R\$ 8 milhões, quase R\$ 1,1 milhões de tributos das mais diversas espécies e o desaquecimento com a perda de movimentação de quase R\$ 30 milhões de mercadores ao mês, a consequente perda de movimentação de R\$ 1,7 bilhões (valor final estimado da plataforma P-74), sem citar o desaquecimento agressivo da economia aos patamares de anos atrás. (SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 2014, p. 3, grifo nosso).

Sob a justificativa do crescimento econômico e do progresso de São José do Norte, representantes dos moradores afetados entraram em acordo com a prefeitura acerca da suspensão do tráfego de caminhões em dias de chuva e da limitação da passagem de três caminhões de cimento por dia para que a construção do estaleiro não fosse prejudicada. Costa (2017) destaca que após a realização de manifestações e reivindicações pelos moradores, foi estabelecida uma rota alternativa para o transporte de cargas. No entanto, os impactos poderiam ter sido evitados se houvesse existido um planejamento prévio pela empresa e pela gestão municipal.

A prefeitura de São José do Norte concebeu a EBR como uma “tábua de salvação” para os problemas locais. Além da geração de empregos para a população local, o município entendia que a elevação da arrecadação dos impostos possibilitaria investimentos capazes de melhorar as condições de vida dos nortenses. Isso fez com que, a partir da chegada do empreendimento, a municipalidade passasse a investir em infraestrutura (como o asfaltamento de ruas) e na contratação de mão de obra visando a se preparar para o “boom” econômico a ser gerado – o que, no entanto, ficou aquém das expectativas.

Na verdade, o município, dentro das suas possibilidades, investiu em cima de um projeto grande e esse projeto não veio. Hoje, o município atravessa dificuldade financeira, o município fez mais contratações para o serviço público, professores, tentou montar uma infraestrutura pra receber o estaleiro e isso não vem gerando o recurso que se imaginava. Se imaginava que o município iria saltar pra em torno de 90 milhões a arrecadação anual e tem ficado em 60, 50 e poucos mil. Então aquilo que se tinha de expectativa não se concretizou e hoje o município tá em dificuldade financeira, não consegue pagar a reposição inflacional, ganho real e até mesmo piso dos professores. Isso tudo acarretou frustração.

A fala acima, pertencente a um vereador, remete a existência de um descompasso entre as promessas e as realizações do desenvolvimento – o que o pós-desenvolvimento destaca como recorrente nessas iniciativas. Conforme Mosse (2001), as intervenções de desenvolvimento devem ser analisadas como um processo em movimento que é socialmente construído pelos vários atores envolvidos e não apenas como a execução de um plano previamente estabelecido. A descoberta do envolvimento da Setal Óleo e Gás, empresa que integra a Estaleiros do Brasil, na Operação Lava Jato foi fundamental para que o estaleiro passasse a sofrer com a falta de novas encomendas, o que impactou diretamente na arrecadação de impostos pela prefeitura.

Os representantes públicos também esperavam que o aumento na circulação de trabalhadores proporcionasse uma elevação na movimentação do comércio local. No entanto, a EBR foi multada pela Fepam e pelo Ministério Público pelo descumprimento de uma

medida compensatória que previa que a empresa deveria garantir o transporte integral dos trabalhadores através da contratação de uma empresa privada. Tal medida buscava não pressionar o sistema rodohidroviário existente até que fossem realizadas adequações que compatibilizassem os serviços existentes com a demanda gerada pelo empreendimento (Fepam, 2012b). Atualmente, a empresa dispõe de uma lancha com saída do próprio estaleiro, o que fez com que a expectativa em relação ao aquecimento do mercado local não fosse atingida e levasse à falência comerciantes locais que haviam realizado investimentos visando atender às demandas a serem geradas pelo empreendimento naval.⁶⁹ A isto somaram-se os recorrentes relatos de calotes das empresas terceirizadas do polo naval no comércio nortense. Conforme o relato de um representante público,

[...] as terceirizadas que vieram pra cá, no canteiro deles aí, nos primeiros dois anos, um ano e meio deixou um rastro imenso negativo porque ficaram devendo no comércio. [...] A Maria e o marido se empolgaram, compraram caçamba, compraram máquinas, investiram, fizeram investimento pra trabalhar pra essa terceirizada. No fim, trabalharam e não receberam. Ficaram devendo horrores pra eles e eles não tiveram como pagar o banco, então é uma coisa muito negativa.

Para os agricultores familiares e pescadores artesanais, o poder público local foi iludido com a promessa de desenvolvimento apresentada pelo empreendimento. Afinal, como alguém poderia resistir à ideia de uma maneira de eliminar a pobreza que o assola? Como alguém ousaria pensar que, ao mesmo tempo, a cura poderia ser pior do que a doença que se buscava combater? (RIST, 2008).

Eles diziam assim “Ah, porque já tem o porto, porque o local é maravilhoso porque já tem tudo, não sei mais o que, vai gerar emprego e a cidade vai avançar e vai aumentar e vai ser muito bom e tal” e isso enganou muita gente, enganou inclusive até os próprios prefeitos, os próprios políticos, eles se deixaram levar por essa onda né, eles achavam que ia ser maravilhoso.

Entre os atores do meio rural, há aqueles que desconfiavam do discurso da gestão municipal de que o empreendimento naval resolveria todos os problemas de São José do Norte. Embora enxergassem na instalação do estaleiro a possibilidade da geração de empregos para seus filhos e netos, ressaltavam a preocupação com a falta de relação com a realidade do município fortemente vinculada ao setor primário.

Foi importante porque os filhos da gente estão trabalhando lá né, deu emprego. Porque da agricultura aqui não tava dando pra sobreviver mais, então já foram embora já estão trabalhando graças a Deus. Graças ao EBR, hoje, eles estão com o serviço deles, estão conseguindo criar os filhos, já são casados, estão conseguindo

⁶⁹ Próximo ao EBR teve início a construção de uma filial do Hotel Swan. O objetivo do empreendimento era atender à demanda gerada pelo aumento da presença de funcionários de outras localidades com o início das atividades do estaleiro. No entanto, a falta de previsão de novos investimentos no setor naval fez com que a construção do hotel fosse paralisada. Não há perspectiva para o reinício da obra (COSTA, 2017).

criar os filhos melhor do que a gente conseguiu criar os da gente. A gente aqui criou com muito sacrifício, então eu acho que ele veio, o EBR veio pra melhorar pra nós, eu acho assim. [...] muitos que eu conheço que saíram daqui tão trabalhando no EBR, melhoram muito, só que eu acho assim, o EBR foi bom pra alguns só que a gente não come ferro, por isso que eu digo, o EBR foi bom pra um lado, melhorou, mas nós que incentivemos os filhos a ficar no campo estamos muito preocupados com os governos porque eles não tão investindo no agricultor.

Ao tecerem críticas à vinda do estaleiro, os atores do meio rural são acusados de ignorantes e de serem contra o progresso do município. O discurso da modernidade, ao sustentar o mito de que configura o único caminho para a superação do “atraso”, trata de deslegitimar os discursos que questionem seus pressupostos. A colonialidade (do saber), matriz de poder da modernidade, invisibilizou os saberes que não correspondem ao conhecimento ocidental – o único válido universalmente (WALSH, 2005). Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento é inquestionável, uma vez que criticá-lo implica em se colocar contra as suas promessas de uma sociedade melhor.

Eu acho assim que foi uma tragédia encomendada, porque a gente via que não era bom né, a gente falava nas reuniões (da associação) “Ah, isso não vai ser bom” e diziam assim “Ah, mas são uns burros, ignorantes dos agricultor que não tem estudo e daí vêm dizer pra nós que não é bom, mas é bom porque é progresso”. Eles diziam que a cidade ia aumentar 200 mil pessoas em 10 anos, ia ser uma coisa assim, extraordinária, que ia revolucionar, que ia melhorar. E aí a cidade não tinha estrutura por isso tudo, aí começou a chegar mais bancos, mais lojas, mais farmácia, começaram a construir, porque a cidade era bem pequeninha, aí as pessoas investiram em hotelaria, mas não aconteceu nada do que diziam que ia acontecer.

Ao entrevistar o então vice-prefeito em 2014, tomei conhecimento de que a instalação do EBR viabilizaria a aquisição de produtos da agricultura familiar local, uma vez que a empresa forneceria alimentação diária para seus funcionários. Ao questionar os entrevistados acerca da iniciativa, chamou atenção o fato de que a maioria dos agricultores não possuía conhecimento sobre a iniciativa. As obras avançaram e não se constatou nenhuma movimentação do poder público local ou da empresa nesse sentido. O relato de um agricultor expõe as dificuldades que deveriam ser enfrentadas para que o fornecimento de produtos da agricultura familiar local para a indústria naval se tornasse viável.

[...] eles (funcionários da EBR) precisam se alimentar e alguém precisa produzir e aí tu enxerga uma luzinha lá na ponta que tu pode ser beneficiado de alguma forma. Mas que estrutura o Norte tem pra que isso? Eu não vejo. E aí tem várias coisas, tu não tem um produto que tu pega na terra e tu bota na mesa do consumidor, ele tem que ter um beneficiamento primeiro. Que estrutura tem pra isso? Nenhuma. Então de que forma tu vai ser beneficiado com esse negócio? Hoje eu não sei te dizer.

Uma vez que os impactos ambientais mais visíveis ocorreram na área de instalação do estaleiro, estes foram relatados, sobretudo, pelos pescadores artesanais – uma vez que refletiu diretamente na sua atividade de subsistência. Estes destacaram o impacto causado pelo

aterramento de parte do oceano que, além de diminuir o espaço destinado à atividade pesqueira, provocou a mortandade dos peixes e crustáceos na sua fase inicial de desenvolvimento.

[...] eu tinha um amigo meu que trabalhava lá no EBR, trabalha ainda. Ele disse pra mim que quando a draga suga a água tem uma grade de proteção para cair o cascotinho, que é a corvina futuramente, a larva do camarão. Então, de meia em meia hora tem que pegar aquela grade e despejar dentro do mar pra voltar para natureza. Só que com a pressão da draga nos canos, em cada 1.000 criação que passava ali, 999 caía lá no meio da areia e uma caía nessa grade de proteção. Então aquilo ali foi um impacto ambiental grandíssimo.

O envolvimento da EBR no sistema de corrupção desvendado pela Operação Lava Jato, somado à crise no setor brasileiro, fez com que, após a finalização da plataforma P-74, no início de 2018, o estaleiro passasse a sofrer com a falta de novas encomendas. Dessa forma, a expectativa cedeu lugar à frustração, sobretudo, em relação a tão prometida e esperada geração de empregos para a população local. Conforme os autores do pós-desenvolvimento, a frustração não é o resultado do não cumprimento das promessas do desenvolvimento, mas da sua própria ação. Conforme o relato de um representante público

Aí veio o EBR com aquela fantasia, com aquela história que iria resolver todos os nossos problemas. Deu um impacto na cidade muito grande, a nível de aluguéis, a nível de terrenos, se elevou tudo. Ficou tudo fora da nossa realidade, que hoje está voltando à realidade. Parecia que ia explodir e implodiu, foi diferente. Nos tirou a perspectiva de nossos filhos, das nossas famílias de melhorar a qualidade de vida e avançar o município dentro desse parâmetro. O que acontece hoje? A falência da Petrobras, posso usar o termo falência entre aspas, levou que o EBR, que hoje iria construir aqui várias plataformas tá reduzida a essa única plataforma, que eu não sei se vai ser concluída. Quiçá que seja concluída. Começou a se demitir um monte de gente, começou as demissões a virem aumentando, aumentado e hoje tá um número de pessoas no EBR que está levando o município pro caos que está.

Figura 15 – Plataforma P-74



Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

A geração de empregos em um município que historicamente sofre desta carência foi a principal expectativa gerada pelo empreendimento naval – estimava-se a criação de 6 mil postos de trabalho nos momentos de pico de atividade (POLAR AMBIENTAL, 2011). Apesar disso, a “Avaliação de Impacto Regional e Local Decorrente da Implantação do Estaleiro EBR em São José do Norte” encomendada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) previu que

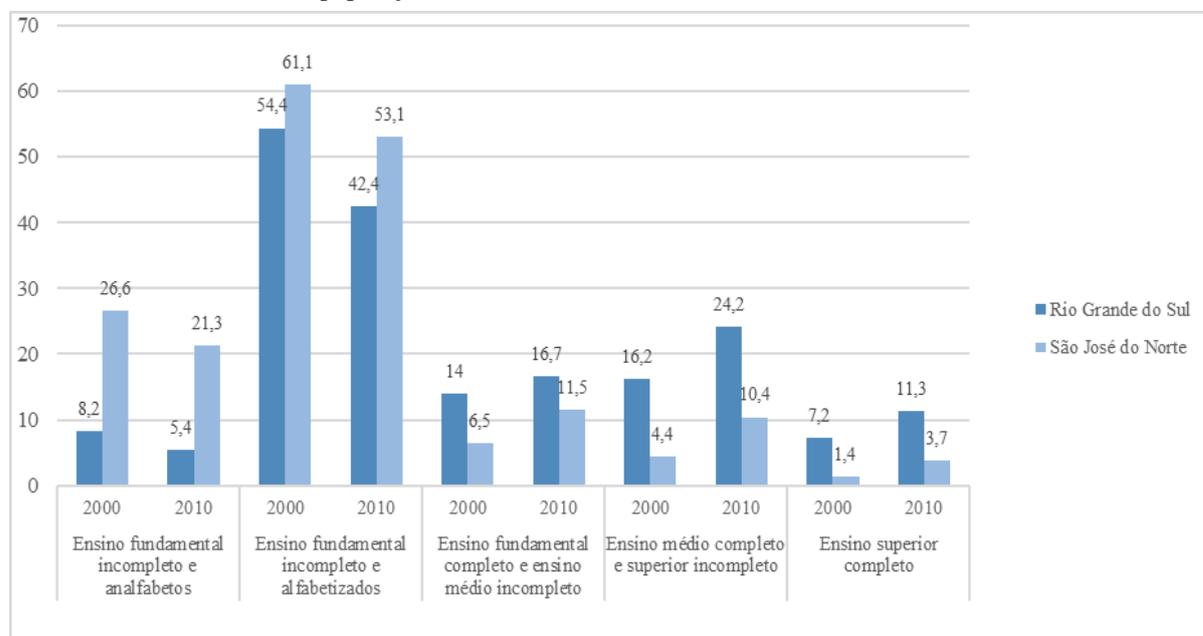
Com analfabetismo de quase 1/5 de seus habitantes, e com mais de 60% deles sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, o município não possui condições educacionais capazes de permitir que a mão de obra demandada pelo empreendimento seja absorvida localmente, a não ser de forma marginal e estatisticamente insignificante. (STORTTI, 2013, p. 3).

Conforme previsto na Licença Prévia (Fepam, 2011), foram oferecidos cursos de qualificação gratuitos por meio da parceria entre a EBR e o Senai, no entanto, a grande quantidade de analfabetos e indivíduos com baixa escolaridade fez com que as vagas fossem ocupadas principalmente pelos mais jovens. Conforme o então vice-prefeito:

Outro problema sério que nós temos aqui é que temos um elevado índice de analfabetismo, hoje ele tá em torno de 17% e nós temos na população não analfabeta, nós temos uma baixa escolaridade, então isso são fatores, mas na realidade nós estamos sendo muito procurados (para os cursos) pelos jovens e o jovem, ele tem a escolaridade necessária.

Embora tenha havido uma melhora significativa nos indicadores educacionais entre 2000 e 2010, os resultados ainda são bastante inferiores quando comparados ao Rio Grande do Sul (Gráfico 1). Isso fez com que a população local ocupasse postos de trabalho de baixa qualificação e com remunerações inferiores aos dos demais trabalhadores. Em pesquisa quantitativa realizada em 2012, com 300 trabalhadores da indústria naval de Rio Grande, 41,67% dos entrevistados afirmou possuir ensino médio completo ou incompleto, 24,33% respondeu possuir ensino superior (completo ou incompleto) e 10,33% curso técnico (STORTTI, 2013). Dados que apontavam para a dificuldade de absorção da mão de obra nortense.

Gráfico 1 – Escolaridade da população de 25 anos ou mais no Rio Grande do Sul e em São José do Norte (%)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2017).

Segundo uma agricultora, ao discurso da geração de empregos somou-se a possibilidade de instalação de uma mineradora na localidade. Comparando-se os dois empreendimentos, existe praticamente um consenso entre os agricultores e pescadores de que a ameaça de impactos ambientais irreversíveis a serem causados pela mineração torna o empreendimento naval uma preocupação menor. Embora não esteja em discussão a escolha por apenas um dos empreendimentos, a situação remete ao conceito de “alternativas infernais”, no qual determinadas populações se encontram na situação de ter que optar pelo projeto “menos ruim” (LEROY; ACSELRAD, 2012).

[...] eu lembro também de muita gente da associação com medo assim do que poderia acontecer e tal, mas as pessoas se preocupavam mais com mineradora, já nesse tempo, porque eles diziam assim “Ah não, mas pior vai ser a mineradora”.

“Ah, não, isso daí vai gerar emprego e tal. Acho que não vai ser tão ruim”. Eu acho que eles tavam mais preocupados com a mineradora.

Um pescador artesanal removido em decorrência do estaleiro EBR, ao realizar uma comparação entre os dois empreendimentos, ressaltou que o impacto possível de ser causado pela atividade minerária seria pior para a pesca e para a agricultura.

[...] a mineradora é uma coisa que vai nos prejudicar mais ainda, o EBR nos prejudicou, prejudicou nós, mas o que que acontece? Ele ainda deu muito benefício pra São José do Norte, deu emprego, agora essa mineradora não, vai prejudicar a nossa área da pesca e vai prejudicar a área da agricultura. [...] Agora, se essa mineradora começa a soltar produto químico, aí deu, impacta na nossa pesca aqui, aí sim, aí a pesca deu, podem fechar a Lagoa, que eles querem é fechar a Lagoa mesmo.

A geração de empregos pelo Estaleiros do Brasil provocou a perda de mão de obra na agricultura e na pesca, resultando no encarecimento da contratação de diaristas e de proeiros. Os jovens foram os que mais deixaram o campo em busca de uma colocação na construção naval, o que provocou o aumento do êxodo rural e do envelhecimento dos trabalhadores do meio rural. Grande parte desse contingente foi demitida no transcorrer da instalação do estaleiro e da construção da plataforma P-74. A quantidade e o nível de qualificação dos funcionários empregados dependem da fase em que se encontra a construção da plataforma, fazendo com que haja grandes oscilações no emprego da mão de obra. Isso causou a desestruturação de agricultores que saíram do meio rural para se empregarem no estaleiro e, posteriormente foram demitidos. Levados pela promessa do desenvolvimento, muitos acabaram trabalhando como diaristas na propriedade de terceiros. Conforme ressaltado por um vereador, “como houve a frustração, as demissões, voltaram a maioria. 70% voltaram de novo, os jovens que vieram trabalhar e até algumas pessoas de idade acabaram voltando pra agricultura porque lá eles sabem que é mais consolidado”.

Presenciei na Câmara de Vereadores de São José do Norte, em maio de 2016, uma reunião da “Comissão Especial Legislativa para o Acompanhamento da Instalação do Polo Naval” no município. A pauta consistiu na cobrança das medidas compensatórias da EBR, em especial em relação ao emprego da mão de obra local. Conforme consta na Licença de Instalação emitida, “o empreendedor deverá garantir o acesso das populações locais às oportunidades de empregos gerados pela implantação e operação do empreendimento, principalmente aos residentes do município de São José do Norte e municípios de área de influência direta” (Fepam, 2012b, p. 13).

A reunião foi solicitada pelos vereadores, no claro exercício de mediação, ao serem pressionados por nortenses que, mesmo possuindo experiência na construção naval, uma vez

que haviam trabalhado em empresas do setor instaladas em Rio Grande, enfrentariam dificuldades para empregarem-se na EBR ou nas empresas terceirizadas. Na visão dos políticos, por configurar um projeto de desenvolvimento regional, deveria ser dada prioridade aos moradores da região em detrimento daqueles oriundos de outros estados.

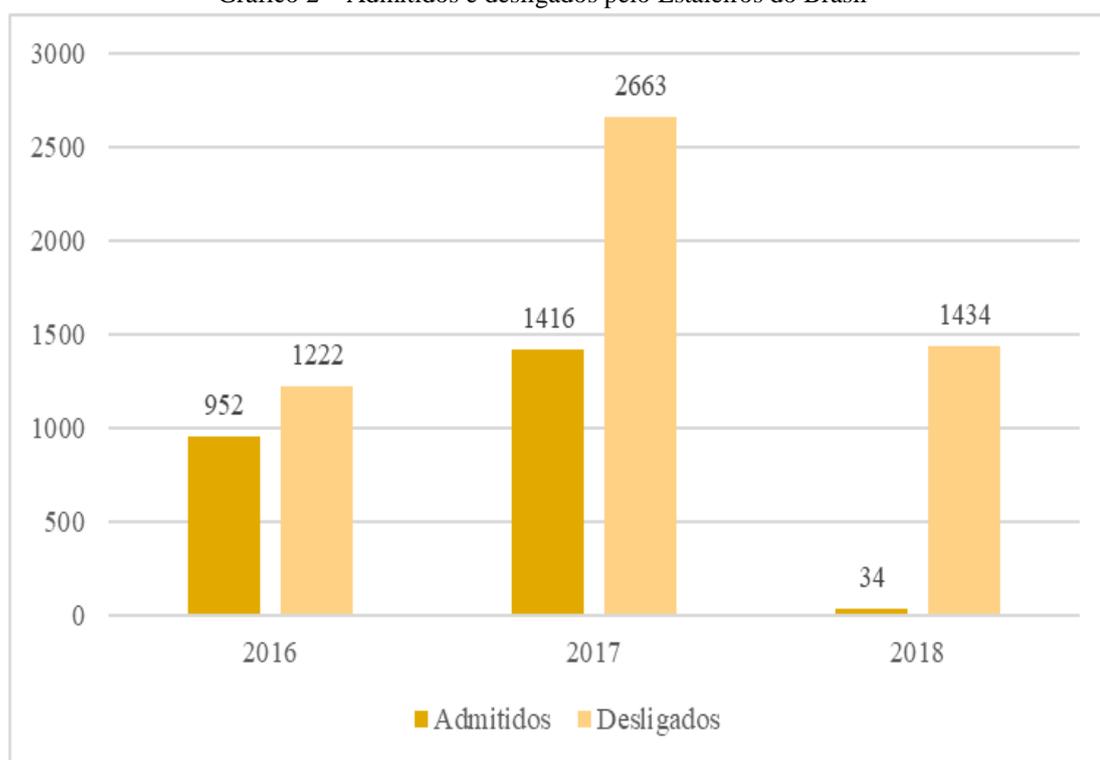
Então, nós sabemos que há uma medida compensatória no licenciamento da EBR que prevê essa situação, uma vez que diz que os empregos têm que ser dados pras pessoas da cidade ou das cidades de influência direta, que seria no caso as cidades aqui da região, cidades do entorno e na realidade o que nós temos percebido, não é querer fazer distinção de pessoas, mas nós entendemos como um projeto de desenvolvimento regional e de oportunidade de emprego e melhoria de vida pras pessoas da região. Nós temos acompanhado e visualizado um movimento migratório muito grande de pessoas do Rio de Janeiro, da Bahia, ocupando essas vagas aqui e lamentavelmente os nossos trabalhadores capacitados ficam de fora. Então num momento de grande crise, de grande carência de emprego em todos os setores, a esperança que resta aos nossos trabalhadores seria uma vaga no EBR, ou nas suas terceirizadas. [...] Nós gostaríamos de solicitar o empenho dos senhores pra que não viesse tanta mão de obra de longe em desacordo inclusive ao que diz na medida compensatória e que os nossos trabalhadores locais tivessem mais oportunidades de acesso ao emprego, porque são qualificados, já têm experiência em outras empresas ligadas ao Polo Naval.

A presença de trabalhadores oriundos de outros estados é grande em São José do Norte em decorrência de estarem empregados no estaleiro. No local onde residi durante a minha estadia, a maior parte dos meus vizinhos era composta de trabalhadores de fora do Rio Grande do Sul. Em determinado momento cheguei a conversar com a esposa de um funcionário do EBR.

A maioria dos meus vizinhos trabalham no EBR. Hoje cheguei a conversar com a esposa de um desses trabalhadores. A mulher, que estava com filho pequeno, me contou que são do Paraná, mas vão para tudo que é lugar acompanhando o marido que trabalha em estaleiros e, atualmente, está empregado no Estaleiros do Brasil. (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

O representante da EBR, no papel de mediador entre a empresa e a gestão local, se defendeu argumentando que mesmo com a crise no setor, continuam contratando, na medida do possível. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados⁷⁰ (CAGED) do Ministério do Trabalho (MT), embora tenham sido contratados 952 trabalhadores, 2016 apresentou um saldo de 270 trabalhadores demitidos (Gráfico 2). Segundo o empreendedor, o estaleiro sempre priorizou a contratação de trabalhadores locais. A falsificação de endereços visando a comprovar que residem no município estaria configurando um obstáculo para isso.

⁷⁰ Foram analisadas informações referentes ao grupo de construção de embarcações.

Gráfico 2 – Admitidos e desligados pelo Estaleiros do Brasil⁷¹

Fonte: CAGED (2018).

Verificou-se que em 2017 – período em que houve a chegada do casco da plataforma P-74 para a integração dos módulos construídos pelo estaleiro – foi registrada a maior quantidade de trabalhadores admitidos, mas também de desligados (com o saldo de 1247 demissões) demonstrando que a insegurança no trabalho é uma característica do setor de construção naval. No início de 2018, houve a finalização da P-74, e como não há novas encomendas, foram demitidos 1400 trabalhadores somente até o mês de maio.

Outro ponto abordado na reunião com os vereadores foi a recuperação da estrada da Barra. Conforme previsto na Licença de Operação, “o empreendedor deverá realizar, em parceria com o poder público municipal ou independentemente, a recuperação da estrada vicinal que interliga a área urbana de São José do Norte com as comunidades do Cocuruto, Pontal da Barra e 5ª Secção da Barra” (Fepam, 2012b, p. 4). A recuperação da estrada vinha ocorrendo através de uma parceria com a prefeitura, o que foi interrompido com a troca na gestão municipal.⁷² A EBR apresentou um documento comprovando a conclusão da estrada. Segundo a gestão passada, a empresa teria apresentado a ata de uma reunião referente a finalização apenas de um trecho da estrada. A municipalidade atual encontra-se em um

⁷¹ Para o ano de 2018 foram utilizados dados até o mês de maio.

⁷² A chapa do PT, encabeçada por Jorge Madruga, tomou posse apenas em junho de 2015 devido à cassação da chapa eleita (do PSDB) após comprovação da utilização de caixa dois durante a campanha eleitoral. As duas gestões anteriores, ambas do PSDB, é que estiveram à frente de negociações para o recebimento do estaleiro.

impasse com a empresa de construção naval, uma vez que a estrada está em condições ruins, prejudicando o tráfego dos moradores do entorno. O representante do empreendimento se mostrou aberto ao diálogo com a prefeitura para que o problema seja resolvido.

A reunião também foi importante para o esclarecimento acerca do pagamento de impostos no Rio de Janeiro – assunto recorrentemente relatado pelos entrevistados. O representante da EBR explicou que isso se refere uma situação isolada, em que uma empresa terceirizada realizou o pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) no Rio de Janeiro. Após esse acontecimento, a Estaleiros do Brasil passou a exigir contratualmente que o pagamento seja realizado em São José do Norte. Atualmente, essa questão encontra-se judicializada.

Além das medidas compensatórias apresentadas até aqui, também estava inclusa a preservação do patrimônio material nortense. A EBR deveria contratar uma empresa responsável pela elaboração de cinco projetos de restauração, devendo um deles ser executado,⁷³ juntamente com a realização de um Inventário de Referências Culturais de São José do Norte. Segundo um integrante do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte, tais medidas até o momento não foram cumpridas.

Cultural, nada foi cumprido, o patrimônio arquitetônico que eles são obrigados a fazer os projetos, eles não cumpriram. Inclusive contrataram empresas de São Paulo, Porto Alegre e que tão cobrando valores exorbitantes dentro da realidade do centro do país, que é diferente da nossa aqui também. Outro detalhe, o projeto da intendência, já existia o projeto pronto, pago com recursos públicos, através do patrocínio da CEE. Eles contrataram outra empresa pra fazer um copia e cola do projeto e pagaram de novo. O Inventário de Referências Culturais que é o que tava apontado que era pra iniciar e não foi feito. Não vai ser feito, a gente sabe que não vai ser feito. Os projetos de restauro, são projetos de baixíssima qualidade, não vai atingir os requisitos pro município receber o projeto e encaminhar pra uma Lei Roanet, pro BNDES. Não vai alcançar os mínimos requisitos porque os projetos são mal elaborados.

Ao serem questionados quanto ao futuro do Estaleiros do Brasil em São José do Norte, os moradores são céticos em relação a continuidade do empreendimento. Eles acreditam na sua transformação em um terminal de contêineres para evitar que a construção se transforme em um “elefante branco”. Tal mudança não geraria uma quantidade relevante de empregos, mas, pelo menos, garantiria o aumento na arrecadação de impostos pela prefeitura.

Se esse porto continuar trabalhando aí, que eu acho que continua, não com plataforma, mas com outros produtos aí, vai ser uma área de escoar produtos pro centro do país daqui, porque Rio Grande não dá vencimento e aí isso vai expandir e aí quando expandir toda aquela região que era planta não tem mais, não tem mais. E planta deles mesmos é toda aquela região ali. Eles começaram com uma planta piloto e a ideia é aumentar porque o calado é muito bom ali.

⁷³ Os projetos de restauração contemplam a Antiga Intendência – que também deveria ter executado o seu restauro –, o Solar dos Imperadores (Figura 12), a Igreja Matriz de São José, o Farol Atalaia e o Cine Teatro Miramar.

O não cumprimento das promessas realizadas pelo empreendimento naval, como a geração de empregos e a melhoria na infraestrutura do município – além dos seus impactos negativos (aumento da violência, piora dos serviços públicos, etc.) – não abalou o desejo pelo desenvolvimento que a vinda de grandes empreendimentos externos representa. Conforme definiu um pescador, “eu entendo por progresso quando vem essas grandes empresas e que elas vêm pro lugar e todo mundo tem esperança de que vai crescer, que vai se multiplicar”. Ao utilizar a palavra esperança, o pescador define o progresso como algo que não é concreto, mas como algo que pode vir a acontecer.

De Vries (2007, 2013) reconhece as contribuições do pós-desenvolvimento ao abordar o desenvolvimento como uma narrativa de prática e poder, entretanto, destaca que essa perspectiva desconsidera o desejo das pessoas pelo desenvolvimento. Segundo o autor, a crença inabalável no desenvolvimento, apesar da notória inabilidade das instituições governamentais e não governamentais em manter suas promessas, requer que os desejos das pessoas sejam levados a sério e que as promessas realizadas pelo aparato do desenvolvimento não sejam abandonadas.

A permanência do desejo pelo desenvolvimento não significa que os atores são passivos ou inconscientes das consequências negativas das intervenções. Os nortenses não são ingênuos. O fracasso do empreendimento naval não representa apenas uma tentativa malsucedida. Os três ciclos de crescimento econômico ocorridos na cidade vizinha de Rio Grande demonstram que o fracasso dessas iniciativas configura uma regra e não uma exceção. Se, por um lado, esse desejo permite a manutenção da hegemonia do desenvolvimento, por outro, o seu não comprometimento significa recursar-se a aceitar o não cumprimento das promessas realizadas pelo desenvolvimento. Essa é uma forma de exigir o que o aparato de desenvolvimento promete, mas não cumpre, ainda que isso signifique insistir na realização do impossível.

O desenvolvimento configura uma máquina de desejo a partir do momento que se tornou capaz de gerar as crenças e os sonhos de que necessita para se perpetuar. Para o autor, essa máquina produz desejos de modo a explorar a separação radical entre o mundo virtual, proposto pelas intervenções de desenvolvimento, e o funcionamento real destas iniciativas. O objetivo do desenvolvimento, não é a realização das suas promessas, mas a garantia da possibilidade de se desejar um tipo diferente de sociedade da que existe, uma sociedade melhor. O desejo do desenvolvimento preenche a lacuna entre as promessas e as suas realizações reais escassas, operando entre a geração e a banalização da esperança.

O argumento é que o desenvolvimento é como uma máquina desejante que opera por meio da geração, banalizando, estimulando e desencadeando desejos e, posteriormente, acabando com eles. É esse duplo movimento de geração e banalização da esperança que constitui a dialética do desejo. O ponto crítico é que o mundo mundano de intervenção real do desenvolvimento não subsiste sem o seu suplemento virtual: as fantásticas imagens e promessas que são evocadas por uma diversidade de pequenos objetos que funcionam como causas dos desejos. (DEVRIES, 2007, p. 32).

Conforme destaca Radomsky (2019, no prelo), as intervenções de desenvolvimento também são responsáveis pelo estabelecimento de uma relação ambivalente com o Estado. Relacionar-se intensamente com o Estado implica na aceitação de imposições, mas também configura um canal institucional de interação para o alcance dos objetivos da população local. Estar fora, excluído, pode oferecer alguns benefícios, como maior autonomia, no entanto, significa estar abandonado. Em contraposição, estar incluído requer a aceitação de determinadas normas, mas também facilita o acesso a determinados benefícios.

[...] Estado não aparece como um monstro frio e implacável ou um gerador de benesses, mas como ambos, a depender do momento, do setor e da esfera de atuação; porém, principalmente como um ente permeável e passível de que os atores busquem, nas suas brechas, melhores condições [...] apesar do poder que exerce sobre os indivíduos. (RADOMSKY, 2019, p. 8, no prelo).

A importância política desempenhada por São José do Norte em tempos passados costuma ser destacada em contraste com uma situação de abandono que seria modificada pelo desenvolvimento provocado pela chegada do empreendimento naval. A instalação de um estaleiro significou que novamente o município passou a existir aos olhos do governo federal, o que vem a fortalecer o desejo pelo desenvolvimento. Segundo o então vice-prefeito, a EBR faria o município nortense ingressar no mapa da construção naval brasileira, transformando-o em um “problema” nacional.

A perspectiva do desenvolvimento como uma máquina desejante preenche uma importante lacuna deixada pelo pós-desenvolvimento que é a persistência do desejo pelo desenvolvimento, apesar dos seus sucessivos fracassos. Esse desejo faz com que impactos negativos sejam tolerados em nome de um “bem maior”, tal como o processo de remoção dos moradores da área onde o estaleiro foi construído, conforme apresentaremos a seguir.

4.2 “HOJE EU TENHO CERTEZA QUE ME TIROU 10 OU 12 ANOS DE VIDA A SAÍDA DALI”: A INVISIBILIZAÇÃO DO PROCESSO DE REMOÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS DA COMUNIDADE VILA NOVA

Santos (2007b) defende que o pensamento moderno ocidental consiste no estabelecimento de um sistema de distinções visíveis e invisíveis, o que denominou pensamento abissal. Esse sistema faz com que a realidade seja dividida entre dois universos distintos: o “deste lado” e do “outro lado” da linha. O pensamento abissal caracteriza-se pela impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Apesar “deste lado” se fundamentar no “outro lado” da linha, o primeiro só prevalece porque o segundo é produzido como inexistente.

O paradigma da modernidade ocidental sustenta-se na distinção entre regulação e emancipação aplicada às sociedades metropolitanas (“deste lado da linha”). Esta distinção invisibilizou a tensão entre apropriação e violência aplicada aos territórios coloniais (“o outro lado da linha”). A inaplicabilidade da distinção entre regulação e emancipação aos territórios coloniais, no entanto, não comprometeu a sua universalidade. Para Santos (2007b), as relações políticas e culturais excludentes atuais são constituídas pelas linhas “abissais” que demarcavam as fronteiras entre o Primeiro e o Terceiro Mundo.

O conhecimento é uma manifestação do pensamento “abissal” que se mantém até os dias de hoje. O “deste lado da linha” detém o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e falso na ciência em detrimento da Filosofia e da Teologia. Localizadas no lado visível da linha, a tensão entre ciência *versus* Filosofia e Teologia assenta-se na invisibilidade de outras formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma das três modalidades. Do “outro lado da linha” se encontra tudo o que não é conhecimento – são crenças, opiniões e intuições. A impossibilidade de copresença no pensamento “abissal” resulta na invisibilidade de inúmeros atores e de suas experiências, sobretudo daqueles localizados na zona colonial.

O pensamento ocidental se mantém mediante a separação entre um mundo humano e outro subumano, fazendo com que a colônia represente o modelo de exclusão que orienta estas práticas. As linhas “abissais” não são fixas, elas sofrem deslocamentos no decorrer da história. O autor destaca dois impactos sofridos pelo pensamento moderno ocidental: a) as lutas anticoloniais e as independências das colônias no período pós Segunda Guerra, momento em que aqueles submetidos à tensão entre apropriação e violência passaram a reivindicar o direito à inclusão no paradigma regulação/emancipação; e b) movimento na

direção oposta do anterior que iniciou na década 1970 e que tende a expandir o “outro lado” em detrimento “deste lado” da linha, que cada vez mais passa a ser contaminado pelo paradigma apropriação/violência. A partir do segundo momento, a invisibilidade deixa de ser produzida somente nas colônias e ingressa nas sociedades metropolitanas, fazendo com que a divisão entre o metropolitano e o colonial chegue ao fim.

Para o autor, a crescente presença da apropriação/violência no interior da regulação/emancipação faz com que os direitos humanos sejam violados para que possam ser defendidos e com que a vida seja eliminada em nome da sua preservação. Da mesma forma, em São José do Norte, a violação de direitos durante o processo de remoção dos pescadores artesanais para a instalação do estaleiro EBR foi justificada – e invisibilizada – pelas promessas do desenvolvimento.

A instalação do Estaleiros do Brasil no município nortense exigiu a remoção dos moradores da Comunidade Vila Nova, localizada próxima à Lagoa dos Patos. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ressaltou a existência de aproximadamente 45 propriedades na localidade, totalizando mais de 120 pessoas (POLAR AMBIENTAL, 2011). Entre os moradores, 12 eram pescadores artesanais que dispunham de embarcações⁷⁴ e que, portanto, dependiam da proximidade com a Lagoa para a manutenção da sua atividade de subsistência. O restante – à exceção de uma escola comunitária desativada e de uma igreja – se dividia entre moradores e “turistas” (termo utilizado pelos pescadores artesanais).

Os pescadores artesanais ressaltaram a falta de apoio por parte dos políticos locais durante o processo de remoção, demonstrando a não concretização de uma mediação suficientemente forte entre os impactados e os representantes públicos. A estes se impunha um dilema: se colocar ao lado dos pescadores, desejosos de permanecer em suas residências, implicava em se opor às promessas do desenvolvimento que o empreendimento naval carregava consigo e, assim, desconsiderar o desejo do restante da população. Conforme um pescador atingido, “a gente procurava os políticos, mas eles só diziam que não podiam fazer nada. Claro, eles também tinham essa pressão porque o povo de São José do Norte foi iludido com esse estaleiro, que ia trazer empregos”. Um representante público relatou que sua família vendeu a propriedade em decorrência da possibilidade de instalação de um terminal portuário pela Aracruz Celulose. Segundo o político,

⁷⁴ Uma propriedade pertencia a um pescador artesanal residente em Rio Grande, que se instalava na localidade durante os períodos de safra, totalizando a presença de 13 pescadores artesanais. A este grupo ainda se somaria os pescadores sem embarcações, que não necessitam de uma proximidade constante da Lagoa dos Patos.

[...] uma coisa que a gente pensou, não vamos ser nós que vamos impedir que daqui a pouco um empreendimento que melhore a arrecadação do município ou que gere alguns empregos aconteça no município porque a gente cravou o pé e não quis sair. Então a gente acabou cedendo e vendendo.

Somando-se às promessas do desenvolvimento representadas pela instalação do estaleiro, dois aspectos foram importantes na produção da invisibilidade do “outro lado da linha”: a) a difusão entre a população local de que os pescadores removidos teriam sido bem indenizados para deixar suas residências; e b) o fato da área ocupada pela Comunidade Vila Nova pertencer à Marinha do Brasil. Sob a justificativa de terem recebido elevados valores indenizatórios, desconsiderou-se o sofrimento vivido pelos pescadores artesanais que tiveram laços de amizade rompidos e o surgimento de novas dificuldades para a manutenção do exercício da pesca. Na primeira reunião organizada pelos moradores da localidade, os 20 presentes – entre os quais 6 residiam há mais de 40 anos na área – afirmaram que não queriam deixar a localidade “por dinheiro nenhum” (Anexo 1). O relato de um pescador impactado nos fornece uma noção da situação vivenciada pelos moradores da comunidade Vila Nova.

Pra tu ter uma ideia, teve uma vez que eu cheguei na padaria, eu ia comprar pão na padaria. [...] Faltando uns 30 metros pra chegar na padaria, o meu destino era chegar na padaria, eu tinha que levar pão e o cara parou o carro “Eu vou me candidatar a vereador. Vou me candidatar a vereador, vou arrumar 50 mil contigo, saíste cheio de dinheiro”. Bá, na hora a minha vontade era ter dado um soco na cara dele ou ter dito algum palavrão. “Saíste de lá rico, cheio do dinheiro”. Bom, aquilo pra mim foi pior do que se ele... A minha vontade era, se eu tivesse uma 38 ali, era dar um tiro nele, pra tu ter uma ideia. Eu nunca matei um gato, mas mataria ele de tanta raiva. Eu fui embora e não comprei o pão e depois eu disse pra ele: “Não me leva a mal, mas quando eu tava lá precisando, não apareceu ninguém e agora tu quer o meu voto? [...] E eu sofri muito, até aqui no meu local, parentes meus “Ah, tu tá cheio de dinheiro”. Aquilo me doía, eu nunca falava pra eles, mas aquilo me moía por dentro. “Ah tá cheio de dinheiro”. [...] Eu acho que o dinheiro não traz felicidade e ainda mais no nosso caso ali.

O pertencimento da área ocupada à Marinha do Brasil foi outro aspecto incorporado pela população local a partir do discurso disseminado tanto pelo empreendedor quanto pela gestão municipal – que durante todo o processo se manteve alinhada aos interesses empresariais. Esse argumento foi utilizado para justificar e pressionar pela saída dos habitantes da localidade. Alguns nortenses acreditavam que devido a isto, os moradores da comunidade Vila Nova sequer deveriam ter recebido compensações financeiras.

Claro, a gente não queria sair do lugar, não era o dinheiro que ia nos tirar dali, mas infelizmente a gente ia nos lugares e as pessoas tudo criticando né. A gente chegava num lugar e as pessoas nos conheciam e a gente sabia que eles tavam falando da gente. “Ah, aquele pessoal tem que sair dali, tem que sair sem direito a nada, aquilo é área da Marinha, não tem que receber nada” e a gente escutava essas coisas da população de São José do Norte. Era muita crítica contra nós ali, então a gente não tinha muito o que falar porque eram os grandes, os vereadores tudo em cima...

No “Programa de Acompanhamento da Re[a]locação das Moradias Localizadas na Área do Empreendimento” elaborado pela EBR, foi conferida ênfase ao fato da área habitada pertencer à União – em um trecho chega-se a utilizar o termo “ilegal” para caracterizar a ocupação do local. Outro argumento utilizado pela empresa consistiu na melhora na habitação dessas pessoas, visto que a área careceria de serviços de infraestrutura para moradia. No entanto, nunca houve qualquer movimento da prefeitura de São José do Norte ou da Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) para a retirada desses moradores, sendo que mais de 60% das famílias declararam residir na “área da União” há mais de 20 anos (EBR, 201?).

Na primeira reunião organizada pelos moradores da Comunidade Vila Nova foi solicitada uma visita de representantes da EBR, da Fepam, do governo do Estado do Rio Grande do Sul e do Ministério Público Federal (Anexo 1). Os moradores ressaltaram que não gostariam do envolvimento da Superintendência do Porto do Rio Grande e da prefeitura de São José do Norte no primeiro momento. Conforme a ata da reunião, em ofício emitido durante a gestão do prefeito José Vicente Ferrari,⁷⁵ a prefeitura afirmou que os moradores da comunidade Vila Nova eram “invasores” da área pertencente à Marinha do Brasil. O discurso da ilegalidade da ocupação do local não foi um recurso mobilizado apenas pelo empreendedor e reforça a visão de que a atração de empreendimentos externos representa o desenvolvimento, a despeito dos seus impactos negativos em uma pequena parcela da população. Afinal, em nome de um “bem maior” – o progresso –, “pequenos” sacrifícios são necessários.

A Licença Prévia para o empreendimento naval foi emitida pela Fepam em dezembro de 2011 sem qualquer definição quanto a remoção dos moradores do entorno. A primeira movimentação nesse sentido ocorreria apenas em junho de 2012, por meio de um termo de cooperação firmado entre a EBR e a prefeitura (GABINETE DO PREFEITO, 2012). A empresa ficou encarregada de realizar as negociações com os moradores no sentido de definirem pela indenização ou pela realocação, além de articular com o estado do Rio Grande do Sul e com a SUPRG a execução da remoção e/ou realocação das famílias. Já os gestores municipais, se comprometeram a prestar as orientações necessárias para o ordenamento espacial de São José do Norte.

Até que as ações previstas no programa de realocação fossem iniciadas, os habitantes da Comunidade Vila Nova passaram por um período de grande insegurança quanto ao seu

⁷⁵ Ofício nº 273, de 31 de maio de 2010.

futuro. Foi nesse contexto que, no dia 24 de junho de 2012, os moradores realizaram uma “Reunião de compartilhamento de opiniões sobre a instalação do Empreendimento da EBR – Estaleiros do Brasil S/A na região da Vila Nova – Cocurutu” (Anexo 2). Foram levantados questionamentos quanto ao modo como o processo de instalação do estaleiro estava sendo conduzido pelo empreendedor e pelos órgãos públicos, sem o estabelecimento de qualquer diálogo com a comunidade. Os presentes ressaltaram que nunca foram consultados para saber se gostariam de sair, o que achavam da vinda do estaleiro e, caso saíssem, para onde desejariam ir ou como gostariam que o processo fosse conduzido.

Até o momento não foi feita nenhuma reunião com habitantes da região. Gostaríamos então de solicitar uma reunião com os representantes do empreendedor e do órgão licenciador somente com os moradores, na própria comunidade Vila Nova, com local e data a definir urgentemente. [...] É um “disse que me disse”: antes o estaleiro não atingiria a Vila Nova. Depois de um tempo, disseram que realmente atingiria a Vila Nova. Esperando EBR vir conversar.

O fato de três famílias terem vendido seus terrenos há 4 anos para a instalação de um terminal portuário pela empresa Aracruz Celulose – juntamente com o histórico de empreendimentos não realizados no município –, fez com que os moradores cultivassem a esperança de que a vinda da EBR também não se concretizasse.

Em julho do mesmo ano foi realizada pela Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul uma Audiência Pública em São José do Norte, cuja pauta consistiu na discussão acerca do licenciamento ambiental para a instalação do Estaleiros do Brasil no município nortense. Na ocasião, o diretor-presidente da Fepam, Carlos Fernando Niedersberg declarou que a Licença de Instalação seria emitida naquele dia ou, mais tardar, na próxima segunda-feira (ASSEMBLEIA, 2012).

No final da reunião, o então deputado estadual do PT, Alexandre Lindenmeyer,⁷⁶ mencionou a decisão do governo do Estado de criar um grupo de trabalho direcionado à questão da pesca com o objetivo de preservar as atividades econômicas tradicionais de São José do Norte. Nesse momento, moradores da Comunidade Vila Nova questionaram o destino das famílias residentes na área de instalação do estaleiro. Os representantes públicos presentes se comprometeram em transmitir os questionamentos ao diretor-presidente da Fepam, que já havia deixado a Audiência Pública. O deputado Alexandre declarou acreditar que essa questão já estaria resolvida, uma vez que se tratava de uma exigência da Fepam para a obtenção da Licença de Instalação. No entanto, conforme o documento referido,

⁷⁶ Desde 2013 prefeito de Rio Grande.

[...] no Programa de Re[a]locação dos Moradores, apoiar tecnicamente o Município de São José do Norte, em relação à elaboração de projetos de engenharia, para futuros loteamentos habitacionais, na área indicada para expansão urbana, assim como garantir que todos os contatos e negociações sejam realizados de maneira harmônica e, **preferencialmente**, antes do início das obras. (Fepam, 2012b, p. 13, grifo nosso).

A Audiência Pública tornou evidente a falta de interesse e o abandono dos moradores da comunidade Vila Nova por parte dos políticos locais, que estavam empenhados na instalação do estaleiro devido a sua promessa de desenvolver o município. Ao contrário do que afirmou o deputado Alexandre, a construção do estaleiro foi iniciada em abril de 2013, antes que o acordo com a totalidade dos moradores da Comunidade Vila Nova fosse firmado – o que ocorreria somente em novembro. O início da demolição de residências sem que a situação de todos os moradores estivesse resolvida foi concebida pelos pescadores artesanais (últimos a deixar o local) como uma forma de exercer pressão naqueles que se recusavam a deixar suas residências.

Frente à falta de informações aos questionamentos apresentados durante a Audiência Pública, no dia 17 de julho ocorreu outra reunião entre os moradores da área de instalação do estaleiro EBR (Anexo 2). Decidiu-se pela formação de um “Comitê de Moradores da Comunidade Vila Nova”, composto por cinco moradores responsáveis pela mediação entre a comunidade e o empreendedor e os órgãos públicos. Foi ressaltada a falta de informações na Licença de Instalação quanto ao “Programa de Re[a]locação dos Moradores”. Iniciativa da qual os moradores não possuíam qualquer conhecimento até o momento.

Como pode haver um “Programa de Re[a]locação dos Moradores”, sendo que os mesmos nunca foram procurados a fim de terem sua dignidade respeitada? Qual é este Programa? A Comunidade Vila Nova foi fundada há quase 100 anos por pescadores artesanais e nela ainda residem cerca de 20 famílias de pescadores artesanais. Além disso, há pessoas que residem na localidade há mais de 50 anos e já são idosas. Além de inexistência de um processo de diálogo com a comunidade, ressalta-se ainda que, durante a audiência pública da licença de instalação, a mesa de audiência não foi aberta ao público. Pergunta-se então: onde está a referida “garantia de que todos os contatos e negociações estão sendo realizados de maneira harmônica e antes do início das obras”?

Em agosto de 2012, o defensor público de São José do Norte, Rafael Silveira Dourado, representando os moradores da Comunidade Vila Nova, tomou conhecimento por meios de comunicação locais de que seria dado início à construção do estaleiro – informação confirmada pelo prefeito ao ser consultado – sem que os moradores da área tivessem sido contatados pelo empreendedor ou pelo poder público acerca dos seus destinos. Em vista disso, foi instaurado um Procedimento para Apuração de Dano Coletivo (PADAC) nº 002723-30.00/12-9 (DEFENSORIA PÚBLICA, 2012).

Em janeiro de 2013 ocorreu uma reunião entre os órgãos públicos para tratar da realocação dos habitantes da área de instalação do empreendimento naval. Esta ainda não contou com a presença dos moradores atingidos, aspecto visto como preocupante pela Procuradora da República de Rio Grande, Anelise Becker, que destacou a necessidade de os moradores participarem de todas as decisões (DEFENSORIA PÚBLICA, 2013a)

Os presentes deliberaram que um representante da SUPRG, da EBR e da prefeitura realizariam uma reunião no dia 28 de janeiro e, posteriormente, convidariam os moradores da Comunidade Vila Nova para um encontro a ser realizado no início de fevereiro. O gerente administrativo da EBR, após exaltar o progresso a ser fomentado pelo empreendimento, afirmou que caso essas “questões” não fossem resolvidas, a instalação do estaleiro no município nortense não ocorreria. Os projetos de desenvolvimento costumam colocar em dúvida a possível “realização” de suas promessas, como uma espécie de chantagem, para que os “obstáculos” sejam rapidamente superados.

Carmelo, gerente da empresa, comenta que será bom para todos. Com a instalação do empreendimento, **não serão somente os pescadores que ganharão**, mas sim **toda a população**, todos os ramos de comércio, nos diferentes segmentos. **Destaca que tem que se resolverem essas questões ou a EBR não se instala aqui.** (DEFENSORIA PÚBLICA, 2013a, p. 7, grifo nosso).

Conforme o previsto, no dia 4 de fevereiro ocorreu a primeira reunião oficial da EBR com os moradores da Comunidade Vila Nova – aproximadamente 7 meses após a emissão da Licença de Instalação – durante este período, os habitantes da localidade ficaram sem quaisquer informações quanto ao seu futuro. Nesta reunião estiveram presentes o vice-prefeito Francisco Xavier, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a Fepam e a SUPRG. Foi recomendado aos moradores que elessem representantes para integrar uma comissão que discutiria as soluções coletivas. As questões individuais seriam tratadas em particular com a Estaleiros do Brasil (COSTA, 2017).

Em ofício entregue ao defensor público, no dia 14 de fevereiro os moradores da Comunidade Vila Nova repassaram o nome dos seus representantes para integrar a Comissão de Acompanhamento da Realocação das Famílias e, assim, fazer a mediação entre os impactados e os órgãos públicos. Foram escolhidos cinco representantes e cinco suplentes por ordem de representatividade, dentro os quais figurou apenas um pescador artesanal, na condição de primeiro suplente. Nesse período estava ocorrendo a safra do camarão, o que impossibilitava que os pescadores artesanais participassem ativamente das reuniões, fazendo com que a comissão fosse composta principalmente pelos “turistas”. O termo “turista” foi utilizado pelos pescadores artesanais entrevistados para se referir àqueles que dispunham de

outras propriedades, seja em São José do Norte ou em outros municípios. Para estes, a indenização paga pela EBR – geralmente superior à dos pescadores por possuírem maiores propriedades e com mais benfeitorias – não apresentava a mesma importância do que para os demais impactados.

Os que tavam na comissão eram os que tinham, eles tinham tempo pra tá na comissão porque eles não precisam trabalhar. Nós precisava trabalhar pra nos manter, a gente tinha que tá na pesca, nós não poderia parar porque se nós parasse ia faltar comida dentro de casa, então a gente não podia parar e o que que acontece? Eram só os grandes que participavam era tudo gente grande e eles fizeram o lado deles, pegaram o dinheiro deles e deitaram fora. Foram os primeiros a receber, os primeiros a saírem fora e deixaram nós. Na real, eram os que não precisavam porque tinham.

Em abril de 2013 foi dado início às obras do Estaleiros do Brasil em São José do Norte, sem que a situação dos moradores da Comunidade Vila Nova tivesse sido resolvida. Nesse período, o defensor público comunicou que a maior parte dos moradores havia optado pelo recebimento de indenizações em detrimento da realocação (COSTA, 2017). A partir disso, a Defensoria encaminhou um documento ao advogado da EBR apresentando os argumentos que justificavam o valor total de R\$ 19.028.000,00 como base inicial para as negociações com as famílias residentes da área de instalação do empreendimento (DEFENSORIA PÚBLICA, 2013b).

Para a estimativa do valor das indenizações, foram utilizados critérios (a) objetivos imobiliários e (b) de ordem legal e subjetiva, amparados em leis que garantem direitos aos moradores. O critério de ordem objetiva relativo às características dos imóveis considerou uma pesquisa imobiliária realizada em diferentes áreas do município nortense. No que concerne aos critérios legais e subjetivos, alguns dos ordenamentos jurídicos utilizados foram a Constituição Federal, com a garantia da moradia como um direito fundamental, o Estatuto da Cidade e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Também foi incluído o tempo de posse, a existência ou não de descendentes e ascendentes vivendo no local, além da aplicação de uma jurisprudência que ampara quatro tipos de pretensões possessórias relativas ao uso de áreas públicas:

- j.1) posse da área adquirida, porém sem utilização, com expectativa de utilização futura, em torno de 60% da avaliação do imóvel onde se exerceria a moradia;
- j.2) posse da área com moradia, avaliação 100%;
- j.3) posse da área com moradia mais o exercício de alguma atividade econômica (exemplo pesca), 120-130% da avaliação da área;
- j.4) posse da área com exercício de moradia mais desempenho de algum tipo de atividade econômica com alguma espécie de regulamentação concedida pelo poder público (exemplo pessoa com atividade comercial com alvará e recolhimento de tributação) 130-140% da avaliação do imóvel. (DEFENSORIA PÚBLICA, 2013b, p. 2).

Tendo em vista a dificuldade de resolução da sua situação, no dia 28 de maio, grande parte dos habitantes da Comunidade Vila Nova realizou uma reunião com a imprensa e com o defensor público. O objetivo foi demonstrar a insatisfação no modo como as negociações estavam sendo realizadas. Os moradores destacaram que, a partir do momento em que a EBR assinou o contrato com a Petrobras para a construção da plataforma P-74, o processo de retiradas das famílias se acelerou em desacordo com os procedimentos estabelecidos na Comissão de Acompanhamento da Realocação das Famílias (MORADORES, 2013).

Segundo Costa (2017), visando acelerar as obras, algumas propriedades foram negociadas diretamente entre advogados da EBR e moradores, levando ao rompimento do acordo de negociação coletiva, conforme o estabelecido pela licença ambiental emitida pela Fepam. Uma comparação entre os valores apresentados pela Defensoria e o que foi acordado individualmente entre cada proprietário e o empreendedor demonstra que um dos primeiros habitantes a deixar a localidade, ainda no final de junho, recebeu uma indenização mais de 20% acima do valor apresentado pelo órgão público (DEFENSORIA PÚBLICA, 2013a; TABELIONATO DE NOTAS, 2013).

O nosso defensor que tava nos defendendo, ele entrou em férias, ele pegou umas férias bem na hora que o EBR ia negociar. [...] E aí eles aproveitaram a ausência do defensor pra poder fazer a negociação. E, na real, tinha gente que não precisava da pesca e já queriam negociar. Já tinha gente de fora que já queriam negociar, porque, na real, eles tavam visando era o dinheiro, não era o lugar. E aí foi onde o pessoal foi saindo, ficaram com medo de perder “Ah, porque se vocês não saírem vocês vão perder tudo”. [...] Entre nós mesmos se dizia “Ah, se vocês não saírem vão perder tudinho. Isso daqui é da Marinha, é do Estado, vão tirar vocês daí sem direito a nada”. E aí, na real, a maioria ficou com medo e foi saindo fora.

A pressão exercida pelos advogados do empreendimento foi grande. Além de afirmarem que, se necessário, os moradores seriam retirados “na marra”, difundiram a ideia de que aqueles que não resistissem receberiam indenizações mais altas. Isso fez com que a maior parte dos moradores se apressasse em fechar acordo. Em documento emitido à Fepam, a EBR afirmou que o pagamento de R\$ 550.000,00 ao lote 33 deveu-se a desocupação voluntária, transmitindo uma noção de bondade por parte do empreendedor quando, na verdade, o valor apresentado para esse lote pela Defensoria Pública foi de R\$ 900.000,00 (EBR, 2016). Contrariando as orientações do órgão público, a empresa pagou apenas 61% do valor requerido, quando este deveria ter atingido o valor de no mínimo 75% (DEFENSORIA PÚBLICA, 201?).

Jamais tinha havido negociações de casas na cidade de São José do Norte por valores tão expressivos. Casos, por exemplo, como os citados acima, onde os moradores receberam uma indenização de R\$ 550.000,00 (lote 33) em razão da desocupação voluntária da área da marinha que **havam invadido**, são citados até a

presente data por moradores. Nunca tinha havido e depois não houve mais negociações com valores tão vultuosos no referido município. Ainda mais em se tratando de **áreas invadidas**, em que os moradores não tinham propriedade dos imóveis. Contudo, em razão da necessidade do empreendedor, este resolve arcar com o elevado custo (EBR, 2016, p. 2).

Costa (2017) destaca como ponto de ruptura nas negociações entre os moradores e a EBR o momento em que os dois pontos extremos da comunidade aceitaram a proposta apresentada pela empresa, o que possibilitou o avanço das obras em direção às demais residências. O termo de compromisso firmado entre os moradores estabelecendo que a assinatura do contrato com a empresa indenizadora ocorreria somente quando todas as indenizações fossem aceitas não foi cumprido. Os pescadores, que foram dos últimos a deixar a Comunidade Vila Nova, relatam ter assistido à derrubada das casas dos vizinhos

Eles fizeram de um jeito que a gente foi pro acerto, aí foi como eles quiseram, tu entendeste? Ali só os de fora de saíram bem. [...] O que eles fizeram foi um terror, eu que fui pra ali e vi aquelas casas serem construídas do meu lado, eu via, eu ouvia e via ela sendo derrubada pelos trator, aquilo ali, tá louco, a gente já não dormia mais, aquilo ali era um terror. É que nem tu tá numa guerra e tá vendo que tá caindo gente ali, e foi o que aconteceu com nós.

Uma coisa que o defensor falava muito pra nós é que eles não poderiam construir, fazer nada enquanto não tirasse o pessoal dali, só que eles foram saindo e eles foram metendo as máquinas, foram derrubando e foram apertando nós. Eu, as minhas embarcações mesmo, os canos das dragas tudinho apertando, arrebentando os cabos da embarcação, procurei Defensoria, procurei eles e não adiantou nada. Eles diziam que não adiantava nada, então a gente não tinha muito recurso.

A EBR realizou uma proposta em que o total a ser pago de indenização seria de R\$ 4,7 milhões, valor considerado muito baixo pela Defensoria Pública. Foi solicitado aos advogados do empreendimento um novo acordo de valores indenizatórios (COSTA, 2017). Para auxiliar os moradores durante as negociações com o empreendedor, o defensor público distribuiu uma “Cartilha da Negociação” (DEFENSORIA PÚBLICA, 201?).

A “Cartilha da Negociação” informava as pessoas em relação aos motivos que embasaram o valor das avaliações dos lotes, além outras informações pertinentes à negociação, como a forma de pagamento. Conforme consta no documento, o valor máximo da indenização deveria ser o valor da avaliação e o valor mínimo a ser aceito seria de 75% da avaliação apresentada pela Defensoria Pública, sendo que os valores abaixo disso seriam passíveis de discussão judicial.

Conforme o defensor público, no início de junho, apenas em torno de 10 lotes havia sido negociados. A desocupação da área para a instalação do estaleiro iniciou em junho de 2013 e foi finalizada em outubro do mesmo ano, assim que os valores de todas as indenizações foram acordados extrajudicialmente. O total das indenizações pagas totalizou R\$

12.730.000,00, ficando R\$ 6.298.000,00 abaixo do valor apresentado pela Defensoria Pública (EBR, 2016).

A principal mágoa expressada pelos pescadores artesanais consistiu em não terem sido indenizados pelo tempo de moradia e pela dependência da proximidade da Lagoa dos Patos para o exercício da pesca – atividade da qual retiravam o seu sustento. Alguns moradores e “turistas” com poucos anos de residência no local receberam indenizações maiores em comparação com pescadores que nasceram e criaram seus filhos na Comunidade Vila Nova.

O que dá raiva é saber que um do lado ganhou 500 mil sem nada em cima e ali era a minha vida, vivendo na beira da praia, trabalhando ali. A vida da pessoa era naquele lugar e eles não valorizaram isso aí. [...] O nosso trabalho, a nossa colocação, não pagaram nada aquilo ali. Na real, pagaram é pros grandes que tavam morando ali, gente com 3 anos, com 2 anos ganharam mais dinheiro que nós, o dobro do nosso dinheiro. [...] Teve um defensor dos direitos humanos que veio de Porto Alegre e falou que nós ganharia o mesmo valor dos grandes né. Eles pelos patrimônios que eles tinham, a gente não tinha patrimônio que nem eles, mas nós ia ganhar pelos anos que a gente morava ali e, na real, eles saíram dando risada da nossa cara.

Os pescadores ressaltaram o apego à localidade e o estabelecimento dos laços com os vizinhos como aspectos que nenhuma indenização seria suficiente para suprir e relataram o falecimento de alguns moradores em decorrência da mudança no local de residência. A isto somou-se a divisão das famílias que a remoção provocou. Conforme destacou um pescador, “a minha filha morava do lado. O meu cunhado, meu sobrinho, eles tiveram que ir embora pra São Lourenço. Isso dividiu as famílias. Meus cunhados que moravam ali, se criamos juntos ali e agora foram lá pro Passinho⁷⁷”.

Eu tinha irmãos que eram mais que um irmão e eu acho que a perda foi de igual ou pior por eu ter que sair dali. Os meus filhos nasceram ali, se criaram ali, eu tenho filha hoje com 40 anos. Aonde eu morava eu ligava o interruptor dentro da minha casa e tava dentro da minha embarcação, tinha o meu trapiche, a gente já tava enraizado ali há muitos anos. [...] Vamos supor hoje, se eu não tivesse me colocado aqui, eu tenho certeza que eu seria um cara morto, que nem o seu João. O seu João quando teve que sair dali não durou 1 mês. Aí morreu a dona Maria, por causa do estaleiro ali, eu tenho certeza, as pessoas que morreram, a dona Maria, o seu Zé, que tava pra sair, tava pra sair, e o seu João. [...] hoje eu tenho certeza que me tirou 10 ou 12 anos de vida, a saída dali. Ainda o que me mantém em pé é que venho pra cá, que aí eu, por exemplo, pra minha mulher ficou difícil, porque ela dificilmente vem aqui, porque ela fica em casa com a lida da casa, cuidando dos netos e tal. Ela trabalhou muito comigo, ir pro mar comigo, levantar uma rede, escolher uma rede. Safra de camarão, passou muitas noites na andana comigo. As minhas filhas me ajudavam também muito na pescaria porque num dia que nem hoje, se eu tivesse morando ali e as filhas do lado, se não tivesse problema, eu saía e lanceava com elas. Hoje não. As minhas filhas moravam uma de cada lado, aí agora ficou uma na ponta de São José do Norte. Eu tenho uma filha que mora no início de São José do Norte e eu moro lá no fim de São José do Norte, uns dois, três quilômetros de distância.

⁷⁷ Localidade rural de São José do Norte que possui grande presença de pescadores e que se encontra distante da parte urbana do município.

A busca por novas moradias ocorreu em um período marcado pela elevação dos imóveis provocado pelo início das obras do estaleiro, impondo dificuldades, sobretudo aos pescadores artesanais que necessitavam de condições adequadas ao exercício da pesca. O “boom” imobiliário caracteriza localidades que não apresentam as condições adequadas ao recebimento dos grandes projetos de infraestrutura de grande escala, como a existência de baixa qualificação da mão de obra, provocando a migração de trabalhadores, associada à oferta insuficiente de imóveis. No município vizinho de Rio Grande, a instalação do Polo Naval fez com que, entre 2006 e 2012, o preço dos imóveis aumentassem em média mais de 500%, em comparação com os 70% apresentados entre 2000 e 2006 (SILVA *et al.*, 2014). Em São José do Norte, um ano após o início da instalação do empreendimento naval, as transações imobiliárias elevaram-se em 84%, provocando uma valorização entre 40 e 50% nos imóveis do município (ESTALEIRO, 2014). Um pescador relatou que a dificuldade de adquirir um terreno mais barato fez com que se mudasse para uma área que sequer possuía luz elétrica.

Eu mesmo pra comprar um terreno mais barato, eu tive que comprar numa área que não tinha luz, no caso. Era uma chácara que tavam vendendo e que não tinha luz. Hoje tem luz porque a gente conseguiu. E onde a gente conseguiu mais barato tinha que ser assim, pra fora da cidade, lugares aonde não tinha luz, aonde não tinha acesso à luz, esses lugares que a gente conseguiu. [...] Eles diziam pra nós assim “Quanto é que tu vai vender lá?”. “Ué, não importa quanto eu vou vender”. “Ah, o valor que tu vender lá, a gente te vende aqui”. É assim que eles diziam pra nós. Eles queriam ganhar o dinheiro que a gente ganhasse lá. Hoje o preço dos terrenos voltou pra normalidade, mas terreninho de 200 real, em cima da areia, onde não poderia emparelhar com a máquina, foi pra 15, 20 mil real, aonde não tinha luz. O Norte tava um absurdo. Hoje, se a gente hoje tivesse o dinheiro de quando saímos dali a gente poderia fazer alguma coisinha, mas na época foi só pra fazer... Eu não terminei a minha casa, ainda falta umas coisinhas pra fazer. Com o dinheiro que eu peguei da EBR eu tive que dividir com a minha filha, porque ela tinha que construir também. A minha sorte é que eu consegui comprar um carrinho pra vir pra cá porque se eu não tenho carro, deu, pra vim ver onde eu coloquei o meu bote. Foi a única coisa que eu consegui fazer.

O deslocamento diário até o novo local de pesca impôs dificuldades aos pescadores ex-moradores da Comunidade Vila Nova. A necessidade de deslocamento “faça chuva, faça sol, tenha pescaria ou não”, devido ao medo de roubo das embarcações, implica num gasto a mais com gasolina, o que se soma às já costumeiras crises enfrentadas pela atividade.

Eu acho, eu não tenho certeza, mas pra vir trabalhar aonde tá a minha canoa, eu me desloco tranquilo uns 10 quilômetros, 10 a 13 quilômetros, por aí. Hoje, por exemplo, é que eu já sou aposentado pela pesca, mas se eu fosse só pescador eu acho que eu taria passando fome. Eu não sei daqueles outros que saíram do estaleiro, a situação dos caras, mas eu, se não fosse a minha aposentadoria, porque a pescaria tá difícil, tá ruim e aí eu tenho esse deslocamento de chuva, de temporal, todos os dias a gente tem que vir e isso tem um gasto, a gasolina. Todos os dias dá um vento, dá uma chuva e a gente tem que tá perto da embarcação, então eu até tenho esse barraco

aqui, então noites de temporal eu fico aqui [...] foi a pior coisa que aconteceu pra nós, pra nós que era morador.

A remoção dos pescadores artesanais da Comunidade Vila Nova (o “outro lado da linha”) demonstra como o desenvolvimento, através do pensamento abissal, invisibiliza o que se apresenta como um “obstáculo” para sua realização. Nosso objetivo nessa seção consistiu em justamente tornar visível esse processo, sobretudo, a violação de direitos sofrida pelos pescadores da localidade – tanto pela omissão dos políticos locais, quanto pelos órgãos públicos que deveriam protegê-los – assim como a forma como isto impactou na vida desses indivíduos.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por integrar a Metade Sul, região historicamente conhecida como parte atrasada do Rio Grande do Sul, os habitantes de São José do Norte acabam reproduzindo o discurso de que o município é atrasado e carente de desenvolvimento. Dessa forma, os empreendimentos que se utilizam do discurso do desenvolvimento como justificativa para sua instalação são aceitos e desejados pelos agricultores familiares e pescadores artesanais. É nesse contexto que ocorreu a instalação do estaleiro EBR, a partir de 2013.

Se, num primeiro momento, a vinda do estaleiro foi acompanhada de um grande entusiasmo, logo após o início do funcionamento do empreendimento, o entusiasmo cedeu lugar à frustração. As principais promessas de desenvolvimento não se cumpriram. Além da baixa absorção de mão de obra nortense – incompatível com as demandas do empreendimento naval –, a população local ocupa postos de trabalho de baixa qualificação e, portanto, com remunerações inferiores a dos demais trabalhadores. Além disso, o aumento na arrecadação de impostos, aquém do esperado, não se refletiu na melhoria dos serviços públicos.

Apesar do conhecimento dos impactos causados pelo estaleiro, o desejo pelo desenvolvimento manteve-se existente. Conforme De Vries (2007, 2013), esse desejo representa a insistência na cobrança das promessas não cumpridas pelo desenvolvimento.

O empreendimento de construção naval implicou na remoção de 50 famílias da Comunidade Vila Nova, localizada na área de instalação do estaleiro. Esse processo, ocorrido no “outro lado da linha”, foi invisibilizado pelo desejo do desenvolvimento representado pela instalação da EBR. Para grande parte dos nortenses, as famílias foram bem remuneradas, desconsiderando a existência de pescadores artesanais que moravam na beira da Lagoa dos

Patos, fazendo com que a mudança de seu local de residência impactasse diretamente no seu modo de vida e de subsistência.

5 SÃO JOSÉ DO NORTE E A MINERAÇÃO: A RIQUEZA QUE GERA DESTRUÇÃO

Antes de adentrarmos no histórico de tentativas de mineração no município de São José do Norte, apresentaremos um breve panorama da importância exercida por essa atividade na América Latina e no Brasil. A extração de grandes volumes de recursos naturais⁷⁸ na América Latina como um todo remete à sua invasão pelos colonizadores europeus. A imagem do continente como um vasto território abundante em recursos naturais e em mão de obra barata foi fundamental para que a Europa se colocasse no centro do sistema-mundo moderno/colonial, relegando às demais regiões a sua periferia (MIGNOLO, 2003, 2007a).

O Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL, 2015) destaca que a América Latina se tornou um dos principais locais de expansão da atividade minerária a nível global nas últimas décadas. Em 2013, a região recebeu 27% do total dos investimentos na exploração mineira. Isso fez com que vários países latino-americanos passassem a figurar entre os mais importantes destinos de investimento nesta área.

No Brasil, a extração mineral teve início com a invasão do país pelos portugueses, representando um dos principais setores responsáveis pela manutenção da economia da colônia. Atualmente, o país é o maior produtor de minérios da América do Sul. Em 2011, o Brasil produziu mais de 410 milhões de toneladas de minerais, enquanto os demais países sul-americanos extraíram juntos em torno de 147 milhões de toneladas (GUDYNAS, 2013).

A mineração exerce grande importância econômica nos locais em que é exercida, motivo pelo qual é vista com bons olhos pelos governantes locais, a despeito dos seus impactos socioambientais negativos. Em 2013, a produção mineral brasileira gerou US\$ 42 bilhões e empregou 175 mil trabalhadores, representando 4% do PIB do país (ARAÚJO; OLIVIERI; FERNANDES, 2014). Isso fez com que o extrativismo se transformasse

[...] quase em um dogma econômico inquestionável promovido e defendido indistintamente por governos progressistas e neoliberais. Nos primeiros, trata-se, segundo o próprio discurso, de fonte de moeda estrangeira para pagar a dívida social, na maioria dos casos, por meio de bônus específicos e periódicos. Nos segundos, o discurso é de crescimento e desenvolvimento, no entanto, parte da renda obtida se destina também a bônus que permitem sustentar a desigualdade social e parecem apresentar taxas de pobreza mais baixas. Em ambos os casos, a conservação e a proteção ambiental e o bem viver não são mais que slogans vazios de conteúdo e, mais ainda, de ação consequente. (OCMAL, 2015, p. 100).

⁷⁸ As atividades extrativistas abrangem mais do que a atividade minerária, incluindo também as exportações de hidrocarbonetos – como petróleo e gás – e de *commodities* agrícolas, na qual a soja figura como o principal produto brasileiro (OCMAL, 2015).

No livro *Recursos Minerais e Comunidade: Impactos Humanos, Socioambientais e Econômicos*,⁷⁹ são apresentados 105 estudos de caso de mineração no Brasil. Araujo, Olivieri e Fernandes (2014), demonstram que a maior parte dos empreendimentos se localiza no sudeste (34 casos), seguido pelo norte (29). O nordeste apresenta 21 casos e o centro-oeste e o sul, 11 e 10 casos, respectivamente. O ouro e o minério de ferro representam quase 40% dos casos analisados, o restante divide-se entre uma variedade de 72 substâncias minerais. O minério de ferro responde por 60% do valor total da produção brasileira, seguido pelo ouro, com 5%.

A região sul, apesar de corresponder a apenas 7% do território brasileiro – menor área do país – possui 2.065 empresas de mineração instaladas em sua extensão, sendo superada apenas pelo sudeste. O Rio Grande do Sul destaca-se pela produção de pedras preciosas, ficando atrás somente de Minas Gerais, e detém em torno de 90% das reservas nacionais de carvão mineral (ALAMINO; VILLA VERDE; FERNANDES, 2014).

Os 10 estudos de caso realizados no Rio Grande do Sul demonstram que os empreendimentos minerários costumam se instalar, principalmente, em municípios pequenos, fator que facilita a viabilidade do projeto. Alamino, Villa Verde e Fernandes (2014) ressaltam como principais impactos sociais da atividade extrativista os danos causados à saúde dos moradores provocados pela queima de carvão em termoelétricas e o empobrecimento da população assim que a atividade se esgota, fazendo com que uma das principais fontes de recurso do município seja extinta. No que concerne às questões ambientais, destacam-se a contaminação das águas provocada pela deposição inadequada de resíduos e a poluição atmosférica e dos solos. Embora provoque um crescimento econômico inquestionável, a mineração encontra-se entre as atividades causadoras dos maiores impactos socioeconômicos e ambientais.

São José do Norte apresenta um histórico de tentativas de extração mineral em seu território. Na década de 1970, estudos exploratórios comprovaram a existência de Titânio e Zircônio em solo nortense. Em 1988, a empresa subsidiária do Grupo Rio Tinto iniciou a coleta sistemática de amostras na localidade de Bujuru. Em 1992, a empresa Paranapanema deu início a estudos que resultariam no Projeto Bujuru (HAR, 2014).

O projeto elaborado pela Paranapanema previa a instalação de um complexo de processamento industrial para a produção de pigmentos em Rio Grande, a partir da extração de Titânio. Em 1999, foi apresentado à Fepam – órgão responsável pelo licenciamento

⁷⁹ Livro editado por Fernandes, Alamino e Araujo.

ambiental – o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e, posteriormente, encaminhado ao Ibama. Tal como já foi verificado em relação ao Estaleiros do Brasil, a justificativa para a instalação do empreendimento consistiu na promessa da geração de empregos e de impostos para a gestão local. Em outubro de 1999, o Jornal Agora publicou uma reportagem intitulada “Paranapanema deverá gerar empregos para a região”, na qual os aspectos mencionados acima foram destacados.

Nos próximos meses poderá haver uma mudança no perfil econômico nos municípios de São José do Norte e Rio Grande. Trata-se da implantação da empresa Paranapanema na região que pretende explorar minério em Bujuru e industrializá-lo no Distrito Industrial de Rio Grande. [...] Quanto ao aspecto social, **a expectativa é de geração de quatro mil empregos diretos e indiretos, gerando anualmente US\$ 48,3 milhões de dólares de impostos.** (PARANAPANEMA, 1999, p. 7, grifo nosso).

Apesar da extração ocorrer em solo nortense, apenas 179 empregos seriam gerados neste município, sendo a maior parte localizada em Rio Grande (PARANAPANEMA, 1999).

Devido à chegada da luz no meio rural somente em 2001 e ao término da BR-101 em 2009, fatores que impunham dificuldades à circulação de informações, os entrevistados apresentam lembranças vagas em relação às duas primeiras tentativas de mineração em São José do Norte. Uma das exceções consistiu na entrevista com uma liderança do Bujuru, localidade em que se instalaria o projeto da empresa Paranapanema.

O Projeto Bujuru foi bem aceito na localidade com o mesmo nome porque seus moradores viam nessa iniciativa a possibilidade de se emanciparem de São José do Norte e, assim, retornarem a um passado em que desfrutavam de maior importância política e econômica dentro do próprio município. Atenta à demanda local pela emancipação, a empresa de mineração passou distribuir adesivos com a frase “Bujuru já!” como forma de demonstrar o desejo da população local pelo empreendimento e, assim, pressionar o órgão licenciador.

Bujuru era o filho rico de São José do Norte. Por que “Bujuru já!”? Era porque Bujuru já teve um hospital funcionando, dois médicos, uma enfermeira, com leito pra baixar, com raio X. Tudo que nós podia ter direito, nós tinha. Bujuru já teve, eles vinham pra cá e ficavam, dois policiais permanentes, que hoje nós não temos nada, mas já, já teve. Aqui tinha uma subprefeitura. Nós tinha um subprefeito, nós tinha uma sala, não vou te dizer uma cadeia, mas nós tinha uma sala pra tu deixar algum preso ali. Por isso “Bujuru já!”. Já teve tudo isso aí. Hoje nós não temos nada. Por isso que eu digo, quando nós tinha meia dúzia de moradores, o que nós tinha aqui? Os *Pinus*, a firma Irani Celulose, que fazia resinagem, os Oliveira e nós tinha a criação dos fazendeiros de gado e os grandes fazendeiros. [...] Às vezes eu paro e penso que teria sido uma boa a emancipação de Bujuru. Se nós emancipasse Bujuru, nós ia tá hoje com prefeitura, nós taria pagando imposto aqui, nós não precisaria ir pra São José do Norte, e nós teria, talvez, um posto bancário aqui, nós já reivindicamos isso. Antes nós pagava R\$ 9,20 de ônibus, hoje pra nós ir e voltar, dá 30 e poucos pilas, vamos botar 35 reais. Com esse dinheiro tu compra 5 quilos de arroz, tu compra uma lata de óleo, tu compra dois quilos de açúcar, tu compra três quilos de farinha.

A perda de importância de Bujuru iniciou quando os grandes fazendeiros passaram a enfrentar crises sistemáticas na rizicultura, juntamente com a queda no preço da carne de gado. Segundo o relato do agricultor, “não tem um rizicultor que hoje esteja fazendo como eles faziam de primeiro, todos os anos compravam maquinário, trocavam de maquinário”. A vinda de um empreendimento minerário foi concebida como uma solução ao “atraso” de umas das localidades mais distantes da área urbana de São José do Norte – em torno de 70 km.

Apesar da vontade dos moradores de Bujuru, o projeto minerário foi finalizado em 2004, com a negativa do Ibama acerca da sua viabilidade ambiental. O beneficiamento dos minerais através a implantação de uma indústria de pigmentos em Rio Grande, que previa a utilização de procedimentos químicos, apresentava grandes riscos ao meio ambiente. No impedimento da mineração em São José do Norte exerceu grande importância o Ministério Público Federal, por meio da atuação da procuradora da República no município de Rio Grande, Anelise Becker. Nas palavras de um representante público:

[...] a gente tem uma procuradora da República que ela é muito louvável na luta dos direitos de povos, de fauna, de flora, de um ambiente equilibrado, então assim, ela não permitiu o projeto Paranapanema, ela bancou sozinha, ela bancou, sofreu represálias, sofreu ameaças, enfrentou com muita coragem. Depois que ela venceu, ela deu um tempo, ela saiu de cena, foi viajar, se capacitou mais, deixou baixar a poeira e retornou. Então assim, se a Paranapanema não se instalou foi porque tínhamos uma Anelise Becker e não tínhamos qualquer procuradora da República.

Conforme a fala acima, a procuradora da República passou a sofrer intensos ataques das lideranças empresariais de Rio Grande, desejosas da implantação do Projeto Bujuru. No dia 28 de setembro de 2001, a pedido dessas lideranças, foi publicada no Jornal Zero Hora uma nota com o título “Repúdio aos Atos da Procuradora da República em Rio Grande”, acerca da sua atuação durante o processo de licenciamento ambiental da empresa Paranapanema. Em 2004, o jornal foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais à procuradora Anelise Becker. Segundo a juíza que tomou a decisão, a nota tinha a clara intenção de atingir a imagem da procuradora perante a opinião pública e, assim, reduzir a sua credibilidade (PUBLICADA, 2012).

Desde 2011 encontra-se em licenciamento ambiental a terceira tentativa de exploração mineral em solo nortense. O Projeto Retiro, da empresa Rio Grande Mineração, prevê a extração dos minérios Ilmenita, Rutilo, Zirconita e Titanomagnetita. A seguir, demonstraremos como o empreendimento atual insere-se no contexto do neoeextrativismo e a sua relação com o desenvolvimento. Na seção seguinte, apresentaremos as audiências públicas do Projeto Retiro realizadas em Rio Grande e em São José do Norte no final de 2014. Através desses eventos é possível compreendermos de que forma os grandes

empreendimentos despolitizam a discussão sobre o desenvolvimento, visando excluir do debate aqueles que questionam suas promessas. Por fim, mostraremos a organização de uma resistência no município, com o protagonismo dos atores do meio rural, o que intensificar-se-ia com a emissão da licença prévia emitida pela Ibama em junho de 2017.

5.1 NEOEXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO: O PROJETO RETIRO

A atual tentativa de mineração em São José do Norte, com o Projeto Retiro, insere-se no contexto denominado novo extrativismo (ou neoextrativismo). A partir do final da década de 1990, a eleição de presidentes de partidos de centro-esquerda na América Latina marcou mudanças na atuação do Estado.⁸⁰ Em comum entre esses países, destaca-se o retorno de um Estado forte e condutor do desenvolvimento tendo a exportação de produtos primários como a principal estratégia de crescimento econômico.⁸¹ A isto somou-se o reconhecimento da necessidade de um papel atuante perante a problemática da pobreza – exemplificado no Brasil pela criação de programas assistenciais como o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Bolsa Família (GUDYNAS, 2009).

Embora a centro-esquerda latino-americana historicamente questionasse⁸² os tipos de desenvolvimento convencionais, baseados nas noções de progresso e de crescimento econômico, ao chegar ao poder não provocou mudanças substanciais nos modelos vigentes. Verificou-se inclusive a intensificação de práticas extrativistas a partir da criação de novos setores, como os monocultivos para exportação – produção de soja, reflorestamento para produção de celulose, etc. (GUDYNAS, 2009).

O neoextrativismo difere-se do extrativismo praticado durante as décadas de 1980 e 1990. Anteriormente, o Estado era apenas um espectador e as empresas desfrutavam de uma liberalização de fluxos de capital e de flexibilização de regulações trabalhistas e ambientais. Agora, o Estado torna-se um ator-chave tanto na captação dos recursos, quanto nas intervenções diretas e indiretas sobre os setores extrativistas (GUDYNAS, 2009). No entanto, essa mudança não refletiu na melhora em lidar com as populações afetadas ou na redução dos impactos socioambientais causados por esses empreendimentos.

⁸⁰ No Brasil isso ocorreria a partir de 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, para a presidência da república.

⁸¹ Ainda que o *impeachment* da Presidenta Dilma tenha marcado mudanças importantes no Estado brasileiro, tais características se mantiveram.

⁸² A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), organização que influenciou a esquerda latino-americana, criticava a dependência exportadora das economias subdesenvolvidas.

No período de influência do neoliberalismo na América do Sul, durante a década de 1990, a prioridade do Estado foi a busca pela estabilidade econômica, deixando o debate sobre estratégias de desenvolvimento no segundo plano. Agora, sob a justificativa de financiamento para os programas de combate à pobreza, continuou-se sem discutir os estilos de desenvolvimento e a necessidade de reformas estruturais mais profundas. A ênfase no extrativismo apresenta-se associada ao financiamento de programas de combate à pobreza, juntamente com um desenvolvimento concebido como sinônimo de crescimento econômico. A captação dos excedentes do extrativismo para o financiamento de programas sociais confere legitimidade política e social à prática (GUDYNAS, 2009).

O Projeto Retiro remete a 2007, quando a Rio Grande Mineração solicitou ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a aquisição dos direitos minerários pertencentes ao Grupo Rio Tinto e à empresa Paranapanema ao longo de uma faixa de aproximadamente 80 km, o que se denominou Complexo Minerário Atlântico Sul. Em decorrência da sua magnitude, dividiu-se esse complexo em três projetos de exploração de minério independentes: Retiro, Estreito e Capão do Meio e Bujuru (Figura 16). Atualmente, encontra-se em licenciamento ambiental somente o Projeto Retiro, mas verifica-se a intenção de que a longo prazo praticamente toda a extensão do território seja minerada. Conforme o RIMA do empreendimento, a opção da empresa em realizar o licenciamento dos demais projetos dependerá de fatores mercadológicos (HAR, 2014).

Figura 16 – Complexo Minerário Atlântico Sul



Fonte: HAR (2014).

A localidade do Retiro é uma área de proteção ambiental habitada por aproximadamente 35 famílias de pescadores artesanais e agricultores familiares, localizada próxima a Lagoa dos Patos (Figura 17). Embora o principal foco da extração de minério seja o Retiro, o Projeto estende-se por aproximadamente 30 quilômetros, atingindo também outras localidades.⁸³ A escolha de iniciar por esta área deve-se a sua proximidade da estrutura portuária e logística do Porto do Rio Grande, além das facilidades urbanas de São José do Norte e de Rio Grande (HAR, 2014).

Figura 17 – Localidade do Retiro



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A partir da aquisição dos direitos minerários, a RGM passou a realizar estudos adicionais que validaram os resultados existentes e identificaram alternativas às tentativas de mineração anteriores. Além da diferença de localização em relação ao Projeto Bujuru, o Projeto Retiro não inclui a instalação de um complexo industrial para a produção de

⁸³ O Relatório de Impacto Ambiental não especifica a quantidade de famílias a serem atingidas pelo empreendimento.

pigmentos de Titânio. A atual iniciativa prevê a extração dos minerais pesados Ilmenita, Rutilo, Zirconita e Titanomagnetita.⁸⁴

Em 2011 ocorreu a abertura de processo visando ao licenciamento ambiental do Projeto Retiro e, em 2014, a aceitação do EIA-RIMA pelo Ibama. O Projeto Retiro prevê lavra a céu aberto e uma Unidade de Beneficiamento composta por uma Planta de Separação Mineral (PSM), onde será processado e armazenado o produto final. Na PSM serão realizados apenas processos físicos, como separação por gravidade ou por atração magnética para o tratamento do minério, evitando assim impactos ambientais decorrente da adoção de procedimentos químicos. O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas deverá ser implementado simultaneamente ao avanço da frente da lavra (HAR, 2014). No entanto, não há garantia de que a totalidade da área minerada seja recuperada. Conforme o RIMA do empreendimento, “a restauração prevista do uso do solo tem como meta retornar à conformação topográfico e instalar a cobertura vegetal pré-mineração, **sempre que possível**” (HAR, 2014, p. 24, grifo nosso).

A justificativa econômica do empreendimento baseia-se na insuficiência da produção de Ilmenita e Rutilo no mercado interno brasileiro e no aumento de sua demanda com o crescimento da economia. A Mina de Guajú, no município de Mataraca, na Paraíba, é a única fonte produtora nacional desses minérios e vem apresentando uma diminuição de suas reservas. Portanto, o Projeto Retiro atenderia a uma necessidade da nação brasileira ao reduzir a importação e a dependência de minerais garantindo assim a autossuficiência do mercado nacional mesmo após o fechamento da Mina de Guajú. Ademais, a extração de minério em São José do Norte também geraria um excedente com capacidade de exportação (HAR, 2014). Ao recorrer aos “interesses nacionais”, a empresa demonstra haver uma sobreposição aos interesses da comunidade a ser impactada, além de omitir seu beneficiamento econômico com o projeto.

No nível local argumenta-se acerca da capacidade do empreendimento de fomentar o desenvolvimento e o crescimento econômico de São José do Norte. Estima-se que a instalação da RGM gere 1500 empregos durante o período das obras e 350 durante a fase de funcionamento. Além disso, dos impostos anuais de R\$ 70 milhões, em torno de 10% iria para

⁸⁴ O Titânio da Ilmenita é utilizado nos processos de produção de pigmentos para tintas com aplicação em plásticos, papéis, alimentos, etc. O Rutilo é aplicado na produção de eletrodos para soldas. A Zirconita é utilizada em diversos segmentos da indústria, principalmente na fundição, em cerâmicas e refratários. O Zircônio, cuja Zirconita é a principal fonte, é utilizado como aditivo em aços para aumentar a sua resistência, e em ligas como o Níquel, na indústria química. O minério de Titanomagnetita apresenta diferentes aplicações na metalurgia, no entanto, seu baixo valor agregado restringe o seu aproveitamento econômico (HAR, 2014).

o município nortense. O que esse discurso busca ocultar é que o empreendimento possui uma vida útil de apenas 21 anos, período em que ocorreria a extração de aproximadamente 320 toneladas anuais de minérios, totalizando 17 milhões de toneladas (HAR, 2014).

Sob o discurso do desenvolvimento – fácil de ser aplicado à maior parte do Terceiro Mundo – as intervenções de desenvolvimento costumam ser legitimadas possibilitando que escondam os seus verdadeiros interesses através da construção de uma imagem de que são altamente imparciais, como se fossem desinteressadas e inerentemente benevolentes (FERGUSON; LOHMANN, 1994). No Projeto Retiro, o discurso do progresso do município foi utilizado como forma de exercer pressão na população para a aceitação do empreendimento minerário. Conforme o relato de um mediador do meio rural

Fizeram reunião aqui na associação, passando vídeo, esclarecendo, tentando esclarecer, mas eles trouxeram um pessoal ali que tomavam conta da parada, não davam muita oportunidade de ninguém fazer pergunta, até parece que meio que tentando assustar as pessoas que se não for assim vão se dar mal, porque isso vai trazer um prejuízo muito grande se não acontecer, o município pode desenvolver, pode fazer isso e aquilo e aí se vocês não concordam vocês são contra o próprio município de vocês, umas coisas assim. [...] eu acho que o argumento principal deles era rentabilidade pro povo através de arrendamentos e também de mão de obra e que aí o município ia ser muito bem divulgado em termos nacionais e até atrair mais investimentos.

O discurso do progresso também foi adotado pela maior parte dos gestores locais, interessados no retorno econômico que a atividade mineira proporcionaria. No neoextrativismo a redução da pobreza justifica o retorno financeiro de um desenvolvimento de base primária, com pouca industrialização, baixa geração de empregos e altos impactos sociais e ambientais (GUDYNAS, 2010). Debate-se como utilizar os recursos advindos do extrativismo, não seus impactos sociais e ambientais. Argumenta-se que os impactos devem ser aceitos como “sacrifícios” em troca de benefícios para toda a nação – suprimento da demanda nacional por determinados minérios e progresso de São José do Norte – e acusa-se aqueles que resistem aos empreendimentos minerários de serem contra o progresso (GUDYNAS, 2009, 2010). Conforme uma liderança dos agricultores:

A prefeitura, pelo menos no começo, é que trocou de governo, o outro governo apoiava, esse aí eu não questionei eles sobre isso aí. Mas quando eu cheguei a participar de algumas reuniões que eles fizeram eles diziam “Agora tá vindo a mineradora, São José do Norte vai avançar e tal”, e eles só viam o lado econômico, eles não viam a questão do impacto ambiental, eles não tavam nem pensando nisso aí.

Ainda que presos à noção de que os grandes projetos representam o caminho mais fácil em direção ao progresso, os agricultores e pescadores destacam que os riscos ambientais provocados pela mineração representam um preço muito alto a ser pago em nome do

desenvolvimento. Frequentemente acusados de serem contra o progresso nortense por aqueles que são favoráveis ao empreendimento minerário, os atores do meio rural se veem forçados a reafirmar constantemente que não são contra o desenvolvimento. Conforme ressaltado por um pescador, “nós não somos contra o progresso, nós somos contra certos tipos de progressos. Não adianta tu causar o progresso hoje e amanhã vir a destruição”.

Há também aqueles que não veem nenhum progresso em empreendimentos minerários. Para estes, iniciativas com tamanho potencial destrutivo para o campo jamais poderiam representar o desenvolvimento, a despeito das promessas de investimentos e de geração de emprego. Um agricultor chegou a afirmar que não há espaço para que a população e a mineração convivam no mesmo território.

É, eles dizem que aquilo ali só vai trazer progresso, só que eu não sei onde eles veem progresso. Eu não sei o progresso deles qual é. Que vai ter investimento vai, mas que investimento? Eles tão tentando botar na cabeça das pessoas coisa que não existe. Isso não existe, não tem progresso. É o que eu te falei, eu tentei me informar sobre mineradora e tudo que aparece nos canais de televisão é que em todas as partes do mundo em que eles se instalaram, eles destruíram, só destruíram.

Eu penso assim, São José do Norte não tem lugar pros dois, ou fica a população ou fica a mineração. Esse negócio que a mineradora vai entrar e a gente vai continuar vivendo do que a gente vive, plantando, produzindo, pescando, é mentira, não tem lugar pros dois. Nós temos que resolver quem é que vai ficar, se é nós ou se é eles.

A rejeição ao empreendimento minerário tem como causa principal os seus possíveis impactos ambientais. Embora muitos atores locais apresentem baixa escolaridade e, por vezes, pouco conhecimento sobre os impactos causados pela mineração, por lidarem diretamente com a natureza, eles detêm um amplo conhecimento ambiental da sua realidade. Entre os principais temores dos moradores destacam-se a salinização da água e a contaminação do solo, tornando-o improdutivo. A utilização de produtos químicos durante o processo de mineração, por exemplo, é vista com grande desconfiança.

A gente tem um terreno arenoso. A gente vai fazer um buraco e já desbarranca na hora. Mas eles falam que usam um produto que eles jogam na hora e vai endurecendo aquela barranca de areia. Que produto químico é esse? Isso é farinha de trigo? Não é. É alguma coisa muito forte pra aguentar uma areia que a gente vai fazer um buraco e logo já fecha. Eles vão jogar um negócio ali que faz ficar um concreto.

Outro aspecto relevante refere-se ao futuro. Em razão das dificuldades enfrentadas para se manter no campo, entre elas a idade avançada e a carência de mão de obra, poderia ser benéfico o recebimento de uma indenização, tal como prevê a RGM. Entretanto, os atores do meio rural destacam a necessidade de se pensar nas gerações futuras, uma vez que o empreendimento minerário é concebido como um risco para a manutenção no campo das

gerações seguintes. Os agricultores e pescadores ressaltam o fato da sua atividade estar presente na família há várias gerações e o desejo de que isso continue se perpetuando. Ainda que a dificuldade financeira configure uma realidade no meio rural nortense, o que está em disputa é a manutenção de determinado modo de vida que não pode ser mantido se o uso da terra for prejudicado.

Aos riscos ambientais somam-se as incertezas quanto ao pagamento de *royalties* e de indenizações aos moradores das terras arrendadas para a exploração mineral. Segundo o RIMA do Projeto Retiro, “os *royalties* são uma participação do dono da terra no resultado da lavra” (HAR, 2014, p. 64). O pagamento dos *royalties*, no entanto, esbarra no fato de que grande parte do município nortense não apresenta regularização fundiária, o que impossibilita que os moradores recebam o valor previsto. Há também a previsão de indenização por aquilo que os proprietários deixarão de produzir durante a mineração. Esses valores serão estabelecidos por um profissional que atestará a capacidade produtiva do solo. Quanto a isso, teme-se que o profissional contratado estabeleça uma indenização inferior ao produzido atualmente pelos agricultores.

Durante a passagem da draga e a reconstrução do solo – entre dois e três anos – os moradores afetados deverão ser realocados. Apesar disso, no RIMA do empreendimento não há qualquer menção a esse processo e nem ao local para o qual os moradores serão transferidos. Nos casos em que as moradias forem destruídas, os empreendedores serão responsáveis por reconstruí-las. A partir do desastre ambiental ocorrido em Mariana, em Minas Gerais, e o abandono em que se encontram os moradores atingidos, um agricultor questionou essas promessas.

[...] teve um colega meu que mora na Vila do Lauro, nós até tivemos uma discussão meia feia. A casa dele quando chove dá água no joelho e ele é a favor da mineradora porque eles vão realocar ele, aí vão fazer uma casa nova pra ele e vão entregar pra ele. Mas só que isso tudo é ilusão, a gente tá vendo em tudo que é lugar. Agora essa indenização lá em Mariana mesmo, agora que as pessoas tão pegando uma barrela lá de dinheiro. O lugar que eles moram nunca vai ser o mesmo, o rio aquele ali, não sei se é 60, 70 anos pra voltar e ter uma água de tu tomar. Aí as pessoas tão ali naquela vida, chorando, ainda tem gente desaparecida. O prefeito tá cobrando 300 mil por mês que a mineradora dava pra prefeitura de contrapartida que não tá dando mais depois que deu o desastre. É um imposto, 300 por mil por mês que a cidade não tá recebendo deles porque deu zebra, porque deu problema. Só que aí, claro, a prefeitura não receber não é o problema, o problema maior é aquele rio ali, que nem nós aqui, Deus nos livre, olha não é bom nem pensar. Acontecer um negócio parecido com aquilo ali, com nós aqui... Só que a gente quer ver e se agarrar nisso daí né, vê aonde tá causando problema...

Em 2013, a RGM instalou um escritório em um ponto de grande visibilidade na cidade para se aproximar da população nortense e suprir as dúvidas existentes em relação ao

empreendimento. Paralelamente a isto foram realizadas inúmeras reuniões em associações e organizações locais e encontros com mediadores do meio rural como forma de angariar apoio ao projeto. Uma liderança na agricultura do município relatou como ocorreu a aproximação da empresa.

[...] eu me lembro do dia que o cara veio aqui, me chamou pra uma reunião particular, aí eu fui e a pergunta que ele me fez foi a seguinte, “O que que eu preciso fazer pra que vocês fiquem do nosso lado?”. Então, como meias palavras basta eu disse “Não, não precisa fazer nada”, porque o nosso interesse é defender o agricultor, se o agricultor não quer, nós não vamos querer. [...] eu acho que pra agricultura seria um grande problema, tanto é que nós orientamos o pessoal “Não assinem contrato com nada”. Eles fizeram umas coletas de umas amostras aí e já queriam que a pessoa ficasse no compromisso de assinar um contrato se caso precisasse usar a terra e tal. Mas eu não sei se isso vai sair. A princípio, pra nós é um problema, porque praticamente com a área que é hoje, a maior produção de cebola tá na área onde eles pretendem usar.

Os mediadores do meio rural foram essenciais para a posição contrária ao Projeto Retiro pela maioria dos agricultores e pescadores – o que seria intensificado pelo desastre ambiental ocorrido em Mariana, em 2015. Muitos atores do meio rural até então desconheciam os impactos causados por minerações, no entanto, a atuação das lideranças somadas ao temor de que o município se tornasse uma “nova Mariana” fez com que muitos passassem a se informar mais acerca dos impactos causados por empreendimentos minerários.

Quando eu peguei esse documento aqui (RIMA), eu achei isso aqui gravíssimo, eu fiquei revoltado, se eles fizeram esse documento e já é horrível assim da gente ver, é horrível, isso não é bom, não é bom mesmo, é muito ruim. Quando teve a Audiência Pública eu fui, aí cheguei na Audiência Pública e descobri que é bem pior ainda né. Aí me revoltei demais, eu vim pra Associação porque eu era a única pessoa da Associação que foi na Audiência Pública, e disse “É terrível”. Porque as pessoas acham assim “Ah, eles vão abrir lá, mas é tipo uma vala, tipo assim, é uma valeta que vai só pegar o Retiro. Coitado do povo do Retiro”. É isso o que as pessoas pensam “Coitado do povo do Retiro, parece que vai afetar bem eles”. As pessoas não têm noção assim, da imensidão que é o negócio. Eles acham que vão ir lá, vão fazer um burquinho, vão pegar um pouquinho de terra, vão tapar de novo e que vai ficar maravilha e que eles vão ganhar dinheiro e que vai ser bom, então muita gente ainda não tem muita noção e aí depois que aconteceu essa tragédia de Mariana o povo ficou mais apavorado né, mas eles (empreendedores) sempre dizem que não, que é diferente, que não é a mesma coisa e tal. Sempre vão dando uma enrolada.

Não foram apenas os atores do meio rural que demonstraram possuir dúvidas e temor em relação ao empreendimento mineral. Entre os quatro vereadores entrevistados apenas um manifestou-se favoravelmente ao projeto. Juntamente com as lideranças do meio rural, a atuação dos políticos locais – mediadores por excelência – também exerceu grande importância na tomada de decisão dos atores do meio rural em relação ao Projeto Retiro. Um vereador, por exemplo, destacou a insuficiência de estudos que comprovassem a capacidade de reconstrução do solo após a extração dos minérios.

Olha, eu sou mais pra contra do que pra favor, até mesmo porque em algumas reuniões que nós participamos com os empreendedores da mineração, eu fiz alguns questionamentos no sentido de que assim “Foi feita alguma análise da terra depois de feito o processo de extração e vocês têm prova de que garantem a fertilidade do solo?”. Em todas as manifestações eles não apresentaram nenhum estudo e só informaram que estariam contratando a Embrapa pra fazer esses testes, mas nunca apresentaram algo consistente, já testado devidamente pra dizer “Olha, a gente vai mexer, vai fazer toda a alteração e tudo vai ficar como era antes”.

Já o representante público a favor do Projeto Retiro acusa aqueles que divergem da sua opinião de se posicionarem sem ter conhecimento sobre o assunto – o que destaca como um entrave ao desenvolvimento do município. O político ainda afirma que os terrenos a serem explorados pela RGM “não têm utilidade nenhuma”, desconsiderando que nessa localização se encontra grande parte da produção de cebola no município. Ao desacreditar as pessoas contrárias em empreendimentos minerários, o representante público ignora os impactos socioambientais em nome do tão prometido e desejado progresso.

As pessoas não sabem a realidade de como funciona a mineradora. Então já existe um grupo montado se posicionando contra a mineradora. Eu particularmente entendo que é uma das grandes saídas do nosso município daqui. [...] E aqui existe uma resistência desse pessoal ambientalista que não entendem e fazem movimento contra, contra e contra e não sabem nem como é que funciona, só se posicionam contra. É um grande problema que nós estamos enfrentando hoje.

Embora a RGM tenha ressaltado durante as audiências públicas que estabeleceu grande interação com os moradores por meio da instalação de um ponto de informações no município, além da realização de reuniões nas comunidades rurais, verificou-se que estas iniciativas não foram suficientes para suprir as dúvidas da população local. O documento enviado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte (Anexo 3) ao Ibama, às vésperas da realização da Audiência Pública no município, representaria apenas a primeira das inúmeras manifestações da população nortense expressando questionamentos e incertezas acerca do empreendimento minerário.

O Sindicato Rural tem a preocupação que haja bastante clareza nas informações a serem prestadas, diante das dúvidas e incertezas quanto à proteção do ambiente, porque os produtores rurais retiram do solo, seja pela atividade agrícola, seja pela atividade de silvicultura e atividade pastoril, porém estas questões ainda permanecem incertas. Sabe-se que os impactos são irreversíveis, diante da exploração de recurso natural não renovável e, por isso, devem ser suficientemente informadas e demonstradas as medidas correspondentes à recomposição do solo, permitindo que, uma vez passada a atividade, possa ser retomada a atividade originária e vocacional das áreas.

A seguir abordaremos as audiências públicas referentes ao Projeto Retiro ocorridas nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014 em Rio Grande e em São José do Norte, respectivamente. O estabelecimento de uma polarização entre os representantes da RGM e os acadêmicos da

FURG contrários à mineração invisibilizou a presença daqueles que seriam os principais impactados pelo empreendimento. Dessa forma, pôde-se verificar a despolitização do desenvolvimento transformando-o em um debate entre peritos e assim excluindo aqueles que não dispõem desse conhecimento específico – o que Ferguson chamou de máquina antipolítica do desenvolvimento.

5.2 ABRINDO A CAIXA-PRETA DA MÁQUINA ANTIPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Audiência Pública faz parte da política de licenciamento ambiental brasileira e consiste no principal canal de participação da comunidade nas decisões a nível local. Esse espaço é destinado à apresentação do Relatório de Impacto Ambiental e ao esclarecimento de dúvidas dos presentes, assim como ao acolhimento de sugestões e críticas ao empreendimento em discussão. Ao órgão ambiental cabe a função de tomar conhecimento da opinião dos presentes, garantindo que estas possam ser consideradas como um critério de decisão (IBAMA, 2016). Conforme a fala do representante do Ibama durante a Audiência Pública realizada em Rio Grande:

A Audiência Pública é um momento ímpar no processo de licenciamento porque ela agrega muito na análise técnica realizada pela equipe do Ibama. O Ibama sempre está aberto a escutar e buscar a opinião dos cidadãos, principalmente, os que vão ser atingidos pelo empreendimento. Então é o momento em que se apresenta a oportunidade de se expor a opinião e colher subsídios para a tomada de decisão técnica acerca da viabilidade ambiental do empreendimento. (IBAMA, 2015a, p. 991).

Foram realizadas duas audiências públicas referentes ao Projeto Retiro, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, em Rio Grande e em São José do Norte, respectivamente. Ambos os eventos iniciaram com a formação de uma mesa de autoridades composta pela Secretária Executiva, pelo Coordenador de Mineração e Obras Civas e da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama – responsável pela condução da Audiência –, pela Procuradora da República em Rio Grande, pelo presidente da Rio Grande Mineração e por representantes públicos locais.

Após uma breve fala, a mesa de autoridades se desfez – com exceção do presidente da RGM e do representante do Ibama – para a formação da mesa técnica, com a presença de um representante da consultoria responsável pela elaboração do EIA-RIMA do Projeto Retiro e de outros técnicos que participaram do estudo. O representante do Ibama então realizou uma

explanação acerca do regulamento da Audiência Pública, seguido dos objetivos do evento e da sua importância para o processo de licenciamento ambiental.

A seguir, a palavra foi passada ao presidente da Rio Grande Mineração, que fez questão de ressaltar que “este projeto é pautado nos melhores princípios de desenvolvimento sustentável” (IBAMA, 2015b, p. 1004). O empreendedor apresentou o Projeto Retiro sendo composto por três pilares de sustentabilidade: (1) baseado na lavra migratória com impacto apenas pontual e com a recuperação simultânea; (2) adoção das melhores práticas, utilizando apenas métodos físicos e sem quaisquer produtos químicos no processo; e (3) geração de receitas e de empregos em perfeito equilíbrio e complementariedade com outros projetos – nesse caso, com a energia eólica, conflito que abordaremos mais adiante.

Para os autores que compartilham de pressupostos do pós-desenvolvimento, o fato de um empreendimento de exploração de recursos naturais não renováveis autodenominar-se sustentável demonstra a capacidade que o desenvolvimento apresenta de aceitar qualquer discurso – para o empreendedor, por exemplo, o desenvolvimento sustentável consiste na diversificação da economia. Todavia, deve-se destacar que o desenvolvimento representa uma visão de mundo específica, baseada nos princípios de racionalidade econômica, exploração dos recursos naturais sem se preocupar com sua renovação e a busca pelo lucro (PERROT, 2008). A utilização do termo sustentabilidade por um empreendimento de exploração mineral foi criticada por integrantes da comunidade acadêmica presentes nas audiências públicas.

Quero me dedicar mais ao termo sustentabilidade porque na minha concepção, como educador ambiental, não é possível que um projeto de mineração se suponha sustentável, ainda mais quando ele tem um prazo de validade, uma vida útil de 20 anos. A nossa comunidade tem a experiência de diversas formas de exploração da natureza e do trabalho, tivemos aqui a pesca na década de 70 que esgotou totalmente as lagoas, temos aqui o *Pinus* que esgota a cada dia os lençóis freáticos, temos agora a perspectiva de uma mineração, que a vida útil dela é 20 anos, ela pretende sustentar o que? Os lucros dos empresários? Nesse sentido a sustentabilidade cai como uma luva, mas na sustentabilidade de São José do Norte vocês não contribuem em nada. É uma afronta à cidadania nortense utilizar esse termo, sustentabilidade. (IBAMA, 2015a, p. 963-964).

Tanto a afirmação da adoção de melhores práticas, quanto a geração de rendas e empregos são baseadas na experiência ocorrida em Mataraca, na Paraíba, local onde encontra-se a Mina de Guajú. Embora recorrentemente utilizada como modelo sucesso pelos representantes da RGM, Gutierrez (2012) destaca que os mataraquenses sofrem com a deficiência de serviços públicos básicos (coleta de lixo, rede de esgoto e água tratada), além de apresentarem baixo nível de escolarização. Dessa forma, a afirmação do presidente da Rio

Grande Mineração de que os empreendimentos minerários apresentam um efeito multiplicador – a cada 1 emprego gerado pela atividade minerária, se teria o potencial de gerar mais 13 empregos (IBAMA, 2015a) – ou não se realizou no município paraibano ou apenas a geração de renda não foi suficiente para superar as dificuldades de outras ordens existentes na localidade. Apesar do empreendimento minerário não ter cumprido suas promessas de progresso, Mataraca permaneceu sendo utilizada como uma tentativa de convencimento e de geração de desejo pelo desenvolvimento.

Após a fala do presidente da RGM, foi apresentado um vídeo com a duração de seis minutos sobre o Projeto Retiro,⁸⁵ que versou sobre a justificativa para a implantação do empreendimento, a forma de exploração dos minérios, a recuperação do solo e os impactos (positivos) para a população nortense. Não foi apresentado nenhum impacto negativo a ser causado pela mineração. O vídeo iniciou fazendo menção à importância histórica de São José do Norte. Essa estratégia apelou para o emocional dos nortenses presentes, remetendo-os a um passado heroico que se opõe a um presente de abandono, e assim os desperta para o desejo pelo progresso que o Projeto Retiro se apresenta como capaz de fomentar.

São José do Norte foi palco de momentos importantes na história do Rio Grande do Sul, como na expulsão dos espanhóis, em 1767, na resistência aos farroupilhas do General Bento Gonçalves e do italiano Giuseppe Garibaldi. Boa parte da história de **nosso Estado** está escrita neste lugar. São 300 anos que merecem a homenagem dos gaúchos, o amor dos nortenses e o singelo e verdadeiro lema: “Mui Heroica Vila”. Hoje, São José do Norte está construindo uma nova história para o seu futuro, com a chegada de novos empreendimentos. (Grifo nosso).

Destaca-se também a utilização do termo “nosso Estado”. Ao passar a noção de pertencimento, o empreendedor busca fomentar a aproximação com a população local como forma de demonstrar o seu comprometimento com as promessas a serem realizadas.

O presidente da RGM foi sucedido pelo Coordenador Geral do EIA/RIMA, que apresentou outras informações sobre o Projeto Retiro, partindo de um breve histórico sobre a mineração em São José do Norte. Utilizando uma linguagem técnica, que dificultou o entendimento daqueles não estavam inseridos nesse campo de conhecimento, a explanação focou na apresentação dos aspectos biofísicos do empreendimento e na enumeração dos planos e programas ambientais que contemplavam as medidas mitigatórias e compensatórias previstas pelo empreendimento (LOPES, 2017).

Após as apresentações previstas pela Audiência Pública, foram distribuídas fichas de inscrição para a realização de questionamentos que poderiam ser realizados de forma oral ou

⁸⁵ Disponível em: <http://www.rgminer.com.br/videos/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

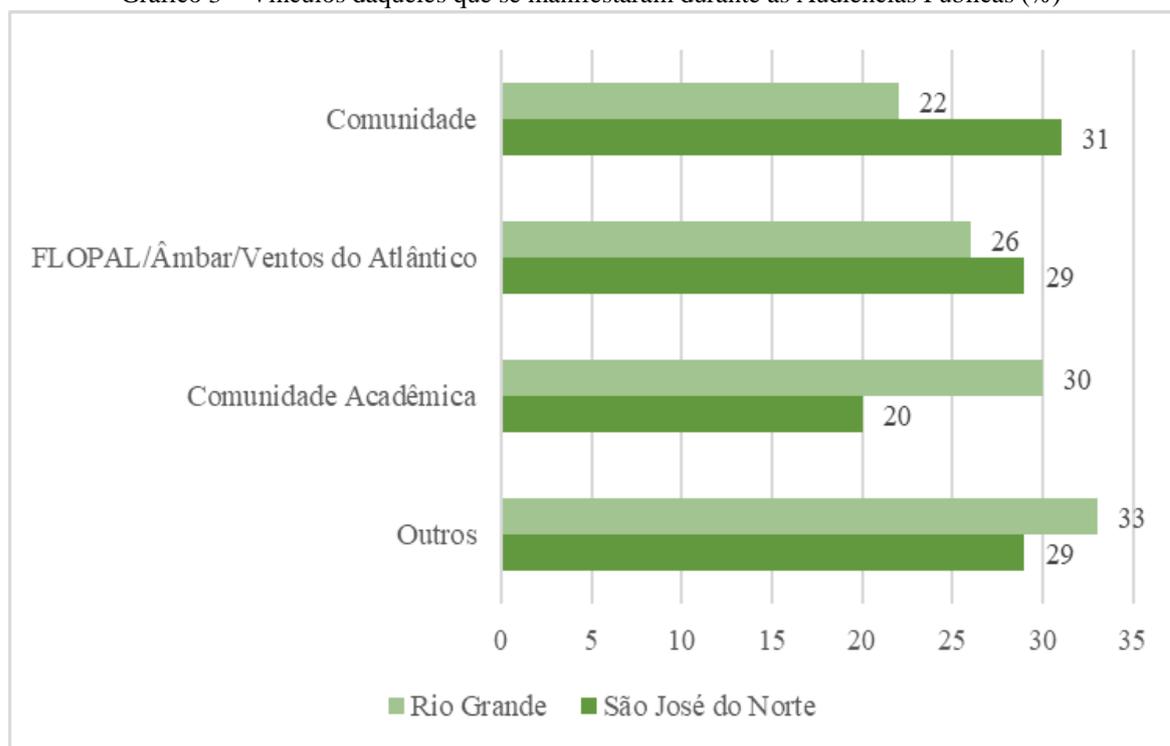
escrita. A quantidade de questionamentos e a identificação daqueles que se manifestaram apresentaram diferenças significativas entre os eventos ocorridos em Rio Grande e em São José do Norte decorrentes da composição dos públicos. Em Rio Grande, dos 176 presentes (IBAMA, 2014a), a maior parte foi composta pela comunidade acadêmica, sobretudo universitários da FURG, autoridades locais dos dois municípios afetados pelo empreendimento, representantes de entidades ambientalistas e das empresas Flopal, Âmbar e Ventos do Atlântico – que disputam área com a mineração para a instalação de um empreendimento de energia eólica. Os moradores de São José do Norte e, sobretudo, os atores rurais estavam presentes em menor quantidade (LOPES, 2017).

Em São José do Norte, a lista de presença da Audiência Pública registrou 654 presentes (IBAMA, 2014b), fazendo com que o Clube Sócrates atingisse lotação máxima. Diferentemente do evento do dia anterior, a população nortense estava presente em grande quantidade – a disponibilidade de ônibus pela Flopal/Âmbar para buscar a população rural foi importante para isso. Verificou-se a presença de grupos organizados com cartazes e camisetas expressando rejeição ao empreendimento minerário. Novamente, a presença da comunidade acadêmica foi relevante (LOPES, 2017).

Conforme Lopes (2017), durante a Audiência Pública em Rio Grande foram realizados 27 questionamentos, já em São José do Norte esse número elevou-se para 35 – reflexo da maior quantidade de pessoas presentes. Apesar de nem sempre ser possível a identificação daqueles que se manifestaram e de apresentarem mais de um vínculo, a autora destacou que os integrantes da comunidade – conforme se autodenominaram na ficha distribuída – realizaram maior número de questionamentos no evento ocorrido em São José do Norte (Gráfico 3).

Embora as manifestações nem sempre expressassem um questionamento, mas uma opinião acerca do empreendimento, Lopes (2017) as categorizou em seis temas: aspectos socioeconômicos, impactos socioambientais, postura dos órgãos competentes/população, conteúdo/metodologia do EIA/RIMA, incompatibilidade entre a mineração e a energia eólica e outros. Dentre os questionamentos realizados durante as audiências públicas, aspectos socioeconômicos e impactos socioambientais representaram a maioria as manifestações – 70% em Rio Grande e 85% em São José do Norte.

Gráfico 3 – Vínculos daqueles que se manifestaram durante as Audiências Públicas (%)



Fonte: Lopes (2017).

Antes de adentrarmos nas manifestações ocorridas durante as audiências públicas, apresentaremos um texto literário de uma nortense declamado durante os dois eventos realizados. O texto apresenta a realidade de São José do Norte pelo olhar do nativo e transmite o sentimento expresso por inúmeros nortenses que foram entrevistados no decorrer do trabalho de campo.

Não sou poeta, mas resolvi prosear em melodia que é pros ouvidos do povo se alargar, num momento tão especial quanto esse dia. Eu amo o Norte. Amo porque é lá que a minha família se cria, uma vida muito difícil, é verdade, assim como a de muitos dessa cidade construída sobre as dunas. Foi lá que aprendi a pescar, comer arroz com siri e sopa com cabeça de camarão. Foi lá que aprendi o valor dos homens do mar, das mulheres que ficam por esperá-los jogando sabão pra cima do telhado rezando e pedindo pra acalmar a viração. Aprendi o valor da natureza, foi lá que descobri que existe o mar, lagoas entre dunas, agricultura familiar. Muitos já se aproveitaram da riqueza desta terra e dela tiraram proveito sem cerimônia, negando comer o pão repartido daqueles que foram feridos por lutar por libertação. Em prol do que? De dinheiro, porque pra gente do Norte não sobra nada, e está feito. Nos resta a vida em comunhão, repartindo as dores e feridas, resgatando a história já vivida pra não esquecer os nossos maridos, mulheres, filhos, netos que dela fizeram parte, que ajudaram a construí-la. Não é fácil lembrar a nossa história, que é muito doída. Aqui o povo morre é de fome, é de falta de estudo, buscando aliviar essa dor, sarar essa ferida e esquecer o que passou. Nessa cidade em que uma nota de cem é Deus, os homens de gravata, demonstrando o seu desprezo, fazendo o que for para acumular. O dinheiro que dá é tanto, mas tanto, que nem sei quantas vidas eles vão levar pra gastar. O povo já sofreu muito. Primeiro, com a plantação da cebola, uma monocultura que fazia as crianças nascerem acéfalas. Depois disso, veio as grandes plantações de Pinus, sugando toda a água do solo, um minério já escasso no nosso planeta, destruindo áreas de banhado. Agora, com as obras do estaleiro, estão

utilizando a Lagoa como se fosse um canteiro. Também veio mais gente pra cá, porque sempre cabe mais um, mas faltam postos de saúde, escola e, agora, casa também. Está tudo mais caro, escasso, amargo. Mas a gente vai se virando. Os homens de gravata vêm, diz que vai melhorar, que a gente só tem três minutos. Não sei não, diz que vai ter emprego para os meus filhos que já têm 14 e precisam trabalhar. Dizem que vai ter até para os netos e bisnetos que já nem posso contar. Vem chegando o desenvolvimento, dizem, e por isso já não podemos mais pescar. Agora, dizem que tem outra coisa debaixo dessa terra. É um minério preto e pesado, diz que é muito valioso e que tem lá do estrangeiro gente querendo comprar. Mas eu não posso acreditar que essa areia tão fininha que há de me carregar vale tanto, mas tanto, que tudo que tem em cima, mato, bicho, flor, arroio, valha a pena tirar, depenar. Como é que pode isso? Acho que estão enganando esse povo do estrangeiro. Comprar terra preta, isso eu nunca vi, é novidade para mim, coisa da modernidade que aqui não há de chegar. Mas a gente vai levando, vai batalhando, o que não falta é vontade de trabalhar. Força tem nos braços dessas meninas que desde cedo têm que lavar chão, cuidar as crianças delas, dos patrões. Os meninos, Ah..., esses já têm muita força nas pernas, nos braços, que herdaram dos antepassados pescadores, agricultores e agora servem para os homens de dinheiro, aqueles que lá ficam sentados de gravata, que não têm calos nas mãos e que não sabem capinar. Pra passar por mais essa e acalmar o coração, convoco Iemanjá, Nossa Senhora dos Navegantes, Iara! Que essas sempre estiveram do nosso lado servindo de muleta para o povo e que um dia vão nos levar num destes nordestão. Sou feiticeira, sou macumbeira e não abro mão de guerrear pelo meu povo, pelo meu chão. Estamos na luta, estamos na batalha, relembrando a história de nossos guerreiros, pescadores, agricultores. E se não ganhamos o nosso próprio lugar por meio da legislação, eu chamo é as forças da natureza que não me abandonam nunca e hão de vingar o meu povo de tanta traição. A terra gira com o seu grande poder!⁸⁶ (IBAMA, 2015a, p. 1033-1035).

Mais do que focar nos questionamentos realizados durante as audiências públicas, nos interessa analisar a postura dos atores presentes. Verificou-se que em questionamentos críticos à mineração, os representantes do Projeto Retiro adotaram uma postura rude e buscaram subestimar o conhecimento dos interlocutores. Durante o evento realizado em Rio Grande, os empreendedores acusaram um participante que havia se manifestado de não ter conhecimento sobre a importância dos minérios a serem explorados e de não ter prestado atenção nas apresentações realizadas como forma de deslegitimar a crítica realizada ao empreendimento de gerar lucro a partir da degradação ambiental de São José do Norte. Esse comportamento gerou incômodo entre pessoas da plateia que acusaram os representantes da RGM de terem sido desrespeitosos.

IBAMA: Sr. Pedro, comunidade. A partir do lucro gerado pela espoliação dos recursos naturais, minério nesse caso, qual será o lucro geral anual da empresa? Qual será a quantidade de mão de obra vinda de fora para suprir a mão de obra? Para suprir que real demanda local por minério será efetivada a degradação em São José do Norte e arredores? Estas perguntas ele direcionou para a empresa, é isso? E tem um questionamento para o vice-prefeito de São José do Norte sobre a necessidade de políticas que visem as garantias de saúde, educação, transporte público, qualidade de vida ambiental, preservação ambiental. Isso não seria mais urgente para a sociedade ao invés de práticas que visem ao lucro exacerbado provindo da degradação ambiental da paisagem de São José do Norte?

⁸⁶ Texto de autoria de Carolina Amorim Bittencourt.

Empreendedor: Pedro, obrigada pela pergunta, eu não posso falar em nome do vice-prefeito, mas eu te garanto que não é lucro exacerbado e não é espoliação. Existe uma real demanda, tu pode não sentir muito claramente, mas hoje o Brasil importa 60% do seu Zircão, **tu não sabe** o que é Zircão, mas tu usa para fazer cerâmica, é uma coisa que tu usa na tua casa, tu paga um valor por ser importado. O Brasil hoje importa Titânio, **talvez tu não saiba**, mas toda pintura que tem aqui, ela vem do Titânio importado, então isso tem um impacto direto na comunidade brasileira, na balança de pagamentos. Tem uma série de aspectos econômicos aqui que não vale a pena discutir nesse ambiente que justificam uma atividade econômica desse tipo. **Se tu tivesse prestado atenção** em tudo que foi dito aqui, tu veria que não existe degradação ambiental. **Se tu tiver suficiente atenção e boa vontade** para ver o que os especialistas estão falando aqui em termos de reequilíbrio de massa, de reequilíbrio de macro e micronutrientes, reequilíbrio em termos de porosidade, que é o que está escrito dentro do EIA, **se tu olhar isso com seriedade e com boa vontade**, tu vai ver que foi feito um trabalho bastante consistente com integridade e que permite um trabalho descente nessa área. [...]

(Não consta a identificação do interlocutor): (Interrompe a ordem dos questionamentos) É porque o colega se sentiu ofendido ou tratou de uma maneira que eu não achei respeitável ao meu colega de faculdade. É porque são os estudantes que estão aqui questionando, os estudantes universitários estão questionando e se, novamente, for repetida essa brutalidade na maneira que o senhor respondeu aos estudantes universitários da Universidade de Rio Grande, me desculpa, isso vai ser pessoal e vai ser encaminhado juridicamente. (IBAMA, 2015b, p. 1028-130).

Situações semelhantes ocorreram em diversos momentos nas duas audiências públicas. Isso reflete o conceito de máquina antipolítica, elaborado por Ferguson (1990). É antipolítica justamente porque se ampara na técnica para despolitizar a discussão sobre o desenvolvimento, legitimando somente aqueles que detêm o conhecimento considerado válido – o conhecimento “perito” – e deslegitimando todos os outros conhecimentos, sobretudo aqueles que criticam os projetos de desenvolvimento.

A resposta dos representantes do Projeto Retiro variava conforme o nível escolar e técnico de quem realizava o questionamento, sendo tratados com descaso aqueles que apresentavam menores níveis de instrução formal – caso da maior parte dos atores do meio rural. Durante a Audiência Pública ocorrida em São José Norte, uma liderança da comunidade do Retiro apresentou um abaixo-assinado contendo a assinatura de todos os moradores da localidade,⁸⁷ e afirmou: “Podemos ficar ricos, podemos ficar milionários, mas nós não queremos isso lá” (IBAMA, 2015a, p. 978). A resposta do empreendedor à manifestação consistiu em reduzir a posição contrária expressa pela liderança ao fato deste não ter sua casa afetada pela lavra, o que resultaria na diminuição dos “benefícios” a serem recebidos.

⁸⁷ “Nós cidadãos nortenses, moradores há mais de cinquenta anos na localidade do Retiro, São José do Norte – RS, viemos por meio deste manifestar nosso descontentamento diante da questão da mineração no Retiro. Diante disto, nossa decisão, mediante as conversas realizadas entre os moradores é contrária à mineração na nossa localidade, pois entendemos que irá prejudicar o nosso ambiente, as nossas condições de trabalho, a pesca artesanal e a agricultura”. O abaixo-assinado contém 105 assinaturas (ABAIXO, 2014, p. 640-642).

Empreendedor: [...] A sua casa e a sua igreja e o seu povoado não vão ser afetados, talvez para a sua tristeza porque o senhor não vai ter todos os benefícios que as outras famílias afetadas terão. Quem não for afetado diretamente pela lavra não vai receber os *royalties*, essa participação. O senhor vai receber todos os outros benefícios só não vai receber os *royalties*. [...]

Liderança do Retiro: Eu não estou pedindo indenização e nem ninguém está pedindo indenização na nossa localidade, nós só não queremos que destrua o nosso lugar, que dizime o nosso lugar, as plantas são as que meu bisavô plantou, eu plantei quando eu tinha 16 anos, vai ser tudo dizimada, vai ser plantada de novo. Daqui quantos anos o Retiro vai voltar a ser o Retiro que era antes? Porque eu moro bem onde vai começar a mineradora, e eu peço que esse pessoal da FURG, esses biólogos fiquem sempre do nosso lado. (IBAMA, 2015a, p. 979-980).

O condutor da Audiência Pública em nenhum momento advertiu o empreendedor sobre o seu comportamento inadequado. Foi necessária a intervenção do Ministério Público Federal, destacando que o Ibama deveria garantir que todas as manifestações fossem igualmente respeitadas. A Procuradora da República ainda relatou a sua impressão de ter havido preconceito dos empreendedores em relação à linguagem e a aparência da pessoa que estava se manifestado.

[...] eu gostaria de referir, em primeiro lugar, com relação ao andamento da Audiência Pública. Eu gostaria de chamar a atenção para a necessidade que se respeitem as intervenções, como foi o caso do estudante. O que se verifica, pelo menos na resposta, o que me pareceu é que haveria certo preconceito com a linguagem, com a aparência da pessoa, mas, na verdade, ele estava no direito de expressão e cabe ao IBAMA advertir se isso não é respeitoso, porque isso é um espaço de livre expressão e também na própria condução da Audiência quando uma pessoa suscitou uma questão de ordem para defender o direito de seu colega que não foi considerado como uma questão de ordem que justa, porque, na verdade, a presidência da Audiência Pública deve assegurar que isso ocorra. Isso vale para essa Audiência e já fica como sinal para Audiência que virá amanhã. (IBAMA, 2015b, p. 1046).

Apesar do esforço em deslegitimar os conhecimentos outros, verificou-se durante as audiências públicas a presença de elementos de resistência subalterna e de insurgência epistêmica da população a ser atingida pelo empreendimento minerário – o que tomaria proporções maiores com a emissão da Licença Prévia ao Projeto Retiro. Mignolo (2003) denominou pensamento liminar a reação dos subalternos à exclusão exercida pela modernidade. Constituído a partir da diferença colonial, o pensamento liminar ou fronteiro possibilita que fissuras sejam realizadas no interior da colonialidade (MIGNOLO, 2003).

A diferença colonial é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta. (MIGNOLO, 2003, p. 10).

Principalmente durante a Audiência Pública realizada em Rio Grande, que teve a presença da comunidade reduzida, estabeleceu-se uma polarização entre os acadêmicos e os representantes da RGM. Como grande parte dos estudantes presentes pertencia a cursos da área ambiental (*expertise* da FURG), estes mobilizaram seus conhecimentos técnicos para questionar os empreendedores a partir do mesmo lugar de fala – o que contribuiu para que a participação da comunidade fosse invisibilizada. Conforme a fala de um estudante durante o evento em São José do Norte:

Agora eu peço para que todos os acadêmicos da FURG fiquem em pé. Eu gostaria de dizer para a mesa e para o nosso vice-prefeito que esse povo que está levantado aí, que está estudando na universidade, está em plena consciência, a gente sabe o que a gente estuda lá e está todo mundo sendo contra, então é porque alguma coisa tem. A gente estuda e a gente sabe o que a gente estuda. (IBAMA, 2015a, p. 968).

Em Rio Grande, a polarização entre os técnicos responsáveis pela elaboração do EIA e os estudantes da FURG foi tamanha que uma discente questionou a legitimidade dos dois grupos em decidir sobre um empreendimento que iria impactar a terceiros que estavam praticamente ausentes no evento.

Prometo que vou ser rapidinha. Em relação ao que o senhor falou, da forma como o senhor coloca parece que a decisão do IBAMA vai ficar do lado do empreendedor, porque parece que, de acordo com os laudos que são feitos pelos técnicos pagos pela empresa, tudo está certo, tudo está perfeito e tudo vai ser solucionando, mas enfim. E daí, a partir disso, se libera as licenças e tudo mais, só que a minha concepção de laudo ambiental está além do bicho, planta, água e terra. Envolve também as comunidades que estão envolvidas e daí o senhor me fala em representatividade, que representatividade o senhor acha que tem aqui? É só gente engravatada e universitário. Como eu, universitária, vou decidir pelo agricultor e pescador, como? Se a gente não teve a capacidade, e daí eu falo todos nós, universidade, IBAMA, empreendedor, se a gente não teve a capacidade de divulgar para as pessoas que estão envolvidas, como que a gente vai vir aqui decidir a vida dela? Como que o senhor vai vir aqui e dizer que vai pagar pra ele? Quem disse que ele quer isso? Quem disse que ele quer que o senhor mude a vida dele? Quem disse que a gente precisa dessa extração? Se o senhor se importa tanto em sustentabilidade, que eu acho que não é verdade, mas se o senhor se importa tanto, porque a sua empresa não visa o lançamento de tecnologia sustentável? Não, o senhor visa lucro a curto prazo, que é o que a maior parte das empresas querem. Desculpa se eu fiquei nervosa, mas a minha principal crítica é essa. A gente fala que nós estamos no espaço para discutir, para expor pra comunidade e o que tem aqui? É só gente de instituição: universidade, Ibama, prefeitura. Poxa galera, vamos cair na real, quantos agricultores têm aqui? Quantos pescadores têm aqui? É fácil a gente vir aqui decidir a vida dele e ir pra casa e ficar no seu ar condicionado, enquanto eles não vão mais ter a Lagoa do Patos para pescar e não vão mais ter a sua terra para plantar e aí, como vai ser? (IBAMA, 2015b, p. 1048-1049).

A fala da estudante vai ao encontro da crítica do pós-desenvolvimento, de que os projetos de desenvolvimento *top-down* são conduzidos de modo a desconsiderar a opinião das populações impactadas. Embora a realização da Audiência Pública prevista pelo licenciamento ambiental tenha como um dos objetivos tomar conhecimento acerca da opinião

da população afetada, verifica-se que, na maior parte das vezes – incluindo o projeto de mineração em São José do Norte –, a avaliação técnica sobrepõe-se às questões sociais, fazendo que a voz dos subalternos seja desconsiderada.

O fato de os universitários majoritariamente se posicionarem contra a mineração foi compreendido pela comunidade como uma forma de legitimar a rejeição ao empreendimento minerário e também de distanciá-los do discurso que os coloca como contrários ao progresso do município. Portanto, a comunidade acadêmica foi concebida como uma aliada indispensável para o fortalecimento da rejeição ao Projeto Retiro, motivo pelo qual os integrantes do movimento ambientalista adotaram como estratégia divulgar a realização das audiências públicas no campus da FURG.

Em ambas as audiências públicas, a comunidade manifestou no mínimo incerteza quanto aos impactos do empreendimento minerário. Foram registradas apenas sete manifestações a favor da mineração,⁸⁸ entre as quais destacaram-se as participações dos Institutos de Cavaleiros Farroupilhas e de Preservação Ambiental e Cultural (IPAC). Abaixo a fala do representante do Instituto Cavaleiros Farroupilhas realizada durante a Audiência Pública em Rio Grande:

Boa noite, eu represento aqui o Instituto Cavaleiros Farroupilhas, que é uma entidade de caráter cívico, cultural, educacional, social e de utilidade pública que age em parceria com o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul e com o Instituto Histórico de São José do Norte em projetos focados no desenvolvimento socioeconômico, cultural do nosso Estado e com atividades aqui no Rio Grande do Sul, em nível de Brasil e de projetos internacionais de incentivo a outros projetos de desenvolvimento socioeconômico e ecologicamente sustentável. Por isso, nós estamos aqui a observar esse projeto da RGM que foi exibido e que nós já tínhamos estudado anteriormente e que dentro dos estudos do nosso Instituto, junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em aulas de imersão a respeito de duas questões extraordinárias, que é: o impacto reversível e o impacto irreversível de qualquer projeto. Nós como ser humanos, para onde nos destinarmos, tudo que nós fizermos tem impacto na natureza, desde o que plantamos, o que colhemos, mas o importante é que nós estamos aqui constatando pelos estudos apresentados que se trata de um projeto que tem cientificamente mostrado a questão do impacto reversível da natureza e focado e isso é muito inteligente, interessante, inovador e revolucionário. [...] E pergunto então por fim, como se dará o apoio a projetos socioculturais nesse processo em São José do Norte, que se prepara para entrar no primeiro mundo? (IBAMA, 2015b, p. 1038-1039).

Uma entrevista realizada com um integrante do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte demonstrou que essas organizações veem nos grandes empreendimentos a possibilidade de aumentarem os investimentos na área cultural e histórica do município e da

⁸⁸ Emitiram opiniões favoráveis ao Projeto Retiro, representantes dos Institutos Cavaleiros Farroupilhas e de Preservação Ambiental e Cultural (IPAC), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), um morador de Rio Grande, um jornalista que não esclareceu o seu vínculo com a região e dois nortenses.

região. A instalação da mineradora é concebida como uma nova possibilidade para que as contrapartidas não cumpridas pelo Estaleiros do Brasil – como a realização de inventários culturais e a reforma de prédio históricos – possam finalmente se concretizar.

As audiências públicas marcaram um ponto de inflexão no debate sobre a mineração. A insuficiência no esclarecimento das dúvidas dos presentes e a utilização de uma linguagem demasiadamente técnica foi essencial para que aqueles que se encontravam em dúvida em relação ao empreendimento adotassem uma opinião contrária. Isso ainda viria a somar-se à postura dos representantes da RGM, por vezes rude ou em que subestimava a capacidade de compreensão da população local. Ademais, verificou-se de que forma os valores da modernidade/colonialidade, tais como o crescimento econômico e a invisibilização e/ou a deslegitimação de determinados conhecimentos, são mobilizados visando a criação de condições favoráveis a intervenções. Apesar disso, observou-se a existência de uma resistência subalterna que, constituída a partir da diferença colonial, representa uma reação à desumanização e a exclusão imposta pela modernidade – questão que adentraremos na seção 5.4.

Outros atores importantes nas audiências públicas, que não apresentamos nessa seção, foram as empresas Flopal, Âmbar e Ventos do Atlântico, em decorrência de uma disputa entre os projetos de mineração e de energia eólica. A manifestação nas audiências públicas, por parte de representantes do Complexo Eólico Ventos do Atlântico, surpreendeu a todos os presentes – inclusive aos representantes da mineradora. Na seção a seguir, compreenderemos esse conflito e o modo como os interessados na produção de energia eólica passaram a se utilizar da rejeição à mineração como forma de fortalecer os seus interesses.

5.3 MINERAÇÃO *VERSUS* ENERGIA EÓLICA?

Antes de adentrarmos no conflito locacional entre a mineração e a energia eólica, que teve como ponto inicial a realização das audiências públicas acima apresentadas, apresentaremos brevemente o projeto da empresa Ventos do Atlântico Energia Eólica.⁸⁹ Desde 2011 encontra-se em licenciamento ambiental o Complexo Eólico Ventos do Atlântico em São José do Norte. O empreendimento de energia eólica prevê a instalação de 290 aerogeradores ao longo de uma área de aproximadamente 16 mil hectares,⁹⁰ dentre os quais

⁸⁹ A Flopal é sócia da Ventos do Atlântico e coligada à Âmbar – empresa de extração de resina de *Pinus*.

⁹⁰ Os aerogeradores são torres de 120 metros de altura com pás de fibra de vidro com mais de 60 metros (BIOLAW, 2017).

5% serão afetados diretamente pelas estruturas e acessos (Figura 18). Estima-se que a iniciativa apresente 870 MW de potência instalada (BIOLAW, 2017).

Figura 18 – Complexo Eólico Ventos do Atlântico



Fonte: Biolaw (2017).

Conforme o RIMA, a maior parte dos aerogeradores serão instalados em áreas atualmente ocupadas por plantações de *Pinus* e em campos com a criação de gado. A retirada de *Pinus* é apresentada como um aspecto positivo do empreendimento, uma vez que levará à recuperação de áreas de campo. Serão impactados 25 proprietários – entre estes a Flopal, que é detentora de 62,5% da área destinada à produção de energia eólica. O uso da terra de terceiros se dará por meio de arrendamentos a serem estabelecidos individualmente com os proprietários. Estes receberão um pagamento proporcional ao tamanho da propriedade a ser utilizada pelo empreendimento. Nenhuma residência ou benfeitoria será afetada pelos aerogeradores, que estarão a uma distância mínima de 500 metros das construções. Quando atingidas pela linha de transmissão da energia eólica, os proprietários serão realocados e indenizados (BIOLAW, 2017).

Quanto aos impactos às atividades econômicas nas propriedades afetadas, o Relatório de Impacto Ambiental afirma que não haverá influência negativa no cultivo da cebola, uma

vez que as áreas não seriam coincidentes. A pecuária sofreria uma redução pequena que não causaria reflexos na economia nortense. O reflorestamento e a resinagem apresentariam uma diminuição inferior a 2%. Como aspectos positivos, destaca-se a geração de emprego, ainda que não mencione a quantidade, e a elevação na arrecadação de impostos (BIOLAW, 2017).

Com relação aos aspectos positivos, a implantação do empreendimento levará a um incremento da economia do município de São José do Norte, com reflexos em todos os setores. Durante a implantação haverá aumento na oferta de empregos diretos e indiretos e aumento na arrecadação de impostos sobre serviços, principalmente. Com relação a arrecadação de tributos, haverá acréscimo de 40% nos recursos de ICMS a São José do Norte a partir do início da geração de energia. (BIOLAW, p. 32-33).

Ressalta-se o fato de constar no RIMA do Complexo Eólico como única população tradicional existente na área do empreendimento uma comunidade de remanescentes quilombolas na localidade do Capão do Meio. O território reivindicado pelo Quilombo Vila Nova – e reconhecido pela Fundação Palmares –, no entanto, localiza-se a uma grande distância do local de instalação dos aerogeradores (BIOLAW, 2017). Os agricultores familiares e os pescadores artesanais não são identificados como populações tradicionais no documento, ainda que o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, defina como povos e comunidades tradicionais

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Uma liderança da agricultura, favorável à produção de energia eólica no município, ressaltou discordar do modo como o Complexo Eólico está configurado. A Ventos do Atlântico realizará o licenciamento do parque e buscará um empreendedor que ficará responsável pela instalação e posterior funcionamento do empreendimento. Embora confirmado pelos gestores da Flopal/Âmbar, esse aspecto está ausente do RIMA referente ao projeto. Conforme o agricultor, ao repassar as terras para terceiros, a Ventos do Atlântico pagaria indenizações menores aos proprietários para manter sua margem de lucratividade. Além disso, correr-se-ia o risco de repetir o ocorrido com a plantação de *Pinus*, no qual a Flopal teria arrendado terras e, após um longo período de uso, realizado o usucapião destas.

A forma que tá se colocando aí onde uma empresa quer ter domínio de todas as áreas e depois vender pra uma outra empresa é completamente errado. É isso que tá acontecendo aqui, as pessoas não tão se dando conta disso. Quem tá dando discurso da energia eólica é a Âmbar, é a Flopal, eles têm uma área grande de terra, eles querem aglomerar muito mais área arrendando essas áreas como eles fizeram no início e depois vão terceirizar pra empresa que vai realmente botar, que não é eles.

Vão repassar. Então eles vão pegar as terras das pessoas, vão fazer uma área grande de terra pra passar pra terceiro e isso é ruim, é horrível isso. Eles vão pegar esse recurso, vai ser deles e vão repassar uma mixaria pra população que arrendou as terras. Pouca gente que sabe disso. É o processo que eles fizeram pra plantar *Pinus*. Eles arrendaram os campos, hoje é eles que exploram os campos, nunca pagaram os caras, simplesmente fizeram o arrendamento por muito tempo e fizeram o usucapião e é o mesmo processo. Eles fizeram usucapião em tudo. Não é uma empresa de energia eólica, eles plantam *Pinus*. Estão usando o campo pra poder passar pra terceiro.

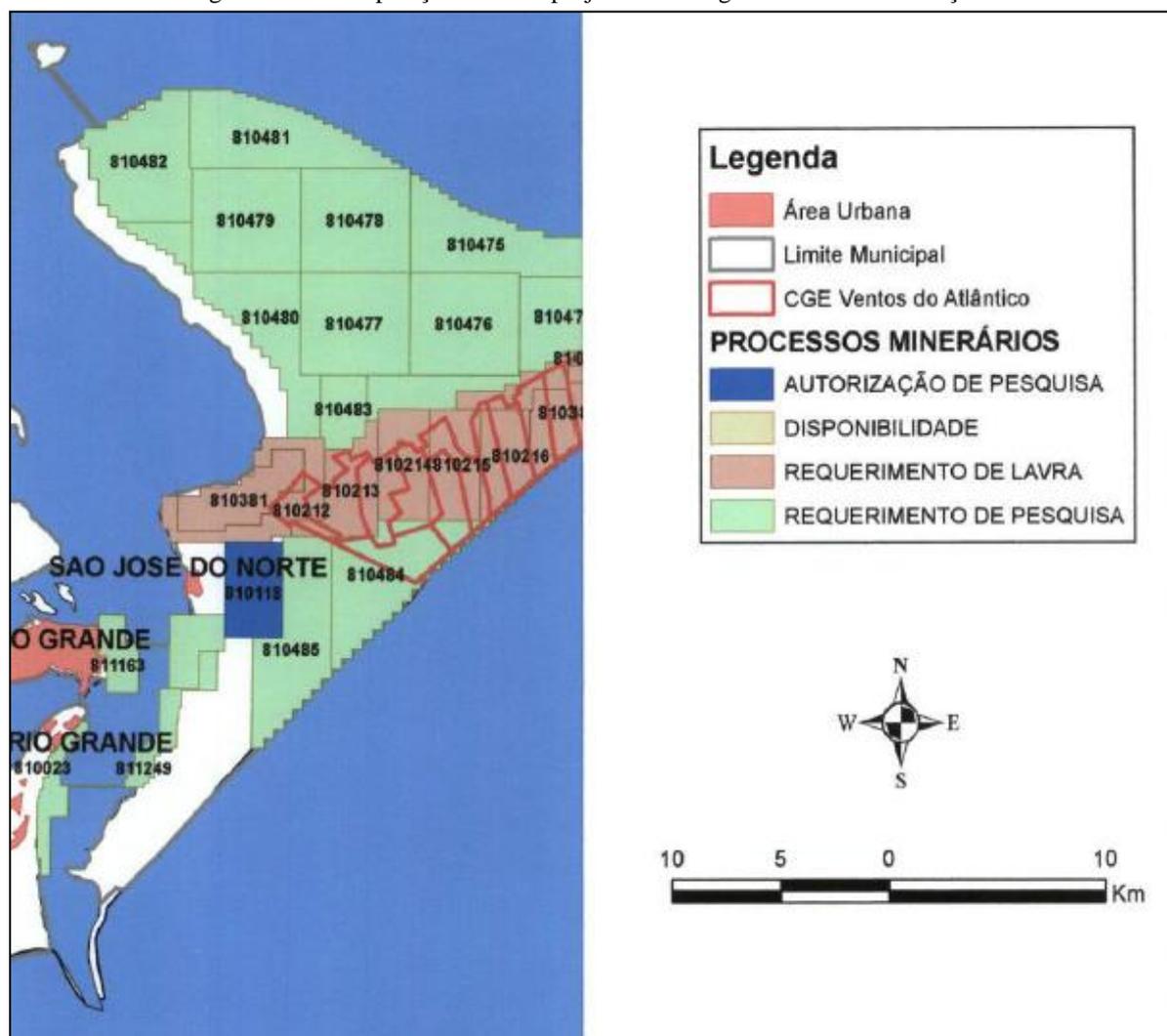
Os presentes nas audiências públicas do Projeto Retiro – inclusive os empreendedores da Rio Grande Mineração – foram surpreendidos ao tomarem conhecimento da incompatibilidade locacional entre a mineração e a energia eólica. A Procuradora da República, Anelise Becker, durante o evento realizado em Rio Grande, demonstrou espanto ao saber do fato e ressaltou que a população deveria obter todas as informações disponíveis necessárias para formar convicção acerca do projeto que mais lhe convém. Ademais, solicitou que, no caso dos dois projetos serem ambientalmente viáveis, opte-se por aquele que apresente maior sustentabilidade socioambiental.⁹¹ A surpresa foi tamanha que um político nortense afirmou que por trás da alegada incompatibilidade entre os projetos encontrava-se uma disputa sobre os valores a serem arrendados pelas empresas.

Pra mim um quer arrendar pro outro mais caro, na minha concepção. A eólica hoje tava trabalhando junto a mineradora, todas as terras, trabalharam junto, estranhamente quando saiu uma Audiência Pública, a Âmbar mobilizou o pessoal pra ser contra e eu me pronunciei que não entendi até hoje porquê. Caminhava-se todo mundo junto, no momento que iam resolver, se manifestaram.

Em janeiro de 2015, a Fepam, responsável pelo licenciamento ambiental do Complexo Eólico Ventos do Atlântico, emitiu ao Ibama informações sobre o projeto de energia eólica. Conforme o órgão ambiental, há sobreposição de áreas a serem utilizadas pelo parque eólico e pela mineração conforme a figura a seguir (FEPAM, 2015).

⁹¹ Em abril de 2018 foi emitida a licença prévia ao Complexo Eólico Ventos do Atlântico. Não foram disponibilizadas maiores informações acerca da sua incompatibilidade locacional com o Projeto Retiro – que já dispunha da licença prévia.

Figura 19 – Sobreposição entre os projetos de energia eólica e de mineração



Fonte: FEPAM (2015).

Na primeira Audiência Pública, o presidente da RGM também demonstrou surpresa no tocante à incompatibilidade apresentada pela Ventos do Atlântico. Segundo o representante do projeto minerário, em reuniões realizadas com os demais empreendedores, haviam optado pela contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a elaboração de um plano que viabilizasse a ocorrência das três iniciativas – mineração, energia eólica e silvicultura. Como exemplo de compatibilidade entre os projetos, novamente foi citado o caso do município paraibano de Mataraca.⁹² Para o presidente da Rio Grande Mineração, “nós não estamos em condições de discutir mineração ou eólica, nós temos que discutir mineração e eólica” (IBAMA, 2015b, p. 1015).

Antes mesmo de tomar conhecimento da incompatibilidade entre os dois empreendimentos, a população nortense já se mostrava favorável ao Complexo Eólico,

⁹² Em Mataraca a mineração ocorre concomitantemente ao funcionamento de um parque de energia eólica.

concebido como menos impactante sócio e ambientalmente. Embora gere menor quantidade de empregos e de impostos, quando comparado à mineração, a produção de energia eólica não ficaria restrita a um período determinado de tempo. Ademais, a maior parte da localização do projeto da Ventos do Atlântico encontra-se em área majoritariamente pertencente à silvicultura e nos casos em que haverá a ocupação de chácaras, a instalação de aerogeradores não inviabilizaria a utilização de todo o terreno. Quanto aos proprietários atingidos pela linha de transmissão, não consta no RIMA quais locais seriam atingidos – os atores do meio rural não mencionaram esse aspecto ao serem questionados quanto ao empreendimento. Um mediador entre os agricultores justificou seu posicionamento favorável à energia eólica.

[...] o parque eólico, além de ser feito na costa onde não se produz nada, a região onde tá os *Pinus* hoje, até inclusive o parque eólico, o dono do projeto é o mesmo da Flopal, então o que era a ideia deles? Substituir essa área com *Pinus* pelos cata-ventos, no caso. Eles fariam o corte das árvores e instalariam os cata-ventos. O agricultor teria também uma fonte de renda por parte do aluguel das terras, porque grande parte dessas áreas que tá plantados os *Pinus* está arrendada pela Flopal dos agricultores.

As empresas Flopal, Âmbar e Ventos do Atlântico mobilizaram seus representantes e funcionários para que, durante as audiências públicas, realizassem críticas ao Projeto Retiro. Segundo um representante da Ventos do Atlântico, nunca houve qualquer demonstração de compatibilidade entre os empreendimentos, apenas afirmações genéricas por parte da Rio Grande Mineração (IBAMA, 2015b).

As manifestações daqueles vinculados ao Complexo Eólico Ventos do Atlântico versaram principalmente sobre os aspectos sustentáveis da energia eólica em contrapartida aos possíveis impactos socioambientais da mineração. Destacou-se o fato de também se utilizarem de questionamentos existentes na população a ser atingida pelo Projeto Retiro – como a insegurança em relação ao pagamento dos *royalties* e a recuperação da área lavrada –, visando demonstrar preocupação com os nortenses e, assim, legitimar o empreendimento de energia eólica. O Ibama, por exemplo, foi questionado acerca da sua preocupação com a opinião do povo, em uma clara tentativa de reafirmar a rejeição da população à mineração.

Figura 20 – Questionamento realizado por representante da Flopal⁹³

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério do Meio Ambiente
 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
 Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
 Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Cíveis – CGTMO
 Coordenação de Mineração e Obras Cíveis – COMOC
 SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, Brasília/DF
 CEP: 70.818-900 – Telefone: (61) 3316-1098, Fax: (61) 3316-1952

FORMULÁRIO DE QUESTIONAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO “PROJETO RETIRO”

Data: 04/12/2014 Horário: 19:00h
 Local: Clube Recreativo Sócrates – Ramiro Barcelos, 804

NOME:	
IDENTIDADE:	TELEFONE:
ENDEREÇO:	
INSTITUIÇÃO: Flopal	
QUESTIONAMENTO:	
O Ibama se preocupa com a opinião do povo?	
ASSINATURA:	

Fonte: IBAMA (2014c).

Às manifestações dos empreendedores, somou-se a aproximação com o movimento ambientalista de São José do Norte e a disponibilidade de ônibus para o transporte dos moradores de áreas rurais para a participação na Audiência Pública a ser realizada no município. Conforme um integrante do movimento, eles só tomaram conhecimento da realização do evento em torno de 4 ou 5 dias antes da sua realização. Isso fez com que optassem por se articular com as empresas interessadas no Complexo Eólico contra a mineração. Com o objetivo de “unir esforços”, um representante da Âmbar procurou integrantes do movimento ambientalista se dispondo a auxiliar na mobilização. A empresa,

⁹³ Identificação e informações do interlocutor foram apagadas.

que até então não havia realizado qualquer manifestação no sentido de incompatibilidade entre a energia eólica e a mineração, disponibilizou R\$ 1.000 reais para ser utilizado em uma gráfica para a confecção de cartazes, que acabaram sendo espalhados pela FURG para a divulgação do evento, além de arcar com a confecção de camisetas⁹⁴ para a distribuição no dia do evento.

A gente fez uma avaliação muito rápida, não tinha muito tempo pra pensar, a Audiência Pública era no outro dia, então eles tavam com a gráfica na mão, com tudo na mão e disseram “Nós temos mil reais de gráfica na mão”. [...] a gente teria pra imprimir de manhã e ir na FURG de tarde e no outro dia seria a Audiência Pública, era alguma coisa assim, era bem rápido. E eu sei que eu fiz esse movimento. Alguns prazos eu posso tá errando, faz um tempo já, mas eu te digo com certeza, nós não ficamos sabendo com mais de 7 dias da Audiência Pública. E a nossa articulação com a FLOPAL foi única e exclusivamente de fazer a arte de colar os cartazes na FURG. Eu não sei se naquele contexto novamente, eu não faria de novo, talvez, porque nós não tinha dinheiro pra nada, nós não ia ter mobilizado o pessoal da FURG, nós não iríamos ter conseguido, de certa forma comunicar as nossas comunidades tradicionais.

O movimento ambientalista existente em São José do Norte, apesar da sua pequena quantidade de integrantes, é composto por diversos atores, característica que, ao mesmo tempo em que fornece diversas perspectivas acerca dos conflitos ambientais no município, também cria divergências internas. O fato de o movimento contar com representantes públicos, acadêmicos e pessoas vinculadas ao meio rural potencializa a capacidade de mediação do grupo com um todo, fazendo com que consiga agir em diferentes contextos e estabelecer interações entre diferentes universos. Isso foi fundamental para garantir a grande presença dos estudantes da FURG nas audiências públicas e na resistência que será apresentada na seção a seguir.

Além do auxílio financeiro, a Flopal/Âmbar também disponibilizou um ônibus para transportar a comunidade do Retiro para a Audiência Pública. Conforme uma liderança da localidade:

Aí quando faltava eu acho que uns 4 ou 5 dias pra ter a reunião, aí me ligaram, alguém lá da Flopal, lá da Âmbar e perguntaram pra mim: “Por acaso, se o senhor quiser que a gente bote um ônibus pra pegar a turma de vocês pra Audiência Pública é só nos ligar que a gente consegue um ônibus”. Faltavam 5 dias pra Audiência Pública, aí comentei com as pessoas tudinho aí. “Não, é bom que aí nós vamos mais tranquilo”. Aí eu fui lá e disse “Não, vocês podem mandar o ônibus ali em casa, que nós queremos esse ônibus”.

Ao ser questionado quanto ao apoio financeiro e ao fornecimento de ônibus, o dirigente da Flopal/Âmbar negou que tivesse partido da empresa qualquer movimento contra

⁹⁴ A estampa da camiseta era uma retroescavadeira com o símbolo de perigo. Embaixo havia a frase: “Mineração aqui não!!!”.

a mineração. O empresário insinuou que devido ao fato de a empresa possuir grandes articulações com a população local, tais iniciativas podem ter partido de funcionários da empresa.

Gabriella: Na Audiência Pública a Âmbor disponibilizou ônibus para o pessoal do Retiro e pagou pela confecção de camisetas para o pessoal que era contra a mineração.

Dirigente: A Âmbor tem em São José do Norte muita gente. A Âmbor tem uma articulação muito grande com as pessoas de São José do Norte. Lógico que nós, a posição das pessoas é a mesma posição nossa. Nós não saímos a fazer campanha contra a mineração, mas as pessoas que queriam vir, nós estávamos juntos com elas em todas as coisas.

Gabriella: Mas partiu da Âmbor oferecer os ônibus, não foi?

Dirigente: Não, não. Partiu da comunidade querer participar. A Âmbor e a Flopal não fizeram campanha contra a mineração. Nós temos um posicionamento, nós estamos juntos dentro de um trabalho. Outra, nós temos toda uma logística do nosso pessoal com ônibus que são normalmente trabalhados conosco, são ônibus nossos, contratados por nós. Normalmente as pessoas que vieram nos ônibus são as pessoas que são funcionários nossos, familiares dos funcionários, são coisas desse tipo. Então, na verdade, foi o seguinte, houve uma manifestação, vamos dizer, junto, mas não houve uma campanha.

O apoio à população que se manifestava contrariamente ao Projeto Retiro durante a Audiência Pública realizada em São José do Norte fez com que estes fossem acusados de terem sido manipulados pelos empreendedores do Complexo Eólico. Até mesmo entre os atores do meio rural difundiu-se a informação de que aqueles que vestiram a camiseta contra a RGM haviam sido induzidos pela Âmbor. Ao ser questionado se havia vestido a camiseta paga pela Flopal/Âmbor, um agricultor contrário ao empreendimento minerário respondeu:

Não, nem coloquei a camiseta contra porque quem tava manipulando era a empresa Âmbor. O pessoal que colocou a camiseta contra foi porque a Âmbor manipulou. Teve bastante gente que nem sabia que era da Âmbor. A briga da Audiência Pública era Âmbor com a mineradora, a população não participou desse negócio. [...] Primeiro que os caras não divulgaram, quem tava divulgando era a Âmbor, tanto é que botou ônibus. [...] Eu não acredito que eles queiram a mineradora sem levar vantagem nesse negócio. Se eles não tão levando, eles não querem. Eu acho que eles não tavam levando, porque tavam contra. Eles botaram um ônibus da ponta do município levando todo mundo pra lá e só levaram aquelas pessoas que iam ser massa de manobra. O pessoal foi induzido pela Âmbor.

Um político afirmou que a Flopal teria feito uma “lavagem cerebral” na população rural. Para o entrevistado, os atores do meio rural contrários ao empreendimento minerário não dispunham de informações além daquelas fornecidas pelas empresas, em uma clara subestimação da capacidade cognitiva destes indivíduos.

[...] a Flopal, de forma inteligente, ela fez uma lavagem cerebral, tanto é que eu fui no interior e um amigo meu, que eu conheço lá me perguntou e falou pra mim do perigo de ter terremoto se a mineradora fosse instalada aqui. Eu ouvi. Tinha umas

coisas absurdas. Mas eles não vão dizer que foi a Flopal que disse. O que nós sabemos da atual conjuntura do país é o que os meios de comunicação nos passam. Como é que o agricultor sabe que mineradora seria maléfica? Alguém falou e aqui quem realmente trabalhou pra isso e de forma inteligente foi a Flopal.

Os atores do meio rural nortense são subalternizados e, portanto, seus conhecimentos e decisões são deslegitimados sempre que configuram obstáculos aos objetivos da modernidade. Dessa forma, sob o pretexto da manipulação, procurou-se invalidar a rejeição da mineração pela maior parte da população nortense. Ao ver seus interesses influenciados por tal alegação, ao ser questionado quanto a acusação de ter manipulado a população contra o Projeto Retiro, o gestor da Flopal/Âmbar destacou que a afirmação demonstra falta de respeito com a população rural.

Primeiro o seguinte, é um desrespeito com as pessoas. Tu achar que as pessoas conseguem falar contra os seus interesses, comprado por alguém é uma falta de visão, de responsabilidade. [...] As pessoas não foram compradas “Oh, tu vai lá e diz isso”. Não, as pessoas quiseram ir lá e se manifestar, mas isso é uma coisa, vamos dizer assim, é uma coisa totalmente consolidada na sociedade, é unânime. Hoje, dentro de São José do Norte as pessoas que se manifestam a favor da mineração é uma minoria absoluta.

Integrantes do movimento ambientalista demonstraram arrependimento acerca da aproximação com a Âmbar. Isso fomentou a associação entre a manifestação contrária à mineração e os interesses dos empreendedores do Complexo Eólico, possibilitando que a RGM e pessoas favoráveis ao empreendimento minerário questionassem um movimento legítimo da comunidade nortense. Em entrevista realizada, em 2016, com a procuradora da República, Anelise Becker, esta afirmou ter sido ruim vincular a resistência à mineração a um interesse particular – nesse caso o interesse dos representantes da energia eólica.

Para os ambientalistas, a ocorrência do empreendimento de energia eólica não implica necessariamente no impedimento da mineração, uma vez que, segundo um entrevistado, “eu entendo que os agentes do capital, eles não se combatem, eles se tratam até entrar num ponto de convergência entre os interesses. Então eu não entendo que dois agentes do capital vão se liquidar dessa forma, vão se digladiar, eu não consigo entender”. Já para a maior parte dos mediadores do meio rural, o empreendimento eólico é concebido como uma maneira de amenizar o fato da não ocorrência do empreendimento minerário que, a despeito dos impactos ambientais, também provocaria efeitos positivos como a criação de empregos e do aumento da receita do município. Uma vez que o discurso da modernidade e do desenvolvimento é difícil de ser recusado, acaba-se optando pelo projeto considerado menos prejudicial. A população nortense não deseja ficar “sem nada” e assim retornar ao estado de abandono e esquecimento.

Além do apoio dispendido à população contrária à mineração, os empreendedores vinculados ao Complexo Eólico nos dias seguintes à realização das audiências públicas encaminharam documentos⁹⁵ contendo questionamentos quanto ao Projeto Retiro. O documento elaborado pela Flopal afirma ter havido pouca divulgação da realização das audiências públicas, o que teria acarretado na violação do Princípio da Publicidade do processo licenciamento ambiental. Apesar disso, a empresa de reflorestamento reconhece apenas a nulidade parcial desse procedimento, uma vez que a mobilização dos empregadores de empresas com áreas possivelmente atingidas pelo empreendimento minerário e por atores do meio rural não ratificariam o vício existente – ou seja, aspecto que a beneficiaria. A empresa também se defende das acusações de ter manipulado a população rural, destacando que é dever do representante do Ibama ficar imune a tais críticas (FLOPAL, 2014).

Além disso, também é dever de Vossa Senhoria ficar imune às críticas e aleivosias por representantes da empresa de que teria havido uma “orquestração” para a Audiência Pública de São José do Norte porque a participação popular acontece da forma que a comunidade desinformada e temerosa de um projeto danoso ambiental e à própria economia rural, e contou com a participação da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG, manifestando suas inconformidades. (FLOPAL, 2014, p. 776).

Independentemente da influência que possa ter sido exercida pelas empresas vinculadas à energia eólica, as audiências públicas marcaram o fortalecimento da rejeição ao empreendimento minerário. Como veremos na seção seguinte, isso pôde ser verificado por meio da elaboração de inúmeros documentos expressando a permanência de dúvidas da comunidade, abaixo-assinados e notas de repúdio. Esse movimento tomaria dimensões maiores, a partir de julho de 2017, com a emissão da Licença Prévia ao Projeto Retiro.

5.4 A RESISTÊNCIA

Apesar da realização das audiências públicas, os atores do meio rural permaneceram com questionamentos acerca do empreendimento minerário – pode-se inclusive afirmar que os eventos deram origem a novas dúvidas ao invés de saná-las, como era o objetivo. No primeiro momento, a mobilização ocorreu, principalmente, a partir de documentos elaborados por organizações do meio rural, expressando questionamentos e temores quanto ao empreendimento minerário. Foram registradas manifestações da Colônia de Pescadores Z-2,

⁹⁵ Foram encaminhados dois documentos pela Ventos do Atlântico e um pela Flopal.

do Grupo de Agroecologia Econorte, dos moradores de áreas abrangidas pelo Projeto Retiro e da Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores Raízes da Terra do Retovado.

Em dezembro de 2014, a Colônia de Pescadores Z-2 encaminhou ao Ibama um documento contendo questionamentos expressos pelos pescadores artesanais nortenses (Anexo 4). A manifestação demonstrou preocupação com o fato de os pescadores artesanais configurarem uma comunidade tradicional e, mesmo assim, não terem sido consultados em relação à instalação da Rio Grande Mineração. Conforme destacou o Ministério Público Federal, deve-se promover “**consulta à população tradicional** potencialmente afetada pelo empreendimento, *zelando* pela fiel observância do disposto na **Convenção OIT nº 169** e demais normas aplicáveis à matéria”⁹⁶ (MPF, 2016b, p. 1642, grifo do autor).

O documento elaborado pela Colônia de Pescadores também ressaltou a ausência de espaço destinado ao tratamento dos pescadores artesanais no Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Retiro, que “bem ou mal, serão atingidos direta ou indiretamente pelas atividades”. O EIA se restringiu a afirmar que:

Não se esperam quaisquer impactos na pesca local, já que não são previstas intervenções na faixa costeira mais próxima à praia e, tampouco, nas áreas de banhados e lagos e seus respectivos sangradouros que funcionam como locais de criadouro e de reprodução de muitas espécies de peixes da região. (HAR, 2014, p. 67).

Em fevereiro de 2015, atores do meio rural de localidades abrangidas pelo Projeto Retiro, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte, encaminharam ao Ministério Público um documento expressando contrariedade ao empreendimento minerário. O texto ressalta terem tomado posição contrária à mineração após a exposição do projeto, seja por meio do ponto de informação, instalado no centro do município, ou durante as audiências públicas. Além da insuficiência no esclarecimento de dúvidas, são destacados os impactos ambientais e psicológicos caso o empreendimento venha a ocorrer (Anexo 5).

Outro ponto a destacar é que, por certo, haverá uma queda significativa na qualidade de vida dos moradores, tanto do ponto de vista físico quanto psicológico. De um lado, a devastação do solo, a derrubada de árvores, plantas e tudo mais; de outro, a circulação de gente estranha pelas áreas, a incerteza quanto ao futuro, preocupações que nunca fizeram parte da vida dos moradores (continuidade da sua plantação, sua rotina de vida, desvalorização das suas terras).

⁹⁶ O Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, estabelece a consulta aos “povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente” (BRASIL, 2004).

O documento elaborado pelos moradores atingidos pelo Projeto Retiro destaca que a rejeição à mineração não significa que sejam contra o progresso de São José do Norte, apenas que este não pode ser almejado a qualquer custo. Fazendo menção a contratos de arrendamento já assinados com a Ventos do Atlântico, os autores afirmam possuir planos que apresentam menor risco ambiental e melhores resultados econômicos.

De maneira semelhante ao expressado pelos moradores das localidades afetadas pelo empreendimento minerários, a nota do Grupo de Agroecologia Econorte em relação ao projeto de mineração para São José do Norte destacou não acreditarem “nesse tipo de ‘progresso’”. Para o Grupo Econorte, o progresso sustentável é concebido como alimento saudável na mesa e no campo (Anexo 6).

Com integrantes pertencentes também ao movimento ambientalista de São José do Norte, verificou-se no documento elaborado pelo Grupo de Agroecologia a reprodução do discurso de que a carência de investimentos no meio rural seria uma decisão deliberada com o objetivo de enfraquecê-lo para facilitar a entrega do território para os grandes empreendimentos, geralmente altamente danosos ao meio ambiente, como a silvicultura e, atualmente, a mineração.

Já sofremos processo de desaculturação consequente dos impactos das monoculturas de *Pinus*, assim como poucos estímulos, investimentos e valorização das culturas diversificadas e orgânicas, autossustentáveis por excelência, peculiar ao modelo de agricultura familiar, resultando assim em um franco processo de êxodo rural nas últimas décadas. Precisamos recuperar nosso território e não degradá-lo ainda mais. Pois primeiro permite-se a degradação do território para depois entregá-lo para empreendimentos de procedência escusa.

A Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores Raízes da Terra do Retovado, tal como os documentos apresentados anteriores, ressaltou que a persistência de dúvidas e incertezas foi essencial para que tomassem posição contrária ao empreendimento minerário. Os associados destacam o recorrente não cumprimento das medidas compensatórias pelos grandes empreendimentos e a defesa de um “progresso sustentável” que possibilite a manutenção do homem no campo (Anexo 7).

Como somos diretamente ligados ao campo, defendemos o Progresso Sustentável que mantém o homem no campo, ao invés de esvaziá-lo, pois a produção de alimentos é essencial à existência humana. Não sabemos fazer outra coisa senão plantar. Então, concordar com este tipo de projeto seria, para nós, decretar o fim da atividade agrícola em São José do Norte.

Apesar da importância das manifestações acima apresentadas, somente em junho de 2015 ocorreria a aproximação entre lideranças de comunidades tradicionais contrárias ao

Projeto Retiro. O evento “Fórum de Comunidades Tradicionais”,⁹⁷ realizado no Salão do Ministério Público de São José do Norte, foi organizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e integrou o Junho Ambiental – uma série de atividades ocorridas durante o mês de junho em comemoração à Semana do Meio Ambiente.

O objetivo do Fórum era criar um espaço para que as comunidades do meio rural pudessem debater assuntos do seu interesse. O evento contou com a presença de nove lideranças da pesca artesanal e da agricultura familiar, autoridades locais, pesquisadores da FURG e representantes da Emater. O evento acabou girando em torno do empreendimento minerário, com o posicionamento contrário de todas as lideranças presentes, inclusive com a leitura de documentos das associações encaminhados ao IBAMA.

Uma liderança destacou o apego ao exercício da agricultura e o desejo de que os seus filhos deem continuidade a esta atividade. Nesse sentido, a mineração é concebida não somente como uma ameaça ao futuro, como o ressaltado por muitos agricultores e pescadores, mas à manutenção no campo a curto prazo caso a salinização do solo venha a ocorrer, por exemplo. O agricultor também relatou o descaso com que o setor primário nortense é tratado. Isso faz com que a população simplesmente seja obrigada a se adequar às exigências de cada novo empreendimento, tal como ocorreu com os moradores do entorno do Estaleiros do Brasil.

E outra coisa também, o Polo Naval tirou os moradores, indenizaram e “bababa”, atiraram mais para lá. Os *Pinus*, eles tomaram conta de grande parte da área da agricultura. Não, mas aí o povo vai mais para lá. Aí vão amontoando né. Geralmente na cidade, porque quando tu começa a não ter para onde ir, tu vai para a cidade. Aí agora eles vão tirar as mesmas pessoas que foram tiradas para fazer o Polo para minerar? Gente, nós somos o que para ser jogados daqui para lá e de lá para cá? Nós somos seres humanos, nós temos a nossa cultura, a nossa tradição, a nossa agricultura.

Destacando a carência de investimento na agricultura e na pesca, outra liderança expressou preocupação com o elevado êxodo rural e o conseqüente envelhecimento daqueles que permanecem no campo. Os representantes públicos esforçam-se em atrair grandes investimentos em detrimento da vocação agrícola de São José do Norte, desconsiderando todo impacto positivo gerado pelo setor primário.

[...] a vocação do município é agrícola e pesqueira e eu já disse outras vezes, esse pessoal que está vindo para cá, os nossos filhos, eu mesmo tenho mais sete irmãos e só eu e mais um estamos na agricultura e não vamos fazer sucessores na agricultura, então a nossa família termina comigo e com o meu irmão na agricultura. Mas voltando a dizer, o pessoal que vem para cá para trabalhar e os nossos filhos que estão indo para a indústria naval, esse pessoal tem que ter alimento e se eu e o meu

⁹⁷ A descrição do evento baseou-se nos registros em vídeo cedido por um informante.

irmão estamos parando e não estamos fazendo sucessor e o nosso campo está ficando deserto, dá onde vai vir o alimento? Nós temos que começar a pensar isso aí. “Porque o Polo Naval dá tantos mil empregos”. Mas vocês pararam para pensar por trás de nós quantas pessoas tem trabalhando e que nós estamos gerando emprego também? Voltando, eu não sou contra o progresso, mas que não deixe de olhar para a nossa vocação que é agrícola e pesqueira.

Para um pescador presente no evento, a mineração não configura progresso, uma vez que “não adianta vir um progresso para dez e destruir para mil”. Nesse sentido, outro pescador propõe que os presentes reflitam bastante sobre o assunto e, uma vez decidido que a mineração não será benéfica para a população rural, que unam forças para combater o empreendimento minerário.

Então temos que olhar bem, pensar bem, pegar todos os grupos comunitários de São José do Norte e todo mundo falar numa só voz. Se não é bom para nós, se o povo está rejeitando, então não vamos aceitar. Por que aceitar isso aí? Não queremos, não tem futuro para nós. Não adianta trazer um momento de benefício para 500 ou mil pessoas e depois, no futuro 10 mil, 30 mil, 40 mil não ter benefício nenhum. Então não vai resolver. Então temos que pensar bem antes que o troço aconteça. Depois que acontecer não desmancha mais, não adianta.

Integrantes da comunidade acadêmica também participaram do Fórum de Comunidades Tradicionais, apresentando contribuições ao debate estabelecido pelas lideranças. Estiveram presentes Luciano Mello, oceanólogo e especialista em comunidades tradicionais, Gianpaolo Adomilli, antropólogo e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG, Maincon Bravo, representante do Centro de Estudos Ambientais (CEA) e Raizza Lopes,⁹⁸ mestranda em Educação Ambiental na FURG.

Apesar do entusiasmo expressado pelas lideranças no evento organizado pela Secretaria Municipal de São José do Norte, ocorreu uma desmobilização das comunidades tradicionais devido a uma aparente “saída estratégica” da Rio Grande Mineração. O escritório da empresa de mineração, até então instalado em um ponto de grande visibilidade no município, mudou-se para um local mais escondido – muitas vezes desconhecido pelos moradores. No decorrer de 2015, a população nortense não obteve mais informações sobre o licenciamento ambiental da Rio Grande Mineração.

Em contraposição à população nortense contrária ao empreendimento minerário, a Procuradoria da República de Rio Grande preparou uma série de questionamentos técnicos com o objetivo de que fossem supridas as lacunas identificadas no EIA/RIMA do Projeto Retiro. Em fevereiro de 2016 foi encaminhado ao Ibama a Recomendação PRM/RG/RS nº 01/2016. Entre os vários aspectos apresentados, nos interessa destacar duas questões: a) a

⁹⁸ Autora da dissertação defendida em 2017, “A Mineração em São José do Norte, RS: um estudo sobre controvérsias ambientais em torno do Projeto Retiro”.

inobservância do direito à informação e à participação informada e a consequente nulidade das audiências públicas; b) a ausência de adequada identificação e de consulta prévia e informada à população tradicional (MPF, 2016a).

A Procuradoria da República sustenta que a persistência de dúvidas demonstrou que as audiências públicas não cumpriram com o seu objetivo, motivo pelo qual deveriam ser anuladas. Segundo a Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 09/87, a Audiência Pública “tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito” (BRASIL, 1987).

No que se refere à consulta prévia e informada às populações tradicionais, o documento da Procuradoria da República menciona um abaixo-assinado com 105 assinaturas de moradores da localidade do Retiro expressando a rejeição ao empreendimento minerário. Também é destacado o Decreto nº 5.051, de abril de 2004, que garante aos pescadores e agricultores nortenses – como povos tradicionais – o direito à consulta prévia para que possam decidir ou influenciar na tomada de decisão de maneira diferenciada. Para que essa consulta ocorra de fato, é necessário que os atores consultados tenham obtido informações suficientes para compreenderem os possíveis riscos e impactos do empreendimento em discussão.

Por meio de 137 aspectos referentes ao Projeto Retiro, portanto, a Procuradoria da República recomendou ao Ibama que, antes da eventual emissão da Licença Prévia, (a) exigisse da Rio Grande Mineração o suprimento de todas as deficiências presentes no EIA/RIMA apontadas; e (b) que após o suprimento das deficiências submetesse tais informações a novas audiências públicas e realizasse a consulta à população tradicional de São José do Norte (MPF, 2016a).

Após a resposta do Ibama, a Procuradoria elaborou a Recomendação PRM/RG/RS nº 02/2016. O documento afirma que o órgão ambiental se limitou a afirmar que o Projeto Retiro é ambientalmente viável sem responder aos questionamentos apresentados. Da mesma forma, a validação das audiências públicas se restringiu a apresentar as listas de presença e os questionamentos solicitados sem se ater ao fato destes terem sido suficientes. Quanto à solicitação de realização de consulta aos povos tradicionais, o Ibama afirmou não haver previsão de impactos sobre a atividade pesqueira, o que tornaria o procedimento desnecessário. No que concerne aos cebolicultores, os abaixo-assinados e as manifestações das comunidades rurais foram desconsiderados, assim como os pareceres técnicos elaborados

por um antropólogo integrante do quadro de analistas periciais da Procuradoria, ao afirmar que não teriam sido registrados elementos que configurassem a tradicionalidade da atividade (MPF, 2016b).

Afora as recomendações da Procuradoria da República acima apresentadas e as repostas emitidas pelo Ibama, não foram registradas outras movimentações relevantes. Isso fez com que interessados na realização do empreendimento minerário passassem a exercer pressão política no órgão ambiental no sentido de agilizar o licenciamento ambiental do Projeto Retiro.

Em fevereiro de 2017, a RGM encaminhou um documento ao Ibama solicitando a retomada da apreciação do licenciamento ambiental do Projeto Retiro. O texto ressalta que o projeto já tramitava no órgão ambiental há quase seis anos sem que tenha havido a decisão acerca da sua viabilidade ambiental, a despeito da emissão de laudos favoráveis ao empreendimento. O empreendedor ainda destacou o apoio que a iniciativa havia recebido do estado do Rio Grande do Sul e dos municípios de São José do Norte e de Rio Grande. Estes demandariam agilidade no processo para que as expectativas geradas pudessem ser realizadas (RGM, 2017).

Por fim, e como reiteradamente manifestado tanto à RGM quanto ao Ibama, a União Federal, o Estado do Rio Grande do Sul e os municípios de Rio Grande e São José do Norte apoiam a iniciativa e demandam agilidade no Processo pois viram frustradas suas expectativas de receitas tributárias e geração de empregos diretos e indiretos advindos do Projeto. (RGM, 2017, p. 1808).

Em seguida da manifestação da RGM, ocorreu uma audiência entre o senador Lasier Martins, do Partido Social Democrático (PSD), com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, acerca da emissão da Licença Prévia do Projeto Retiro. Estiveram presentes na reunião o secretário de Modernização Administrativa e Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul e o presidente da Rio Grande Mineração. Conforme reportagem publicada em O Nortense,⁹⁹ “o ministro teve o cuidado de convidar para audiência técnicos do Ibama que durante a reunião comunicaram que o laudo do Instituto é favorável ao Projeto”, fazendo com que Sarney Filho afirmasse que “os seis anos de espera serão resolvidos em seis meses” (GOVERNO, 2017).

⁹⁹ Jornal de distribuição gratuita em São José do Norte.

Figura 21 – Pressão política a favor do Projeto Retiro

O Nortense | São José do Norte, Março de 2017 

Governo Federal pretende agilizar licença para mineração no município

Segundo a assessoria de imprensa do senador Lasier Martins o Ministro do Meio Ambiente pretende agilizar licença para exploração de minerais pesados no município nortense.

Em uma audiência ocorrida em Brasília no dia 22 de fevereiro o assunto tratado foi a liberação do licenciamento ambiental para exploração de minérios pesados no município de São José do Norte.

Estiveram presentes na audiência o Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, do Secretário de Modernização Administrativa e Recurso Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, Raffaele Di Cameli, do presidente da Rio Grande Mineração S.A, Luiz Augusto Bizzi e do senador Lasier Martins.

O projeto que tramita há seis anos já foi objeto de várias audiências, vistorias, análises técnicas e recomendações do conselho gestor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). No entanto, a licença de viabilidade ambiental ainda não ocorreu.

O ministro teve o cuidado de convidar para audiência técnicos do IBAMA que durante a reunião comunicaram que o laudo do Instituto é favorável ao projeto.

Na reunião Sarney Filho afirmou que “os seis anos de espera serão resolvidos em seis meses”.

Segundo o projeto, com a instalação e operação serão gerados 1.500 empregos e ajudará a alavancar o desenvolvimento do município.

A população nortense continua dividida em relação a instalação de uma mineradora na cidade, a geração de empregos e o retorno financeiro para o município são grandes atrativos, por outro lado a instalação geraria impactos ambientais que desagradam a muitos.

Os minérios a serem explorados na nossa região serão o titânio (utilizado na produção de pigmentação para tintas usadas em plástico), rutilo (produção de eletrodos para soldas na indústria Naval) e zircônio (usado para setores de fundição).

Fonte: Governo (2017).

A pressão política exercida apresentou resultados e no dia 15 de junho de 2017 o Ibama emitiu a Licença Prévia ao Projeto Retiro da empresa Rio Grande Mineração. Isso ocorreria menos de 4 meses após a reunião do senador Lasier Martins com Sarney Filho, fazendo com que sequer fossem necessários os seis meses previstos pelo ministro do Meio Ambiente.

A movimentação daqueles interessados na emissão da Licença Prévia do empreendimento minerário fez com que os contrários ao Projeto Retiro retomassem a mobilização ensaiada em 2015. O primeiro movimento consistiu na tentativa de votação de uma Moção de Repúdio ao Projeto Retiro pela Câmara de Vereadores de São José do Norte, fomentando o debate entre os representantes públicos locais.

Elaborada pelo vereador do Partido dos Trabalhadores, Luiz Bravo Gautério,¹⁰⁰ a Proposta de Moção nº 01/2017 (CÂMARA MUNICIPAL, 2017a) propunha a “Moção de Repúdio ao Projeto Retiro de mineração, proveniente da empresa Rio Grande Mineração, mediante todos os manifestos de repúdio de nossas comunidades nortenses”. O documento reproduz nas suas considerações gerais a nota técnica divulgada pelo MPF/RS sobre o Projeto

¹⁰⁰ Ex-técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e militante das causas ambientais e dos povos tradicionais.

Retiro, o qual, entre outros aspectos, destaca a insuficiência de informações disponíveis no EIA/RIMA do empreendimento. Também foi destacada a realização do “Fórum de Comunidades Tradicionais”, destacando a posição contrária ao empreendimento minerário expressada durante o evento pelas lideranças do meio rural.

A pouca recepção da Moção devido ao uso da palavra “repúdio”, levou o vereador proponente a solicitar a substituição da Proposta nº 01//2017 pela Proposta de Moção nº 02/2017 (CÂMARA MUNICIPAL, 2017b). O novo documento propunha a “Moção em apoio e defesa das Comunidades Tradicionais e Movimentos Sociais que Repudiam o Projeto Retiro de Mineração”. Apesar de não repudiar diretamente o empreendimento minerário, a manutenção do termo foi novamente apresentada como justificativa para a não aprovação da proposta na sessão da Câmara realizada no dia 29 de maio.¹⁰¹ A isso somou-se a visão de que os grandes empreendimentos acabariam com o “atraso” nortense. A mobilização ocorrida em São José do Norte, no entanto, fez com que uma terceira proposta de Moção fosse aprovada em outubro de 2017, inclusive contendo o tão polêmico termo “repúdio”¹⁰² e ampliando-a para outros projetos de mineração em licenciamento ambiental na Metade Sul do Rio Grande do Sul (CÂMARA MUNICIPAL, 2017c). Conforme o documento:

A Câmara Municipal de Vereadores de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul, República Federativa do Brasil, forte no disposto no Regimento Interno, após deliberação do Douto Plenário, manifesta repúdio ao Projeto de Mineração Retiro, no Município de São José do Norte-RS, da Empresa RGM S/A e aos Projetos de Minas do Alto Camaquã, no Rio Camaquã-RS, das Empresas Votorantim Metais e Lamgold Brasil.

A aprovação do abaixo-assinado – e do posicionamento da atual prefeita, conforme veremos mais adiante – frente à “constatação” do “atraso” de São José do Norte e, conseqüentemente, à necessidade de atração de projetos de infraestrutura de grande escala, demonstrou que o pensamento fronteiro ou liminar dos subalternos, ainda que localizado às margens da modernidade, é capaz de promover rachaduras no discurso da modernidade.

O vereador Luiz também participou do “Seminário Regional sobre os Impactos dos Projetos de Mineração”, visando dar visibilidade à tentativa de instalação do Projeto Retiro contra a vontade da maior parte da população nortense. Realizado nos dias 5 e 6 de junho, em São Lourenço, o Seminário contou com a presença de pesquisadores da área e de lideranças de movimentos contrários à mineração. Com a realização de mesas redondas e de grupos de

¹⁰¹ A moção obteve votos favoráveis de apenas três vereadores: Luiz Bravo Gautério (PT), Neromar de Araújo Guimarães (PSB) e Jorge Luiz Ritter Penteadado (PDT).

¹⁰² Aos vereadores que já haviam votado a favor da moção apresentada anteriormente, somam-se os vereadores Ildomar Xavier da Costa (PP) e Christino Mattos de Azevedo (PDT).

trabalhos, o principal objetivo do evento consistiu na discussão de dois projetos de mineração em licenciamento ambiental na Metade Sul do Rio Grande do Sul: o da Rio Grande Mineração, em São José do Norte, e o da Votorantim Metais, na região de Caçapava do Sul.¹⁰³ O vereador nortense integrou a Mesa 3, intitulada “A Mineração na Metade Sul do Rio Grande do Sul”.

No dia 22 de julho foi realizada uma passeata organizada pelo Grupo de Agroecologia Econorte e pela Cooperativa de Agricultores Familiares de São José do Norte (COOAFAN) para manifestar contrariedade à mineração no município. Conforme o jornal O Nortense, estiveram presentes as associações das localidades do Retovado, do Tesoureiro, os moradores do Retiro e de demais localidades (CRESCE, 2017). Sob o título de “Cresce movimento contra a instalação da mineradora no município”, a reportagem reproduziu a fala de um pescador morador do Retiro presente na manifestação.

Nós não somos contra o progresso de São José do Norte, nós não queremos é a instalação da mineradora aqui. O Retiro há quarenta anos atrás era só areia, hoje existem muitas árvores plantadas, mata nativa, que cresceu quando a areia parou de andar, se a mineradora destruir isso, vamos ter que começar do zero de novo. Meu filho que é pequeno vai ver o Retiro como ele está hoje quando ele tiver sessenta anos, eucaliptos de trinta ou quarenta anos não têm como serem replantados. [...] As pessoas que estão a favor da mineradora são moradores da cidade e que estão interessados no retorno financeiro que o empreendimento vai trazer, mas precisamos pensar a que custo este dinheiro vai chegar.

No final da reportagem foi divulgada a Audiência Pública “Os Impactos dos Projetos de Mineração em São José do Norte e na Região Sul”, a ser realizada no município no dia 11 de agosto.

¹⁰³ O projeto da Votorantim Metais prevê a extração de cobre, chumbo e zinco causando impactos no rio Camaquã.

Figura 22 – Divulgação da Audiência Pública



Fonte: Página do evento no Facebook.¹⁰⁴

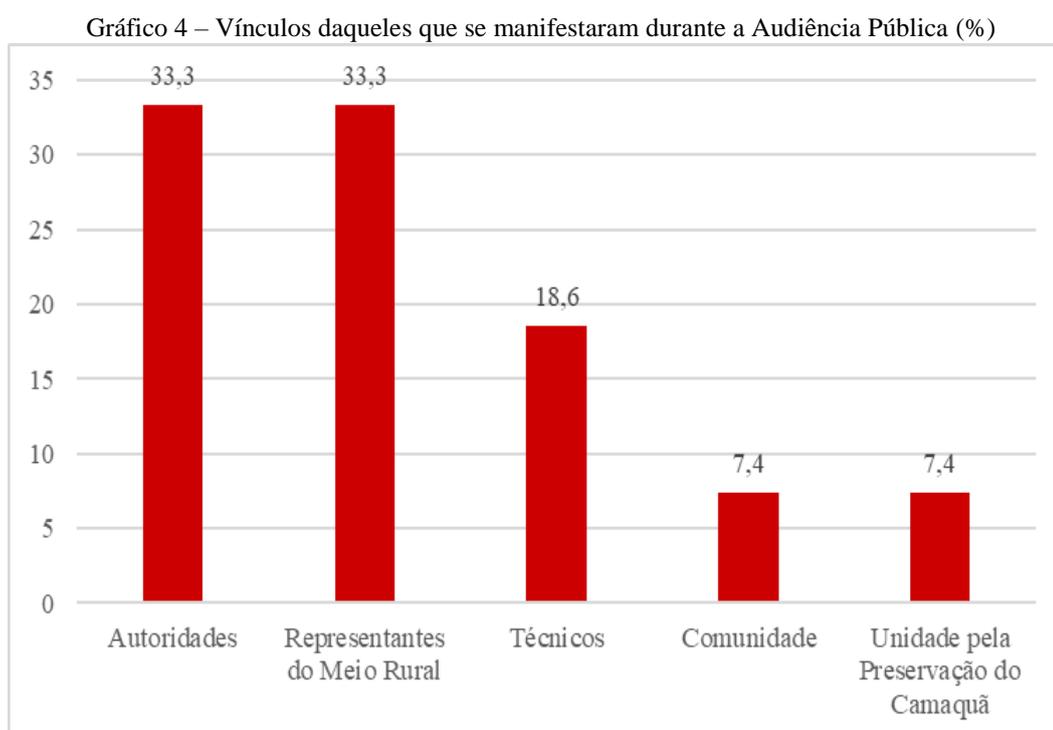
Organizada pela Comissão Permanente de Educação, Saúde, Ação Social, Serviços, Obras Públicas e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de São José do Norte, a Audiência Pública foi transferida para o dia 22 de agosto, devido à previsão de ventos intensos, o que poderia causar o impedimento da travessia de lancha entre os municípios nortense e rio-grandino. Conforme Luiz Gautério, vereador presidente da Comissão proponente do evento:

Estou convidando todas as instituições que tratam de questões socioambientais no Estado. A audiência tratará do impacto dos projetos de mineração para São José do Norte e região. O projeto de mineração de chumbo previsto para o rio Camaquã também vai impactar a bacia da Lagoa dos Patos. Queremos discutir o tipo de progresso que estão propondo para a Metade Sul do Estado e o impacto desses projetos que entram em conflito direto com sistemas de produção e saberes locais. A licença emitida pelo Ibama agora não atesta, por exemplo, a tradicionalidade do

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/111997269430039/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

cultivo de cebola em São José do Norte, uma história que tem mais de um século. (WEISSHEIMER, 2017a),

A Audiência Pública “Os Impactos dos Projetos de Mineração em São do Norte e na Região Sul” lotou o Salão da Igreja Matriz.¹⁰⁵ O público foi composto principalmente pela comunidade nortense. Diferentemente das audiências realizadas pelo Ibama, entre os 27 presentes que se manifestaram oralmente,¹⁰⁶ os representantes do meio rural e a comunidade foram responsáveis pela maioria das falas, totalizando 11 manifestações (Gráfico 4).



Fonte: Elaboração própria.

A mesa do evento foi composta justamente pensando em conceder maior espaço aos representantes do setor primário. Além dos dois vereadores representantes da Comissão da Câmara de Vereadores responsável pela Audiência, estiveram presentes dois técnicos ligados à área ambiental e nove representantes de organizações representativas dos atores do meio rural – agricultores familiares e pescadores artesanais. Conforme o político proponente do evento, “essa audiência não tem caráter deliberativo. Busca oportunizar o debate acerca do tipo de desenvolvimento rapinador que estão impondo em decisões tomadas nos órgãos nas capitais sem desejada ampla participação das comunidades atingidas”.

¹⁰⁵ A descrição do evento foi realizada a partir de registros em vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oIe0MmCBw10>. Acesso em: 01 mar. 2018.

¹⁰⁶ Foram realizadas 4 manifestações por escrito, sendo uma da comunidade, uma de técnicos e duas sem a identificação de vínculos.

Foi bastante criticada pelos presentes a ausência de representantes do Ibama na Audiência Pública. O órgão ambiental apresentou como justificativa questões de cunho orçamentário. Isso fez com que a cadeira disponível ao órgão licenciador do projeto em discussão fosse destinada a uma liderança do meio rural. Embora representantes da Rio Grande Mineração não tivessem sido convidados para compor a mesa do evento, em inúmeros momentos o condutor da Audiência abriu a possibilidade para que estes se pronunciassem, sem que tivesse havido qualquer manifestação. Apesar disso, durante a sua fala, Antônio Philomena – professor aposentado pela FURG, que durante aproximadamente 15 anos realizou perícias em desastres ambientais para órgãos governamentais – ressaltou a presença de representantes de mineradoras durante o evento. Conforme Weissheimer (2017b), após o encerramento do evento um representante de uma mineradora identificou-se e entregou um cartão ao vereador Luiz Gautério.

A fala dos técnicos, além de ter ressaltado falhas técnicas existentes no EIA/RIMA do Projeto Retiro, destacou como um ponto positivo da Audiência Pública a presença, com possibilidade de fala, da comunidade – o que teria sido negado durante o processo de licenciamento ambiental coordenado pelo Ibama. O professor Caio Floriano¹⁰⁷ relatou que as audiências públicas previstas pelo licenciamento ambiental são organizadas de tal forma que, além de não suprirem as dúvidas existentes, causam um constrangimento que inibe a participação das comunidades afetadas. Portanto, o evento organizado pela Câmara de Vereadores seria o momento para que a população realmente pudesse se expressar e, assim, discutir o empreendimento.

Quem acompanhou as audiências em Rio Grande e em São José do Norte sabe como aquele espaço é feito para tolher o direito de fala da população, quando não é um espaço que intimida para que a população não possa falar. Os doutores, os consultores, lá em cima, usando de uma fala totalmente rebuscada para que ninguém possa entender. Essa é a verdade, a ideia é que ninguém entenda e que se sinta constrangido de falar. Então esse é o principal momento, porque hoje, aqui, a gente vai ver o nortense, a população nortense falando e realmente discutindo sobre o empreendimento.

A procuradora da República em Rio Grande, Anelise Becker – muito aplaudida enquanto se deslocava para realizar sua fala – também ressaltou como aspecto positivo do evento a grande presença da comunidade nortense como “sujeito” e não como “objeto” de uma ação que irá impactá-los diretamente. A procuradora destacou ainda a existência de comunidades tradicionais em São José do Norte, o que exigiria a consulta informada durante o

¹⁰⁷ Representante do Grupo de Pesquisa da FURG, Observatório de Conflitos do Extremo Sul do Brasil.

processo de licenciamento ambiental, mas que não ocorreu, conforme já mencionado anteriormente.

Achei importante permanecer, não na mesa, mas no público, porque o nosso papel aqui é de observar, colher elementos, e é com grande satisfação que vejo que a comunidade realmente se faz presente, se autoatribui a voz que tem e tem que se atribuir se torna então o sujeito de uma decisão, e não simplesmente objeto, como normalmente acabam sendo conduzidos esses processos, que é uma decisão de cima para baixo. Aqui nós temos realmente essa peculiaridade, temos populações tradicionais, existem normas que regem de uma forma distinta, então existe a figura da consulta informada, e isso é importante que se crie na comunidade essa consciência, essa autoconsciência. [...] essa mobilização da comunidade para defender os seus interesses por si só, ela é fundamental. Se os senhores realmente têm essa convicção, se entendem que isso não lhes serve, então isso deve ser assumido pelos senhores e pelas instâncias administrativas competentes, os representantes municipais. Então é muito importante que os senhores realmente assumam para si isso, esse protagonismo.

A procuradora configura uma autoridade que detém a admiração dos nortenses pela sua atuação durante a tentativa de instalação da empresa Paranapanema. Isso fez com que, ao engrandecer a manifestação da comunidade como sujeito determinado a fazer com que sua voz seja ouvida, conferisse legitimidade e incentivo à resistência à mineração em São José do Norte.

As promessas não cumpridas pelo Estaleiros do Brasil foram recorrentemente mencionadas e utilizadas como argumento para a rejeição à mineração. Afinal, sem a garantia de concretização das contrapartidas, não haveria justificativa para a instalação de um empreendimento que implicaria em grandes impactos ambientais. A própria prefeita atual de São José do Norte destacou tal incerteza.

Se estamos hoje aqui com esse auditório cheio é porque os nossos agricultores, os nossos pescadores e a comunidade em geral de São José do Norte ainda têm muitas dúvidas em relação aos impactos que esse empreendimento pode causar. Isso também é uma preocupação que nós temos. Como muito bem foi colocado, toda e qualquer proposta de empreendimento tem a questão econômica envolvida, com todas as questões que envolvem as medidas compensatórias, mas infelizmente nem sempre as medidas compensatórias que estão bonitinhas ali no papel de fato acontecem, elas de fato se realizam, a exemplo do EBR que já está instalado aqui há bastante tempo e ainda nós temos medidas compensatórias da fase de instalação que não foram cumpridas.

A fala da prefeita vai ao encontro da afirmação de Long (2007), de que as intervenções de desenvolvimento não são atividades definidas espaço-temporalmente, como se cada nova intervenção correspondesse a uma experiência totalmente nova. Ao adotarem esse pressuposto, as intervenções de desenvolvimento removem a história e reforçam a ideia de que projetos bem elaborados sempre terão capacidade de promover o desenvolvimento. No

entanto, os atores sociais constroem memórias das experiências passadas e, frequentemente, aprendem com elas.

Por exemplo, do lado do que sofre a intervenção está o conhecimento acumulado de experiências anteriores de intervenções de vários tipos, não somente aquelas organizadas pelo Estado ou pela entidade em questão. Estas experiências constituem um tipo de impressão e o modelo é coletivo enquanto é compartilhado como um legado por um grupo particular de pessoas e é individual enquanto as biografias de atores particulares contêm experiências específicas de intervenção. (LONG, 2007, p. 80).

Todos os nortenses que se manifestaram durante a Audiência Pública demonstraram rejeição ao empreendimento e fizeram questão de afirmar não serem contra o progresso, uma vez que a geração de empregos e de impostos foram os principais argumentos utilizados para justificar a atividade minerária. Um representante dos pescadores associou a emissão da Licença Prévia à RGM ao momento de dificuldades financeiras pelo qual se encontra o país. Tal situação faria com que a população aceitasse qualquer iniciativa que se apresentasse como a solução para esses problemas, inclusive a mineração.

Vivemos em tempos muito difíceis com essa crise nacional e a corrupção no Brasil. É nesse momento que as pessoas estão mais vulneráveis e suscetíveis a aceitar qualquer coisa por um emprego e olha que coincidência, uma grande empresa quer se instalar na nossa cidade bem nesse momento, recebe Licença Prévia do Ibama bem neste momento por que? Porque é justamente nesse momento que as portas estão abertas para negociação. Não sejamos inocentes, eles sabem que o povo está fragilizado, que o povo precisa de emprego, que as nossas famílias estão se arrastando para conseguir pagar as contas, mas não é por isso que a gente vai aceitar qualquer coisa e aceitar que venham pra cá minerar.

Conforme a manifestação de um agricultor, os problemas enfrentados pelo setor primário não seriam resolvidos com a mineração. A criação de agroindústrias, por exemplo, seria uma maneira de se gerar benefícios para os moradores nortenses, com a geração de empregos e rendas, sem que fosse necessário correr os riscos representados pelo Projeto Retiro.

Os depoimentos dos nortenses foram respaldados pelas contribuições dos técnicos presentes. Durante sua fala, o professor Antônio Philomena afirmou não existir local que ocorra mineração e que seja rico, todos são pobres – sem exceção – a exemplo do ocorrido em Mataraca. O professor também destacou o fato de os Estudos de Impacto Ambiental serem mal feitos e de mostrarem apenas aquilo que lhes convêm. Outra contribuição importante foi a do professor Eduardo Forneck,¹⁰⁸ ao ressaltar como exemplo, entre uma série de fragilidades e inconsistências técnicas identificadas, o fato de no EIA/RIMA do Projeto Retiro, terem identificado a biodiversidade em locais de plantação de *Pinus*. Devido ao impacto ambiental

¹⁰⁸ Biólogo, professor da FURG do Campus São Lourenço do Sul e representante do sindicato dos professores.

causado pelas pináceas, nestas áreas a biodiversidade é mais pobre, fazendo com que inúmeras espécies não tenham sido contempladas no estudo. O docente se colocou à disposição da população, juntamente com outros colegas, para a elaboração de pareceres que comprovem a fragilidade dos estudos realizados pela empresa responsável pelo EIA do Projeto Retiro.

Os moradores demonstraram estar preparados para a resistência, clamando aos demais presentes para a organização de um movimento contrário ao empreendimento. Conforme a fala uma agricultora:

Então eu convido a todos vocês, não se preocupem com a escolaridade, se vocês são analfabetos, estudaram pouco tempo, mas hoje é o dia, hoje é o momento que a gente está aqui e temos que dizer não a mineradora, não podemos permitir que essa coisa se instale aqui e tire a nossa sobrevivência, a nossa luta, o nosso sustento. Porque aqui nós nascemos e aqui morremos. Lá em casa alguém às vezes volta meia brinca assim, vamos pensar agora na chácara, aonde nós vamos comprar? Para que município nós vamos? Aí e eu penso assim, eu não aceito isso, não temos que planejar para onde vamos, ir para outro município. Nascemos aqui e aqui vamos morrer, por aqui vamos lutar.

Da mesma forma, uma conhecida liderança no meio rural foi bastante aplaudida ao afirmar: “Na minha terra eles não entram, não entram. Eu vou encerrar com aquela frase que está lá atrás: resistiremos até o fim!”. A Audiência Pública também contou com a presença de duas representantes da Unidade pela Preservação do Camaquã, que se mostraram solidárias a causa nortense e realizaram um apelo para a necessidade da luta conjunta.

O fim do evento contou com o tão aguardado e solicitado posicionamento da prefeita nortense. A política afirmou ser contrária ao empreendimento devido a não dispor, até o momento, de informações técnicas necessárias para possuir a convicção de que a mineração não causará impactos ambientais irreversíveis. Embora, no primeiro momento, desse a entender que, uma vez supridos os questionamentos existentes, haveria a possibilidade de mudar sua posição, já finalizando sua fala, tranquilizou a população destacando que não tomaria nenhuma posição que fosse de encontro ao desejo da maioria dos nortenses.

[...] uma coisa eu digo para os senhores olhando no olho, eu jamais vou ser a favor de qualquer tipo de empreendimento que eu perceba que pode causar algum dano, algum impacto na vida das pessoas que aqui moram. Vocês me colocaram aqui para representá-los, então a pergunta que tá aqui é qual é o meu posicionamento nesse momento. Como eu disse no início, eu não tenho os esclarecimentos devidos, tanto do órgão ambiental, como também da empresa. Eles me procuraram e pediram o meu apoio, o que que eu disse pra eles? “O senhor vai me desculpar, mas eu não posso lhe dizer que eu lhe apoio porque eu não tenho plena convicção de que ao se instalar aqui esse empreendimento não vai ter impactos negativos na população que eu represento”. Então, senhores, vocês podem ficar tranquilos que, nesse momento, por eu não ter convicção de que esse empreendimento não traria impactos negativos nas atividades que são realizadas, como a agricultura, a pesca, na questão do abastecimento de água da cidade, eu não sou favorável. [...] É meu dever zelar por

essa cidade e só ser a favor de algo que eu perceber que a grande maioria da população é favorável e até esse momento eu não tenho visto isso da população de São José do Norte, então que vocês podem se tranquilizar com isso, que jamais eu vou jogar contra os interesses da grande maioria da população de São José do Norte.

Após mais de três horas de duração chegou a fim a Audiência Pública “Os Impactos dos Projetos de Mineração em São do Norte e na Região Sul”. O evento deixou claro a posição contrária dos nortenses ao Projeto Retiro e a disposição de resistirem a uma iniciativa que coloca em risco o modo de vida de agricultores familiares e pescadores artesanais. A título de registro, caberia mencionar que o ano de 2018 seria marcado pela ocorrência de novas manifestações contrárias ao Projeto Retiro, como uma caminhada realizada na cidade no dia 20 de fevereiro e a participação na Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, para debater os projetos de mineração em curso no estado.

Durante a caminhada realizada em São José do Norte estiveram presentes representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), demonstrando a capacidade dos mediadores presentes no movimento em estabelecer vínculos com outras organizações de modo a fortalecer a resistência contra o Projeto Retiro (WEISSHEIMER, 2018a).

Figura 23 – Protesto contra a mineração em São José do Norte



Fonte: Weissheimer (2018a).

A Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa contou com grande participação das populações a serem atingidas por projetos minerários, no entanto, a ausência

das empresas mineradoras e, sobretudo, dos órgãos ambientais responsáveis pelos licenciamentos ambientais – Ibama e Fepam – foi duramente criticada pelos presentes. Destacou-se a presença dos prefeitos de Caçapava do Sul e de Santana de Boa Vista, defensores da realização do Projeto Caçapava do Sul, da Votorantim Metais a partir das promessas realizadas pelos projetos de infraestrutura de grande escala (WEISSHEIMER, 2018b).

Embora façam questão de ressaltar que não são contra o desenvolvimento, a análise da resistência ao Projeto Retiro em São José do Norte demonstra ocorrer o tensionamento de pressupostos da modernidade, tais como a busca excessiva pelo crescimento econômico e a exploração de recursos naturais finitos, nos remetendo ao conceito de alternativas ao desenvolvimento utilizado pelos autores do pós-desenvolvimento. Rejeitar o empreendimento minerário significa resistir em reduzir a natureza a um bem unicamente voltado ao mercado – um dos principais aspectos da definição do desenvolvimento.

Em oposição aos desenvolvimentos alternativos que mantêm as ideias centrais do desenvolvimento, as alternativas ao desenvolvimento possuem capacidade de provocar fissuras nas ideias centrais da modernidade. O objetivo do pós-desenvolvimento é tornar visível esses movimentos que sofrem com recorrentes tentativas de silenciamento – a exemplo da desconsideração dos órgãos ambientais da existência de povos tradicionais no município nortense – demonstrando a existência de pensamentos outros que possibilitem novas formas de organização da vida social como a manutenção da tradicionalidade da agricultura familiar e da pesca artesanal. Portanto, a tentativa de instalação de uma mineração em São José do Norte nos ajuda a compreender empiricamente algumas das contribuições do pós-desenvolvimento e do Grupo Modernidade/Colonialidade.

Visto que o processo de licenciamento ambiental do empreendimento minerário está em andamento e, com isso há permanência da mobilização dos nortenses, destaca-se a necessidade de continuidade do estudo como forma de verificar as estratégias adotadas, mas também a capacidade de um grupo subalterno em, a partir do questionamento de pressupostos da modernidade/colonialidade, obter ganhos reais.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico de intervenções de desenvolvimento existente em São José do Norte demonstra que os empreendimentos que se utilizam do discurso de fomento ao progresso

como justificativa para sua instalação são aceitos e desejados pelos nortenses. É nesse contexto que ocorre a terceira tentativa de instalação de um projeto minerário no município. No entanto, ao contrário dos projetos anteriores, a mineração é rejeitada pela maior parte dos atores do meio rural.

Os agricultores familiares e pescadores artesanais destacam que, a despeito da rejeição ao empreendimento minerário, não são contra o desenvolvimento de São José do Norte. Parece existir um limite para o desejo pelo desenvolvimento que não tolera quaisquer impactos negativos. Nesse sentido, colocar em risco o seu meio de subsistência não é aceito. A natureza não consiste apenas no principal meio de subsistência, mas também está fortemente vinculada ao modo de vida dos atores do meio rural, motivo pelo qual as indenizações previstas pela RGM são rechaçadas, ainda que dificuldades financeiras sejam enfrentadas.

Deve-se destacar também o caráter despolutizante do discurso do desenvolvimento, no qual o conhecimento perito deslegitima os conhecimentos locais, conforme pôde ser verificado durante as audiências públicas realizadas pelo Ibama. A resistência dos agricultores familiares e pescadores artesanais ao empreendimento minerário é acusada de ir contra o progresso da nação frente à necessidade econômica dos minerais a serem extraídos e do desenvolvimento de São José de Norte.

Caberia ainda mencionar a emissão da Licença Prévia de funcionamento para o Projeto Retiro em detrimento do atendimento das recomendações elaboradas pelo Ministério Público, no qual são destacadas as inúmeras lacunas e inconsistências técnicas existentes nos estudos elaborados. Nesse sentido, devemos apontar para a influência exercida por interesses políticos.

Por fim, se a resistência dos atores do meio rural não apontou no sentido de rompimento com a manutenção da colonialidade, uma vez que, na sua maioria, permanece concebendo os grandes empreendimentos como uma saída para o atraso, no entanto, ela chamou a atenção para a existência de saberes e experiências outras até então oprimidas e invisibilizadas pela modernidade. Ademais, em São José do Norte pudemos tornar visíveis as subversões provocadas pelas populações locais ao se deparar com os projetos de desenvolvimento.

6 CONCLUSÕES

A perspectiva da colonialidade, apresentada por Mignolo (2007) foi fundamental para a compreensão da Metade Sul do Rio Grande do Sul como uma construção histórica, cujo interesse da elite local foi readquirir a importância política e econômica desfrutada pela região desde os primórdios da ocupação portuguesa no estado. A dicotomia norte *versus* sul foi um rótulo forjado a partir da descoberta de taxas de crescimento econômico distintas daquelas apresentadas pela Metade Norte, que dispendo de características surgidas na Europa Ocidental – industrialização, urbanização e modernização –, passou a ser concebida como o modelo a ser perseguido – relegando aos demais a posição de Resto (HALL, 1992). Dessa forma, a Metade Sul, outrora responsável pela pungência econômica do estado, consolidou-se no imaginário gaúcho como a parte atrasada e carente de desenvolvimento.

A construção do subdesenvolvimento da Metade Sul fez com que a região, a partir da década de 1990, se tornasse alvo de inúmeras políticas públicas. No entanto, a ocorrência de três ciclos de crescimento econômico não foi suficiente para que a situação de atraso fosse superada. O fracasso das intervenções de desenvolvimento representa a regra, e não a exceção. Isto demonstra o potencial de reconstrução do discurso do desenvolvimento que faz com que sua hegemonia se mantenha até os dias atuais.

As políticas, os programas e os projetos de desenvolvimento nunca são culpados pelo atraso, ainda que tenham exercido papel fundamental para a crise da qual a pesca artesanal na Lagoa dos Patos sofre até os dias atuais, por exemplo. O discurso do desenvolvimento sempre encontra novos culpados para justificar o seu fracasso, mantendo assim a sua renovação e também a necessidade de novas intervenções. A análise de reportagens de jornais demonstrou que o desenvolvimento em São José do Norte já foi concebido, com a chegada da luz elétrica e com a finalização da BR-101, no entanto, nenhum dos acontecimentos foi suficiente para que ocorresse a superação da situação de subdesenvolvimento.

Em São José do Norte, município integrante da Metade Sul, o discurso do atraso e da necessidade de progresso é reproduzido pela maioria da população. Operando nas dimensões materiais e subjetivas dos indivíduos, a colonialidade do poder destaca que a estrutura colonial de poder se reproduz até a atualidade. Baseada na distribuição de identidades sociais superiores e inferiores, essa estrutura, representativa da consolidação da cultura europeia, passou a ser concebida como própria também pelos grupos dominados, ainda que resultasse na manutenção da sua posição (QUIJANO, 2014). Nesse sentido, os projetos de

desenvolvimento, com a justificativa de levar o progresso aos pobres e necessitados, passaram a ser reproduzidos internamente aos países do “Terceiro Mundo” (QUIJANO, 2005).

A partir da análise documental realizada na biblioteca municipal, pôde-se verificar a exaltação de um passado heroico – juntamente com a importância estratégica desempenhada pela Metade Sul –, marcado pela importância desempenhada na defesa da posse portuguesa do território, opondo-se ao presente de abandono e estagnação política e econômica. Esse sentimento, associado à existência de deficiências nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e segurança, favoreceram o sentimento de atraso e o desejo por um desenvolvimento baseado nas noções de progresso e crescimento econômico. Para os nortenses, o atraso baseia-se em três aspectos: na monocultura de cebola e no declínio da pesca artesanal, no isolamento geográfico e na falta de empregos.

Ainda que apresentando pouca relação com a realidade nortense, voltada para atividades primárias, projetos de infraestrutura de grande escala têm representado o desenvolvimento para a população de São José do Norte. Dispondo da abundância de recursos naturais, estes passaram a configurar os principais fatores atrativos para que o município pudesse adentrar na “era do progresso”.

As promessas realizadas pelos empreendimentos externos fizeram com que o histórico de investimentos não concretizados causasse grande frustração nos nortenses, que passaram a conceber essas iniciativas como uma “tábua de salvação” para o município. O primeiro projeto de empreendimento a ser instalado em São José do Norte ocorreu na década de 1970. O reflorestamento de *Pinus* resolveu o problema causado pelo deslocamento das dunas – problema histórico do município. Além disso, possibilitou a manutenção de agricultores e pescadores no campo, ao permitir que se empregassem no reflorestamento durante os períodos de crise no setor primário, motivo pelo qual os impactos ambientais da atividade são amenizados pelos atores do meio rural.

Os impactos ambientais causados pela silvicultura foram importantes para organização de um movimento ambientalista no município nortense. Apesar de possuir poucos integrantes e de ser caracterizado por uma descontinuidade no tempo, verificou-se a defesa da tradicionalidade da agricultura familiar e da pesca artesanal em detrimento do progresso denominado “rapinador”. Ao afirmarem ser possível a convivência harmoniosa entre os homens e a natureza por meio da adoção de práticas sustentáveis, o movimento provoca o tensionamento nos pressupostos modernos que defendem uma agricultura altamente mecanizada e com o uso abusivo de agrotóxicos.

A instalação do Estaleiros do Brasil, inserido no contexto de expansão do Polo Naval no município vizinho de Rio Grande, ao prometer a geração de empregos e de impostos à gestão municipal, foi amplamente desejada pela população. Isso invisibilizou o processo de remoção dos moradores da Comunidade Vila Nova, a despeito das inúmeras violações aos direitos humanos ocorridas durante o processo. Nenhum político se colocou ao lado dos pescadores desejosos de permanecer no local, porque isso implicaria em ir de encontro à vontade da maior parte da população.

Assim que as obras do estaleiro iniciaram, o entusiasmo foi substituído pela frustração perante as promessas e expectativas não realizadas pelo desenvolvimento. A maior parte dos empregos gerados foi ocupada por trabalhadores de outras localidades – frente à realidade nortense de baixa escolaridade. A isso viria a somar-se os calotes no comércio local por empresas terceirizadas e ao pagamento de impostos no Rio de Janeiro. A situação ainda se agravaria com o término da construção da plataforma P-74 e com a falta de novas encomendas provocada pelas investigações da Operação Lava Jato.

O histórico de intervenções de desenvolvimento existente em São José do Norte demonstra que empreendimentos que mobilizam o discurso do fomento ao progresso como justificativa para sua instalação são aceitos e desejados pelos nortenses. Apesar de destacar a criação de empregos, o aumento na arrecadação de impostos e a consequente melhora no serviço público, que configuram problemas históricos no município, a rejeição à terceira tentativa de mineração em solo nortense apontou que os atores do meio rural não estão dispostos a tudo em nome do desenvolvimento.

Existe um limite para o desejo pelo desenvolvimento que não tolera quaisquer impactos negativos. Nesse sentido, colocar em risco o seu meio de subsistência não é aceito. As audiências públicas realizadas em Rio Grande e São José do Norte marcaram um ponto de inflexão na organização de uma resistência ao empreendimento minerário. O modo como o representante do Projeto Retiro se portou durante os eventos, em inúmeros momentos sendo desrespeitoso com os presentes, foi fundamental para que aqueles que não apresentavam opiniões formadas devido à falta conhecimento sobre mineradoras e seus impactos socioambientais se colocassem contrários ao empreendimento.

Deve-se destacar também o caráter despolitizante do desenvolvimento, no qual o conhecimento perito deslegitima os conhecimentos locais, conforme pôde ser verificado nas audiências públicas realizadas. A resistência dos agricultores familiares e pescadores artesanais ao empreendimento minerário é acusada de ser contra o progresso da nação frente à

necessidade econômica dos minerais a serem extraídos e do desenvolvimento de São José de Norte, motivo pelo qual se veem constantemente obrigados a afirmar que não são contra o desenvolvimento, mas sim contrários a uma iniciativa que possa trazer benefícios somente para a população urbana em detrimento do campo.

Se os empreendedores respondiam com desdém aos questionamentos dos nortenses, subestimando seus conhecimentos e recorrendo ao discurso do progresso nortense, a postura adotada com os estudantes da FURG, pertencentes a cursos da área ambiental, foi de embate. Opondo-se ao projeto minerário, a comunidade acadêmica da Universidade do Rio Grande esteve presente em grande quantidade nos dois eventos realizados. Dispondo de conhecimentos técnicos, os estudantes puderam realizar questionamentos do mesmo lugar de fala dos representantes do empreendimento, o que levou a uma polarização das audiências públicas. Isso contribuiu para o invisibilização da presença dos atores subalternos a serem atingidos pelo Projeto Retiro.

Outro aspecto surgido nas audiências foi o conhecimento de uma alegada incompatibilidade entre o empreendimento minerário e um projeto de energia eólica. Durante o evento ocorrido em São José do Norte, a empresa interessada no parque de energia eólica aliou-se ao movimento ambientalista como forma de demonstrar a rejeição da população à mineração e assim legitimar o seu empreendimento. Isso serviu para que os favoráveis à mineração tentassem invalidar a resistência local à mineração ao alegar que haviam sido manipulados pelos empresários da energia eólica, como se os nortenses fossem incapacitados de formar uma opinião própria acerca dos projetos de desenvolvimento a serem instalados no seu município.

A organização de mobilizações contrárias ao empreendimento minerário passou a ocorrer principalmente a partir da Licença Prévia à RGM, emitida em junho de 2017. A Licença Prévia foi concedida a despeito do não atendimento às recomendações elaboradas pelo Ministério Público, nas quais são destacadas as inúmeras lacunas e inconsistências técnicas existentes nos estudos elaborados. Destaca-se a influência exercida por interesses políticos, conforme demonstrou a reunião do senador Lasier Martins com o então ministro do Meio Ambiente, apenas quatro meses antes da emissão da Licença para o empreendimento minerário.

O movimento ambientalista, que já havia mostrado sua capacidade de mediação ao se aliar ao empreendimento eólico durante a Audiência Pública, além de ter fomentado a participação da comunidade acadêmica da FURG, manteve-se como um ator-chave na

organização da resistência à mineração. O ingresso de novos integrantes, como agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidade acadêmica e moradores nortenses em geral, potencializou a capacidade de mediação do movimento, possibilitando o estabelecimento de interações que conferissem maior visibilidade à resistência ocorrida em São José do Norte e assim os fortalecesse. Podemos destacar a participação de um integrante do movimento no “Seminário Regional sobre os Impactos dos Projetos de Mineração” e a aprovação na Câmara de Vereadores nortense de uma Moção de repúdio ao Projeto de Mineração Retiro. A isso soma-se a realização da Audiência Pública “Os Impactos do Projetos de Mineração em São José do Norte e na Região”, em que a população nortense, sobretudo os atores do meio rural, puderam expressar suas preocupações em relação ao empreendimento. Nesse evento, pela primeira vez, ocorreu o pronunciamento da prefeita, em contrariedade ao projeto.

Na mobilização contrária à mineração em São José do Norte, verificou-se o tensionamento de pressupostos da modernidade, tais como a busca incessante pelo crescimento econômico e a exploração dos recursos naturais finitos. Ainda que em São José do Norte o desenvolvimento permaneça gerando os desejos de que necessita para se perpetuar, este estudo busca apontar para a existência de experiências e saberes outros que são invisibilizados pela modernidade.

REFERÊNCIAS

- ABAIXO assinado contra a mineração na localidade do Retiro, São José do Norte – RS. In: IBAMA. **Processo nº 02001.004046/2011-84, referente ao Projeto Atlântico Sul**. Brasília, v. IV, dez. 2014. 200p.
- ACSELRAD, Henri. Apresentação: de “bota foras” e “zonas de sacrificio”. Um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALAMINO, Renata de C. J.; VILLA VERDE, Rodrigo B. da R.; FERNANDES, Francisco R. C. Do carvão às pedras preciosas: Região Sul. In: FERNANDES, Francisco R. C.; ALAMINO, Renata de C. J.; ARAUJO, Eliane R. (ed.). **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais, econômicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014. p. 349-379.
- ALVES, Francisco N. O município de São José do Norte à época da República Velha: Fundamentos político-administrativo e urbanísticos. In: TAGLIANI, Paulo R. A. *et al.* **Arqueologia, história e socioeconomia da restinga da Lagoa dos Patos: uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserva da biosfera**. Rio Grande: FURG, 2000.
- ARAUJO, Eliane R.; OLIVIERI, Renata D.; FERNANDES, Francisco R. C. Prefácio: atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: FERNANDES, Francisco R. C.; ALAMINO, Renata de C. J.; ARAUJO, Eliane R. (ed.). **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais, econômicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014. p. 1-12.
- ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Ata 33/2012. São José do Norte, jul. 2012.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/sao-jose-do-norte_rs. Acesso: 20 ago. 2017.
- BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BANDEIRA, Pedro S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, José A. F.; BENETTI, Maria D.; BANDEIRA, Pedro S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994. p. 7-48.
- BENETTI, Maria D. Agropecuária na Região Sul do Rio Grande do Sul - 1970-90. In: ALONSO, José A. F.; BENETTI, Maria D.; BANDEIRA, Pedro S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994. p. 94-168.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BIOLAW. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. Complexo Eólico Ventos do Atlântico. Porto Alegre, 2017

BR-101. O caminho do desenvolvimento. **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 1-4, ago. 1997.

BRANDÃO, Carlos R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, n. 1, v. 10, p. 11-27, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5.051**, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 2004.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 9**, de 3 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Brasília, 1987.

BRAVO, Maicon D. Desenvolvimento técnico e esgotamento do meio: a pesca industrial como nêtese do pescador artesanal. **Revista Didática Sistemica**, Rio Grande, v. 7, p. 138-146, jan. 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRIGG, Morgan. Post-development, Foucault and the colonisation metaphor. **Third World Quarterly**, v. 23, n. 3, p. 421-436, 2002.

BUNSE, Heinrich A. W. **São José do Norte**: aspectos linguísticos e etnográficos do antigo município. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

CAGED. **Perfil municípios**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL. **Moção Legislativa nº 05/2017**. São José do Norte. 25 abr. 2017c. Disponível em: <https://www.camarasjnorte.rs.gov.br/index.php/mocao-legislativa-no-0052017/>. Acesso em: 3 out. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL. Gabinete do Vereador Luiz Gautério. **Proposta de Moção nº 02/2017**. São José do Norte. 25 abr. 2017b.

CÂMARA MUNICIPAL. Gabinete do Vereador Luiz Gautério. **Proposta de Moção nº 01/2017**. São José do Norte. 24 mar. 2017a.

CAMPOS, André G.; CHAVES, José. V. **Seguro defeso**: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa. Brasília: Ipea, 2014.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

CARGNIN, Antonio P. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la nueva granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 9-24.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo. Introducción: La translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (ed.). **Teorías sin disciplina**: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; RESTREPO, Eduardo. Introducción: colombianidad, población y diferencia. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; RESTREPO, Eduardo (ed.). **Genealogías de la colombianidad**: formaciones discursivas y tecnologías de gobierno en los siglos XIX y XX. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2008. p. 10-40.

CEBOLA dá prejuízo a plantadores. **Zero Hora**, Porto Alegre, set. 1992. p. 41.

CHAKRABARTY, Dipesh. Una pequeña historia de los estudios subalternos. In: SANDOVAL, P. (org.). **Repensando la subalternidad**: miradas críticas desde/sobre América Latina. 2. ed. Popayán: Envió, 2010. p. 25-52.

CONEXÃO MARÍTIMA. **Feira do Polo Naval RS**. Rio Grande: Editora Conexão Marítima, v. 95, fev. 2013.

COSTA, Cristiane S. N. **A empresarização do espaço em cidades locais**: um estudo no município de São José do Norte/RS. 2017. 234 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p.117-183, fev. 2006.

COSTA, Ricardo C. da; PIRES, Victor H.; LIMA, Guilherme P. S. de. Mercado de embarcações de apoio marítimo às plataformas de petróleo: oportunidades e desafios. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 28, p.125-146, set. 2008.

COSTAMILAN, José F. A.; TORRES, Luiz H. **São José do Norte**: o início de um povoado. São José do Norte: FURG, 2007.

CRESCER movimento contra a instalação da mineração no município. **O Nortense**, São José do Norte, ago. 2017. p. 2.

D'AVILA, Ana Paula F.; BRIDI, Maria A. Indústria naval brasileira e a crise recente: o caso do Polo Naval e Offshore de Rio Grande (RS). **Cadernos Metr pole**, v. 19, n. 38, p. 249-268, abr. 2017.

DE VRIES, Pieter. Comunidad y desarrollo en los Andes Peruanos: una crítica etnográfica al Programa de Modernidad/Colonialidad. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 248-281, maio/ago. 2013.

DE VRIES, Pieter. Don't compromise your desire for development! A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine. **Third World Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 25-43. 2007.

DEFENSORIA PÚBLICA. **Ofício 18/2013**. Rio Grande, maio 2013b.

DEFENSORIA PÚBLICA. **Ata de reunião**. São José do Norte, jan. 2013a.

DEFENSORIA PÚBLICA. **Cartilha da negocia o**. São José do Norte, 201?.

DEFENSORIA PÚBLICA. **Portaria n  01/12**. Apurac o de dano coletivo envolvendo a retirada das famílias assentadas sobre a área do estaleiro da empresa EBR na cidade de São José do Norte – RS. São José do Norte, ago. 2012.

DOMINGUES, Marcelo V. R.; CARVALHO, Diogo S.; CARVALHO, Andréa B. O Polo Naval e *Offshore* e o desenvolvimento regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, v. 34, p. 933-954, 2013.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32.

EBR. **EBR-0092-2016**. São José do Norte, nov. 2016.

EBR iniciar  produc o de módulos para a P-74 em dezembro. **Jornal Agora**, Rio Grande, set. 2013. p. 10

EBR. **Programa de acompanhamento da re[a]loca o das mor dias localizadas na área do empreendimento**. 201?.

ESCOBAR, Arturo. M s all  del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista de Antropolog  Social**, v. 21, p. 23-62, 2012.

ESCOBAR, Arturo. **La invenc n del Tercer Mundo: construcc n y deconstrucc n del desarrollo**. Caracas: Fundac n Editorial El Perro y La Rana, 2007. 419 p.

ESCOBAR, Arturo. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalizac n**. Caracas: Facultad de Ciencias Econ micas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005b. p. 17-31.

- ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005a. 274 p.
- ESCOBAR, Arturo. Anthropology and development. **International Social Science Journal**, v. 49, n. 4, p. 497-516, 1997.
- ESTALEIRO muda a face de São José do Norte. **Jornal do Comércio**, 17 fev. 2014.
- ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: VIOLA, Andreu (ed.). **Antropología del desarrollo, teoría y estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona: Paidós, 2000. p. 67-101.
- FEE. **Tabelas-destaque 2015**. 2018. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimentosocioeconomico/tabelas-destaque/>. Acesso em: 1 mar. 2018.
- FEE. **Perfil econômico**. 2017. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socieconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%3Eo+Jos%E9+do+Norte>. Acesso em: 3 mar. 2018.
- FEPAM. Informação técnica nº 16/2015. In: IBAMA. **Processo nº 02001.004046/2011-84, referente ao Projeto Atlântico Sul**. Brasília, v. VI, abr. 2015. 200 p.
- FEPAM. **Licença de Instalação nº 848/2012-DL**. Processo nº 3979-05.67/12-7. Porto Alegre, jul. 2012b.
- FEPAM. Ofício FEPAM nº 5493/2012. Processo nº 17743-0567/10-8. **Solicitação de informações Estaleiros do Brasil**. Porto Alegre, maio 2012a.
- FEPAM. **Licença Prévia nº 1433/2011-DL**. Processo nº 2932-05.67/11-5. Porto Alegre, dez. 2011.
- FERGUSON, James. **The anti-politics machine: “development”, depoliticization and bureaucratic power in Lesotho**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.
- FERGUSON, James; LOHMAN, Larry. The anti-politics machine: “development” and bureaucratic power in Lesotho. **The Ecologist**, v. 24, n. 5, p. 176-181, 1994.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul 1503 - 1974**. 4. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1974. 285 p.
- FLEURY, Lorena. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- FLOPAL. Ofício nº 201/2014. In: IBAMA. **Processo nº 02001.004046/2011-84, referente ao Projeto Atlântico Sul**. Brasília, v. IV, dez. 2014. 200 p.
- FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e política da etnografia ‘em casa’. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1 e 2, jan./dez. 2008.

FONTOURA, Luiz F. M. **As relações de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

FREITAS, Gabriella R. de. **A imersão social das ações econômicas: oportunidades, interesses e expectativas de trabalhadores qualificados do Polo Naval de Rio Grande**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FUTURO NO RALO. 2016. Disponível em: <http://futuronoralo.blogspot.com/>. Acesso em: 7 maio 2017.

GABINETE DO PREFEITO. **Termo de cooperação entre a Prefeitura de São José do Norte e a Empresa EBR – Estaleiros do Brasil Ltda**. São José do Norte, jun. 2012.

GIANUCA, Kahum de S. **Aspectos socioeconômicos e ambientais da exploração de Pinus sp. no município de São José do Norte e análise das alterações na paisagem em áreas adjacentes aos plantios na região do Estreito entre os anos de 1964 e 2007**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.

GOVERNO Federal pretende agilizar licença para mineração no município. **O Nortense**, São José do Norte, março 2017. p. 3

GUDYNAS, Eduardo. El postdesarrollo como crítica y el Buen Vivir como alternativa. In: RAMOS, Gian C. D (coord.). **Buena Vida, Buen Vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad**. Cidade do México: UNAM, 2014.

GUDYNAS, Eduardo. O maior extrativista do continente: Brasil. **América em movimento**. 2013. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/active/64049>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Las nuevas intersecciones entre pobreza y desarrollo: tensiones y contradicciones de la sociedad civil y los gobiernos progresistas. **Surmanía**, Bogotá, n. 4, set. 2010.

GUDYNAS; Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT *et al.* (org.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP, 2009.

GUILERMINO, Cesar. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. Porto Alegre: Globo, 1980.

GUTIERRES, Henrique E. P. A efetividade da gestão ambiental nas empresas de mineração no Estado da Paraíba na ótica das comunidades. **Revista Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 287-289, 2012.

HALL, Stuart. The Rest and the West: discourse and power. In: HALL, Stuart; GIEBEN, Bram (ed.). **Formations of modernity**. Traducción Ana Díaz. London: Polity Press. 1992. p. 275-332.

HAR. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. Projeto Retiro, São José do Norte, 2014.

IBAMA. **Audiências Públicas – Licenciamento Ambiental Federal**. 2016. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/consultas/audiencias-publicas/audiencias-publicas-licenciamento-ambiental-federal-empresendimentos-e-projetos>. Acesso em: 25 mar. 2018.

IBAMA. Audiência Pública Projeto Retiro (Rio Grande) - Transcrição. In: IBAMA. **Processo nº 02001.004046/2011-84**, referente ao Projeto Atlântico Sul. Brasília, v. VI, abr. 2015b.

IBAMA. Audiência Pública Projeto Retiro (São José do Norte) – Transcrição. In: IBAMA. **Processo nº 02001.004046/2011-84**, referente ao Projeto Atlântico Sul. Brasília, v. V, jan. 2015a.

IBAMA. Formulário de questionamento. In: IBAMA. **Processo nº 02001.004046/2011-84, referente ao Projeto Atlântico Sul**. Brasília, v. IV, dez. 2014c. 200 p.

IBAMA. Lista de Presença Audiências Pública – Audiência Pública em São José do Norte. In: IBAMA. **Processo nº 02001.004046/2011-84**, referente ao Projeto Atlântico Sul. Brasília, v. IV, dez. 2014b. 200 p.

IBAMA. Lista de Presença – Audiência Pública em Rio Grande. In: IBAMA. **Processo nº 02001.004046/2011-84, referente ao Projeto Atlântico Sul**. Brasília, v. III, nov. 2014a. 200 p.

IBGE. **Censo 2010**. 2018b. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

IBGE. **Censo 1980**. 2018a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso em: 12 jun. 2018.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 3 mar. 2017.

JESUS, Claudiana G. de; GITAHY, Leda M. C. Transformações na indústria de construção naval brasileira e seus impactos no mercado de trabalho (1997-2007). In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1., 2009, Cabo Verde. **Anais...** Cabo Verde: Redes e Desenvolvimento Regional, 2009. p. 3898-3916.

KLEIN, Jefferson; COMUNELLO, Patrícia. EBR deve receber a licença no segundo semestre. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 1 jul. 2011.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. 160 p.

LACERDA, Sander M. Oportunidades e desafios da construção naval. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 41-78, dez. 2003.

LEROY, Jean; ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: FASE; ETTERN/IPPUR. **Relatório-síntese: projeto avaliação de equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento**. 2012. p. 11-15.

LEWIS, David; MOSSE, David. Theoretical approaches to brokerage and translation in development. In: LEWIS, David; MOSSE, David (org.). **Development brokers and translators: The Ethnography of Aid and Agencies**. Sterling: Kumarian Press, 2006. cap. 1. p. 1-26.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. Cidade do México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores En Antropología Social, 2007. 504 p. (Colección Investigaciones).

LONG, Norman; PLOEG, Jan D. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Márcio (org.). **Os atores do desenvolvimento rural: Perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 21-48.

LOPES, Raizza da C. **A mineração em São José do Norte, RS: um estudo sobre controvérsias ambientais em torno do Projeto Retiro**. Dissertação (Mestrado Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho resistência sociedade**. 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. 199 p.

MAESTRI FILHO, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984. 203 p.

MAESTRI FILHO, Mário. O escravo africano no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 29-54.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROSGOUEL, Ramón. (ed.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MARIANO, Nilson. O Rio Grande esquecido: berço do império português no Estado vive no abandono. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 30-31, 30 ago. 1992.

MIGNOLO, Walter. La opcion decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, n. 8, p. 243-282, 2008.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROSGOUEL, Ramón. (ed.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007b. p. 25-46.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007a. 242 p.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. 505 p.

MOLIN, Naiara dal; FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo; TOGEIRO, Thiago Bessa Puccini Novaes. Caracterização socioeconômica e política dos municípios de Pelotas e de Rio Grande. In: MOLIN, Naiara dal; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande**. Porto Alegre: Cirkula, 2014. p. 13-41.

MORADORES da Vila Nova e Defensoria Pública fazem reunião com a imprensa. **Jornal Agora**, 28 maio 2013.

MOREIRA, Vânia M. L. A conquista do trabalho indígena: fé, razão e ciência no mundo colonial. In: FORTES, Alexandre et al. (org.). **Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 133-165.

MOSSE, David. Process-oriented approaches to development practice and social research. In: MOSSE, David; FARRINGTON, John; REW, Alan (ed.). **Development as a process: concepts and methods for working with complexity**. London and New York: Routledge, 2005. cap. 1. p. 2-29.

MOSSE, David. ‘People’s knowledge’, participation and patronage: operations and representations in rural development. In: COOKE, Bill; KOTHARI, Uma. **Participation: the new tyranny?** London: Zed Press, 2001. cap. 2. p. 16-35.

MOURA, Gustavo G. M. **Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etno-oceanográfica**. 2009. Dissertação em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2009.

MPF. **Recomendação PRM/RG/RS nº 02/2016**. Inquérito Civil nº 1.29.006.000189/2012-59. In: IBAMA. Processo nº 02001.004046/2011-84, referente ao Projeto Atlântico Sul. Rio Grande, v. IX, fev. 2016b. 200 p.

MPF. **Recomendação PRM/RG/RS nº 01/2016**. Inquérito Civil nº 1.29.006.000189/2012-59. 2016. In: IBAMA. Processo nº 02001.004046/2011-84, referente ao Projeto Atlântico Sul. Rio Grande, v. VIII, set. 2016a, 200 p.

MPF. **Ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra Estaleiros do Brasil Ltda. – EBR e Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG**. Rio Grande, maio 2013.

NESKE, Márcio Z. **Colonialidade e desenvolvimento**: a resignificação do lugar em “zonas marginalizadas” no Sul do Rio Grande do Sul. 160 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NETO, Otávio C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

NUSTAD, Gunnar K. Development: the devil we know? **Third World Quarterly**, v. 22, n. 4, p. 479-489. 2001.

OCMAL. Presentación. In: OCMAL. **Conflictos mineros en América Latina**: extracción, saqueo y agresión. Estado de situación en 2014. 2015. p. 5-6.

OSÓRIO, Helen. “Com a sua marca”: trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres na pecuária no Brasil meridional. In: FORTES, Alexandre *et al.* (org.). **Cruzando Fronteiras**: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 187-203.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. 315f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PARANAPANEMA deverá gerar empregos para a região. **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 30-21, out. 1999.

PASQUOTTO, Vinícius. F. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul**: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 17, p. 219-232, 2008.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 96 p.

POLAR AMBIENTAL. **Audiência Pública (Apresentação)** - São José do Norte, RS. Disponível em: <http://www.ebrbrasil.com/download>. Acesso em: 13 fev. 2017.

POLAR AMBIENTAL. **Relatório de Impacto Ambiental - RIMA**. Estaleiro São José do Norte. Porto Alegre, 2011.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Selbach, 1954.

PUBLICADA sentença que reconhece dano moral sofrido por Procuradora da República. **JusBrasil**, 29 maio 2012. Disponível em: <https://prrs.jusbrasil.com.br/noticias/3166972/>

rio-grande-publicada-sentenca-quereconhecedano-moral-sofrido-por-procuradora-da-republica. Acesso em: 20 fev. 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 285-327.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, n. 2, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuario Mariateguiano**, Lima, v. XI, n. 9, p.113-122, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, Catalunha, v. XLIV, n. 4, p. 583- 591, dez. 1992.

QUINTERO, Pablo. Introducción. In: QUINTERO, Pablo (ed.). **Crisis Civilizatoria, desarrollo y Buen Vivir**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014. p. 11-25.

QUINTERO, Pablo. Desarrollo, Modernidad y Colonialidad. **Revista de Antropología Experimental**, Jaén, n. 13, p. 67-83, 2013.

RADOMSKY, Guilherme. F. W. As políticas de desenvolvimento no limite entre a sedução e a sedação: a agricultura ecológica do sul do Brasil na trama das relações de poder, mediação social e ações do Estado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2019. No prelo.

RADOMSKY, Guilherme F. W. Pós-desenvolvimento e estudos rurais. In: CONTERATO, Marcelo A.; RADOMSKY, Guilherme F. W.; SCHNEIDER, Sérgio. (org.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural**. Aportes Teóricos e Proposições Metodológicas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014. cap. IX. p. 167-182.

RADOMSKY, Guilherme F. W. Pós-desenvolvimento, indicadores e culturas de auditoria: reflexões críticas sobre governança e desenvolvimento. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 2, p. 155-163, 10 jul. 2013.

RADOMSKY, Guilherme F. W. Pós-desenvolvimento, culturas de auditoria e etnografia de projetos: problemas recentes em antropologia do desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Brasília: IPEA, 2011b.

RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 75, n. 26, p. 149-162, fev. 2011a.

RAIS. **Portal do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>. Acesso em: 17 jun. 2018.

RESTREPO, Eduardo. **El proceso de investigación etnográfica**: consideraciones éticas. *Etnografías Contemporáneas*, v. 1, n. 1, p. 162-179. 2015.

RESTREPO, Eduardo. **Técnicas etnográficas**. Documentos de trabajo. 2011. Disponível em: <http://www.tecnicasetnograficas.ecaths.com/textos/>. Acesso em: 27 jun. 2017.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel (org.). **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Universidad del Cauca, 2010. 234 p.

RGM. Ofício S/N RGM/2017. In: IBAMA. **Processo nº 02001.004046/2011-84**, referente ao Projeto Atlântico Sul. Brasília, v. X, fev. 2017.

RIBEIRO, Gustavo L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80, p. 109-125, mar. 2008.

RIST, Gilbert. **The history of development**: from western origins to global faith. 3rd ed. London: Zed books, 2008. 288 p.

ROCHA, Jefferson M. As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**. Porto Alegre: FEE, 2000.

ROCHA, Ana Luiza C. da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos (org.). **Ciências Humanas**: Pesquisa e método. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 9-24.

SACHS, Wolfgang. Introduction. In: SACHS, Wolfgang (ed.). **Development dictionary**. 2. ed. Londres: Zed Books, 2010.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Conselho Editorial, 2002. 578 p.

SANT’ANNA, André. A. Brasil é a principal fronteira de expansão do petróleo no mundo. **Visão do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 1-8, 18 out. 2010.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, 2007b.

SANTOS, Jefferson R. dos. Análise do processo de especialização produtiva e da crise do sistema de produção de cebola em São José do Norte – RS. **Sinergia**, v. 11, n. 2, p. 53-65, 2007a.

SANTOS, Caio F. dos; ARAÚJO, Claudionor F.; MACHADO, Carlos R. da S. Rio Grande (RS): Uma “zona de sacrifício”. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 91-104, set./dez. 2013.

SANTOS, Caio F. dos *et al.* São José do Norte (RS/Brasil): Meio Ambiente como Mercadoria. **Geografares**, v. 22, p. 82-94, dez. 2016.

SÃO JOSÉ DO NORTE, Prefeitura Municipal de. **Boletim Informativo**, São José do Norte, ano 1, n. 4, jul./ago. 2014.

SÃO JOSÉ DO NORTE, Prefeitura Municipal de. Gabinete do Prefeito - Assessoria de Comunicação e Imprensa. **São José do Norte: A Caminho do Desenvolvimento**. Parte 1, 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA. **Ofício 27/2014/SMF**. São José do Norte, mar. 2014.

SEGATO, Rita L. Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidad del poder. In: SEGATO, Rita L. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013. p. 35-68.

SILVA, Raquel H. **As transformações na vida cotidiana dos Pescadores Artesanais da Vila Nova a partir da chegada do Estaleiro EBR em São José do Norte – RS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação e Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SILVA, Oracy. T. da. Sistema de travessia de lanchas teve início em 1926. **Jornal Agora**, Rio Grande, 13 jul. 2015.

SILVA, Rogério P. da *et al.* O Impacto do Polo Naval no setor imobiliário da cidade do Rio Grande – RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6., 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2012.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STOREY, Andy. Post-development theory: romanticism and Pontius Pilate politics. **Development**, v. 43, n. 4, p. 40-46, 2000.

STORTTI, Maurênio. **Avaliação do impacto regional e local decorrente da implantação do estaleiro EBR em São José do Norte**. Porto Alegre, 2013.

STRATHERN, Marilyn. Introduction: new accountabilities. In: STRATHERN, Marilyn. **Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics and the academy**. London; New York: Routledge, 2000. p. 1-18.

TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE. **Escritura pública declamatória e termo de transação**. São José do Norte, 2013.

TORRES, Luiz. H. Da colônia ao império: um panorama histórico da região. In: TAGLIANI, Paulo R. A. *et al.* **Arqueologia, história e socioeconomia da Restinga da Lagoa dos**

Patos: Uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserva da biosfera. Rio Grande: FURG, 2000. p. 41-63.

UNITED NATIONS. **The United Nations and decolonization.** Disponível em: <http://www.un.org/en/decolonization/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (org.). **Mediação, cultura e política.** Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2001.

VELHO, Gilberto. Mediação e metamorfose. In: KUSCHNIR, Karina (org.). **Eleições e representação no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Dumara, 2000.

VERSCOORE FILHO, Jorge. R. S. **Metade Sul:** uma análise das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. 170 p. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

VIOLA, Andreu. Desarrollo. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: VIOLA, Andreu (ed.). **Antropología del desarrollo:** teoría y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-63.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. (ed.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 47-62.

WALSH, Catherine. Introducción. (Re)pensamiento crítico y (de)colonialidad. In: WALSH, Catherine (ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial:** reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Abya Yala, 2005. p. 11-35.

WEISSHEIMER, Marco. Mineração: empresas e órgãos ambientais não vão à audiência pública debater com comunidades atingidas. **Sul 21**, Porto Alegre, 10 abr. 2018b. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2018/04/mineracao-empresas-e-orgaos-ambientais-nao-va-a-audiencia-publica-debater-com-comunidades-atingidas/>. Acesso em: 7 nov. 2018.

WEISSHEIMER, Marco. Moradores de São José do Norte fazem caminhada contra projeto de mineração. **Sul 21**, Porto Alegre, 21 fev. 2018a. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/02/moradores-de-sao-jose-do-norte-fazem-caminhada-contra-mineracao/>. Acesso em: 7 nov. 2018.

WEISSHEIMER, Marco. Pescadores e agricultores rejeitam exploração de minerais pesados em São José do Norte. **Sul 21**, Porto Alegre, set. 2017b. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/09/pescadores-e-agricultores-rejeitam-exploracao-de-minerais-pesados-em-sao-jose-do-norte/>. Acesso em: 17 fev. 2018.

WEISSHEIMER, Marco. Impacto ambiental do projeto de mineração de titânio preocupa comunidade de São José do Norte. **Sul 21**, Porto Alegre, jul. 2017a. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2017/07/impacto-ambiental-de-projeto-de-mineracao-de-titanio-preocupa-comunidade-de-sao-jose-do-norte/>. Acesso em: 21 fev. 2018.

ZIAI, Aram. Concluding the exploration: post-development reconsidered. In: ZIAI, Aram (ed.). **Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives.** Londres: Routledge, 2007b. p. 226-234.

ZIAI, Aram. The ambivalence of post-development: between reactionary populism and radical democracy. In: ZIAM, Aram (ed.). **Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives.** Londres: Routledge, 2007a. p. 111-128.

ANEXO A – Reunião dos moradores da Comunidade Vila Nova (Ata nº 01)

Moradores da Comunidade da Vila Nova, Município de São José do Norte, RS

Reunião de compartilhamento de opiniões sobre a instalação do Empreendimento 191657 da EBR- Estaleiros do Brasil S/A na região da Vila Nova – Cocurutu, Município de São José do Norte

ATA DA REUNIÃO – Nº 01

Na reunião realizada às 14 horas de 24 de junho de 2012, na comunidade da Vila Nova, município de São José do Norte, estavam presentes 20 moradores de tal localidade.

O objetivo do encontro foi o compartilhamento de depoimentos, opiniões e críticas ao processo de instalação do empreendimento da EBR- Estaleiro do Brasil S/A na ESTRADA PÚBLICA DO COCURUTO, S/No - COCURUTO □ SÃO JOSÉ DO NORTE - RS □ COORDENADAS GEOGRÁFICAS (SAD69): LAT: -32,0392361° LONG: -52,0315889°, para a atividade de: FABRICAÇÃO, MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS “OFF-SHORE” E MÓDULOS DE PLATAFORMAS DE PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO -ESTALEIRO, CAIS DE ATRACAÇÃO E DIQUE SECO, de acordo com a Licença Prévia 1433/2011- DL, Processo nº 2932-05.67 / 11-5.

Os moradores levantaram diversos questionamentos sobre a maneira com que o processo de instalação do empreendimento vem sendo conduzida por parte dos Empreendedores e Órgãos Públicos, assim como sobre a possibilidade de expansão do cais portuário do Porto do Rio Grande na região.

A seguir algumas das principais questões levantadas:

1) *Até o momento não foi feita nenhuma reunião com habitantes da região. Gostaríamos então de solicitar uma reunião com os representantes do Empreendedor e do órgão licenciador somente com os moradores, na própria comunidade Vila Nova, com local e data a definir urgentemente.*

2) *Deveria ter sido feita uma reunião do Empreendedor com a participação dos moradores em outubro de 2010, quando iniciaram o planejamento. Até o momento ninguém veio até aqui perguntar.*

- ✓ *Vocês querem ficar ou sair daqui?*
- ✓ *O que acham da vinda do estaleiro?*
- ✓ *Caso saiam, para onde gostariam de ir? Como querem que o processo seja conduzido? Querem indenização? Quanto?*

3) *Gostaríamos de solicitar a visita dos responsáveis pelas equipes da EBR, da FEPAM, e de representantes do Governo do Estado e do Ministério Público Federal. Observando que não gostaríamos do envolvimento do Porto de Rio Grande e da Prefeitura de São José do Norte nesta primeira reunião que solicitamos.*

✓ *Observação: O Porto do Rio Grande informou, na Audiência Pública do dia 19 de junho de 2012, na sede do Ministério Público Federal em São José do Norte, que a realocação será para o bairro Tamandaré. Mas nunca foram perguntar aos moradores.*

4) *Todos os moradores devem se unir contra esta situação de incerteza. O morador perguntou sobre a possibilidade de criar um quadro de advocacia para defender os interesses dos moradores da Vila Nova/ Cocurutu. Faltou a disponibilização das informações de legislação. Aguardando um amanhã que nem sabe se existirá ou não. Queremos uma equipe jurídica forte. Para termos garantia do que acontecerá no futuro.*

✓ *Vamos vender individualmente? Como será?*

5) *Ninguém quer sair. Afirmaram, conjuntamente, todos os presentes na reunião.*

6) *Indenização e respeito aos moradores da região.*

É um "disse que me disse": Antes o estaleiro não atingiria a Vila Nova. Depois de um tempo, disseram que realmente atingiria a Vila Nova.

Esperando EBR vir conversar.

Falta de clareza da parte da EBR, FEPAM, da Prefeitura e do Governo do Estado.

Prioridade: faria um empreendimento que beneficiaria até mesmo os pescadores da região.

7) Três famílias venderam seus terrenos há 4 anos para a ARACRUZ CELULOSE.

8) *Não quero sair daqui por dinheiro nenhum.*

9) *O atual prefeito alegou que os moradores são invasores.*

Foi emitido protocolo pela Prefeitura de São José do Norte – sob a gestão do Prefeito José Vicente Ferrari- alegando que *era a Área de Marinha e que os moradores estavam invadindo a área para fazer logística com o Porto.*

✓ Ofício nº 273, de 31 de maio de 2010 (da Prefeitura de São José do Norte).

✓ Ofício nº 02048/10 SPI 850-0400/10-0, de 27 de dezembro de 2010 (emitido pela SPI como resposta ao ofício anteriormente citado).

10) Na região residem 48 famílias e ninguém quer sair, ou seja, aproximadamente 150 moradores só na Vila Nova. Diante disso, novamente contestaram:

Quem são as famílias que concordaram? Aqui ninguém foi a favor.

Mandar para um órgão competente as assinaturas que nenhum de nós é sabedor disso.

Moradora há 53 anos e não quer sair.

Morador há 47 anos também não quer sair.

Morador há 42 anos não quer sair.

Morador há 49 anos e não quer sair.

Morador há 43 anos e não quer sair.

Morador há 18 anos e não quer sair.

Moradora há 58 anos e não quer sair.

ANEXO B – Reunião dos moradores da Comunidade Vila Nova (Ata nº 02)

Moradores da Comunidade da Vila Nova, Município de São José do Norte, RS

Reunião de compartilhamento de opiniões sobre a instalação do Empreendimento
191657 da EBR- Estaleiros do Brasil S/A na região da Vila Nova
Município de São José do Norte

ATA DA REUNIÃO – Nº 02

Às 14 horas e 30 minutos do dia 15 de julho a segunda reunião dos moradores da Vila Nova foi realizada a fim de dar encaminhamento aos questionamentos relacionados à instalação do estaleiro na localidade, assim como à Audiência Pública para apresentação da Licença de Instalação do Empreendimento 191657 da EBR- Estaleiros do Brasil S/A na região da Vila Nova, realizada no Ministério Público Federal no dia 13 de julho de 2012. A pauta da reunião foi o levantamento de questionamentos sobre a resposta das autoridades ao documento anteriormente enviado à Procuradoria da República em Rio Grande, sob protocolo PRM-RGR-RS-00004185/2012, às 15:12 do dia 25 de junho de 2012, referente à primeira reunião dos moradores, realizada no dia 24 de junho de 2012, assim como o encaminhamento anteriormente citado. Foi formado o Comitê de Moradores da Comunidade Vila Nova, constituído por 5 moradores, que representarão a maioria dos habitantes da comunidade nos futuros procedimentos de facilitação da comunicação com os Órgãos Públicos e com Empreendedores, tais como a EBR Estaleiros do Brasil. Tal comitê será representado pelos Senhores Josué Gonçalves da Rocha, Jorge Franco Chaves, Pedro Sidnei Gautério de Sá e pelas Senhoras Teresinha da Silva e Daiane Silva de Sá. Todos os participantes da reunião levantaram as mesmas reivindicações e ficou resolvido uma nova solicitação de reunião, urgente, da FEPAM, Procuradoria da República, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e EBR com os moradores da localidade, sejam pescadores artesanais ou demais profissionais. Solicitaram que tal reunião seja realizada na antiga Escola Anita Garibaldi, na própria Vila Nova, e que os moradores não tenham sua privacidade exposta. Seguem alguns dos questionamentos levantados:

- 1) *Durante a Audiência Pública do dia 13 de julho de 2012 não foram apresentadas ao Público as condições e restrições para o Licenciamento Ambiental do Empreendimento quanto às questões do meio antrópico. Logo, nós, moradores da região da Vila Nova continuamos sem respostas da EBR e das diferentes esferas do Poder Público em relação aos nossos questionamentos e dúvidas.*
- 2) *Ao final da Audiência Pública não foi aberta mesa de ouvidoria ao Público. Observando que o Público, ao presenciar o encerramento da Audiência sem o momento de abertura ao debate público, teve que fazer um protesto a fim de expor suas reivindicações. Uma moradora da comunidade, por livre iniciativa, procurou a coordenação da mesa a fim de manifestar sua indignação e assim representar os moradores da Vila Nova. Após tal reivindicação, o Deputado Alexandre Lindenmeyer formou uma roda com os moradores da região a fim de ouvir suas declarações. Representantes da FEPAM haviam declarado que a*

Licença de Instalação só seria emitida após as questões relativas à situação e relocação dos Moradores, assim como da Estrada Pública do Cocurutu, serem resolvidas de forma justa. No entanto, ninguém da FEPAM, EBR, Prefeitura e do Governo do Estado, foi procurá-los.

- 3) Em relação ao conteúdo do documento de Licença de Instalação, os moradores observaram que, no tópico “ 7. Quanto às questões do meio antrópico”, folha 12/22, da LI No 848/2012-DL, não foram suficientemente detalhadas e elucidadas as alternativas às situações atual e futura dos moradores da comunidade, tão pouco o teor do “Programa de Relocação dos Moradores”, citado no subitem 7.10.3., do qual ninguém teve conhecimento até o presente momento.

Os seguintes questionamentos foram levantados em relação ao subitem 7.10.3 : (3.1.) *Como pode haver um “Programa de Relocação dos Moradores”, sendo que os mesmos nunca foram procurados a fim de terem sua dignidade respeitada? Qual é este Programa?;* (3.2.) *A comunidade Vila Nova foi fundada há quase 100 anos por pescadores artesanais e nela ainda residem cerca de 20 famílias de pescadores artesanais. Além disso, há pessoas que residem na localidade há mais de 50 anos e já são idosas. Além da inexistência de um processo de diálogo com a comunidade, ressalta-se ainda que, durante a Audiência Pública da Licença de Instalação, a mesa de Audiência não foi aberta ao Público. Pergunta-se então: Onde está a referida “garantia de que todos os contatos e negociações estão sendo realizados de maneira harmônica e, antes do início das obras”? A dignidade da vida humana está sendo respeitada, conforme previsto no artigo 2º da Lei 6.938, da Política Nacional do Meio Ambiente, de 31 de agosto, de 1981?;* (3.3.) *Ainda em relação ao subitem 7.10.3. “ ...O empreendedor deverá, também, notificar esta Fundação 72h antes da reunião de instalação e formação da Comissão de Acompanhamento da Relocação dos Moradores”: Qual reunião é esta? Trata-se de uma futura ou daquela referente a Licença de Instalação do Estaleiro, realizada no MPF de São José do Norte, dia 13 de julho de 2012?*

Dessa maneira, agradecemos a atenção de todos.

Moradores da Comunidade Vila Nova

São José do Norte, 17 de julho de 2012

ANEXO C – Documento elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO NORTE

RUA DR. SILVA JARDIM, 84 Fone-Fax: (0 XX 53) 3238 1126

e-mail: strurais.rs@brturbo.com.br

Reconhecido pelo MTPS Sob. O n. 11571164, em 30 de novembro de 1965 – CNPJ
96.681.1.408/0001-45

Fundado em 12 de março de 1964

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

DOCUMENTO RECEBIDO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO:

São José do Norte, 1º de dezembro de 2014.

Ilmo. Sr.
Técnico Ambiental JÔNATAS TRINDADE
DD. Coordenador de Mineração e Infraestrutura
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
Renováveis-IBAMA
Brasília - DF

LOCAL: São José do Norte
DATA: 04/12/2014
ASSINATURA: J. Silva

Senhor Coordenador:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São José do Norte, por seu Presidente, vem manifestar a Vossa Senhoria algumas preocupações na Audiência Pública que acontece nesta cidade para apresentação e discussão do Projeto Retiro desenvolvido pela empresa Rio Grande Mineração - RGM, diante do escasso conhecimento sobre o tema, mas na qualidade de representante de um seguimento relevante e produtivo, dirige tais questionamentos:

- Não está claro pela apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e seu relatório, de modo bem específico, as dimensões da lavra mineira levando em conta a área titulada pela empresa FINESA;
- Não está compreendido como o IBAMA está processando o pedido de licença ambiental de alguém que se diz empreendedor, mas não é o mesmo que detém, perante o Ministério de Minas e Energia a titularidade da área como é declarado do próprio Relatório de Impacto Ambiental, constando ser da empresa FINESA;
- No projeto apresentado e com base nas imagens, não está explicado como serão mantidas as laterais da cava de mineração, diante da evidência que a área é arenosa;
- Não se percebe no projeto e apresentação como acontecerá a alegada recomposição do solo e seu relevo, porque não aparece em um projeto de execução como é feita a contenção da parte posterior da lavra já minerada, haja vista que o local de mineração é uma espécie de um lago, e se a recomposição é imediata, torna-se incompreensível como será depositado o material na própria área minerada;
- Não foram identificados ensaios de solo que permitam estabelecer a correspondência entre a intervenção da mineração na área local, em São José do Norte, sua reconstituição nas mesmas condições;

- Pela apresentação que já se assistiu do projeto, o tempo de atividade mineraria é de 20 anos, devendo ser explicado como acontecerá a mineração em duas frentes;
- As atividades de mineração deverão demandar ruídos os quais repercutirão diretamente na produção animal, portanto deve ser esclarecido o tempo de lavra diária e o avanço da mesma lavra por dia;
- Seguem incertos os critérios para fins de indenização dos proprietários das áreas onde poderão ocorrer as atividades, e incertos critérios também quanto aos arrendatários das áreas.

O Sindicato Rural tem a preocupação que haja bastante clareza nas informações a serem prestadas, diante das dúvidas e incertezas quanto à proteção do ambiente, porque os produtores rurais retiram do solo, seja pela atividade agrícola, seja pela atividade de silvicultura e atividade de pastoril, porém estas questões ainda permanecem incertas.

Sabe-se que os impactos são irreversíveis, diante da exploração de recurso natural não renovável, e por isso, deve ser suficientemente informadas e demonstradas as medidas correspondentes à recomposição do solo, permitindo que, uma vez passada a atividade, possa ser retomada a atividade originária e vocacional das áreas.

As dúvidas, questionamentos e preocupações são pautadas diante da relevância que as atividades agrossilvipastoris constituem importantes instrumentos à fixação do homem no campo.

Limitado ao exposto, e certo de sua atenção subscrevemos.

Presidente.


STTRSJN
Charles Amaral da Silveira
PRESIDENTE

ANEXO D – Documento elaborado pela Colônia de Pescadores Z-2

São José do Norte, 04 dezembro de 2014.

Ilmo Sr.

Representante do IBAMA na Coordenação dos Trabalhos

Audiência Pública para discussão do EIA-RIMA Projeto RETIRO

Clube Recreativo Socatres

São José do Norte-RS

Senhor Coordenador:

Na oportunidade que cumprimentamos Vossa Senhoria a Presidência da COLÔNIA DE PESCADORES Z-2, ALMIRANTE TAMANDARÉ, pelo seu presidente Sr. IRANDI DA SILVEIRA RODRIGUES, RG- 8029197161 SSP/RS, CPF- 314.961.130-04, residente na localidade de São Caetano, 2º distrito de São José do Norte – RS. , podendo participar da Audiência Pública onde foi apresentado o PROJETO DE MINERAÇÃO DO RETIRO elaborado pela RGM - Rio Grande Mineração SA, apresentamos algumas preocupações e formulados alguns questionamentos.

As preocupações decorrem da condição que os Pescadores constituem comunidade tradicional em São José do Norte e não foram consultados sobre o interesse na implantação desta atividade mineraria no município de São José do Norte.

A atividade pesqueira é sazonal e diretamente influenciada pelas condições climáticas, entrada da língua salina na Lagoa dos Patos proporcionando a captura do camarão, atividade pesqueira de interior e mesmo as atividades de pesca no mar.

Não observamos no Estudo de Impacto Ambiental apresentado espaço específico que tratasse da comunidade de pescadores que, bem ou mal, serão atingidos direta ou indiretamente pelas atividades.

Já foi dito pelo representante da mineradora que a mesma ingressou com pedido de autorização junto ao órgão competente pedindo autorização de pesquisa ou lavra da área de dunas frontais e em mar (que se diz off-shore) o que irá repercutir mais diretamente na atividade pesqueira da região.

Cabe esclarecer qual a área de dunas e em qual faixa do mar que a RGM pretende obter tais autorizações.

Como serão tratadas ambientalmente as 'barras' existente do continente para o mar na área de atividade da mineração.

Não há bem definido como serão descartadas as águas da lagoa onde ficará a draga, e nem quais são os cuidados com os combustíveis utilizados na Draga e seu sistema de lubrificação, podendo haver contaminação da água da lagoa da Draga.

A comunidade de pescadores é a mais vulnerável do Município Nortense tanto que, por imposição legal, durante o período defeso, os membros são remunerados programa social, e isto deverá ser levado em consideração pela empresa como forma de promover a inclusão social dos pescadores nortenses.

Os bens socioambientais compreendem não apenas aqueles essenciais à manutenção da vida, em todas as suas formas, como também aqueles bens que são fruto da intervenção humana. Assim, o bem socioambiental se revela justamente pela proteção de dois valores em um único bem jurídico: a biodiversidade e a sociodiversidade.

Certo de sua atenção subscrevemos.

Atenciosamente.



Irandi da Silveira Rodrigues

RG- 8029197161SSP/RS.

CPF- 314.961.130-04

ANEXO E – Documento elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por moradores do meio rural

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PROCURADORA DA REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE RIO GRANDE-RS**

(SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO NORTE, com sede à Rua Silva Jardim, nº 84, Centro, **GETÚLIO JORGE DOS SANTOS**, CPF nº 254.072.360-87, residente na localidade do Gravatá, SJN, **IRACI LOPES JARDIM**, CPF nº 254.502.040-00, residente na localidade do Divisa, SJN, **LUIS FERNANDO MISSEL**, CPF nº 508.168.100-87, residente na localidade do Capão do Meio, SJN, **ANTONIO CARLOS MACHADO DE SOUZA**, CPF nº 130.538.410-53, residente na localidade do Parobé, SJN, **DINARTE COELHO AMORIM**, CPF nº 505.965.860-00, residente na localidade do Retiro, SJN, **ALCIMAR FARIAS DA SILVEIRA**, CPF nº 315.236.330-34, residente na localidade do Capão do Meio, SJN, **MARIA DOS SANTOS SILVA**, CPF nº 685.167.540-49, residente na localidade do Capão do Meio, SJN, **ANTONIO CLEUSO FRAGA COLARES**, CPF nº 261.145.260-15, residente na localidade do Retiro e **JOSÉ LOPES JARDIM**, CPF nº 201.999.960-91, residente na localidade do Divisa, SJN, todos brasileiros e agricultores, referente ao Projeto Retiro, no município vizinho de São José do Norte-RS, da empresa Rio Grande Mineração (RGM), vêm à presença de Vossa Excelência, dizer o que segue:

Primeiramente, cumpre informar que os acima qualificados são todos moradores do interior do Município de São José do Norte-RS, especificamente nas áreas que estão abrangidas pelo Projeto Retiro. Ou seja, a propriedade dos postulantes será diretamente atingida, caso o projeto seja aprovado.

Ocorre, Excelência, que após a exposição do projeto, tanto através do estante montado pela referida empresa no centro do Município, quanto nas audiências públicas realizadas em Rio Grande e São José do Norte, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, a população do Município em geral e, em especial, os moradores diretamente atingidos pelo projeto posicionam-se totalmente contrários à exploração de minérios nestas terras, por diversos motivos.

**Excelentíssima Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República
Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 518
Centro, Rio Grande-RS**

Na ocasião em que se manifestaram os representantes da RGM, muitas informações restaram obscuras ou não devidamente esclarecidas. No que tange à pretendida escavação de 8 metros de profundidade, por exemplo, ninguém ficou convencido da reposição do solo ao seu estado original. Pelo contrário, existe um fundado receio de que jamais o solo volte ao seu natural após a escavação. Aliás, isso foi dito inclusive por um dos representantes daquela empresa. Quando questionado incisivamente, deixou escapar que "*é certo que o solo não volta a ser 100% como era*".

Além disso, independentemente do fato de voltar ou não ao estado anterior – o que é muito difícil de acreditar que ocorra, mas, apenas a título argumentativo, aceitar-se-á a premissa de que será recomposto o solo – faltou a informação de quanto tempo levará para que isso ocorra. Ora, os proprietários são, em sua maioria, plantadores de cebola. Sua vida depende da safra anual do produto. Ou seja, se ficarem sem a plantação em apenas uma safra, seu sustento naquele ano restará comprometido. E nada indica que a suposta recomposição do solo será rápida.

E, antes que se argumente que haverá remuneração aos superficiários pela exploração do subsolo, esta também não restou minimamente esclarecida pela empresa exploradora. Ao contrário, sempre que perguntados sobre o *quantum* indenizatório aos superficiários, aqueles trataram de tergiversar, sem apresentar uma resposta objetiva e satisfatória.

Outro ponto a destacar é que, por certo, haverá uma queda significativa na qualidade de vida dos moradores, tanto do ponto de vista físico quanto psicológico. De um lado, a devastação do solo, a derrubada de árvores, plantas, e tudo o mais; de outro, a circulação de gente estranha pelas áreas, a incerteza quanto ao futuro, preocupações que nunca fizeram parte da vida dos moradores (continuidade da sua plantação, sua rotina de vida, desvalorização das suas terras).

O impacto ambiental também não ficou claro para os postulantes. Ninguém sabe – nem mesmo os próprios representantes da RGM – o tamanho do impacto que ocorrerá. Eles "querem acreditar" que o impacto será mínimo, no entanto, não conseguiram transmitir qualquer segurança e convicção a esse respeito, como Vossa Excelência pôde perceber na ocasião das audiências públicas. O ecossistema que hoje é equilibrado tem grandes chances de sofrer uma violenta agressão.

Além do mais, muitos dos que aqui se manifestam têm outros planos para suas áreas, como, por exemplo, a instalação de parque eólico, já tendo assinado contrato de arrendamento com a empresa Ventos do Atlântico. Note-se que os contratos foram assinados conforme a vontade dos proprietários, com todas as informações claras. Os que não quiseram assinar não o fizeram.

De outro lado, não existe manifestação de vontade em relação à mineração. No momento em que forem concedidas as licenças, ninguém será questionado se quer ou não disponibilizar suas terras, se concorda ou não com o valor estipulado de indenização, etc. Simplesmente, serão cavadas as crateras, queiram os superficiários ou não.

Após o término do projeto, ou, em caso de fracasso do mesmo, a RGM ~~A~~ra as costas e vai embora, sem qualquer comprometimento com a comunidade nortense.

Os moradores, ao contrário, seguirão com sua vida e serão obrigados a conviver com as consequências da exploração das áreas ou de seu fracasso.

Note, Excelência, que não se trata de repudiar o progresso em nosso Município. Ao contrário, todos querem o progresso e o desenvolvimento. Mas não a qualquer custo. E o projeto em tela trouxe a todos muito mais dúvidas e incertezas do que a convicção de que possa ser uma solução satisfatória para a população.

Pelos motivos acima expostos, e considerando que Vossa Excelência tem tido participação ativa em questionamentos, estudo de documentos, fiscalização, enfim, tem se mostrado incansavelmente atuante no Projeto Retiro – e possui autoridade, envergadura e coragem para impedir que abusos sejam cometidos – recorrem os moradores a esta Digníssima Procuradora da República, para que tome ciência que **nenhum dos proprietários que firmam esta peça deseja a instalação da empresa RGM e de qualquer outra que venha explorar a mineração em nossas terras, pois temos outros planos que, em nosso ponto de vista, representam um menor risco ambiental e maiores resultados econômicos, não só para os proprietários, como para o Município e toda a comunidade.** E, pode-se afirmar com certa segurança, que este é um sentimento comum à imensa maioria da população nortense, como ficou claro na audiência pública realizada nas dependências do Clube Sócrates em 04.12.2014.

São José do Norte, 26 de fevereiro de 2015.

Nota do Grupo de Agroecologia ECONORTE em relação ao projeto de mineração para São José do Norte.

Nós do Grupo de Agroecologia ECONORTE viemos através deste manifestar nossa posição contrária ao projeto de mineração denominado Projeto Retiro, por entendermos que qualquer projeto de exploração de recursos não renováveis é prejudicial não só a Natureza como também as comunidades, frágeis a qualquer interferência que resulte em impactos negativos.

Já sofremos processo de desaculturação consequente aos impactos das monoculturas de pinus assim como poucos estímulos, investimentos e valorização as culturas diversificadas e orgânicas, auto-sustentáveis por excelência, peculiar ao modelo de agricultura familiar, resultando assim em um franco processo de êxodo rural nas últimas décadas. **Precisamos recuperar nosso território e não degradá-lo ainda mais.** Pois primeiro permite-se a degradação do território para depois entregá-lo para empreendimentos de procedência escusa.

Apesar dos impactos pouco avaliados e escamoteados por seus conhecedores, acreditamos que tais empreendimentos potencializam o esvaziamento dos campos, e por assim dizer, defendemos a ideia de que não devemos permitir que sejam feitos rasgos no sentido geográfico, biológico e cultural no nosso município, haja visto que em crises mundiais os municípios que produzem alimentos são os que menos sentem. Aceitar tais empreendimentos seria, para nós, decretar a nossa extinção. **Não acreditamos neste tipo de “progresso”.**

Nós da Agroecologia acreditamos que **Progresso Sustentável** somente pode se dar com saúde nas mesas e nos campos, principal fonte de desenvolvimento social.

Grupo de Agroecologia ECONORTE

São José do Norte, fevereiro de 2015.

ANEXO G – Documento elaborado pela Associação Raízes da Terra

**Associação de Moradores, Agricultores e
Pescadores Raízes da Terra do Retovado**
CNPJ: 10.566.551/0001-70
Estrada do Retovado S/N
São José do Norte – RS

Ofício 001/2015

São José do Norte, 23 de março de 2015.

Exma. Sr. Anelise Becker
Procuradora da República
Ministério Público Federal – RG

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, vimos por meio deste, manifestar que nossos associados após realização de assembleia ainda possuem muitas dúvidas e incertezas quanto aos impactos tanto ambientais quanto sociais que o licenciamento e execução do Projeto Retiro da Empresa RGM Mineração pode provocar no nosso município. Em vista disso, nossa posição é contrária ao empreendimento, pois não foram apresentadas informações suficientes nem documentos comprobatórios e laudos técnicos atestando que após a extração dos minérios a terra continuará a ser produtiva. Além disso, ainda não foram apresentadas informações satisfatórias e consistentes acerca das indenizações e procedimentos de regularização fundiária.

Cabe salientar que muitos moradores das áreas que serão afetadas não tiveram conhecimento da data da audiência pública e por isso não tiveram a oportunidade de participar para dirimir suas dúvidas e manifestar sua posição em relação a exploração de minério no solo Nortense. Frente a este fato, não nos resta outra alternativa senão solicitar nova audiência. Enviamos ao IBAMA tal solicitação e pedimos sua interferência para que nosso requerimento seja deferido pelo órgão ambiental. Entretanto, até que tal proposta seja analisada, aceita ou não, gostaríamos que fosse disponibilizada cópia do material audiovisual relativo às audiências realizadas para que nossos associados e demais interessados possam ter acesso aos fatos apresentados e questionamentos realizados.

Ademais, acreditamos que a exploração de recursos não renováveis prejudicará tanto a Natureza quanto a dinâmica econômica e social da comunidades afetadas e fragilizará ainda mais a produção agrícola, essencialmente a familiar contribuindo para acentuar ainda mais o êxodo rural.

Nos preocupa a pouca avaliação e as tentativas de mascarar os impactos. Sabemos que a inobservância das medidas compensatórias é comum aos grandes empreendimentos.

Como somos diretamente ligados ao campo, defendemos o Progresso Sustentável que mantém o homem no campo, ao invés de esvaziá-lo, pois a produção de alimentos é essencial à existência humana. Não sabemos fazer outra coisa, senão plantar. Então, concordar com este tipo de projeto, seria para nós decretar o fim da atividade agrícola em São José do Norte.

Aproveitamos o ensejo para encaminhar documento assinado pelos associados a fim de comprovar que nos manifestamos de forma contrária à exploração de minério em solo Nortense.

Sem mais, renovamos votos de estima e consideração e colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Valmir Coelho
Presidente